

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAUÊ OTÁVIO

*“UM GUERREIRO COM O VALOR DE MIL HOMENS”*: O ESTAMENTO GUERREIRO  
JAPONÊS NO SÉCULO XIV

CURITIBA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAUÊ OTÁVIO

*“UM GUERREIRO COM O VALOR DE MIL HOMENS”*: O ESTAMENTO GUERREIRO  
JAPONÊS NO SÉCULO XIV

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre em História,  
Programa de Pós-Graduação em História – do  
Departamento de História, Setor de Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Luiz Vieira Pinto

CURITIBA

2024



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Otávio, Kauê

“Um guerreiro com o valor de mil homens” : o Estamento Guerreiro japonês no século XIV. / Kauê Otávio. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Luiz Vieira Pinto.

1. Samurais - Japão. 2. Japão – História – Século XIII-XIV.  
3. Japão - Guerras. I. Pinto, Otávio Luiz Vieira, 1988-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **KAUÊ OTAVIO** intitulada: "**Um guerreiro com o valor de mil homens**": **o Estamento Guerreiro japonês no século XIV**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 19 de Fevereiro de 2024.

Assinatura Eletrônica

19/02/2024 16:09:18.0

ELTON OLIVEIRA SOUZA DE MEDEIROS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

19/02/2024 16:27:09.0

RENAN FRIGHETTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

19/02/2024 16:28:53.0

ANDRÉ DA SILVA BUENO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

## AGRADECIMENTOS

Como em todo empreendimento desta natureza, o trabalho nunca é unicamente de quem o faz. Desde o auxílio de orientadores, membros da banca, e outros membros do corpo docente ou do corpo técnico administrativo da universidade, passando pelos colegas (amigos) de pesquisa, aos amigos pessoais e familiares, cada grupo e cada indivíduo citado contribuiu de alguma forma para que tal projeto se concretizasse, seja pela troca de ideias, pelo apoio emocional, ou por qualquer outra razão. Compor os agradecimentos com a justiça que lhes é devida é uma tarefa tão difícil quanto a investigação acadêmica. Da mesma forma, sempre ocorrerão omissões e falhas. Tentarei o meu melhor.

Começo agradecendo ao meu orientador, o Professor Doutor Otávio Luiz Vieira Pinto, que acompanha minha jornada desde meu TCC, onde foi membro da banca (na verdade, nosso contato remonta aos seus tempos na UDESC). Não tenho palavras para agradecê-lo. Tanto nos critérios acadêmicos, em primeiramente se dispor a orientar um trabalho numa temática tão incomum no Brasil, e sempre ser muito preciso e gentil em suas críticas, quanto pela amizade e apoio, deixo meus mais sinceros agradecimentos (e já nos encontraremos novamente no doutorado!).

Da mesma forma, agradeço imensamente aos membros da banca, os Prof. Dr. Renan Frighetto e Prof. Dr. André da Silva Bueno, que fizeram excelentes apontamentos durante a etapa de qualificação do presente trabalho, e foram muito solícitos e pacientes com relação a prazos e datas, além de incrivelmente gentis. Professores, o mundo acadêmico precisa de mais docentes como vocês! Nesta senda, aproveito também para desculpar-me aos membros da banca pela demora em entregar a versão final. Mais que isto: Professor André, li seu e-mail, e um dos livros que o senhor me enviou estava há tempos na minha lista de obras a procurar, mas esqueci de agradecê-lo por mais esta gentileza, então faço-o aqui. Quanto ao Professor Renan, cabe também outro pedido de desculpas: encontrar bons mapas para o tema explorado neste trabalho não é tarefa fácil, de modo que esta dívida ficou em aberto.

Também não posso deixar de prestar os justíssimos agradecimentos à Secretária do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, Maria Cristina Parzowski, nossa “Cris”: muito obrigado pela paciência infinita em responder minhas dúvidas incessantes nas muitas dezenas de e-mails trocados, bem como por nunca nos deixar perder o prazo para a entrega de qualquer documento. Muito obrigado pela presteza e gentileza!

É preciso dizer que sabemos das condições precárias para os pesquisadores no Brasil. Este projeto só foi possível graças ao apoio da CAPES, por meio de uma bolsa de mestrado



durante todo o período em que conduzi minha pesquisa, renda com a qual me sustentei e pude me dedicar às atividades acadêmicas de modo pleno. Nesta senda, agradeço à JICE, que permitiu-me conhecer o Japão através do programa “Juntos!! Japan-Latin America and the Caribbean Exchange Program” no ano fiscal de 2016.

Agradeço também aos meus amigos pesquisadores que, numa ou noutra área de concentração, estudam o Japão. Tanto para conversas triviais quanto para longas discussões, como também para a chamada “troca de figurinhas” (PDFs inclusos), e por fim, pelo companheirismo nesta jornada. A maioria deles encontram-se hoje no NEJAP, núcleo que tenho o prazer de coordenar. O time, por sinal, cresceu bastante: Camila Zambom, Thomas Dias Placido, Lucas Lopes da Silva, Lucas Vilhena Marques Motta, Leopoldo Steininger Alves, Nikita Chrysan da Silva Pires, Júlia Gomes Westphal, Flávio Alcino Braga de Miranda, Victor Beltrame Schreiber, Larissa de França Leonardo, Mariana Vieira Soares, Nathália Alves Guimarães, Ícaro Meira de Oliveira, Amanda Bianca Paladini e Hugo Gabriel de Souza Leão, muitíssimo obrigado por me aguentarem nas reuniões remotas, aturarem meu péssimo senso de humor, e realizarem trabalhos maravilhosos no NEJAP. O mesmo vale para meus amigos Mateus Nascimento e Larissa Redditt, que embora externos ao NEJAP, fazem parte da vanguarda de estudos de história japonesa no Brasil (Larissa, muito obrigado por se dispor a escanear parte das fontes que usarei no doutorado! Minha carteira também agradece!).

Reservo aqui um espaço precioso, para agradecer ao companheirismo e amizade de pessoas que me são muito caras. Tratam-se de amigos e amigas de muitos anos, que são parte integral da minha vida. Infelizmente, neste caso não há como evitar omissões. Aqui, porém, não há espaço para formalidades: Humberto, Alice, Joe, Bruno, João Gabriel, Priscila, Duda, Victor, Andrey, Clara, Willians, Felipe, e demais amigos que fiz no “Programa Juntos!”. A todos vocês, obrigado por fazerem parte da minha vida, bem como por todo apoio que me prestaram.

Finalizo, no entanto, com o mais importante dos agradecimentos. Mãe, sem seu apoio, compreensão, incentivo, e amor, eu realmente não estaria onde estou. Saiba que seu filho te ama incondicionalmente, a despeito de quaisquer desentendimentos.

Se deixei algum nome de fora, é sinal da idade, e não de falta de gratidão ou afeto.

*In Memoriam*

**LEONTINA METZGER**

**(10/02/1942 – 14/06/2022)**

**Amada avó, com uma eterna alma de criança**

## RESUMO

Por um longo período de sua história, a guerra no Japão era prerrogativa especial, embora não exclusiva, de um grupo específico de homens de determinadas famílias consideradas casas guerreiras (*tsuwamono no ie*, e posteriormente, *buke*). Seus integrantes, os guerreiros — *tsuwamono*, *musha*, *bushi* — são também largamente conhecidos como samurais. No século XIV, mais que em momentos anteriores, eles desempenhariam um papel fundamental na história política e social do Japão, culminando na dominação dos órgãos centrais da burocracia imperial japonesa pelo *bakufu* ao fim do século XIV, e pela ascensão dos guerreiros à posição de grandes senhores, a nível local e nacional. O presente estudo, partindo de determinadas categorias analíticas, especialmente “estamento”, “guerra” e a formulação de Mary Elizabeth Berry do “Estado Corporativista Complexo”, busca realizar uma investigação empírica dos épicos de guerra (*gunkimonogatari*), dos documentos de cunho jurídico-administrativo (*komonjo*), bem como de outras tipologias de fontes, de modo a examinar as características, organização, funções e transformações dos guerreiros enquanto estamento social ao longo do século XIV, bem como traçar a continuidade de grupos sociais na função de guerreiros durante os séculos precedentes. Tratar dos guerreiros no enquadramento de estamento social nos leva a examinar práticas próprias, discursos, e um ideário que os separava do restante da sociedade, e força-nos a buscar quão porosa e permeável era a tessitura social que compunha o Japão do século XIV, fosse na base ou no topo, fosse no centro — o mundo da capital de Kyōto — ou nas periferias — o mundo provincial, integrando a história dos “grandes personagens” com a história “vista de baixo” enquanto busca-se desvendar as múltiplas facetas e dinâmicas da política, do poder, e dos ideais no Japão do século XIV.

**Palavras-chave:** samurai; bakufu; Período Kamakura; Período Muromachi; Nambokuchō.



## ABSTRACT

Over a long period of time in its history, warfare in Japan was the special, although not exclusive, perquisite of a specific group of men from certain families perceived as warrior houses (*tsuwamono no ie*, and later, *buke*). Its members, the warriors—*tsuwamono*, *musha*, *bushi*—are also largely known as samurai. During the fourteenth century, more than ever before, those warriors played a key role in the political and social history of Japan, ending with the domination by the *bakufu* of the Japanese Imperial bureaucratic machinery in the late fourteenth century. This study, supported by some analytical categories such as “estate”, “war”, and Mary Elizabeth Berry's formulation of the “Complex Corporatist State”, proposes an empirical investigation of the war tales (*gunkimonogatari*), legal and administrative documents (*komonjo*), as well as other types of sources, seeking to examine the characteristics, organization, function and transformation endured by the warrior estate throughout the fourteenth century, while it also traces the continuity of certain social groups while acting as warriors during the preceding centuries. To study the warriors through the lenses of a social estate forces us to examine certain practices, discourses, and ideals that set them apart from the rest of society, as well as to seek how permeable was the social matrix that gave form to fourteenth century Japan, be at the top or the bottom of society, be at the center—the world of the capital, revolving around Kyōto—or at the peripheries—the so-called provincial world, integrating therefore a history of the “major players” with a “bottom-up” view of history, and seeking to decipher the many facets and dynamics of power, politics, and ideals of fourteenth century Japan.

**Keywords:** samurai; bakufu; Kamakura period; Muromachi period; Nambokuchō.

## LISTA DE ABREVIACOES

### FONTES CITADAS PELO NOME:

- Taiheiki
- Baishōron
- Tokushi Yoron
- Tsurezuregusa
- Gukanshō
- Takemuki-ga-ki
- Carta Gokurakuji
- Carta Imagawa
- Analectos

### COMPÊNDIOS E SELEÇOES DOCUMENTAIS

- Documentos Tannowa (*Tannowa Collection: The Kyoto-Princeton Project*)
- Documentos Mikita (*The Better Part of Valor: Documents of the Mikita*)
- Documentos Kumagai (*The Better Part of Valor: Documents of the Kumagai*)
- SWC (*Samurai and the Warrior Culture of Japan*)
- KB (*Kamakura Bakufu*)
- LAI (*Lordship and Inheritance in Early Medieval Japan*)

Para as referências completas, checar Bibliografia

## LISTA DAS FIGURAS

<b>FIGURAS</b>		
Figura 1.1—	Sistema de sucessão alternada entre as linhas Daikakuji e Jimyōin.....	p. 40
Figura 2.1—	Mapa das províncias e principais regiões do Japão Medieval.....	p. 69
Figura 2.2—	Distribuição dos postos de <i>ōryōshi</i> e <i>tsuibushi</i> .....	p. 76
Figura 2.2—	Esferas de influência dos <i>jitō</i>	p. 101



## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b>	2
<b>DEDICATÓRIA</b>	4
<b>RESUMO</b>	5
<b>ABSTRACT</b>	6
<b>LISTA DE ABREVIACÕES</b>	7
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	8
<b>SUMÁRIO</b>	9
<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>I. Sobre o presente estudo</b>	11
<b>II. Os guerreiros enquanto problema de pesquisa</b>	11
<b>III. Sobre os objetivos de pesquisa</b>	14
<b>IV. Quadro teórico-metodológico e categorias analíticas</b>	14
<b>V. Uma breve revisão bibliográfica</b>	18
<b>VI. Notas sobre a transcrição de nomes e títulos</b>	21
<b>VII. Um breve comentário sobre referência às fontes</b>	23
<b>CAPÍTULO 1: UMA HISTÓRIA POLÍTICA DO JAPÃO NOS SÉCS. XIII-XIV</b>	24
<b>1.1. Introdução</b>	24
<b>1.1.1. Antecedentes: o <i>bakufu</i> de Kamakura e o regime dos Hōjō</b>	25
<b>1.1.2. Antecedentes: o cisma imperial entre as linhas Jimyōin e Daikakuji</b>	31
<b>1.1.3. Antecedentes: as Invasões Mongóis</b>	33
<b>1.1.4. Antecedentes: autocracia e declínio Hōjō</b>	36
<b>1.2. A rebelião de Go-Daigo e a queda dos Hōjō e do <i>bakufu</i> de Kamakura</b>	38
<b>1.2.1. O reinado de Go-Daigo e a regência de Takatoki</b>	39
<b>1.2.2. Dos planos de rebelião ao exílio em Oki</b>	44
<b>1.2.3. A Guerra Genkō: estágios iniciais</b>	54
<b>1.3. Conclusão</b>	65
<b>CAPÍTULO 2: EM BUSCA DE UM ESTAMENTO GUERREIRO</b>	66
<b>2.1. Introdução</b>	66
<b>2.2. Em busca dos guerreiros japoneses</b>	67
<b>2.2.1. Os termos presentes nas fontes</b>	67
<b>2.2.2. Capital e Províncias: os <i>zuryō</i> e <i>zaichō kanjin</i> como guerreiros</b>	68
<b>2.2.3. O sistema militar do século X</b>	78
<b>2.3. O Bakufu de Kamakura: um panorama geral</b>	82
<b>2.3.1. Mudanças após o primeiro <i>bakufu</i></b>	83
<b>2.3.2. <i>Gokenin</i> e <i>higokenin</i></b>	84

<b>2.4. Os guerreiros e a terra no século XIII</b>	89
<b>2.4.1. Os <i>Shōen</i>: conceito geral e breve história</b>	89
<b>2.4.2. <i>Shōen-kokugaryō</i>: o regime de terras do Japão medieval</b>	95
<b>2.4.3. Os <i>jitō</i>: histórico e definição</b>	97
<b>2.4.4. Os <i>jitō</i>: prerrogativas e limites</b>	101
<b>2.5. Os <i>gokenin</i> em crise</b>	107
<b>2.5.1. A militarização do campo e o fenômeno dos <i>akutō</i></b>	108
<b>2.6. Conclusão</b>	116
<b>CAPÍTULO 3: OS GUERREIROS E A GUERRA NO SÉCULO XIV</b>	119
<b>3.1. Introdução</b>	119
<b>3.2. As guerras do século XIV como veículo para mobilidade social</b>	120
<b>3.2.1. O advento dos <i>tozama</i>: velhos guerreiros, novas possibilidades</b>	122
<b>3.2.2. <i>Ichizoku</i>: família, parentela, e laços familiares dentre os guerreiros</b>	130
<b>3.2.3. Dependentes e seguidores</b>	142
<b>3.3. As relações horizontais</b>	146
<b>3.4. Às margens do mundo guerreiro: os aristocratas nas guerras do século XIV</b>	147
<b>3.5. Conclusão</b>	156
<b>CONCLUSÃO</b>	157
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	160

## INTRODUÇÃO

### I. Sobre o presente estudo

As ideias iniciais para este trabalho foram sendo elaboradas ao longo de 2019. Em grande medida, o trabalho aqui executado foi originalmente meu primeiro projeto de TCC na UFSC. A proposta original, demasiadamente ambiciosa, era estudar os samurais nos séculos XIII e XIV por três diferentes lentes: as da história política, social, e cultural. A partir disso, eu pretendia não só averiguar a existência ou inexistência de um estamento guerreiro, como também fazer uma síntese dos grandes estudos sobre o assunto. Obviamente, tratava-se de algo descabido para um TCC, de modo que mudei meu projeto, dando a ele um escopo muito mais reduzido (muito embora estudando questões similares), e depois de amadurecer um pouco certas ideias, tornei o projeto original meu projeto de Mestrado.

Após meu ingresso na UFPR, no entanto, por mais que a pergunta original se mantivesse, o trabalho ramificava-se cada vez mais, desdobrando-se em novas perguntas. Concentrei-me por bem mais tempo que deveria em fontes que, em última instância, mal aparecem aqui, como é o caso do *Masukagami*, ou de inúmeros documentos traduzidos e compilados por Jeffrey Mass em obras variadas. Foi preciso um puxão para a realidade para que eu colocasse minha investigação novamente nos eixos. Isto teve o infeliz resultado de gerar uma certa incongruência entre o capítulo 1, parte de uma etapa de produção anterior, e os capítulos 2 e 3, frutos de uma etapa mais recente, e também bastante distinta. Tentei o melhor que pude apagar estas diferenças e incongruências, mas parte delas permanece, pois dizem respeito ao enfoque de cada capítulo: uma história política no capítulo 1, e uma história majoritariamente social nos capítulos 2 e 3.

Agora, na entrega deste trabalho, posso dizer que estou satisfeito com o desenvolvimento desta investigação no que diz respeito à sua questão primária, a existência de um estamento guerreiro. Infelizmente, por uma questão de tempo, permaneço insatisfeito e inquieto, pois muitos foram os tópicos que eu gostaria de ter tratado, mas acabaram sendo retirados da versão final do presente estudo. A entrega deste trabalho causa-me enorme alívio, mas também me deixa um certo vazio.

Dito isto, apresento em maiores detalhes meu problema de pesquisa.

### II. Os guerreiros enquanto problema de pesquisa

Comuns dentre o gênero literário de baladas de guerra japonesas conhecido por *gunkimonogatari* são as exortações a guerreiros tais quais “cada um contando por mil homens”,



ou “um guerreiro com o valor de mil homens”. Em seu texto clássico, *Tzurezuregusa*, Yoshida Kenkō, um monge que viveu no século XIV, fala que monges e aristocratas podiam lutar e vencer mais de cem batalhas, mas isso não os tornaria guerreiros. Para ele, o guerreiro assemelhava-se mais a uma besta que a um humano, e de nada adiantava cultivar as artes militares se não tivesse nascido dentre as famílias guerreiras<sup>1</sup>. Isso mostra, já na época, que havia no imaginário japonês uma divisão entre os guerreiros, comumente conhecidos no Ocidente por samurais, e o resto da sociedade. Tal separação, imaginada ou concreta, não se dava pelo mero exercício das armas e de funções militares, como mostra Kenkō. Segundo ele, no mesmo trecho, o guerreiro era aquele que, esgotada sua última flecha e cada uma de suas armas, aceitava a morte sem render-se ou hesitar. Era, portanto, uma questão de *ethos*, e este *ethos*, supostamente hereditário, moldava a identidade daqueles que poderiam ser reconhecidos como guerreiros. O presente estudo volta-se para este agrupamento de homens, suas tradições, funções e atividades num momento de grandes reviravoltas políticas e sociais na história japonesa: o século XIV, recapitulado em suas condições germinais no século XIII e — de forma brevíssima — em seus posteriores desdobramentos no século XV.

O século XIV, dentre outras coisas, viu a derrubada do primeiro *bakufu*<sup>2</sup> por Go-Daigo, o *tennō*<sup>3</sup>, e seus partidários, só para que poucos anos depois um dos generais que o apoiou fundasse um novo *bakufu* em Kyōto. Ashikaga Takauji, fundador do segundo *bakufu* e seu primeiro *shōgun*<sup>4</sup>, desalojou Go-Daigo da capital, instaurando no trono japonês um *tennō* da linha imperial rival<sup>5</sup>. Diferente do primeiro *bakufu*, que nasceu como órgão de Estado para a chefia dos guerreiros, o segundo tenta projetar-se como órgão de governo por excelência desde sua inepção. Assim, até 1392, o Japão viveu um período que conhecemos por Nanbokuchō, “Período das Cortes do Sul e do Norte”, onde por todo o arquipélago grandes líderes guerreiros autônomos — um estrato samurai conhecido como os *tozama*<sup>6</sup> — eram cobiçados pela Corte do

1 MCKINNEY, Meredith. *Essays in Idleness and Hojoki*. London: Penguin Classics, 2013, p. 60.

2 *Bakufu* (幕府): literalmente, “governo de tenda”, órgão militar chefiado pelo *shōgun* e responsável primeiramente pela chefia das forças militares do governo. Acaba, futuramente, por tomar o papel de governo nacional. Embora reconheçamos historicamente a existência do *bakufu* de Kamakura, o termo é posterior ao regime.

3 *Tennō* (天皇): o principal termo para referir-se ao soberano japonês, que comumente referimo-nos por imperador em português. Termo utilizado neste estudo para referir-se ao soberano japonês.

4 *Shōgun* (将軍): para os propósitos deste estudo, líder nominal ou real do *bakufu*.

5 No último quarto do século XIII, a família imperial divide-se em duas linhas, que sucedem alternadamente ao trono: a linha Jimyōin, dos descendentes de Go-Fukakusa, e a linha Daikakuji, dos descendentes de Kameyama. Este cisma imperial é fundamental na elevação de tensões na corte e na rebelião de Go-Daigo, que acabaria derrubando o primeiro *bakufu*. Para uma contextualização breve da divisão imperial até a queda do primeiro *bakufu*, cf. ISHII, Susumu. The decline of the Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (ed.). *The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan*. New York: Cambridge University Press, 1990. p. 164-174.

6 *Tozama* (外様): líder guerreiro autônomo, cujo serviço precisava ser comprado com promessas de recompensa. Os *tozama* serão analisados em maiores detalhes no capítulo 3.

Sul, liderada pelos descendentes de Go-Daigo, e pelo *bakufu*, liderado pelos Ashikaga, que puseram a Corte do Norte numa posição de quase completa subordinação. Neste contexto, ambos os lados da guerra clamavam autoridade legítima e disputavam não só militarmente, mas também no campo do discurso, tentando trazer para si o maior número de *tozama* possível.

O período ainda viu a transformação dos *shugo*<sup>7</sup>, de meros agentes provinciais do *bakufu* para eventuais senhores regionais, assim como o início do colapso dos *shōen*<sup>8</sup> e, de modo mais geral, do sistema *shōen-kokugaryō*<sup>9</sup>, embora o Japão continuasse firmemente entrelaçado por hierarquias de *shiki*<sup>10</sup>. Em verdade, os *shiki* proliferaram, mas de modo diferente: guerreiros passaram cada vez mais a ser proprietários de parcelas discretas de terras, e embora não seja foco deste estudo, comunidades camponesas começaram a se organizar e lutar pela garantia de seus direitos, bem como por melhorias em suas condições de vida. Se na primeira metade do século XIV a maior tensão é entre os dois polos centrais de poder e os *tozama*, na segunda metade do século, a maior tensão encontra-se entre *shugo* cada vez mais poderosos e guerreiros provinciais que lutavam para manter-se autônomos.

Tendo esboçado o objeto do presente estudo e seu contexto histórico, partimos para a exposição de seu problema central, e os problemas secundários que dele ramificam-se. Primeiramente, ao olhar para os “samurais” (isto é, os guerreiros), refletindo sobre o modo que autores como Kenkō os enxergavam já no período estudado, parece ser o caso de estes constituírem um recorte do tipo estamental. O cerne deste trabalho é justamente testar os limites desta hipótese, podendo formular-se através da seguinte pergunta: os guerreiros podiam ser considerados um estamento social no Japão dos séculos XIII e XIV? Isto é, sua divisão social era de ordem estamental, dentro da teoria de estratificação social?

A partir desta primeira pergunta, surgem uma série de outras perguntas subsidiárias. A exemplo, levando a cabo a hipótese estamental, qual o nível de estratificação interno deste estamento? Quais seus limites? Os guerreiros de mais alta estirpe neste período estavam progressivamente adotando honrarias próprias da aristocracia civil-burocrática da capital, e em alguns casos até casando-se com seus membros, sem que com isso deixassem de ser guerreiros.

7 *Shugo* (守護): posição de supervisão militar de uma província, ligada ao *bakufu*. Durante o primeiro *bakufu*, os *shugo* eram pouco poderosos, sendo pouco mais que intermediários entre os *gokenin* e o *shōgun*. Durante o segundo *bakufu*, ao longo dos séculos XIV e XV, tornam-se verdadeiros senhores provinciais.

8 *Shōen* (莊園): propriedade de terra onde incidiam diversas diferentes camadas de direito sobre uma mesma parcela de terras. Os proprietários, geralmente aristocratas, imperiais, ou instituições religiosas, eram ausentes, dependendo dos oficiais locais, tais quais o *gesu* ou *azukari-dokoro*, para cuidar dos assuntos do *shōen*. Este tópico, bem com os demais tratados abaixo, é abordado no capítulo 2.

9 *Shōen-kokugaryō* (莊園国衙領): sistema de terras que predomina especialmente entre o século XII-XV, onde as terras eram divididas entre *kokugaryō* (terras “públicas”) e *shōen* (terras “privadas”).

10 *Shiki* (職): espécie de direitos específicos com possíveis responsabilidades na forma de um oficialato hereditário, como de *jitō*, *gesu*, etc. As prerrogativas variavam de acordo com o *shiki* em questão.

Na base, por outro lado, vemos casos em que famílias claramente guerreiras, avassaladas num modelo de subordinações próprio ao estamento guerreiro, são por vezes tratadas por alguns historiadores como camponeses, ou “guerreiros-camponeses”<sup>11</sup>. Isto nos leva a perguntar: quais as condições limítrofes da existência guerreira? E apesar de parecer óbvio, somos também forçados a questionar o que constituía o “ser guerreiro”. Até que ponto o guerreiro era guerreiro por exercício da função em armas, e o que o diferenciava de outros que prestavam serviço militar? Que outras funções cabiam a este estamento? Os samurais foram não só guerreiros, mas também administradores, e progressivamente senhores de terras, e o desenrolar deste processo também nos interessa.

### III. Sobre os objetivos da pesquisa

O presente estudo propõe como objetivo primário analisar os guerreiros japoneses — comumente, embora de forma errônea, generalizados pelo termo “samurais” — enquanto um estamento social, apresentando as mudanças pelas quais passaram ao longo dos séculos XIII e XIV, e buscando descobrir os limites deste recorte estamental, coisa a fazer-se sobretudo pela ótica da história social.

Além disso, a título de objetivos secundários, temos:

a) traçar uma narrativa política coesa das condições que levaram à queda do primeiro *bakufu* e aos quase sessenta anos de guerras civis no Japão do século XIV, buscando seus antecedentes no século XIII, e contextualizando o leitor de modo a possibilitar sua compreensão da análise social.

b) retratar os guerreiros em busca de um “mínimo denominador comum”, esboçando a continuidade histórica deste grupo social.

c) Analisar as nuances do estamento guerreiro tanto através do fenômeno da guerra quanto das relações familiares, laços de subordinação, e relações horizontais.

Cada um destes objetivos forma um dos capítulos deste trabalho.

### IV. Quadro teórico-metodológico e categorias analíticas

Em termos metodológicos, o presente estudo apresenta-se como uma investigação empírica das fontes orientada por problemas particulares e auxiliada por contribuições tais quais

---

11 GAY, Suzanne. The Kawashima: Warrior-Peasants of Medieval Japan. *Harvard Journal Of Asiatic Studies*, [s.l.], v. 46, n. 1, p.81-119, jun. 1986.

as feitas por Mass, Friday<sup>12</sup>, Farris<sup>13</sup> e Conlan<sup>14</sup>. Esta investigação empírica inicia-se com uma análise interna das fontes, buscando desembaraçar possíveis posicionamentos e agendas políticas, intencionais ou não, explícitos ou velados, assim como possíveis contradições narrativas. Posteriormente, uma análise externa permite a comparação de diferentes narrativas sobre um mesmo fenômeno ou evento, podendo reorientar a leitura das fontes com novas questões em mente.

Por fim, para a exequibilidade deste estudo, mobilizam-se também algumas categorias analíticas específicas, a saber: estamento, guerra, e o Estado Corporativista Complexo, cada qual apresentada a seguir.

**a) Estamento:** dentro das tipologias de estratificação social conforme esboçadas por Max Weber, o estamento corresponde a um agrupamento humano não em torno de bases econômicas, mas de honrarias, expectativas, ocupação, e modo de vida, sendo uma tipologia de ordem social, mas podendo ser também de ordem jurídica, da mesma forma que pode ou não estar ligado a uma condição de classe. As distinções estamentais se dão por uma variedade de fatores e modos, tais quais rituais e tradições comuns aos membros, marcadores específicos de *status* e de honra estamental, ocasionais privilégios jurídicos, e sobretudo, um “senso de dignidade” que rege as relações de seus membros com o mundo, assim como as expectativas sociais dos indivíduos que compõem uma dada ordem estamental. Estamentos também são ocasionalmente marcados por práticas de monopólios (sejam prerrogativas legais, ritos, objetos cerimoniais ou bens materiais mantidos de fora da livre circulação do mercado), e tendem à endogamia. A mobilidade social em uma sociedade predominantemente regida por ordens estamentais é menor que a mobilidade social de uma sociedade regida por classes, mas é ainda assim muito maior do que uma sociedade regida por castas. Deste modo, indivíduos externos a um dado estamento que detenham as condições materiais para usufruir do estilo de vida do grupo são muitas vezes vistos como intrusos, mas seus filhos, se criados de acordo com os valores e tradições estamentais, podem ser vistos como membros genuínos do estamento<sup>15</sup>.

**b) Guerra:** aqui faço minhas as palavras de Karl Friday quando, ao definir a guerra, rejeita totalmente tipologias como a de Carl von Clausewitz, atentando-se para o fato de que enquanto o conflito armado entre bandos de homens seja muito provavelmente um fenômeno

12 FRIDAY, Karl. **Samurai, Warfare, and the State in Early Medieval Japan**. New York: Routledge, 2004.

13 FARRIS, William Wayne. **Heavenly Warriors: The Evolution of Japan's Military, 500-1300**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

14 CONLAN, Thomas. **State of War: The Violent Order of Fourteenth-Century Japan**. Ann Harbor: Center For Japanese Studies The University Of Michigan, 2003.

15 GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (Org.). **Max Weber: Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ltc Editora, 1982, p. 218-226.

universal, que ocorre em todos os tempos e lugares onde humanos reuniram-se em grupos definidos, a guerra em si está longe de ser universal, e embora apresente-se em toda ou quase toda sociedade humana, é sempre particular, e portanto, culturalmente condicionada. Isso torna o significado da guerra altamente particularizado em diferentes tempos e lugares, assim como mutável, com transformações ditadas tanto por mudanças tecnológicas quanto sociais. A guerra, assim revista, pode ter múltiplas dimensões, inclusive numa mesma sociedade e época, podendo ser uma forma de comunicação, meio de divinação ou exercício de religiosidade, competição, modo de expressão de grupos, além de poder ter um caráter jurídico ou ritualístico, ultrapassando a concepção simplista de que a guerra seria somente um meio de resolver disputas de natureza política entre entidades diferentes.

Da mesma forma que a guerra é particular, o mesmo vale para suas regras, isto é, para as condutas tidas como aceitáveis dentro da guerra, para as causas tidas como justificativas válidas (e em contrapartida, para aquelas consideradas inválidas, resultando portanto em guerras injustas e ilegítimas, que tornam-se, para aquela sociedade, banditismo, pirataria, pilhagem e similares), e para o meio pelo qual a guerra é conduzida, ou seja, como os homens organizam-se para o combate, quais homens têm direito (ou obrigação) de combater, e como os combates são conduzidos<sup>16</sup>.

Trago ainda acréscimos de outro grande historiador do assunto, Thomas Conlan, que trata do caráter destruturador/reorganizador da guerra, assim como seu caráter totalizante: a partir do momento em que a guerra começa, tudo tem o potencial de tornar-se secundário: privilégios sociais e jurídicos, assim como autoridade política são todos fatores que podem ser subordinados à obtenção da vitória, focando todos os componentes da sociedade neste único objetivo. Na busca pela vitória, a sociedade reestrutura-se conforme as demandas da guerra, podendo sofrer drásticas alterações no tecido social. Ainda segundo o autor, a guerra não é uma força externa, catalisadora de mudanças sociais em uma sociedade estática, mas algo que cria uma ordem própria e peculiar das coisas, e subordina tudo a esta ordem<sup>17</sup>.

Deste modo, a guerra enquanto categoria de análise diz respeito ao seu caráter particular, mutável, e destruturante/reorganizador das relações sociais. Ter isto em mente ajuda a sair de pressupostos comuns de que a guerra é meramente subordinada à ordem política, e de que, no caos que ela gera, as agendas e a racionalidade políticas permanecem inalteradas.

**c) Estado Corporativista Complexo:** a sociedade medieval japonesa e suas múltiplas instituições e grupos humanos formaram-se num processo evolutivo caótico, onde estrato acima

---

16 FRIDAY, 2004, p. 19-20.

17 CONLAN, 2003, p. 1-3.

de estrato foram sendo colocados por sobre um todo outrora coeso, formando por acreção um sistema de difícil inteligibilidade, ponto defendido por diversos autores dedicados ao tema. A definição “Estado Corporativista Complexo”, dada por Mary Elizabeth Berry em *The Culture of Civil War in Kyoto* é de grande valor para o entendimento deste conjunto social e análise de seus processos, ajudando a entender as dinâmicas sócio-políticas do mundo medieval japonês.

Por Estado, a autora faz referência à superestrutura formada pelo *bakufu* e pela Corte Imperial, que eram as fontes de autoridade legítima e real poder político, agindo na capacidade de executoras de políticas e mediadoras de conflitos, sendo parte de suas atribuições garantir recompensas e confirmar reivindicações a determinados recursos através de nomeações, ações judiciais, e éditos. Não poucas vezes agiam como partes interessadas nestas transações.

Por Corporativista, a autora faz referência aos grupos verticais de interesse que eram mediados pelo Estado, mas forjados em caráter privado, tomando forma de associações de pessoas e grupos particulares para a exploração de determinados recursos e propriedades numa relação de patronos e clientes. Os subordinados, assim, eram grupos de camponeses, artesãos, ou até mesmo guerreiros, que buscavam um patrono poderoso o bastante para agir como garantidor de seus direitos locais, enquanto este gozava dos benefícios de encabeçar tal cadeia de influências. Estes acordos eram formais, podendo suas disputas tornar-se alvo de litígios nas cortes, mas tinham em si um forte caráter tradicional, ditado geralmente por precedentes locais. Tais grupos verticais formavam entre si uma multiplicidade de acordos, de natureza volátil a estável, e era através destas corporações que o poder era exercido a nível local.

Por Complexo, faz-se alusão à enorme variedade de formas encontradas nas unidades discretas do Estado Corporativista, levantando a questão de que os modos de distribuição de poder entre estas alianças verticais (corporações) eram particulares a cada unidade, e mutáveis ao longo do tempo, negando a predominância da distribuição de poder meramente hierárquica. Isto significa que enquanto em um grupo um *shugo* apresentava-se como a figura dominante, em outro, a balança de poder podia pender para um bando forte de camponeses ou *kokujin*, de modo que nenhum dos estratos destes grupos, fossem o *shōgun* ou os *shugo* (no topo da cadeia), ou os aldeões e *kokujin* (na sua base) era uniforme e permanentemente fortes ou fracos. O mesmo se dava nos altos escalões do *bakufu*, onde por vezes a influência preponderante encontrava-se na figura dos *shōgun* Ashikaga, por outras, no *kanrei* ou no conselho dos *shugo*, e por vezes, até mesmo dentre o quadro de magistrados burocráticos de nível mais baixo. “Complexo” também diz respeito às infundáveis permutações encontradas em diferentes corporações, e à preferência por negociações à fórmulas fixas na formação destas unidades. Por isso a adoção de sistemas que

priorizem uma visão monolítica de exercício do poder, concentrado nas mãos do Estado ou de senhores locais, impede que se enxergue o nexo de relações privadas que davam à sociedade medieval japonesa uma coerência funcional, da mesma forma que impede a apreensão do caráter oportunista e constantemente mutável das relações de poder nesta sociedade<sup>18</sup>.

### V. Uma breve revisão bibliográfica

Os estudos sobre o medievo japonês explodiram em publicações de língua inglesa a partir da década de 1960, e sobretudo, 1970, onde iniciaram suas carreiras ilustres estudiosos da área, como John Whitney Hall, Paul Varley, Jeffrey P. Mass, Helen Craig McCullough, William McCullough, e tantos outros. O caráter destes estudos era, sobretudo, de duas naturezas: centrado na história econômica e institucional (especialmente John W. Hall, Jeffrey P. Mass e Kozo Yamamura), ou centrado na literatura e história cultural (onde destacam-se o casal McCullough).

Das principais obras do período, cito *Government and Local Power in Japan, 500-1700: A Study Based on Bizen Province* (John W. Hall, 1966), *The Ōnin War* (Paul Varley, 1967), *The Medieval Japanese Daimyo: The Ōuchi Family's Rule of Suō and Nagato* (Peter Judd Arnesen, 1979), e outras obras de caráter colaborativo, que marcam fortemente a produção historiográfica sobre o Japão em língua inglesa, e que apresentarei adiante. Outra característica marcante, ainda, é a colaboração com historiadores japoneses, a destacar Kozo Yamamura, Nagahara Keiji e Takeuchi Rizō.

Na década de 1980, os estudos sobre política e economia no Japão medieval continuaram predominantes, citando aqui os principais títulos: *Japan Before Tokugawa: Political Consolidation and Economic Growth, 1500 to 1650* (John W. Hall, Kozo Yamamura e Nagahara Keiji, ed., 1981) e *Japan's Renaissance: The Politics of the Muromachi Bakufu* (Kenneth Alan Grossberg, 1981).

Destes períodos, cabem duas ressalvas. Em primeiro lugar, é justo destacar as obras de Jeffrey P. Mass por diversas razões, sendo as principais sua gigantesca contribuição para o avanço do campo, e o fato de alguns dos maiores nomes da área atualmente serem ex-alunos seus. A década de 1980 viu uma explosão de trabalhos seus, mas ele continuou publicando até perto do fim de sua vida, em 2001. Dentre suas obras, destaco sobretudo *Medieval Japan: Essays in Institutional History* (que editou junto de seu professor, John W. Hall, 1974), *The Kamakura Bakufu: A Study in Documents* (1976), *Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History* (editor, 1982). *The Bakufu in Japanese History* (que editou junto de William

18 BERRY, Mary Elizabeth. *The Culture of Civil War in Kyoto*. Berkeley: University Of California Press, 1994, p. xxix-xxxii.

B. Hauser, em 1985), *Lordship and Inheritance in Early Medieval Japan: A Study of the Sōryō System* (1989), *Antiquity and Anachronism in Japanese History* (1992), *The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century* (editor, 1997), e *Yoritomo and the Founding of the First Bakufu: The Origins of Dual Government in Japan* (1999). Jeffrey P. Mass focou a maior parte de sua carreira nos estudos sobre o período Kamakura (1185-1333), e seus estudos tratam sobretudo da história política e social, analisando as disputas de poder nas províncias japonesas, a estrutura familiar e sistema de heranças, e a formação do primeiro *bakufu*. Nas obras onde contribuiu como editor, no entanto, vê-se uma miríade de tópicos, tratados cada qual por especialistas.

A outra ressalva, para além das contribuições de Jeffrey P. Mass, é o enorme peso que a série *The Cambridge History of Japan*, em seis volumes, teve para o campo. O projeto, iniciado na década de 1970 e chefiado por John Whitney Hall, conta com algumas milhares de páginas de estudos, cada volume ocupando-se com uma determinada demarcação cronológica, dentro da qual os especialistas de cada campo discorrem sobre a mais variada gama de tópicos: religião, cultura (aristocrática e popular), economia, política, relações centro/periferia (capital/províncias), etc. Desta coleção, o primeiro volume foi lançado em 1988, e o último, em 1999. De fato, enquanto reviso estas linhas, está sendo lançado um dos três volumes que constituem a coleção atualizada, *The New Cambridge History of Japan*, cujo impacto ainda há de ser mensurado.

Embora não possa afirmar com certeza, acredito que tais obras de caráter colaborativo permitiram a expansão do campo para além dos confins da história política e sócio-econômica/sócio-jurídica. Da mesma forma, tais obras e projetos são, simultaneamente, sintomas da expansão do campo. Outros tópicos passaram a interessar aos novos estudiosos: o papel das ideologias e da historiografia, como em *Hojo Shigetoki (1198-1261) and his Role in the History of Political and Ethical ideas in Japan* (Carl Steenstrup, 1980), *Political Thought in Japanese Historical Writing: From Kojiki (712) to Tokushi Yoron (1712)* (John Brownlee, 1991) e *Swords, Oaths, and Prophetic Visions: Authoring Warrior Rule in Medieval Japan* (Elizabeth Oyler, 1999); o papel das representações e ideários, como em *Warriors of Japan as Portrayed in the War Tales* (Paul Varley, 1994); ou ainda os desenvolvimentos intelectuais e os laços entre o Japão e o continente asiático, como em *Confluences of Medicine in Medieval Japan: Buddhist Healing, Chinese Knowledge, Islamic Formulas, and Wounds of War* (Andrew Edmund Goble, 2011), para citar apenas alguns exemplos.

De interesse particular para o presente estudo, duas tendências, iniciadas especialmente na década de 1990, foram importantes: o surgimento de uma vasta produção acadêmica sobre os



samurais, focada geralmente em todo o medievo japonês, às vezes ultrapassando-o, e às vezes antecedendo-o; e uma nova onda de estudos voltada mais especificamente no século XIV.

Sobre a primeira tendência, os principais nomes são indubitavelmente Karl F. Friday e Thomas D. Conlan, ambos alunos de Jeffrey P. Mass. De Friday, cito três trabalhos de suma importância para o campo: *Hired Swords: The Rise of Private Warrior Power in Early Japan* (1992), um detalhadíssimo estudo do surgimento dos guerreiros; *Samurai, Warfare, and the State in Early Medieval Japan* (2004), um estudo amplo, do fim do século XII até o XIV, analisando os samurais e a guerra sobre os mais diversos aspectos (tecnologia, cultura, instituições, táticas), e *The First Samurai: The Life and Legend of the Warrior Rebel Taira Masakado* (2008), um detalhado estudo de caso sobre um infame rebelde do século X. Seus estudos deixam clara a influência de Jeffrey P. Mass: Karl Friday é um grande estudioso das instituições e mecanismos estatais de coerção. Mas apresentam também algo de novo, a citar, a análise da guerra em si, especialmente a guerra como fenômeno cultural específico, e as intersecções possíveis entre história militar, política, social, e cultural.

Quanto a Thomas Conlan, seus três principais trabalhos são *State of War: The Violent Order of the Fourteenth-Century Japan* (2003), de importância fundamental para este estudo por tratar justamente dos guerreiros no século XIV, *In Little Need of Divine Intervention: Takezaki Suenaga's Scrolls of the Mongol Invasions of Japan* (2009), onde ele apresenta traduções de fontes sobre as invasões mongóis de 1274 e 1281, e um breve ensaio mostrando as condições que possibilitaram a derrota dos mongóis, e *From Sovereign to Symbol: An Age of Ritual Determinism in Fourteenth Century Japan* (2011), onde ele parece afastar-se um pouco da guerra e dos guerreiros, para analisar as ideologias, e as intersecções entre o sagrado e a política (coisa que já fez, em escala menor, em *State of War*). De uns anos para cá, ele também tem disponibilizado um grande número de traduções de fontes em seu site oficial, parte delas compondo o rol de fontes do presente estudo. Além disso, ele lançou um compilado de fontes variadas sobre os samurais, traduzidas para inglês, trabalho do qual também faço uso, *Samurai and the Warrior Culture of Japan, 471-1877: A Sourcebook* (2022), e acaba de lançar uma obra que dá continuidade a seus estudos sobre os Ōuchi, *Kings in All But Name: The Lost History of Ōuchi Rule in Japan, 1350-1569* (2024).

Ainda sobre os guerreiros e a guerra, não poderia deixar de citar *The Culture of Civil War in Kyoto* (Mary Elizabeth Berry, 1994), que embora destine-se a estudar o período de 1467-1568, é uma das mais brilhantes obras que a historiografia anglófona produziu sobre o Japão (a autora propõe-se a ter como problema de estudo a ruptura entre os tempos ordenados, e o surgimento de

uma “cultura de guerra civil”), *The Taming of the Samurai: Honorific Individualism and the Making of Modern Japan* (Eiko Ikegami, 1995), uma obra de grande ousadia e ambição, que estuda os samurais por boa parte de sua história, e é por definição de caráter interdisciplinar, fazendo largos empréstimos da sociologia e antropologia, e *War and State Building in Medieval Japan* (John A. Ferejohn e Frances McCall Rosenbluth, ed., 1995), uma obra de múltiplos autores estudando tópicos distintos, como resistência campesina, disputas entre a capital e as províncias, mecanismos de coerção estatal, avanços tecnológicos e táticos, e até mesmo um capítulo sobre as possíveis origens do mito dos *ninja*.

Relativamente recente, mas de enorme importância para minha compreensão do medievo japonês, *Land, Power, and the Sacred: The Estate System in Medieval Japan* (editado por Janet R. Goodwin e Joan R. Piggot, 2018), revisa toda a literatura sobre o sistema econômico-administrativo dos chamados *shōen* (traduzidos para inglês, não sem problemas, por “*estates*”), que de modo geral formavam a base do poder econômico dos guerreiros, assim como da aristocracia e das instituições religiosas. As autoras, renomadas e experientes, foram alunas de Jeffrey P. Mass, e de outro grande nome da área, Delmer Brown. No mesmo ano, vemos também a publicação de *Akutō and Rural Conflict in Medieval Japan* (Morten Oxenboell, 2018), que atualiza o estudo sobre os *akutō*, guerreiros acusados, justa ou injustamente, de banditismo, pilhagem, e tantos outros crimes, e que no momento de queda do Regime dos Hōjō, em 1333, foram uma força fundamental para sua derrubada. Sua obra, de grande fôlego, reinterpreta o fenômeno de modo completamente novo, mostrando a violência como ferramenta legítima na negociação política entre comunidades rurais e proprietários aristocráticos.

## VI. Notas sobre a transcrição de nomes e títulos

Não é incomum encontrar em traduções de fontes primárias, ou mesmo em livros de história, um enorme número de variantes para a transcrição de nomes japoneses, embora no geral as diferenças sejam mínimas. Assim, para Go-Daigo, podemos encontrar em diferentes textos Go-daigo, Godaigo, GoDaigo, Go Daigo. Estas variantes tratam-se apenas de preferência pessoal e estilística. Outros nomes, ainda, possuem mais de uma possibilidade de leitura para seus caracteres, e são apresentados de formas diversas em obras diferentes, como o Príncipe Morinaga, cujo nome também podia ser lido como Moriyoshi. Há, além disso, a questão dos nomes chineses, que em algumas obras são citados pelo sistema mais antigo de transcrição fonética, o *wade-giles*, enquanto outras obras trazem o sistema mais em voga atualmente, o *pinyin*. Portanto, por questões de coesão textual, mesmo quando fazendo uma citação direta,

optei por manter uma só versão de cada nome japonês ao longo de todo trabalho, exceto no caso de variantes fonéticas. Assim, se a citação apresentar “Godaigo” ou “GoDaigo”, eu a substituirei por “Go-Daigo” por questões de coesão textual, mas quando apresentar Moriyoshi em vez de Morinaga, apresentarei conforme disposto na fonte.

Títulos e termos como *shugo*, *jitō*, *shōgun*, etc., serão mantidos com a demarcação de sílaba longa, e sempre em itálico, independente do seu grau de ocorrência no texto, inclusive em citações que apresentá-los sem tal demarcação. Quando tratando-se da tradução destes títulos em fontes primárias ou secundárias (por exemplo, a já corrente tradução de *jitō* para *steward*, ou *shōen* para *estate*), optei por uma escolha mista: para termos japoneses muito recorrentes no trabalho, mantive o termo japonês, mesmo quando em inglês este apresentava-se traduzido. Para casos onde não pude averiguar o termo original em japonês, ou onde o termo japonês era de baixa recorrência, optei por traduzi-lo.

Da mesma forma, para termos importantes ou de alta recorrência, apresento em notas ou ao longo do texto os caracteres usados na composição da palavra e seus significados (por exemplo, *nobushi* [野武士]). Isto não necessariamente ocorre na primeira aparição do termo, mas geralmente no momento em que o analiso.

Como as fontes primárias fazem inúmeras referências a nomes de personagens históricos e obras chinesas, para os mesmos fins de coesão textual aqui expostos, adaptarei todos os termos chineses para o *pinyin*. Assim, por exemplo, Sun-tzu será Sunzi. As exceções ao zelo linguístico ficam para poucos termos de uso corrente em português, como Buda (em vez de Buddha), ou Confúcio (em vez de Kongzi).

Com relação ao calendário, como seria demasiadamente dispendioso correlacionar com perfeição o calendário lunar japonês com nosso calendário solar, os meses nunca receberão nomes, e as datas serão expostas em dia-mês-ano, sendo o ano a única unidade de real equivalência ao nosso calendário (1-1-1333 no texto difere de 1º de Janeiro de 1333). Os nomes e anos de eras são apresentados quando pertinente, ou quando em citação direta, mas sempre seguidos do ano equivalente no calendário comum (por exemplo, Genkō 1 [1331]). Como todas as menções a datas referem-se a datas da Era Comum (EC), eliminei tal notação.

Por fim, evitei utilizar o termo Imperador, mantendo *tennō*, para deixar claro que a soberania do *tennō* caracterizava-se de modo distinto que concepções que possamos ter sobre imperadores no Ocidente. No entanto, por questões de inteligibilidade, mantive família imperial, bem como príncipes imperiais. Para distinguir a corte imperial em Kyōto das cortes jurídicas do *bakufu*, optei por destacá-la, com as iniciais em maiúsculo (Corte Imperial, ou a Corte).

Qualquer desvio do exposto aqui, assim como casos omissos, será justificado no corpo do texto ou em notas de rodapé.

### **VII. Um breve comentário sobre referências às fontes**

Muitas das fontes apresentadas contêm introduções, apêndices, ou notas. Algumas contêm estudos. Noutros casos, o livro trata-se de um estudo sobre determinado tema, seguido por fontes. Para deixar claro quando estou fazendo referência à fonte, e não a estudos ou comentários dos tradutores, optei por referenciar as fontes por seus nomes ou abreviações, conforme disposto na Lista de Abreviações. As referências bibliográficas completas encontram-se na bibliografia, separadas das demais obras.

## CAPÍTULO 1: UMA HISTÓRIA POLÍTICA DO JAPÃO NOS SÉCULOS XIII-XIV

“Até aqui o reino tinha estado em paz, com conversa alguma sobre coisas como guerra. Mas por conta destes incríveis acontecimentos, os espíritos dos homens tornaram-se alarmados e agitados, e por todos os lados se dizia que logo o céu e a terra virariam do avesso.”

(*Taiheiki*, Livro II)<sup>1</sup>

### 1.1. Introdução

A passagem acima, extraída do Livro 2 do *Taiheiki*, faz referência a eventos do ano de 1331, logo após a Batalha da Praia de Karasaki, ocorrida por volta do dia 26 do sétimo mês. Go-Daigo, então *tennō*, havia fugido da capital e estabelecido uma posição fortificada ao sul de Nara, no Monte Kasagi. Um de seus filhos, o Príncipe Morinaga, enfrentou com ajuda de guerreiros partidários seus — bem como dos monges do Enryakuji — as forças enviadas pelo Rokuhara *tandai*, órgão do *bakufu* responsável pela chefia de Kyōto. Os próximos dois anos presenciariam enormes revezes, com vitórias e derrotas para Go-Daigo e seus partidários, um breve período de exílio do *tennō*, sua fuga, a derrubada total do regime de Kamakura e de seus reais mandantes, os Hōjō, e o retorno triunfante de Go-Daigo à capital, estabelecendo um novo regime, e dando início a uma restauração do governo imperial direto.

Porém, seu triunfo seria efêmero. Entrando vitorioso na capital em 1333, de lá Go-Daigo seria expulso em 1336 por um dos generais que o ajudara a tomá-la, Ashikaga Takauji. Outrora partidário dos Hōjō, Takauji aderiu à causa de Go-Daigo, mas as diferentes ambições e concepções de Estado de tais homens não permitiu que convivessem pacificamente num mesmo âmbito político por muito tempo. O Japão então entraria num período de quase sessenta anos de guerra civil conhecido como *Nambokuchō*, “Período das Cortes do Norte e do Sul.”

Neste capítulo, examinarei a história política do Japão nos séculos XIII e XIV, recapitulando brevemente a rebelião de Go-Daigo contra o regime de Kamakura, governado pelos Hōjō, seu novo governo, e os principais marcos da intermitente guerra civil entre ele e seus descendentes — a Corte do Sul — e o novo *bakufu* fundado pelos Ashikaga e legitimado na capital por um *tennō* fantoche — a Corte do Norte. Encerrarei este século XIV pela metade. Os próximos capítulos serão instrumentais para entender melhor determinados desenvolvimentos neste tempo de guerras. A retomada desta história será brevemente esboçada na Conclusão: trata-se de um panorama completamente diferente, de autoridades regionais consolidadas (ou em vias

---

1 *Taiheiki*, p. 62.

de consolidação), e um forte regime central sob a figura do terceiro *shōgun* do novo *bakufu*, Ashikaga Yoshimitsu.

No entanto, cabe retomar a passagem que escolhi para abrir este capítulo, pois ela deixa algumas ressalvas a serem feitas. Se é verdade que os espíritos dos homens inflamaram-se rapidamente em 1331, e o caos da guerra logo instaurou-se por todo o Japão, não podemos tomar como verdadeira a primeira afirmação: a de que até então, o reino tinha estado em paz. Embora majoritariamente livre de conflitos militares de larga escala, a tensão política vinha crescendo há mais de cinquenta anos, e a violência tornava-se uma extensão cada vez mais rotineira de todos os tipos de disputas e contendidas.

Em primeiro lugar, uma política errática de sucessão levou à divisão da casa imperial em duas linhas, a linha Jimyōin e a linha Daikakuji, ambas alternando-se no trono. Isto certamente não poderia durar. Em segundo lugar, os Hōjō pagaram um preço alto pela vitória sobre as Invasões Mongóis de 1274 e 1281, perdendo paulatinamente o apoio de guerreiros que não podiam mais recompensar. Para piorar, o novo poder adquirido pelo *bakufu* no tempo da crise mongol levou os Hōjō a um regime mais autocrático, alienando aliados de longa data.

É preciso, portanto, que olhemos para este século XIV num panorama mais extenso, “um longo século XIV”, por assim dizer, de modo tal que decido começar minha história com uma breve recapitulação do legado do primeiro *bakufu*, para seguir com a análise da divisão da casa imperial, e do período autocrático dos Hōjō, legitimado pelo cataclísmico choque de forças e pelo espectro persistente causados pelas Invasões Mongóis de 1274 e 1281 — todos estes elementos sendo o que considero as condições germinais para a guerra que eclodiria em 1331, e que contribuiriam parcialmente para as irremediáveis incompatibilidades entre Go-Daigo e Ashikaga Takauji.

### **1.1.1. Antecedentes: o *bakufu* de Kamakura e o regime dos Hōjō**

O primeiro *bakufu*, conhecido mais largamente por Kamakura *bakufu*, também pode, erroneamente, ser chamado de Minamoto *bakufu*. Muito mais apropriado, no entanto, seria chamá-lo pelo que ele realmente foi: o Hōjō *bakufu*, isto é, o *bakufu* dos Hōjō.

Retomá-lo em detalhes, e recontar toda sua história, transbordaria para muito além do que sou capaz de esboçar aqui: suas origens encontram-se nos Distúrbios de Hōgen (1156) e Heiji (1160), conflitos palacianos que envolveram diferentes contendores ao trono, cada qual acompanhado por sua facção, composta por diferentes membros da alta aristocracia (*kugyō*) e dos guerreiros (*bushi*). Ambos os lados tinham seu punhado de membros dos Fujiwara — o mais

eminente dos clãs aristocráticos — e dos Minamoto e Taira — as mais eminentes famílias militares<sup>2</sup>. Como resultado de tais conflitos, Go-Shirakawa *tennō* sai vitorioso, abdicando em 1158 mas continuando a governar como *in*<sup>3</sup>, e os Minamoto são varridos do mapa pelos seus rivais Taira<sup>4</sup>. As próximas décadas veriam uma ascensão meteórica dos Taira, até que em 1180, Taira Kiyomori se estabelece como autocrata, tendo casado uma de suas filhas com o Takakura *tennō* (r. 1168-1180), feito-o abdicar em favor de seu neto Antoku, com então meros 3 anos de idade, e posto o Go-Shirakawa-in em prisão domiciliar<sup>5</sup>. É neste contexto que estourou a Guerra Gempei (1180-1185), onde os Taira seriam removidos do poder e a linhagem de Kiyomori seria aniquilada quase completamente, e a Corte teria que lidar com uma nova instituição, o *bakufu*, fundado por Minamoto Yoritomo.

O pai de Yoritomo, Yoshitomo, foi morto em 1160, no Distúrbio Heiji. Por intercessão da esposa de Kiyomori, o líder dos Taira, foi permitido que o pequeno Yoritomo fosse criado em exílio por um ramo distante dos Taira, os Hōjō, em Izu. Em 1180, vemos Yoritomo já como um homem maduro, e cioso de recuperar o prestígio de sua família e seu lugar ao sol. Ele só precisava de uma causa que legitimasse sua guerra, e isto veio na forma da convocação do Príncipe Mochihito, um príncipe deixado para trás na sucessão imperial em favor do já citado Antoku, que levantou sua bandeira contra os Taira em rebelião aberta<sup>6</sup>. Mochihito morreu ainda em 1180, mas para Yoritomo, sua declaração de que os Taira eram inimigos do Estado bastava. Ele usou-se disto para apoderar-se de toda a região de Kantō e fundar basicamente um reino independente entre os anos de 1180-1183<sup>7</sup>, enquanto um primo distante, Minamoto Yoshinaka, e um meio-irmão, Minamoto Yoshitsune, lutavam contra os Taira no oeste. A complexidade do jogo político desta guerra é enorme, mas podemos resumir suas consequências da seguinte forma: os Taira são derrotados, Yoritomo faz um acordo com Go-Shirakawa, onde retorna

2 Tratam-se aqui de ramos guerreiros dos Taira e Minamoto. Ambos possuíam ramos aristocrático-burocráticos, carentes de qualquer conotação militar. Mais especificamente, haviam diversas famílias Taira e Minamoto, pois tratavam-se de sobrenomes comuns dados a príncipes imperiais para torná-los súditos (em tempos de excesso de príncipes).

3 *In* (院): neste contexto específico, o “Imperador Abdicado” ou “Ex-Imperador”. O *insei* (院政), “governo do ex-imperador”, foi um modelo político que surgiu no Japão do século XI, onde um imperador abdicava em favor de seu sucessor, mas continuava governando, embora sem as ocupações cerimoniais diversas exigidas do ocupante do trono. Tal regime nasce principalmente como forma de livrar o soberano da influência dos regentes imperiais do clã Fujiwara.

4 RIZŌ, Takeuchi. The rise of the warriors. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: Heian Japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 688-694.

5 *Ibidem*, p. 695-700.

6 MASS, Jeffrey P. The Early Bakufu and Feudalism. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 124-125.

7 HURST, G. Cameron III. The Kōbu Polity: Court-Nakufu Relations in Kamakura Japan. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 5-7.

nominalmente as províncias de Kantō ao poder imperial, e por fim, elimina seus possíveis competidores dentro de seu próprio clã: Yoshinaka, em 1184, e Yoshitsune, em 1190<sup>8</sup>.

Para todos os propósitos, Yoritomo se estabelece como o maior liderança guerreira do reino, protetor do Japão, e funda em Kamakura — sua capital na província de Sagami — órgãos que viriam a compor o que conhecemos como o primeiro *bakufu*, responsáveis pela manutenção da paz e por recompensar os guerreiros que tomaram parte na Guerra Genpei e em guerras posteriores. Muitos destes guerreiros — pelo menos os mais poderosos — tornaram-se vassallos diretos de Yoritomo — e do *bakufu* — recebendo o título de *gokenin*. O trecho a seguir resume bem os contornos e consequências que este novo poder, encerrado primeiro na figura de Yoritomo, posteriormente em seu regime, traria para o cenário político japonês:

A relação entre esta nova autoridade para com toda a estrutura de governo no Japão do século XII precisa ficar clara. Yoritomo adquiriu poderes que operavam paralela, e só incidentalmente, em competição com aqueles exercidos pela Corte. Na verdade, a posição de *shōgun* não era uma usurpação, mas um acréscimo dentro do velho sistema. Ela baseava-se na divisão legal de poderes elaborada pela própria Corte. E a cautelosa manutenção da legalidade por Yoritomo, sua reivindicação de ser um protetor, e não destruidor, do regime imperial deve, portanto, ser levada a sério. Mas numa análise final, o sistema do *shōgun* criou mecanismos capazes de assumir por inteiro o fardo da administração local. Além disso, tais mecanismos eram muito mais competentes que o enfraquecido sistema de autoridade sobre o qual a nobreza da Corte apoiava-se. Sob o sistema *gokenin*, o laço entre superior e inferior era pessoal e militar, e existia irrespectivo da posição do inferior na organização administrativa. O sistema *gokenin* introduziu um novo tipo de relação com a autoridade, que eventualmente desalojaria (ou absorveria) o governo civil derivado do código Taihō. Relações feudais existiam há longa data no Japão, mas com o estabelecimento do quartel-general em Kamakura, um governo incipiente baseado na autoridade feudal ganhou reconhecimento nacional. O novo sistema ainda era imaturo, e num certo sentido, contido dentro da estrutura da ordem imperial. Mas os japoneses do século XII reconheciam a chegada de uma nova era no contraste que viam entre Kamakura e Kyōto, *buke e kuge*. O estabelecimento do *bakufu* em Kamakura criou um novo foco de poder, associado com uma nova classe.<sup>9</sup>

Sobre a citação acima, cabem alguns pontos. Em primeiro lugar, ao referir-se ao código Taihō, o autor fala do código penal-administrativo adotado durante a fundação do Estado japonês, entre os séculos VII e VIII (o código Taihō em si data de 702)<sup>10</sup>, que perdurava, ao menos nominalmente, até a presente data (e que de fato continuou sem ser revogado depois disso, embora não fosse aplicado). O xogunato, por extensão, é apenas outro termo para referir-se ao *bakufu*, o órgão governado pelo *shōgun* (simplicemente, o líder nominal do *bakufu*).

8 RIZŌ, 1999, p. 700-709.

9 HALL, John Whitney. **Government and Local Power in Japan, 500 to 1700: A Study Based on Bizen Province**. Ann Harbor: Center For Japanese Studies University Of Michigan, 1966, p. 153-154.

10 Sobre isto, cf. NAOKI, Kojiro. The Nara state. In: BROWN, Delmer (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: Ancient Japan**. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 221-267.



Por fim, o uso do termo “feudalismo” para descrever as relações entre o estamento guerreiro traz, por si só, problemas de diversas naturezas. A caracterização dada aqui sobre a figura dos *gokenin* também apresenta alguns problemas. Estas questões serão analisadas no capítulo 2. O que importa é que, de fato, mesmo nos escritos da época, pairava a consciência latente de que estavam adentrando em novos tempos, onde o poder passaria a ser partilhado não só entre aristocratas, família imperial, e grandes templos, mas também com as lideranças guerreiras. Como nos diz o monge Jien, autor do *Gukanshō*, embora com algum exagero, o Japão estava entrando na “idade dos guerreiros” (*musha no yo*)<sup>11</sup>.

Embora o *bakufu* nasça como uma extensão da burocracia imperial, o que de fato impera durante o fim do século XII e por boa parte do século XIII é uma diarquia, conhecida por historiadores como regime *kōbu*<sup>12</sup>. O *tennō*, o *in*, e os Fujiwara continuam dominando parte do governo de Kyōto, enquanto a nova figura do *shōgun* torna-se um par à altura, e um novo poder a ser levado em consideração. No entanto, o reinado dos Minamoto duraria pouco.

Após a morte de Yoritomo em 1199, seu filho Minamoto Yoriie — um intempestivo jovem de dezessete anos, com as mesmas tendências autocráticas do pai — torna-se o novo *shōgun*, mas é morto em 1204, em parte por conta de sua postura autocrática e antagonismo com a família de sua mãe, os Hōjō. O *shōgun* seguinte, Minamoto Sanetomo, tem um governo mais longo, mas aparentemente não era afeito aos assuntos de governo, preocupando-se muito mais com a poesia e com as amizades que tinha na Corte de Kyōto<sup>13</sup>. Uma nova crise surge quando, no ano de 1219, Sanetomo também acaba assassinado — ao que tudo indica, uma retaliação pela morte de Yoriie<sup>14</sup>.

Dito tudo isto, cabe perguntar: mas quanto aos Hōjō, quem eram? De onde vieram, e qual sua relação com os Minamoto e o *bakufu*? E com que base afirmo que o século XIII e o regime que nele instaurou-se podia mais justificadamente chamar-se *bakufu* dos Hōjō que dos Minamoto?

Enquanto ainda era refém dos Hōjō em Izu, Yoritomo casou-se com a filha de seu guardião, a altiva Hōjō Masako. O sogro de Yoritomo, Hōjō Tokimasa, embora um de seus

11 O *Gukanshō*, crônica histórica redigida pelo monge aristocrata Jien por volta de 1219, dividia a história do Japão em “Idade Antiga”, “Idade Média”, e “Idade dos Guerreiros”. Cf. *Gukanshō*, passim.

12 HURST, 1982, desenvolve a ideia do sistema político *kōbu* entre as páginas 3-28.

13 VARLEY, H. Paul. The Hōjō Family Succession to Power. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan**: Essays in Kamakura History. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 146-150 (sobre Yoriie), p. 151-157 (sobre Sanetomo). Yoriie antagonizou os Hōjō e priorizou os Hiki, família de sua esposa, bem como de sua *nemoto*, espécie de ama-de-leite ou ama-de-criação. Isto resultou num expurgo contra os Hiki e no afastamento e eventual assassinato de Yoriie, possivelmente a mando de Hōjō Tokimasa, seu avô, e Hōjō Yoshitoki, seu tio. Sanetomo acaba sendo assassinado por um filho de Yoriie, durante uma procissão repleta de figuras da Corte.

14 *Ibidem*, p. 150-157.

principais aliados no início da guerra, foi relegado a posições de pouca importância conforme Yoritomo conquistava o apoio de poderosas lideranças guerreiras. Assim, é só depois da morte de Yoritomo que os Hōjō vão pouco a pouco apoderando-se do *bakufu*, sem nunca ousarem clamar para um dos seus o título de *shōgun*. A princípio, Tokimasa se estabelece como líder dos *gokenin*, mas em 1205 é passado para trás e removido do poder por seu filho, Yoshitoki, e sua filha, Masako, viúva do falecido Yoritomo<sup>15</sup>. Quando Sanetomo morre em 1219, o poder em Kamakura estava firmemente nas mãos destes dois Hōjō, mas agora eles careciam do elemento que os legitimava nesta mesma estrutura de poder: um *shōgun*. O problema seria resolvido em alguns anos, depois da Guerra Jōkyū, de 1221<sup>16</sup>.

Os Hōjō passaram mais de meio século firmando-se no poder, pois para que pudessem gozar de poder quase irrestrito no *bakufu*, precisaram eliminar outras famílias *gokenin* tão ou mais poderosas e influentes que eles. Foi assim que eles expurgaram os Hiki (1203), os Hatakeyama (1205), os Wada (1213), os Miura (1247), e por fim os Adachi (1285)<sup>17</sup>.

Seu maior desafio, no entanto, veio logo depois da morte de Sanetomo, quando o *in* Go-Toba começou a planejar uma rebelião contra o *bakufu*. Em 1221, isso eclode na já citada Guerra Jōkyū. A campanha durou um mês, terminando com o exílio dos *ex-tennō* Go-Toba, Tsuchimikado e Juntoku, e o confisco de um enorme portfólio de terras imperiais e aristocráticas, muitas distribuídas entre os *gokenin* mais eminentes, muitas outras devolvidas logo depois do incidente. Este foi o mais sério desafio ao poder dos Hōjō, e ao *bakufu* como um todo, excetuando a crise das Invasões Mongóis, que apesar de fortalecer o *bakufu*, ameaçou a independência do próprio Japão.

A partir de Jōkyū, os Hōjō passaram a comandar o *bakufu* através do posto de *shikken* — espécie de regente xogunal — em nome de *shōgun* exteriores ao clã Minamoto: Kujō Yoritsune (*shōgun* 1226-1244) e Kujō Yoritsugu (*shōgun* 1244-1252), do ramo Kujō dos Fujiwara, e depois disso, Príncipe Munekata (*shōgun* 1252-1266), Príncipe Koreyasu (*shōgun* 1266-1289), Príncipe Hisaaki (*shōgun* 1289-1308) e Príncipe Morikuni (*shōgun* 1308-1333), todos príncipes imperiais

15 VARLEY, 1982, p. 153-154.

16 Hōjō Masako atuou em conjunto com o irmão, Yoshitoki, mas foi por si só uma figura de enorme relevância. As negociações com Kyōto para que providenciassem um *shōgun* foram, em grande medida, intermediadas por ela, e seu papel na Guerra Jōkyū como figura ao redor da qual os guerreiros de Kantō se uniram também é impressionante. Para o público brasileiro, uma investigação preliminar, junto de ótimas recomendações bibliográficas, encontra-se em GOMES, Júlia Westphal. **Hojo Masako: monja, mãe e shogun** : gênero e poder no período Kamakura (1185-1333). Pelotas, 2023. TCC (Bacharelado em História) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, 2023. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/000107/0001077c.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

17 Para um relato detalhado da ascensão dos Hōjō e de como foram paulatinamente livrando-se de seus rivais, cf. VARLEY, op. cit.

enviados para servirem como *shōgun*<sup>18</sup>. Ou seja, se de início os Hōjō serviam ao *shōgun*, ao longo do século XIII, o *shōgun* e o próprio *bakufu* passam em partes a existir como pretexto para o governo dos Hōjō.

Com tudo que foi dito até aqui, seria fácil imaginar que o século XIII foi um século politicamente turbulento na história japonesa, e que o regime dos Hōjō foi marcado por abusos de poder e pela queda vertiginosa de prestígio da Corte Imperial e da aristocracia tradicional de Kyōto. No entanto, tal imagem não poderia estar mais distante da realidade. Em verdade, os Hōjō mostraram-se moderados em diversas ocasiões, optando por longo tempo por manter suas prerrogativas originais em vez de expandi-las<sup>19</sup>, mesmo quando a Corte punha-se favorável a isto. No campo político, o século XIII foi marcado por regimes estáveis, poucos conflitos de larga escala, e enormes avanços jurídicos e administrativos. Salvo raros episódios isolados de violência (como os expurgos de grandes famílias listados acima), as únicas guerras de grandes proporções foram a Guerra Jōkyū, de 1221, que apesar de mobilizar um grande número de homens, não chegou a durar um mês, e as duas Invasões Mongóis sofridas pelo Japão – em 1274 e 1281, cujas repercussões veremos mais adiante.

Fora isto, os dois primeiros terços do regime dos Hōjō foram marcados por sobriedade administrativa e judicial, um avançadíssimo sistema jurídico, responsável por levar sempre que possível os guerreiros a resolverem suas diferenças nas cortes do *bakufu* (em detrimento da resolução privada pelas armas), e inclusive, uma defesa das prerrogativas aristocráticas, e das propriedades dos aristocratas, dos grandes templos, e da família imperial, constantemente assediadas por guerreiros<sup>20</sup>. Foram muitos os julgamentos do *bakufu* que beneficiaram os proprietários tradicionais em vez dos guerreiros que formavam a base de seu regime, sendo a busca pela imparcialidade jurídica uma das grandes marcas dos Hōjō.

Além disso, diferentes de todos os outros que apoderaram-se do poder no Japão, os Hōjō não estavam interessados nas honrarias de corte, e não eram desejosos de altos graus que não lhes cabiam, sendo bastante conscientes de seu baixo *status*, e pondo-se “humildemente” como servidores do *bakufu*<sup>21</sup>. Hōjō Yasutoki, o terceiro *shikken* Hōjō (*shikken* 1224-1242), foi responsável por implementar um governo por conselho, quebrando com a autocracia fundada por Yoritomo ao fundar o *hyōjōshū*, uma espécie de “Conselho de Estado” do *bakufu*, em 1225, e por

18 HURST, 1982, p. 3-4, nota 1. Yoritsune foi adotado como Minamoto. Embora eu não tenha encontrado nada apontando uma adoção similar para os demais *shōgun*, trata-se de uma estratégia de legitimação interessante.

19 *Ibidem*, *passim*.

20 MASS, Jeffrey P. The Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990, p. 74-88; também *cf.* HURST, *op. cit.*

21 VARLEY, 1982, p. 144. É claro, não se pode dizer que tal postura foi adotada ao longo de todo o regime, mas ao adotá-la, os Hōjō evitavam atritos com os poderes tradicionais.

redigir um código de leis e diretrizes gerais do *bakufu*, o *Goseibai Shikimoku*, também conhecido como Código Jōei, em 1232<sup>22</sup>.

Dois episódios, no entanto, mudariam completamente o caráter do governo dos Hōjō, dando-lhes poderes tais que já não seria possível não ver o *bakufu* como governo nacional por excelência, com os Hōjō à sua frente, e pondo-os novamente na senda da autocracia, ao mesmo tempo que despontava ao longe os primeiros sinais de seu declínio. Tais episódios foram o cisma da família imperial, e as Invasões Mongóis de 1274 e 1281, para os quais o texto volta-se agora.

### 1.1.2. Antecedentes: o cisma imperial entre as linhas Jimyōin e Daikakuji

Depois da Guerra Jōkyū, em 1221, o *bakufu* exilou três *ex-tennō*: Go-Toba, Juntoku, e Tsuchimikado (o último, não envolvido na conspiração, requisitou seu próprio exílio). Além disso, um grande número de *shōen* imperiais — segundo alguns, cerca de 3 mil — foram confiscados, apontando-se *jitō* (espécie de “administradores compulsórios”) para muitos deles<sup>23</sup>. Boa parte das terras foram devolvidas rapidamente, mas o *bakufu* reservou para si o direito de confiscar terras imperiais, se visse necessidade para tanto. Pondo-se numa situação desagradável, no entanto — a de ter exilado três *ex-tennō*, o órgão vê-se na situação ainda mais incômoda de apontar um novo ocupante para o cargo. Como há quase dois séculos a casa imperial vinha sendo comandada por um *in*, aponta-se Go-Takakura como *in*, e seu filho, Go-Horikawa (r. 1221-1232), como *tennō*<sup>24</sup>. Por fim, o *bakufu* toma mais um passo para impedir que incidentes semelhantes com a Corte ocorram. O trecho a seguir mostra esse realinhamento político, e deixa clara a moderação de Kamakura neste primeiro momento de realinhamento do sistema político *kōbu*:

Para coibir ainda mais as atividades da Corte, a política prévia do *bakufu* de estacionar um *shugo* em Kyōto foi fortalecida ao estabelecer os generais Hōjō Yasutoki e Tokifusa como deputados (*tandai*) em Rokuhara. A vingança de Kamakura limitou-se à mudança de algumas figuras da Corte, e ao reforço da segurança do *bakufu*; mas ela foi de natureza seletiva, limitada, e pessoal. Mesmo que vitorioso, o *bakufu* continuou a apoiar o regime *kōbu*, embora agora com uma ampliação do escopo da jurisdição de Kamakura.<sup>25</sup>

Ou seja, o que vemos aqui não é um *bakufu* cioso de tomar o poder da Corte, desmantelá-

22 KILEY, Cornelius J. The Imperial Court as a Legal Authority in the Kamakura Age. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). *Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura Jistory*. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 30.

23 Sobre as posições de *jitō* e *shugo*, bem como sua ligação com o sistema *shōen-kokugaryō*, ver capítulo 2 do presente estudo.

24 HURST, 1982, p. 17-18. Go-Takakura nunca foi *tennō*. Sua nomeação como *in* serviu para dar maior legitimidade à ascensão e reinado de seu filho.

25 *Ibidem*, p. 17.

la, e tornar-se de fato o governo nacional por excelência, mas um órgão moderado, dedicado a preservar o *status quo*, e seu próprio papel dentro dele, embora com uma alteração favorável a si na balança de poder. Mal podemos chamar tais atos de vingança, pois são respostas necessárias à preservação do próprio órgão. A Guerra Jōkyū deu largas oportunidades para o *bakufu* apossar-se dos poderes da Corte, contando inclusive com apoio militar para isso, se preciso fosse. Mas o órgão, sob a chefia dos Hōjō, preferiu exercer moderação, e evitou novas intromissões nos assuntos do trono. Levariam 21 anos para que o *bakufu* se intrometesse novamente nos assuntos de sucessão imperial, sendo as nomeações de Go-Takakura e Go-Horikawa medidas emergenciais para responder a uma crise pontual<sup>26</sup>.

No entanto, com a morte de Shijō (r. 1232-1242), sucessor de Go-Horikawa, o *bakufu* vê-se forçado a intervir. O homem morreu sem deixar herdeiros, e os principais candidatos ao trono eram os príncipes Kunito (filho de Tsuchimikado) e Tadanari (filho de Juntoku), ambos filhos de figuras exiladas na Guerra Jōkyū. As figuras mais eminentes da Corte Imperial, Kujō Michiie e Saionji Kintsune, apoiavam a ascensão de Tadanari ao trono, e tinham o apoio da aristocracia, mas como Juntoku ainda estava vivo em exílio, o *bakufu* não podia consentir com tal escolha. Com muita cautela, o órgão contraria os desejos da Corte e aponta Kunito para o trono, que assume a dignidade imperial como Go-Saga (r. 1242-1246), criando assim um precedente para futuras intromissões do regime de Kamakura nos assuntos imperiais, e alterando o balanço do sistema *kōbu* ainda mais em seu favor, e em detrimento da Corte<sup>27</sup>. Go-Saga abdicou em 1246 em favor de Go-Fukakusa (r. 1246-1260), querendo estabelecer-se como *in*, mas o *bakufu* impôs ainda outra restrição ao criar o *in no hyōjōshū*, o “Conselho do *In*”, formado por membros da alta e média aristocracia, de modo a por em xeque um possível ressurgimento de autoritarismo imperial. Mais que isso, a nomeação dos membros de tal Conselho tinha que ser aprovada pelo *bakufu*<sup>28</sup>.

No entanto, foi com a morte de Go-Saga-in, em 1272, que a situação realmente ganhou contornos mais graves. Dos dois filhos do *in* Go-Saga, ele parecia preferir Kameyama a Go-Fukakusa para sucedê-lo como *chiten no kimi*<sup>29</sup>. O *bakufu*, seguindo as recomendações da viúva de Go-Saga, opta por um governo imperial (*shinsei*) de Kameyama (r. 1260-1274) em vez de um governo do *ex-tennō* (*insei*) Go-Fukakusa-In. No entanto, em 1274, Kameyama abdica em favor de seu filho Go-Uda (r. 1274-1287), e passa ele próprio a governar como *in*, causando frustração

26 HURST, 1982, p. 17.

27 Ibidem, p. 18.

28 Ibidem, p. 21-22.

29 *Chiten no kimi* (治天の君): líder da casa imperial, título que surge para definir quem realmente detinha o poder final dentre o *tennō* e os inúmeros *ex-tennō*.



em Go-Fukakusa e seus apoiadores, que o viam como a figura sênior merecedora de tal posição. Para aliviar as tensões, o *bakufu* torna-se mediador, prometendo que depois de Go-Uda, o trono passaria para Fushimi, filho de Go-Fukakusa. Para complicar mais a questão, Kameyama e Go-Fukakusa disputavam a posse do portfólio de terras imperiais, de modo que tais terras ficaram divididas entre o que torna-se, então, dois ramos imperiais distintos. Quando, em 1287, Fushimi (r. 1287-1298) torna-se *tennō*, a liderança da Corte passa de Kameyama-In para Go-Fukakusa-In. Kameyama protesta, mas o *bakufu* mantém-se firme em sua decisão, pois era seu plano manter esta política de alternância imperial, de modo que o ex-*tennō* toma a tonsura em 1289 num sub-templo do Nazenji. Eis as raízes do cisma, e os dois ramos irreconciliáveis que daí despontam: o ramo Daikakuji, dos descendentes de Kameyama, e o ramo Jimyōin, dos descendentes de Go-Fukakusa<sup>30</sup>.

Os dois ramos tornam-se ávidos rivais, cada qual cercado por seus aliados dentre a aristocracia, e a tensão política continua elevada até o fim do regime dos Hōjō. Conforme as palavras de Jeffrey Mass, “o esquema de sucessão alternada entre os ramos Daikakuji e Jimyōin da casa imperial não só a dividiram em facções rivais, mas causaram um efeito cascata em toda a aristocracia.”<sup>31</sup> Indício de que os Hōjō, ao tomar tal decisão, não queriam criar tal cisma e rivalidade, mas, pelo contrário, diminuir as tensões na Corte, é o fato de que o órgão tenta ausentar-se do envolvimento da ascensão de Go-Nijō, em 1301. Mas era tarde demais: sua presença agora fazia-se obrigatória a cada nova nomeação imperial<sup>32</sup>.

### 1.1.3. Antecedentes: as Invasões Mongóis

A primeira das duas Invasões Mongóis ao Japão foi precedida por uma série de correspondências. Os mongóis tentaram entrar em relações diplomáticas com o Japão, embora dentro de um modelo diplomático aos moldes chineses, que colocava o Japão como Estado tributário. A Corte não sabia como responder, e o *bakufu* tomou a dianteira, preparando-se para uma invasão. O *bakufu* coagiu — embora com sucesso parcial — os *gokenin* com posses em Kyūshū a mudarem-se para lá e reportarem aos *shugo*. Segundo estimativas de Farris, a primeira invasão, em 1274, teria sido composta por 90 mil homens<sup>33</sup>, um número um tanto excessivo (ao que tudo indica, Farris levou os números dados pelas crônicas como verídicos neste caso). Os números apresentados por Ishii Susumu para a primeira invasão são de 8 mil coreanos e 15 mil

30 HURST, 1982, p. 23-24.

31 MASS, Jeffrey P. **Lordship and Inheritance in Early Medieval Japan: A Study of the Kamakura Sōryō System**. Stanford: Stanford University Press, 1989, p. 111.

32 HURST, op. cit., p. 25.

33 FARRIS, 1995, p. 329.

“soldados Yüan”<sup>34</sup>, números bem mais plausíveis, embora traga seus próprios problemas, pois por “soldados Yüan”, não diferencia chineses de mongóis.

De todo modo, a invasão começou pelas ilhas de Tsushima e Iki, onde os mongóis viram uma firme resistência japonesa, mas por mais firme que a resistência fosse, não havia como impedi-los. Ao desembarcarem no norte de Kyūshū, dois estilos de guerrear completamente distintos se chocaram. Por um lado, os japoneses estavam há séculos adaptados a um modo de combate mais individualizado, por outro, os mongóis estavam acostumados a lutar em grandes formações. Os japoneses atrasaram o avanço mongol a duras perdas, até que em 20-10-1274, a frota partiu<sup>35</sup>. Ishii Susumu dá um vívido retrato deste curioso fim:

A guerra alcançara seu clímax pelo cair da noite do vigésimo dia. O exército japonês abandonou as áreas de Hakata e Hakozaki, retirando-se para as ruínas de um antigo forte em Mizuki de modo a defender Dazaifu, localizado a uns dezesseis quilômetros do mar. A força Yüan-Koryō, no entanto, também tinha sofrido baixas. Em particular, o vice-comandante do exército Yüan, Liu Fu-heng, tinha sido ferido por uma flecha atirada por Mutō Kagesuke. Os líderes mongóis tomaram a fatídica decisão de retirar-se, por problemas de efetivo e de suprimentos. Pela manhã seguinte, a maior parte de sua frota simplesmente desaparecera. Não fica claro se uma tempestade atacou enquanto os navios ainda estavam na baía de Hakata, ou quando estavam passando pelas ilhas de Iki e Tsushima, em seu retorno a Koryō. Em todo caso, a viagem de volta levou mais de um mês.<sup>36</sup>

Por sorte, o *bakufu* não tomou isto como um sinal de que a crise havia acabado, e depois desta primeira invasão, apropriou-se do direito de convocar todos os guerreiros à defesa do Japão, e não só os *gokenin*, seus próprios vassallos<sup>37</sup>. Como veremos nos capítulos 2 e 3, esta decisão teve enorme importância, causando mudanças permanentes na estrutura do *bakufu* e em sua relação com os guerreiros.

Medidas adicionais são tomadas: guerreiros de Kyūshū são dispensados do serviço rotativo de guarda na capital para patrulhar a costa norte; uma grande muralha é construída na costa norte de Kyūshū; temendo que o Mar Interior pudesse ser atacado, o *bakufu* manda reforçar Nagato com guerreiros de Aki e Suō; juntam-se fundos tributando aristocratas e grandes templos, independente de privilégios jurídicos e tributários que pudessem ter<sup>38</sup>. Outro emissário de Yüan chega ao Japão em 1275, mas é decapitado<sup>39</sup>.

Uma nova força (dividida em duas) ataca em 1281. Os números que Farris apresenta são

34 ISHII, 1990, p. 138.

35 FARRIS, 1995, p. 329-331.

36 ISHII, op. cit., p. 140.

37 FARRIS, op. cit., p. 331; ISHII, op. cit., p. 143.

38 FARRIS, op. cit., p. 331-332.

39 Ibidem, p. 332.

de 100 mil chineses numa das frotas, e 40 mil chineses, coreanos, e mongóis na outra (aqui os números são os mesmos que os apresentados por Ishii)<sup>40</sup>. Uma série de fatores contribuem para o fracasso mongol: o preparo dos japoneses, as fortificações em Hakata (a muralha supracitada), e a própria falta de coordenação entre os dois principais comandantes das frotas; e por fim, um tufão, que tornou-se o elemento mais famoso da tentativa de invasão. Embora os “mongóis” tenham tomado novamente as ilhas de Iki e Tsushima, os japoneses conseguiram segurá-los na baía de Hakata, bem como em Nagato, onde também erigiram muros<sup>41</sup>. Sempre muito atento a questões como crises de fome e epidemias, Farris aponta que “enquanto a frota da rota oriental aguardava por um massivo segundo ataque, uma epidemia alastrou-se, e os suprimentos escassearam.”<sup>42</sup> Esta força, a frota menor, aguardava a chegada frota principal a Iki, onde tinham se abrigado. Quando as duas frotas se juntam, chegam a haver alguns confrontos contra japoneses em barcos. De todo modo, o tufão devastou parte da frota, e desorganizou o inimigo, e “por vários dias, guerreiros japoneses como Takezaki Suenaga exterminaram o que restara da grande força mongol”. Os mongóis, no entanto, continuariam a planejar uma terceira invasão, de modo que as políticas de defesa (bem como o custo desta defesa prolongada) foram mantidas pelo resto do século XIII. Curiosamente, os japoneses cogitaram invadir a Coreia em retaliação, mas tais planos nunca foram levados adiante<sup>43</sup>.

Conlan escreveu uma brilhante obra sobre o tópico das Invasões Mongóis, mas este trabalho será usado aqui somente para fazer dois complementos muito pontuais. Primeiramente, um dos grandes problemas gerados pelas Invasões Mongóis foi a falta de recompensa aos guerreiros (somada ao custo dos esforços de defesa que recaíram sobre eles). Enquanto pouquíssimos *gokenin* foram recompensados, o mesmo não vale para templos e santuários. Estes receberam amplas recompensas. No entanto, Conlan mostra que não houve, por parte dos guerreiros, nenhum tipo de ressentimento para com a largueza mostrada para com as instituições religiosas, pois “eles próprios acreditavam que vitória e derrota estavam sujeitas à vontade dos deuses.”<sup>44</sup> Ele também é muito crítico à tradição de que a vitória teria se dado por conta de tufões e tempestades, nos lembrando, por exemplo, que por mais que a narrativa de Takezaki Suenaga tivesse forte caráter religioso, ele nunca mencionou socorro divino na derrota dos mongóis. Conlan também aponta que o termo *kamikaze* não é encontrado nos documentos de Kamakura

---

40 FARRIS, 1995, p. 332; ISHII, 1990, p. 145.

41 FARRIS, *op. cit.*, p. 332-333.

42 *Ibidem*, p. 332.

43 *Ibidem*, p. 332-333; ISHII, *op. cit.*, p. 143.

44 CONLAN, Thomas Donald. **In Little Need of Divine Intervention: Takezaki Suenaga's Scrolls of the Mongol Invasions of Japan**. Ithaca: The Cornell East Asia Series, 2001, p. 274.



lidando com a invasão, sendo, em vez disso, encontrados somente em diários de aristocratas do século XIII<sup>45</sup>.

#### 1.1.4. Antecedentes: autocracia e declínio Hōjō

Após a morte de Hōjō Yasutoki em 1242, o posto de *shikken* foi passado para seu neto, Tsunetoki (*shikken* 1242-1246), que morreu jovem, em seu quinto ano como *shikken*, sendo substituído por seu irmão mais novo, Tokiyori (*shikken* 1246-1256), que por sua vez estabeleceu sua linhagem como *tokusō* – ramo líder do clã Hōjō. Tokiyori dominou o *bakufu* até sua morte, em 1263, e embora por um breve período o posto de *shikken* tenha saído de sua linhagem e passado para Hōjō Nagatoki (*shikken* 1256-1264) e Hōjō Masamura (*shikken* 1264-1268) — respectivamente neto e filho de Yoshitoki (o segundo *shikken* Hōjō) — tais regências foram meramente dispositivos temporários, servindo para guardar o poder para Tokimune (*shikken* 1268-1284), filho de Tokiyori, ainda muito jovem para assumir o governo (Tokimune nasceu em 1251)<sup>46</sup>. Prova do caráter provisório de suas regências é o fato de que no *Baishōron*, os nomes de Nagatoki e Masamura sequer constam na lista de ocupantes do cargo de *shikken*<sup>47</sup>. Ou seja, com Tokiyori, estabelecia-se o princípio de liderança pelo *tokusō*, descendente direto de sua linhagem.

Apesar de conflitos com o *shōgun*, com outras famílias poderosas (como os Miura), e mesmo com ramos rivais de sua própria família, o período de Yasutoki a Tokimune é tido como a era de ouro dos Hōjō. A partir daí, o clã tomava rumos cada vez mais autoritários, dando início ao que se conhece como “autocracia Hōjō” ou “autocracia *tokusō*”, marcando — ironicamente e de modo simultâneo — o apogeu de seu poder, e as sementes de seu declínio.

Com a morte de Tokimune, os destinos do *bakufu* ficam incertos. Um novo grupo estava em franca ascensão, os *miuchibito*, vassalos privados do Hōjō (em contrapartida aos *gokenin*, vassalos diretos do *shōgun*, e portanto, em teoria, do *bakufu*, ou seja, nominalmente pares dos Hōjō). Os *miuchibito*, em sua maioria membros de linhagens obscuras, foram ganhando posições de destaque e vantagens frente aos *gokenin*, conquistando o ressentimento de famílias poderosas, tais quais os Ashikaga e Nitta. No décimo primeiro mês de 1285, Taira Yoritsuna, líder dos *miuchibito*, aproveita-se da situação para, supostamente agindo em nome do *shikken*, livrar-se de uma das mais influentes figuras do *bakufu*, Adachi Yasumori, em uma batalha de um dia e meio

45 CONLAN, 2001, p. 254-255.

46 SAMSON, George. **A History of Japan to 1334**. Charles E. Tuttle Company: Rutland, 1963, p. 417. Para a lista de *shikken* Hōjō de Tokimasa a Tokimune, com as datas de seus nascimentos, mortes, e períodos de exercício do posto de *shikken*, cf. p. 410.

47 Baishōron, p. 36.

que ficou conhecida como Incidente Shimotsuki. O conflito foi um confronto entre poderosos *gokenin* de Kantō contra os *miuchibito* em ascensão, causando inúmeros suicídios do lado perdedor, e clamando mais de 500 vidas<sup>48</sup>.

O *shikken*, Hōjō Sadatoki, tinha então 13 anos de idade, e pelos próximos anos, quem efetivamente exerceu o poder no *bakufu* (e até certo ponto, no Japão), foi Taira Yoritsuna, que teve que lidar com o crescente descontentamento dos *gokenin*, mas governou definitivamente em benefício dos *miuchibito* e dos Hōjō<sup>49</sup>.

Seu governo, no entanto, não durou mais de dez anos. Acusado de querer colocar seu filho, Sukemune, como *shōgun*, ele e mais de 90 simpatizantes foram mortos pelas forças de Hōjō Sadatoki em 1293. Com este passo, intensificava-se a autocracia Hōjō. Segundo Sansom, embora capaz, Sadatoki não havia herdado o senso de dever de Tokimune, seu pai, tampouco o caráter honesto e zeloso de seu avô, Tokiyori, preferindo relegar as tarefas mais enfadonhas do governo a seus conselheiros, homens de grande vigor, mas carentes de retidão<sup>50</sup>. Características marcantes deste período foram uma crescente criminalização de ofensas que antes eram tratadas pelo código civil, aumento de penas capitais, continuação da ascensão dos *miuchibito*, e concentração de diversos poderes na figura do *shikken*<sup>51</sup>. Esta autocracia também se dava por monopólio de postos, trazendo consigo o espectro da ganância, conforme o poder material dos Hōjō aumentava a níveis descabidos:

Em 1285, imediatamente após o incidente de Shimotsuki, os membros dos Hōjō controlavam 29 dos 68 postos de *shugo* do país, enquanto outras famílias controlavam 22. Cinco províncias não tinham *shugo*, e a identidade dos *shugo* das demais províncias é desconhecida. Em todo caso, mais da metade dos postos de *shugo* conhecidos estavam em posse dos Hōjō. Por 1333, a família detinha 36 títulos de *shugo*; outras famílias ocupavam 21; cinco províncias não tinham *shugo*; e os ocupantes de seis províncias são desconhecidos. As províncias nas quais os Hōjō concentravam seus títulos eram distribuídas de modo amplo.

Nem todos os postos de *jitō* ocupados pelos Hōjō foram identificados por historiadores, mas a maioria parece ter se concentrado na região de Tōhoku, na parte leste de Tōkaido (especialmente Izu e Suruga), e em Kyūshū. Em Kyūshū, pelo menos 60 postos de *jitō*, constituindo 22.000 *chō* de arrozais, ou cerca de 20% de todos os arrozais de Kyūshū, estavam sob controle dos Hōjō. A força total do clã Hōjō derivava em larga medida de seu portfólio de terras sempre em expansão.<sup>52</sup>

De certo modo, a contínua ameaça de novas invasões mongóis ajudava a justificar o acúmulo de poder dos Hōjō, pois em caso de uma nova e muito temida invasão, era necessário

48 ISHII, 1990, p. 150-152; MASS, 1982, p. 136-137.

49 ISHII, op. cit., p. 152-155.

50 SAMSON, 1963, p. 460.

51 ISHII, op. cit., p. 155-159.

52 Ibidem, p. 158. Assim como ocorreu com as regências de Nagatoki e Masamura, Morotoki, por não ser da linhagem do *Tokusō*, sequer é contado como detentor do cargo de *shikken* no *Baishōron* (cf. *Baishōron*, p. 36).

um governo forte, centralizado, e capaz de lidar com a crise rapidamente. No entanto, tal invasão nunca ocorreu. Enquanto isto, o empobrecimento de muitos guerreiros, dentre eles *gokenin*, assim como de camponeses, e uma crise generalizada de endividamento dos empobrecidos para com um novo grupo urbano de financiadores de crédito, foi criando tensões sociais irreversíveis. Neste contexto, o banditismo e revoltas tornavam-se cada vez mais endêmicos, e o período é marcado pela ação dos chamados *akutō*, “bandos maus”, formados tanto por guerreiros quanto camponeses. Tais grupos, estudados em detalhes no capítulo 2, dedicavam-se à pilhagem, saque de colheitas, pirataria, e variavam muito em tamanho, alguns deles chegando a construir fortificações em montanhas, e causando problemas prolongados ao *bakufu*. Sua violência, no entanto, era geralmente um recurso político, quando não um *último* recurso político. Que muitos dos guerreiros empobrecidos tivessem ficado nessa situação graças aos esforços de defesa frente aos mongóis, e que a grande maioria dos que participaram da defesa do Japão nunca tenha sido recompensada, era um problema que o *bakufu* foi incapaz de solucionar<sup>53</sup>.

Quando Go-Daigo decidiu se rebelar, não eram poucos os descontentes com o regime: dos guerreiros empobrecidos e *akutō* aos grandes *gokenin* que sentiam-se injustiçados com sua perda de prestígio frente à ascensão dos *miuchibito*, a base anti-Hōjō era ampla, e talvez seja espantoso que depois da morte de Sadatoki, em 1311, os Hōjō ainda viriam a manter-se no poder por mais 22 anos, tendo apoio suficiente para lançar enormes ofensivas militares durante a Guerra Genkō.

## 1.2. A rebelião de Go-Daigo e a queda dos Hōjō e do *bakufu* de Kamakura

Hōjō Sadatoki abdicou em 1301 em favor de um primo, Morotoki, embora tudo indique que ele tenha continuado a encabeçar o *bakufu* até sua morte, em 1311. Antes de morrer, ele nomeou homens de sua confiança como tutores de seu filho, Takatoki, nascido em 1303. Enquanto isso, no entanto, o prestígio do *bakufu* era minado pelos seus ocupantes temporários, ao ponto de Sanson afirmar que em 1316, quando Takatoki finalmente ascendeu a *shikken*, os principais vassalos do *bakufu* já não tinham mais nenhum respeito pela regência dos Hōjō<sup>54</sup>.

Já em Kyōto, depois do reinado de Go-Nijō (r. 1301-1308), do Ramo Daikakuji, o princípio de alternância imposto pelo *bakufu* leva ao trono o candidato do Ramo Jimyōin, Hanazono (r. 1308-1318). Enquanto Hanazono subiu ao trono com apenas 11 anos de idade, seu

53 ISHII, 1990, p. 148-150.

54 SAMSON, 1963, p. 460; SOUYRI, Pierre François. *The World Turned Upside Down: Medieval Japanese Society*. New York: Columbia University Press, 2001, p. 104.

sucessor, Go-Daigo, do ramo Daikakuji, assumiu a dignidade imperial em 1318 aos 31 anos<sup>55</sup>. Em 1321, ele recebe de seu pai, Go-Uda, o título de *chiten no kimi*, e passa desde então a encabeçar a Corte Imperial. No entanto, seus planos eram diferentes dos de seus predecessores: Go-Daigo queria quebrar com a instituição do *insei* e a política de alternância, retomando o governo imperial direto<sup>56</sup>, como nos tempos anteriores à Regência Fujiwara, durante os reinados de Uda e Daigo, no século IX e início do século X. Para tanto, ele cercou-se de aristocratas e intelectuais que favoreciam seu projeto de governo. A Corte reascendia em poder, e estava armado o palco para o confronto final entre Go-Daigo e o *bakufu*. Os revezes desta dramática história, com suas imprevisíveis reviravoltas, serão explorados nas próximas páginas.

### 1.2.1. O reinado de Go-Daigo e a regência de Takatoki

Logo nas primeiras páginas do *Taiheiki*, pinta-se um retrato vívido, senão um tanto exagerado, de Go-Daigo:

O imperador daqueles tempos, vindo do ventre de Dattenmon'in, era Go-Daigo, o segundo filho principesco de Go-Uda-in, posto no trono em seu trigésimo primeiro ano por vontade do governador de Sagami [Hōjō Takatoki]. Em seu reinado, o imperador seguiu o caminho do Duque de Zhou e de Confúcio, observando apropriadamente as três relações e cinco virtudes; ele não foi negligente com as miríades de assuntos e as centenas de escritórios em seu governo, mas seguiu os usos de Engi e Tenryaku. Com esperança, os quatro mares repousavam os olhos sobre seu aspecto; com corações jubilantes as miríades de súditos curvavam-se diante de sua virtude. Assim ele reviveu coisas esquecidas e recompensou tudo que era bom, levando templos e santuários a florescer, e o Zen e o Ritsu, bem como os grandes mestres dos caminhos revelados ou secretos do budismo e das verdades do confucionismo foram abençoados por contentamento. Não havia homem que não louvasse suas virtudes e que não se exultasse em sua bondade, dizendo “Este certamente é um imperador mandado pelos céus, um soberano para governar a terra.”<sup>57</sup>

Fazer menção aos períodos Engi (901-923) e Tenryaku (947-957), isto é, às épocas de Daigo (r. 897-930) e Murakami (r. 946-967) *temnō*, era remontar à imagem de uma “era de ouro” do governo imperial. Tratavam-se de *temnō* altamente idealizados já na cultura do Heian tardio. A comparação de Go-Daigo com estas figuras, portanto, dá a entender que ele vinha com o intuito de restaurar justamente esta era de ouro há tanto perdida.

Não muito depois, o texto acrescenta mais à sua personalidade:

Quando haviam processos legais, o imperador ia ao Escritório de Registros para ouvir as queixas e determinar os méritos, temeroso de que as condições daqueles de baixo

55 SAMSON, 1963, p. 478.

56 HURST, 1982, p. 26.

57 *Taiheiki*, p. 6.

fossem deixadas desconhecidas por aqueles de cima. Os beligerantes deixavam suas disputas, instantaneamente envergonhados por sua virtude. Os açoites punitivos ficavam para trás, e o tambor admonitório não era tocado.<sup>58</sup>

Fica claro, portanto, a intenção da obra em pintar Go-Daigo aos moldes dos virtuosos soberanos da antiguidade chinesa e japonesa, assim como retratá-lo como um sábio confucionista, pois para o confucionismo, a conduta de um homem exemplar seria o bastante para fazer cessar as disputas e trazer civilidade aos que o cercassem<sup>59</sup>. Exageros à parte, esta sem dúvidas era a imagem que Go-Daigo queria transmitir a todos, e sendo ele um imperador cioso de retomar o governo imperial direto, não é de se duvidar que o modo mais inequívoco de demonstrar tal intenção fosse tomar parte das cerimônias e compromissos de governo com extrema diligência.

Não foi, no entanto, sem impedimentos que Go-Daigo subiu ao trono. Sua ascensão foi condicionada a duas exigências: a de que o príncipe herdeiro seria Kuninaga, filho de Go-Nijō (do mesmo ramo de Go-Daigo, o Daikakuji), e de que depois disso, o trono voltasse para o ramo Jimyōin, passando para o príncipe Kazuhito, filho de Go-Fushimi. Houve alguma resistência na Corte pela nomeação sucessiva de dois Daikakuji a *tennō*, mas o objetivo parecia ser firmar o princípio de alternância a partir dos herdeiros de Go-Nijō — pelo lado Daikakuji — e Go-Fushimi — pelo lado Jimyōin, excluindo do trono tanto os descendentes de Go-Daigo quanto os de Hanazono<sup>60</sup>.

Segundo o *Taiheiki*, o clima da Corte na ascensão de Go-Daigo era dos menos favoráveis possíveis ao *bakufu*:

As gerações de imperadores sempre pensaram, “Quem dera os bárbaros do leste fossem derrotados!” Pois seus corações tinham desejo de confortar o espírito do exílio imperial de Jōkyū; da mesma forma, entristecia-os pensar sobre o poder da Corte, e em como ele decaiu e tornou-se como nada. E ainda, eles ficavam em silêncio, temendo que tais coisas estivessem fora de sua alçada, ou que o tempo não fosse propício. Mas então veio o dia do monge leigo Taira no Takatoki Sōkan, ex-governador de Sagami, um descendente de Tokimasa na nona geração. Então, de fato, a mudança do mandato do céu e da terra estava ao alcance de suas mãos!<sup>61</sup>

Embora não seja possível precisar se a Corte de fato ainda guardava rancores da Guerra Jōkyū, como ilustra o trecho acima, o descontentamento crescente para com o *bakufu* estava evidente, dadas as crescentes intromissões nos assuntos da Corte, em especial a tragédia da

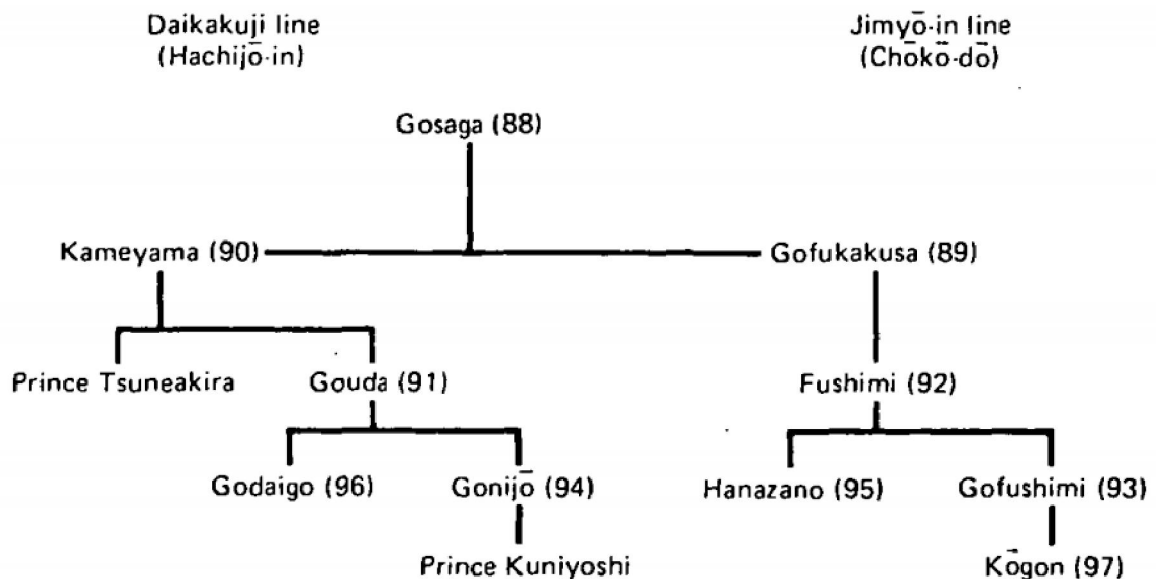
58 *Taiheiki*, p. 7.

59 Um exemplo claro encontra-se em *Analectos*, 2.3, p. 31.

60 SAMSON, 1963, p. 480; ISHII, 1990, p. 169.

61 *Taiheiki*, p. 5.

divisão imperial em duas linhas que acabaram por criar uma pela outra rivalidades extremas (ao ponto de que em 1290 circulou pela Corte um rumor de que Kameyama estava por trás de uma conspiração para assassinar Fushimi<sup>62</sup>), e da contínua perda de rendas dos aristocratas frente aos guerreiros que administravam suas propriedades sob o título de *jitō*, nomeados pelo *bakufu*, e portanto imunes de julgamento pelo sistema jurídico imperial.



**Figura 1.1:** sistema de sucessão alternada entre as linhas Daikakuji e Jimyōin

Retirado de *The Cambridge History of Japan, Volume 3: Medieval Japan*, p. 166.

O descontentamento dos guerreiros também já foi explorado até aqui: por um lado, havia uma camada empobrecida de guerreiros, que a despeito de algumas medidas políticas do *bakufu*, continuava largamente desamparada. Por outro lado, muitas das grandes famílias de *gokenin*, das quais em últimas instância o *bakufu* dependia, por maior que fosse o poder dos Hōjō, sentiam-se traídas por serem cada vez mais isoladas do poder em detrimento dos Hōjō e seus dependentes diretos — seus outros ramos familiares, e suas inúmeras famílias de vassalos privados, os *miuchibito*. Para piorar a situação, o *Taiheiki* registra que em 1321 houve uma terrível seca, causando mortandade generalizada dentre a população, e fazendo disparar o preço dos gêneros alimentícios<sup>63</sup>.

Frente a tudo isso, há a figura de Hōjō Takatoki. Na narrativa do *Taiheiki*, ele é inquestionavelmente vilanizado, ao ponto de a obra abrir-se com uma declaração a seu respeito:

62 HURST, 1982, p. 24.

63 *Taiheiki*, p. 6-7.

Durante o reinado do Imperador Go-Daigo, vivia um guerreiro conhecido por todos como Taira no Takatoki, o governador de Sagami, mesmo nos dias de Go-Daigo *Tennō*, o nonagésimo quinto dos soberanos mortais de nossa terra. Takatoki desviou os olhos da virtude do imperador, levando suas obrigações como súdito como se fossem nada. Como resultado disso, desde seu tempo os quatro mares tornaram-se totalmente desordenados, e não havia homem cujo coração estivesse em paz. Por mais de quarenta anos o fogo dos faróis cobriu os céus com um véu, e brados de guerra fizeram tremer a terra. Homem algum acumula primaveras e outonos em rica abundância, bem como não há refúgio que abrigue as miríades de súditos.<sup>64</sup>

A referência aos mais de quarenta anos de guerra é estranha, e talvez seja relativa ao período em que a obra foi acabada, isto é, próximo de 1370. Outra possibilidade é que tal trecho refira-se ao caos em que encontrava-se o Japão desde o começo da autocracia Hōjō, com crescentes atividades por parte de grupos descontentes, como os referidos *akutō*, mas não é o caso, pois a crítica tem Takatoki — e não os Hōjō — como alvo. De todo modo, a menção de que os homens não viviam mais até o auge de sua idade, e de que não havia onde o povo pudesse se abrigar, pintam um cenário próprio do caos da guerra, embora seja um tropo historiográfico. Se tal trecho referir-se, portanto, aos quarenta anos anteriores, trata-se sem dúvidas de um enorme exagero retórico, mas meticulosamente construído para atacar os Hōjō. Não muito depois, a obra continua com a construção de sua caricatura:

Os feitos de Takatoki eram excessivamente repugnantes, e ele não tinha vergonha diante do escárnio dos outros. Sem benevolência ele governou, indiferente ao desespero do povo. Fosse dia ou noite, com seus atos devassos ele desonrava seus gloriosos ancestrais debaixo da terra; pelas manhãs e noites, com vãos divertimentos ele convidava a ruína durante sua vida.<sup>65</sup>

O *Baishōron*, no entanto, embora em nada favorável aos acontecimentos da época, é muito mais moderado em seu breve retrato de Takatoki:

Takatoki foi *shikken* por dez anos, de Shōwa 5 [1316] a Shōchū 2 [1325]. No verão de Shōchū 2 ele renunciou ao mundo por decorrência de uma enfermidade, e em Kareki 1 [1326] ele nomeou Moritoki e Koresada como seus representantes. Daí em diante o governo de Kantō tornou-se cada vez mais notório por suas injustiças.<sup>66</sup>

De fato, após tornar-se monge, o posto de *shikken* passou adiante, embora Takatoki pareça ter sido o último *tokusō* dos Hōjō, portanto o governante *de facto* do *bakufu*. Segundo Helen McCullough, no entanto, o verdadeiro mandante do *bakufu* durante o governo de Takatoki

---

64 Taiheiki, p. 3.

65 Taiheiki, p. 5.

66 Baishōron, p. 36-37.

era membro de uma poderosa família de *miuchibito*, Nagasaki Takasuke<sup>67</sup>, que junto de seu pai, Nagasaki Enki, seu irmão, Nagasaki Akushirō, e seu filho, Nagasaki Takashige, figuram no *Taiheiki* com enorme proeminência (mais que o próprio Takatoki). Tal fato parece confirmado por uma citação no *Tokushi Yoron*, de 1712, onde Arai Hakuseki diz que ao tomar a tonsura, Takatoki pretendia passar o posto de *shikken* a seu irmão, Yasuie, mas foi impedido por Nagasaki Takasuke<sup>68</sup>, pondo então Moritoki e Koretada como seus deputados. O pai de Takasuke, Nagasaki Enki, tinha sido um dos guardiões e tutores de Takatoki, e seu filho substituiu-o como conselheiro próximo de Takatoki em 1322, quando Enki abdicou de seus cargos por conta de sua idade avançada. O texto reporta que Takasuke exercia uma influência dominante sobre Takatoki<sup>69</sup>.

Isto tudo aponta para o fato de que o *Taiheiki* pinta um panorama injusto e incompleto da situação política do Japão às vésperas da Guerra Genkō, pois segundo a narrativa, Takatoki é posto praticamente como único responsável pelas misérias e desgostos de todos. Mais que isso, a obra o culpa por seu caráter imoral e abusivo, e não por falhas administrativas, embora tudo pareça indicar que Takatoki fosse apenas um governante fraco e indisposto, dominado por personalidades mais fortes que a sua. Há, no entanto, uma explicação para tais distorções.

Quando Go-Daigo começou abertamente sua campanha anti-*bakufu*, uma de suas estratégias foi a de personalizar seu inimigo perante a nação, encarnando-o na figura de Hōjō Takatoki, acusado de “violiar a Vontade Imperial”, “usurpar as províncias”, e “afligir o povo”, tornando-o assim um inimigo do Estado, e portanto, alguém que precisava ser destruído<sup>70</sup>. Seu *status* foi questionado e zombado publicamente<sup>71</sup>, tornando-o uma figura patética. Não à toa, o *Taiheiki* o pinta como um excêntrico, como mostra o episódio onde revela-se sua suposta obsessão por briga de cães:

...mais e mais seus caprichos voltavam-se para coisas peculiares. Veio a ocorrer que numa certa ocasião, cães reuniram-se em seu jardim para brigar; e o regozijo do monge leigo com sua batalha penetrou-lhe o tutano dos ossos, de modo que ele enviou ordens às províncias, ordenando que tributos fossem pagos com cães, e pedindo cães como presentes das famílias poderosas e exaltadas, e dos indivíduos de alto *status*. Cada um dos *shugo* e governadores provinciais juntou dez ou vinte bestas para levar a Kamakura; seus parentes e vassalos de diversos lugares fizeram o mesmo. Os gastos advindos disto eram excessivamente grandes, posto que eles alimentavam os cães com peixes e aves, e

67 *Taiheiki*, p. 42, nota 27.

68 *Tokushi Yoron*, p. 329.

69 *Tokushi Yoron*, p. 328-329.

70 MASS, Jeffrey P. Of Hierarchy and Authority at the End of Kamakura. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century**. Stanford: Stanford University Press, 1997, p. 35.

71 *Ibidem*, p. 37.



prendiam a seus pescoços correntes banhadas em ouro ou prata. Nos dias em que estes cães viajavam em suas liteiras, transeuntes apressados desmontavam de seus cavalos para ajoelhar-se diante deles, e aldeões cultivando os campos eram capturados para carregarem-nos em seus ombros. Estes cães realmente eram tidos na mais alta estima! Kamakura ficou cheia de animais estranhos, saciados com carne e vestidos em brocados, chegando a quatro ou cinco mil.

Doze dias de cada mês eram designados como dias de briga de cães, quando os parentes dos Hōjō e os grandes senhores sentavam-se nas varandas e jardins para assistir, com seus *miuchi* e outros vassalos. Dois exércitos de cães eram libertados, de cem a duzentos cada, perseguindo uns aos outros com selvageria (...) fazendo os céus ecoarem e a terra tremer com o estrondo de sua briga. Pessoas frívolas pensavam, “Quão divertidos eles são! É exatamente como se o resultado de uma batalha estivesse sendo decidido.” Mas os sábios lamentavam-se, “Quão repugnante! É como se eles disputassem por corpos num campo.”<sup>72</sup>

Talvez Takatoki fosse, de fato, afeito à luta de cães, mas exigir cães como tributos provinciais e presentes, assim como os demais exageros apresentados, sem dúvida mancharia sua reputação nos mais variados textos. Seu retrato no *Taiheiki* é uma verdadeira campanha difamatória. Independente disso, eram claros os motivos reais da guerra: para além das ambições de Go-Daigo, a despeito da veracidade ou não do caráter excêntrico e falho de Takatoki, o regime dos Hōjō estava em pleno declínio, tornando-se cada vez mais arbitrário na execução de suas atribuições judiciais, — e perdendo, com isto, seu célebre caráter de imparcialidade — além de ter alienado aliados de todos os lados: na Corte, dentre as grandes casas guerreiras, e também dentre os membros mais baixos do estamento guerreiro.

### 1.2.2. Dos planos de rebelião ao exílio em Oki

Se o *Taiheiki* pode ser tomado como minimamente confiável, a rebelião de Go-Daigo começou em 1322, nos precintos da residência imperial, e antes que voassem as primeiras flechas e fossem desferidos os primeiros golpes de espada em 1331, ela continuou sendo secretamente travada, não por flechas ou espadas, ou guerreiros de armadura e a cavalo, mas por preces e ritos de exorcismo.

Para isto, Go-Daigo enviou ordens de preces a diversos templos e santuários, e convocou à sua presença o monge Enkan, do Hosshōji, e o monge reformista Monkan, que dentro da residência, montaram um altar de fogo onde, dentre muitos ritos, conduziram o rito dos cinco altares. Tudo isso, supostamente, era feito para proteger o bebê que uma das consortes de Go-Daigo carregava no ventre, exorcizando qualquer presença que pudesse ser maléfica. Ou ao menos, este foi o pretexto utilizado, pois como afirma o *Taiheiki*, bebê algum era esperado:

---

72 *Taiheiki*, p. 132-133.

Fumaça de suas fogueiras sagradas encheram os jardins da Princesa Interior, e o som de seus sinos de mão reverberava pelos apartamentos femininos. De nenhuma maneira parecia que qualquer demônio ou fantasma vingativo pudesse intervir. Ainda assim, pela chegada do terceiro ano de Genkyō, a criança ainda não tinha nascido, embora a cada dia a Princesa Interior acumulasse mérito desta forma, rezando com todas as suas forças. Mais tarde soube-se que o confinamento da princesa não era nada mais que um pretexto, e que a verdadeira razão daquelas preces era exorcizar as perversidades de Kantō.<sup>73</sup>

“Preces de destruição” (*chōbukuhō*) eram uma prerrogativa especial da Corte Imperial desde o século X, e inicialmente tinham a função de proteger o Estado destruindo fontes de malevolência, fossem emoções hostis, aspectos negativos do mundo material, ou espíritos maléficos como um todo. Não demorou, no entanto, para que “inimigos” da Corte fossem vistos como males a serem eliminados por meio de tais preces<sup>74</sup>, e foi isto que Go-Daigo se propôs a fazer quando convocou Enkan e Monkan.

Simultaneamente, Go-Daigo cercou-se de elementos descontentes, montando uma conspiração contra o *bakufu* que contava com o apoio de seu círculo na aristocracia, em grande medida talentosos membros de famílias menos exaltadas, cujas fortunas recentes deviam-se ao favor de Go-Daigo, indivíduos como Hino Suketomo, Hino Toshimoto, Shijō Takasuke, Fujiwara Morokata, e Taira Narisuke, além do apoio dos monges-guerreiros da cidade de Nara e do Enryakuji, famoso templo no Monte Hiei. O problema parecia ser conseguir adesão de líderes guerreiros, pois fora os monges guerreiros já citados, os únicos guerreiros inicialmente mencionados são Nishigori Hōgan-dai e Asuka Shigenori, embora Suketomo também acabe conquistando a amizade de outros dois guerreiros de Mino, de ascendência Minamoto, Toki Yorisada e Tajimi Kuninaga, e trazendo-os para o partido de Go-Daigo<sup>75</sup>. Toshimoto, segundo consta no *Taiheiki*, chega ao ponto de utilizar uma gafe sua (a leitura incorreta de um ideograma) para renunciar a seus cargos na Corte e tornar-se um monge eremita, quando na verdade vasculhava as províncias vizinhas de Yamato e Kawachi para estudar-lhes a topografia (de modo a identificar pontos estratégicos importantes e bons locais para erigir fortificações) e possivelmente buscar apoio militar<sup>76</sup>.

Dos conspiradores, no entanto, o mais importante parece Suketomo, que de certa forma encabeça-os, e cria um alibi para as reuniões do grupo que fica conhecido como o “Bando dos Arruaceiros”:

---

73 *Taiheiki*, p. 12-13.

74 CONLAN, 2003, p. 169-170.

75 *Taiheiki*, p. 13-14.

76 *Taiheiki*, p. 13-14.

Então ocorreu que Suketomo formou um grupo, conhecido como o Bando dos Arruaceiros, planejando assim sondar o fundo de seus corações (posto que sua grande confiança não podia tornar-se conhecida de modo leviano). Aqueles que ele reuniu eram o Regulador e Grande Conselheiro Morokata, o Médio Conselheiro Shijō Takasuke, o Chefe da Guarda Esquerda do Portal Tōin Saneyo, o Arquivista e Controlador Menor da Direita Toshimoto, Date Sammibō Yūga, o Olho da Lei Genki do Claustro Shōgoin, Asuke Jirō Shigenori, e Tajimi Shirōjirō Kuninaga.<sup>77</sup>

Para despistar atenção indesejada, o grupo organizava grandes banquetes regados a saquê e comidas “das montanhas e dos mares”, e chegou inclusive a convidar um monge para dar-lhes lições sobre obras chinesas<sup>78</sup>. Tais reuniões parecem ter seguido por anos. Segundo a narrativa dada pelo *Taiheiki*, um dos participantes, Toki Yorikazu, era casado com a filha de um oficial do Rokuhara *tandai*, e, por amor à esposa e medo de perdê-la<sup>79</sup>, revelou a conspiração e entregou seus participantes, embora o *Taiheiki* não nos diga em que data isto ocorreu. Sabe-se que o Rokuhara *tandai* enviou uma missiva a Kamakura, e convocou para Rokuhara os guerreiros da capital e proximidades, registrando os nomes dos que atenderam ao chamado<sup>80</sup>. Segundo o *Taiheiki*, forças teriam se agrupado em Rokuhara no décimo nono dia do nono mês de Gentoku 1<sup>81</sup>, ou seja, 1329, no entanto, trata-se de uma das múltiplas inconsistências de datas da crônica, pois a descoberta da conspiração — e suas consequências — na verdade ocorreu em Shōchū 1, isto é, 1324<sup>82</sup>.

Como naquele tempo ocorria uma revolta de guerreiros contra o *jitōdai* (deputado do *jitō*) de Kuzuha, um *shōen* em Settsu, a convocação militar do Rokuhara *tandai* não levantou suspeitas, e Toki Yorisada e Tajimi Kuninaga, que moravam nas terras do *shōen*, foram cada um para sua residência com os corações tranquilos. O Rokuhara *tandai* primeiramente enviou uma grande força, dividida em duas, para aniquilá-los. Apesar de estarem em extrema desvantagem numérica, cada um lutou bravamente junto de seus homens contra os homens do *bakufu*, mas a vitória era impossível, e tanto Yorisada quanto Kuninaga optaram por perecer pela própria lâmina<sup>83</sup>. Suketomo e Toshimoto, os maiores articuladores da conspiração, foram presos em Kyōto e enviados a Kamakura, mas decidiu-se por não executá-los ou torturá-los, posto que ambos haviam recebido o favor imperial, e por conseguinte optou-se por deixar ambos sob a tutela do *samurai-dokoro*<sup>84</sup>, um dos órgãos do *bakufu*. A Corte toda estava apreensiva, incluindo

---

77 *Taiheiki*, p. 14.

78 *Taiheiki*, p. 14-15.

79 *Taiheiki*, p. 18-19.

80 *Taiheiki*, p. 19.

81 *Taiheiki*, p. 20.

82 HURST, 1982, p. 27; ISHII, 1990, v. 3, p. 172.

83 *Taiheiki*, p. 20-23.

84 *Taiheiki*, p. 24-25.

o próprio Go-Daigo, e por recomendação de um de seus conselheiros, ele enviou o aristocrata Madenokōji Nobufusa a Kamakura com uma mensagem sua, alegando inocência. Embora convencidos da participação de Go-Daigo na conspiração, Takatoki e os demais oficiais do *bakufu* são persuadidos por Madenokōji Nobufusa (de acordo com o ricamente elaborado episódio do *Taiheiki*, isto se dá pelo fato de que um soldado do *bakufu* que leu a mensagem de Go-Daigo ter morrido vomitando sangue, teoricamente por ser indigno de ler uma missiva imperial, o que teria causado espanto em Takatoki e seus pares), e nada ocorre com Go-Daigo. Hino Toshimoto é inclusive libertado, embora Suketomo, *chūnagon* de Terceiro Grau Júnior na hierarquia da Corte, tenha sido exilado para a ilha de Sado.

Go-Daigo, no entanto, não desiste de seus planos. No segundo mês de 1330, ele ordena que Madenokōji Fujifusa, seu mestre de cerimônias, prepare uma expedição imperial para os principais templos de Nara, o Tōdaiji e o Kōfukuji, no oitavo dia do mês seguinte. Lá, o *tennō* faz diversas oferendas e patrocina ritos. No dia 27 ele parte de Nara para o Enryakuji, no Monte Hiei. Ao que tudo indica, trabalhos de reparação foram feitos em tais templos, como fica claro no Enryakuji, onde Go-Daigo manda terminar a construção do Grande Salão de Conferências, iniciado pelo Imperador Ninmyō (r. 833-850), mas nunca dedicado. A cerimônia de Dedicção é realizada por um de seus filhos, o Príncipe Munenaga, enquanto as orações da cerimônia são escritas pelo Abade do secto Tendai, Príncipe Morinaga, também filho seu<sup>85</sup>. Ambos eram figuras de liderança do budismo Tendai, do qual o Enryakuji, famoso pelos seus temíveis “3 mil monges guerreiros”, era o principal representante. As intenções de Go-Daigo com tais excursões eram claras: conseguir o apoio dos principais templos de Kinai, e de seus monges guerreiros. Isto fica claro no trecho a seguir:

Já desde os anos de Genkyō [1321-1324] o coração do soberano era tomado de aflição (...) e não havia paz no reino. Foi por esta razão que o imperador rumou à capital do sul [Nara] e ao pico do norte [Monte Hiei], com a intenção de por meio de sutis estratégias persuadir os monges a punir os bárbaros do leste. Pois embora a conduta do monge leigo de Sagami excedia os limites da propriedade, os desordeiros homens da guerra no reino não obedeceriam o mandato imperial, já que eles serviam a família Hōjō.<sup>86</sup>

Da mesma forma, o Príncipe Morinaga abdicou de suas tarefas monásticas para dedicar-se exclusivamente às artes militares (ele seria um dos principais comandantes da Guerra Genkō). O *Taiheiki* não mede esforços para descrever seus talentos como guerreiro:

---

85 *Taiheiki*, p. 28-29.

86 *Taiheiki*, p. 30.

Por conta dos planos imperiais, o Príncipe de Sangue do Segundo Grau (ele que era líder do secto Tendai, e era chamado de Príncipe do Grande Pagode [Morinaga]) abandonou suas austeridades e estudos sacros, para que de manhã e à noite ele pudesse devotar-se a feitos de guerra. Talvez porque ele tivesse gosto por tais coisas, ele saltava sobre divisores de dois metros com mais graça que Jiangdu, e na esgrima alcançou maestria nos preceitos de Zifang; tampouco ele falhou a ler por completo mesmo o mais curto dos secretos tratados militares. Nunca houve abade tão estranho, nem nas mais de cem gerações desde que o Harmonioso Reverendo Gishin foi feito o primeiro líder do secto Tendai! Posteriormente, os homens entenderam as razões para tais coisas: que fixado em derrotar os bárbaros do leste, ele treinou seu corpo nas artes militares.<sup>87</sup>

Em primeiro lugar, tudo isso indica que Go-Daigo não contava com uma grande base de apoio dentre os guerreiros. As forças que ele pretendia levantar eram primariamente compostas por monges, e comandadas por monges ou aristocratas. Sobretudo, dos guerreiros que inicialmente adeririam à sua causa, a maioria vinha da região imediatamente a oeste da capital, da região de Chūgoku, ou da região de Kinai: sua influência em Kantō parecia inexistente, salvo pelas duas exceções que, como veremos, viriam a ser indispensáveis para sua vitória.

Ao que tudo indica, após certo tempo, chegam a Kamakura informações dos ritos de exorcismo há tanto tempo conduzidos no palácio imperial, assim como dos preparativos militares de Morinaga. Segundo o *Taiheiki*, Takatoki, enfurecido, dá ordens para exilar Go-Daigo e capturar e executar Morinaga. Monkan e Enkan, os monges responsáveis pelos ritos de exorcismo, são capturados e levados a Rokuhara junto de outros dois monges de Nara, e de um terceiro, que não teve participação alguma nas conspirações, mas era próximo de Go-Daigo. De lá, são todos enviados para Kamakura, onde sob tortura, Monkan confessa ter realizado ritos de exorcismo a mando de Go-Daigo, e Chūen, o monge que sequer fazia parte dos conspiradores, escreve uma confissão delatando as preparações de Morinaga e a participação de Toshimoto na conspiração, de modo a escapar à tortura. Enkan escapa à tortura e interrogatório, segundo o *Taiheiki*, por um sonho ominoso de Hōjō Takatoki. Isso não impede, entretanto, que todos os monges sejam exilados para diferentes e distantes localidades<sup>88</sup>. Hino Toshimoto, por sua vez, é novamente convocado a Kamakura, onde é preso em uma cela minúscula<sup>89</sup>. Como, no entanto, nada havia sido feito contra Go-Daigo até então, os partidários da linhagem Jimyōin, rivais do *tennō*, enviam uma missiva a Kantō cobrando alguma atitude<sup>90</sup>.

Ao que parece, o *bakufu*, ou ao menos Hōjō Takatoki, por mais que intencionasse depor Go-Daigo e executar Morinaga, temia fazer oposição direta à Corte Imperial. As tensões na capital eram visíveis, como pode-se averiguar pela missiva Jimyōin, e também pela captura e

---

87 *Taiheiki*, p. 30-31.

88 *Taiheiki*, p. 31-36.

89 *Taiheiki*, p. 38-42.

90 *Taiheiki*, p. 42.

tortura de Nijō Tameakira, aristocrata próximo de Go-Daigo e famoso poeta (este foi capturado e torturado sem nenhuma acusação formal, pois de fato ele sequer figurava dentre os conspiradores, e só por muito pouco escapou de um destino pior)<sup>91</sup>.

Takatoki convoca uma reunião emergencial com seus principais conselheiros, onde Nagasaki Takasuke recomenda que exilem Go-Daigo e Morinaga, e executem Suketomo e Toshimoto<sup>92</sup>. No dia 29 do quinto mês, Suketomo escreve um poema final e é decapitado diante de seu filho de treze anos, que viajou uma enorme distância só para ver o pai uma última vez<sup>93</sup>. Toshimoto, depois de receber uma carta de sua esposa por meio de um servo e escrever seu poema final, também é morto<sup>94</sup>. Quando, no entanto, o *bakufu* decide agir contra Go-Daigo e Morinaga, já era tarde demais. Em 24-7-1330, Morinaga envia uma carta de aviso ao seu pai, após ficar sabendo que dois mensageiros de Kamakura vinham a Kyōto acompanhados supostamente de 3 mil homens para depor e exilar o *tennō*, e assassinar Morinaga. Ele e seu irmão, Munenaga, refugiam-se no Enryakuji, onde preparam-se para o combate. Num dos muitos episódios carnavalescos do *Taiheiki*, consta que para aumentar o moral dos monges, Morinaga chega a disfarçar Fujiwara Morokata de Go-Daigo, de modo que todos pensam estar lutando sob as vistas do imperador<sup>95</sup>.

Neste ínterim, Go-Daigo foge para Nara durante a madrugada em uma liteira fechada, disfarçado de dama-de-corte, sua liteira carregada por aristocratas vestidos apressadamente como servos. Em Nara, no entanto, seus aliados recomendam que fuja mais para o sul, pois havia um abade poderoso na cidade, Genjitsu, que era leal a Kamakura. Em 26-7-1330, Go-Daigo, seus acompanhantes de Kyōto, e alguns monges-guerreiros que o acompanham desde Nara instalam-se no Monte Jubu, mas por julgar o local inapropriado, eles movem-se para o Monte Kasagi no dia 27, um monte rochoso e apto para erigir uma boa posição defensiva<sup>96</sup>.

Ao anunciar que Go-Daigo (na verdade Morokata disfarçado) estava refugiando-se no Monte Hiei, guerreiros de diversas localidades rumam para lá, em apoio ao *tennō*. Cita-se “os homens de Ōtsu, Matsumoto Tozu, Hiei-tsuji, Ōgi, Kinugawa, e Wani, assim como Katata”<sup>97</sup>. Além disso

---

91 *Taiheiki*, p. 32-33; segundo consta, após o início de sua tortura, o homem pede papel e pincel, mas em vez de escrever uma confissão, escreve um poema que diz “Pude eu acreditar? Que eu seria questionado, não sobre o Caminho Shikishima [Caminho da poesia japonesa], mas sobre coisas do mundo transiente!”, comovendo até seus torturadores. Depois disso, ele é inocentado e solto.

92 *Taiheiki*, p. 43-44.

93 *Taiheiki*, p. 44-47.

94 *Taiheiki*, p. 51-54.

95 *Taiheiki*, p. 54-56.

96 *Taiheiki*, p. 55-57.

97 *Taiheiki*, p. 58.

Os dois abades, o Príncipe do Grande Pagode [Morinaga] e o Príncipe do Claustro Myōhōin [Munenaga] estavam no aguardo de um sinal de Sakamoto. Durante a noite, estes irmãos subiram a colina dos Oito Sucessores Régios, onde levantaram o estandarte imperial. E em resposta ao chamado vieram dois discípulos, o monge governador Yuzen do Claustro Goshōin e o diácono Genson, chamado de Myōkōbō. Além disso, guerreiros montados galopavam juntos de diversos lugares, em três ou cinco centenas, de modo que em uma noite juntou-se uma força de seis mil guerreiros montados. Pondo de lado seu manto sagrado, o abade Tendai tomou fortes armaduras e armas afiadas, e os monges fizeram o mesmo.<sup>98</sup>

O texto parece indicar que os monges guerreiros do Enryakuji partiram para a batalha em adição aos 6 mil guerreiros, embora talvez 6 mil fosse o número total de homens. Se a primeira hipótese estiver correta, o número podia chegar a 9 mil, pois o Monte Hiei era conhecido por ter 3 mil monges. O *Taiheiki*, no entanto, é dado a enormes exageros numéricos (esta sendo uma de suas maiores falhas — bem como um problema comum aos *gunkimonogatari* como um todo), sendo possível que os números reais fossem bem menores, embora um número de 6 a 9 mil guerreiros seja relativamente crível perto de outras figuras apresentadas ao longo da crônica. Ainda assim, é mais provável que a força total fosse composta por um ou dois milhares de homens, no máximo. O que, no entanto, fica claro aqui é a adesão súbita de *bushi* à causa de Go-Daigo, embora, como já dito, estes fossem majoritariamente guerreiros de Kinai e Chūgoku. Contrastando com a completa falta de adesão dos guerreiros à sua causa até então, tudo parece levar a crer que os mesmos, embora descontentes com o *bakufu*, não estavam dispostos a arriscar-se e fazer parte de uma conspiração que sequer tinha se materializado ainda. Isto, no entanto, muda tão logo a conspiração toma contornos concretos de insurreição. Ou seja: para muitos guerreiros, valia a pena o risco de opor-se ao *bakufu*, mas só depois de ver um movimento anti-*bakufu* consolidado.

Ao vasculhar o palácio e perceber a fuga do *tennō*, o inimigo ouve que Go-Daigo tinha tomado refúgio no Monte Hiei — que seria o curso de ação mais prático e provável. O *Taiheiki* diz que 5 mil guerreiros seguiram pelo Monte Seki e Sagarimatsu, para um ataque frontal, enquanto outros 7 mil rumaram ao sudeste, contornando as montanhas, rumando para Ōtsu e Matsumoto, para atacar pela retaguarda<sup>99</sup>. É certo que este total de 12 mil homens também se trata de uma hipérbole. Nas forças que rumam por Ōtsu, constam os guerreiros Sasaki Tokinobu, Kaitō Shōgen, Nagai Munehira, Hatano Nobumichi, dentre outros, cada qual junto de seus homens, reforçados por guerreiros das províncias de Mino, Owari, Tamba e Tajima<sup>100</sup>. A região

98 *Taiheiki*, p. 58-59.

99 *Taiheiki*, p. 58.

100 *Taiheiki*, p. 58.



de Ōtsu, no entanto, era composta por uma faixa estreita de terras, cercada por cadeias de montanhas a oeste, e pelo gigantesco Lago Biwa a leste, além de ser uma zona agrícola repleta de arrozais, e tal topografia, em grande parte, definiria o resultado do confronto.

As primeiras forças chocam-se na Praia de Karasaki provavelmente pelo começo da manhã do dia 26 (enquanto Go-Daigo já havia deixado Nara). A princípio, apenas 300 monges contra 36 guerreiros a cavalo liderados por Kaitō Shōgen, logo reforçados por mais 300 guerreiros de Sasaki Tokinobu. Todavia, tão logo fica-se sabendo sobre o início do confronto, as forças de ambos os lados rumam para o local, teoricamente milhares de cada lado. No entanto, as forças afunilam-se, e qualquer desvantagem numérica é perdida pelas determinações do terreno:

Ao leste de Karasaki fica o lago [Biwa], onde o terreno escarpado e irregular estende-se até as margens da água; e a oeste ficavam úmidos arrozais, de modo tal que não suportariam o peso da pata de um cavalo; da mesma forma, areia fina estendia-se largamente aos lados da estreita estrada. Homens da guerra não podiam dar a volta e atacar o inimigo pela retaguarda, tampouco podiam envolvê-lo. Ninguém podia lutar, salvo aqueles nas linhas de frente, tanto monges quanto atacantes; e os exércitos, atrás deles, limitavam-se a servir de espectadores.<sup>101</sup>

As forças do *bakufu* acabam por sofrer uma esmagadora derrota, batendo desordenadas em retirada, e sendo massacradas no processo:

Sendo bem familiarizados com a região, os monges juntaram-se em lugares propícios, de onde deixaram voar uma imensidão de flechas. Tampouco podiam os guerreiros bater facilmente em retirada, e desconhecendo o terreno, eles galopavam contra fossos e penhascos, caindo junto de seus cavalos.<sup>102</sup>

Kaitō Shōgan e seu filho mais velho perecem na batalha, mas os demais comandantes conseguem “fugir para a capital em plena luz do dia<sup>103</sup>.” Temendo represálias dos favoráveis a Go-Daigo, Go-Fushimi, o *ex-temō* sênior da linhagem Jimyōin, além do herdeiro da mesma linhagem e diversos aliados aristocratas (dentre os quais consta Saionji Kinmune) refugiam-se em Rokuhara<sup>104</sup>. No entanto, o pavor que se instaurava na capital deve ter durado pouco, pois logo após a vitória da Batalha da Praia de Karasaki, o exército começa a desmantelar-se. Segundo o *Taiheiki*, isto se dá pelo fato de os monges descobrirem o ardil de Morinaga, que havia feito Fujiwara Morotaka passar-se por Go-Daigo<sup>105</sup>. Mais crível, no entanto, é que as forças

---

101 *Taiheiki*, p. 61.

102 *Taiheiki*, p. 61-62.

103 *Taiheiki*, p. 62; “fugir em plena luz do dia” é um ato marcado como vergonhoso, pois significa ser visto em fuga pelos olhos de todos na capital.

104 *Taiheiki*, p. 62.

105 *Taiheiki*, p. 63-64.



desmobilizaram-se por falta de coesão, pois como veremos nos capítulos 2 e 3, os mecanismos disponíveis para mobilizar e manter um exército eram muito precários, e dependiam de manutenção constante na forma de recompensas, ou ao menos promessas de recompensas. Uma vez com as forças desfeitas, os príncipes deixam o Monte Hiei e rumam para diferentes localidades, Munenaga juntando-se ao pai no Monte Kasagi, onde as forças de Go-Daigo começavam a aumentar depois das notícias da vitória de Morinaga em Karasaki. O seguinte trecho ilustra bem a situação da sociedade guerreira de então:

Era o 27º dia do 8º mês do primeiro ano de Genkō [1331] quando a suprema alteza foi a Kasagi para tomar como refúgio o Saguão Principal [do Templo de Kasagi]. Por um dia ou dois após sua chegada, homem algum prestou-lhe homenagem ali, já que todos temiam o poder dos militares. Mas quando souberam que os homens de Rokuhara foram derrotados lutando na encosta leste do Monte Hiei, os monges do Templo Kasagi apressaram-se a se reunir, e guerreiros de províncias vizinhas galoparam juntos de cá e lá. Ainda assim, nenhum grande senhor, que fosse um guerreiro de renome, liderando cem ou duzentos guerreiros montados, veio. E o coração da suprema alteza tornou-se pesaroso como resultado, de modo que ele pensou:  
 “Podem apenas estes guerreiros protegerem Nosso refúgio?”<sup>106</sup>

O que pode-se concluir de tal trecho era que, primeiramente, a lealdade ao *bakufu* havia tornado-se majoritariamente nominal, ao menos fora de Kantō, no entanto, ainda assim, os guerreiros estavam hesitantes a aderir prontamente à rebelião. Vitórias como a de Karasaki incentivavam pequenos guerreiros, os mais descontentes e com menos a perder, a juntar-se à rebelião, na esperança de ter seus esforços reconhecidos em caso de vitória, no entanto, a adesão de grandes líderes guerreiros não vinha com a mesma facilidade. Estes guerreiros, cada qual com seus próprios vassalos e bases territoriais, tinham muito a perder apostando em uma rebelião cujo resultado era incerto. Como nota, é nesta época, segundo o *Taiheiki*, que Kusunoki Masashige une-se a Go-Daigo<sup>107</sup>, fato que será mais explorado adiante.

Os oficiais de Rokuhara, no entanto, levaram alguns dias para responder à mobilização no Monte Kasagi. Em verdade, sua maior preocupação não era suprimir a rebelião de Go-Daigo, mas manter forte vigília sobre o Enryakuji, pois temiam um novo ataque dos monges do Monte Hiei à capital, de modo que destacam numerosos guerreiros, sob o comando de Sasaki Hōgan Tokinobu, para fortificar Ōtsu<sup>108</sup>. No entanto, eles enviam forças ao Monte Kasagi, e sofrem duas derrotas no dia 1º do nono mês. Temendo que com tais derrotas as hostes de Go-Daigo aumentassem, o Rokuhara *tandai* desperta do torpor e decide mobilizar uma grande força —

---

106Taiheiki, p. 67.

107Taiheiki, p. 67-69.

108Taiheiki, p. 70.

dividida em quatro frentes — partindo de Uji no dia seguinte<sup>109</sup>. Os números totais da força expedicionária saída de Uji dados pelo *Taiheiki* beiram o absurdo: 97.600 homens. Um décimo disso já seria uma enorme força para fazer frente aos ocupantes de Kasagi. Quanto a batalha iniciou-se, no entanto, no dia 3, a obra diz que tomaram parte da batalha cerca de 75 mil homens, um número um tanto menor, embora igualmente pouco crível. O ponto final parece ser mostrar que o inimigo tinha pesada vantagem numérica. Tais guerreiros, porém, não vieram de Kantō, mas das mesmas regiões que os guerreiros que lutavam por Go-Daigo: Chūgoku e Kinai, com o acréscimo de Tōkai, o que mostra que nem de longe o mandato de Go-Daigo era incontestável nestas regiões, e que seu poder estava longe de ser consolidado. De todo modo, Go-Daigo e seus partidários impõem uma resistência feroz, facilitada pela topografia rochosa e acidentada de Kasagi, onde fizeram fossos, empilharam pedras para erguer muros, e erigiram torres com arqueiros, além de lançar sobre o inimigo grandes pedras montanha abaixo<sup>110</sup>, de modo que o confronto do dia 3 continuou indecisivo, e “daquele momento em diante, nenhum homem buscou tomar de assalto o castelo... Eles meramente cercaram-no nos quatro lados, atacando-o à distância.”<sup>111</sup> Além disso, Kusunoki Masashige começa suas agitações em Kawachi, da mesma forma que em Bingo, homens juntam-se a um tal de Sakurayama Shirō, que declara-se partidário de Go-Daigo, intencionando tomar a província e cruzar para outros territórios. Finalmente, o Rokuhara *tandai* decide pedir a intervenção do *bakufu*, que envia uma força de Kantō para lidar com o problema<sup>112</sup>. O exército de Kantō, que segundo o *Taiheiki* consistia em mais de 200 mil homens, chega no início do décimo mês, mas segundo a crônica, não foi a superioridade inimiga, mas a bravura e engenhosidade de dois líderes guerreiros de Bitchū, Suyama Yoshitaka e Komiyama Jirō, que possibilitou a vitória: os dois teriam, numa madrugada chuvosa, contornado as fortificações com seus homens e feito-se passar por homens de Go-Daigo, causando o caos de dentro das fortificações e facilitando o ataque<sup>113</sup>. As forças de Go-Daigo finalmente dispersam-se, e são inúmeros os capturados. Dentre eles, constam Munenaga, Morotaka, Fujifusa, Sufusa, e o próprio Go-Daigo, capturado no dia 2 do 10º mês. No 8º dia, os capturados são confiados a guardiões e começam a ser enviados a seus lugares de exílio<sup>114</sup>. No 13º dia, Go-Daigo, forçado a abdicar, é substituído pelo Kōgon *tennō*, da linha Jimyōin<sup>115</sup>.

Em 7-3-1332, Go-Daigo, acompanhado de formidável escolta, é exilado para a ilha de

---

109 *Taiheiki*, p. 70-72.

110 *Taiheiki*, p. 71-74.

111 *Taiheiki*, p. 74.

112 *Taiheiki*, p. 74-75.

113 *Taiheiki*, p. 75-79.

114 *Taiheiki*, p. 79-85; para uma lista dos capturados, *cf.* p. 81-82; para seus locais de exílio, *cf.* p. 84-85.

115 *Taiheiki*, p. 85.

Oki<sup>116</sup>, como fora Go-Toba pouco mais de cem anos antes, durante a malograda Guerra Jōkyū. Parecia um fim humilhante para suas ambições. No entanto, o destino de Go-Daigo provar-se-ia totalmente diferente do de Go-Toba, e os problemas do *bakufu* de Kamakura estavam apenas começando.

### 1.2.3. A Guerra Genkō: estágios iniciais

No *Taiheiki*, a ascensão de Kōgon parece ter se dado em meio a um clima de tensão permanente. Se Go-Daigo não havia conseguido derrotar o *bakufu*, este, por mais que o tenha deposto, capturado, e posteriormente exilado, não foi também capaz de vencê-lo, como vê-se pela menção sutil do medo de retaliação durante a entronação do novo *tennō*:

E no 13º dia o novo soberano veio do Chōkōdō ao palácio, para que pudesse ser entronado. Os grandes nobres em sua procissão seguiram em vestes esplêndidas, enquanto em elmos e armaduras os guerreiros de uma escolta os guardavam contra males inesperados.<sup>117</sup>

Hino Nako, esposa de Saionji Kinmune, já citado, e autora do *Takemuki-ga-ki*, dá um retrato ainda mais vívido da Corte nesta época de incertezas:

No 16º [dia] Vossa Majestade dirigiu-se ao Escritório dos Santuários, de modo a oferecer *mitegara* e anunciar sua entronação formal. Os que eram esperados apresentaram diversos impedimentos para ausentar-se, e ninguém esteve presente para atendê-lo. Os Altos Nobres presentes eram, dentre outros, o Grande Conselheiro Ōinomikado e o Intendente da Guarda da Direita.<sup>118</sup>

Inclusive, na ocasião de exílio de Go-Daigo, comenta o *Taiheiki* que haviam aqueles que pretendiam acelerar a entronação de Kōgon, de modo que a ordem de exílio pudesse vir diretamente do novo *tennō*<sup>119</sup>, o que ajuda a explicar porque Go-Daigo só foi exilado mais de cinco meses depois de sua captura. Ao agora ex-*tennō*, foi sugerido que tomasse a tonsura, mas este recusou com firmeza, e continuou a comportar-se como *tennō* o tempo todo, como mostra o seguinte trecho:

No entanto, o ex-soberano disse, “Não tão cedo Deixaremos para trás as coisas do mundo.” Tampouco ele retirava os mantos do dragão imperial, mas banhava-se diariamente pelas manhãs, purificando sua transiente habitação, e prestava adoração ao Grande Santuário de Ise num lugar modelado no altar no Seiryōden [um edifício no

---

116Taiheiki, p. 105.

117Taiheiki, p. 85.

118Takemuki-ga-ki, p. 38.

119Taiheiki, p. 102-103.

palácio imperial]. Embora não há dois sóis nos céus, haviam dois soberanos na terra; e por estas razões, os Hōjō ficaram de um todo perplexos. Na verdade, foi por conta de uma certa crença que o ex-imperador agiu desta maneira.<sup>120</sup>

Tal trecho não deve ser rapidamente descartado como fruto de embelezamento literário. Ele é totalmente condizente com a conduta de Go-Daigo até então: um homem que via-se como o único soberano legítimo, *tennō* por direito, e que ainda contava com aliados lutando contra o *bakufu* em seu nome. Mais que isso, seu apoio crescia a despeito do exílio, e sua recusa em abandonar os ritos imperiais causava uma ambivalência política, tão bem representada no trecho acima pela metáfora dos dois sóis sobre os céus: a autoridade legítima parecia cada vez mais ter mais de um *locus*.

Enquanto isso, a ordem vigente ruía, em especial a oeste da capital. O primeiro caso a notar-se aqui é o do célebre Kusunoki Masashige, que não sem justiça poderia ser representado pela expressão inglesa *a larger than life character*. Não à toa, o *Taiheiki* idealiza seu primeiro contato com Go-Daigo, que toma contornos sobrenaturais: antes da batalha, enquanto juntava forças em Kasagi, Go-Daigo teria tido um sonho premonitório em que figuravam os ideogramas 南 (sul) e 木 (árvore, madeira), que quando contraídos num único caractere, formavam 楠 (canforeira), cuja leitura seria *kusunoki*. Daí sua conclusão, supostamente, de que sua salvação viria por meio de um guerreiro de nome Kusunoki, que um monge aponta ser Kusunoki Hyōe Masashige, de Kawachi<sup>121</sup>. Obviamente, tal história não pode ser tomada como verídica, sendo fruto de um embelezamento literário, provavelmente posterior ao *status* heroico adquirido por Masashige daqui até sua morte. O que importa, no entanto, é que o primeiro contato entre Go-Daigo e Kusunoki Masashige parece ter se dado neste tempo, e a partir daí, Masashige prontamente iniciou a mobilização e resistência em Kawachi. Depois da derrota, captura, e exílio de Go-Daigo, Masashige é um dos que continuam a manter viva sua causa, primeiramente na fortaleza de Akasaka, que defende de três ataques consecutivos, e depois, muito mais bem preparado, na fortaleza de Chihaya, no Monte Kongō.

As defesas de Akasaka tinham sido construídas às pressas, de modo que, apesar de vencer o inimigo em suas tentativas de confronto direto, Masashige é pego despreparado para enfrentar um longo cerco, e segundo o *Taiheiki*, após 20 dias de sítio, o moral de seus homens havia caído consideravelmente<sup>122</sup>. Masashige teria então supostamente ateado fogo à fortificação e fingido a própria morte, fugindo e ocultando-se<sup>123</sup>. Isto tem como consequência inesperada a perda de

<sup>120</sup>Taiheiki, p. 103.

<sup>121</sup>Taiheiki, p. 67-68.

<sup>122</sup>Taiheiki, p. 89.

<sup>123</sup>Taiheiki, p. 89-91.

esperanças de Sakurayama Shirō, que já tinha consolidado sua resistência na província de Bingo e preparava-se para tomar a província de Bitchū. Quando, no entanto, chegam as notícias da derrota e suposto suicídio de Masashige, seus guerreiros o abandonam de pouco em pouco, mas muito rapidamente<sup>124</sup>, mais uma vez sintoma claro da falta de mecanismos para manter a coesão e integridade das tropas, ainda muito afligidas por quaisquer revezes. Vendo-se sem saída, Sakurayama Shirō apunhala sua esposa e filho e comete *seppuku*, com seus 23 vassalos e parentes restantes seguindo-o na morte<sup>125</sup>.

Numa inesperada reviravolta, no entanto, — que dá-se pelo começo do quarto mês de 1332, um pouco depois do exílio de Go-Daigo — Masashige retorna com cerca de 500 homens a Akasaka, que tinha sido posta pelo *bakufu* sob os cuidados de um tal Yuasa. Rapidamente, o homem se rende e passa a servir Masashige. Em um mês, suas forças junto das de Yuasa conquistam as províncias de Izumi e Kawachi, estabelecendo-se no Tennōji, um dos primeiros templos budistas do Japão<sup>126</sup>. A rápida conquista destas duas províncias, e pronta adesão dos guerreiros locais, provavelmente deu-se quase sem resistência, do contrário, a mesma seria notada no *Taiheiki*.

Antes de prosseguir com os feitos de Masashige, no entanto, cabem algumas notas a seu respeito. Além do já citado caráter místico de sua ligação com Go-Daigo, Kusunoki Masashige é retratado como um comandante de brilhantismo singular no *Taiheiki*. Eis uma breve descrição do homem em tal obra:

Masashige era um homem que por natureza “fazia planos em sua tenda para derrotar um inimigo a mil léguas de distância,” cujos conselhos eram tão sutis como se vindos da cabeça de Chenping ou Zhang Liang. Desta feita, ele manteve duzentos poderosos arqueiros guarnecidos no castelo, e deu trezentos guerreiros montados a seu irmão Shichirō e Wada Gorō Masatō, do lado de fora, nas montanhas.<sup>127</sup>

Em inúmeras ocasiões, Masashige é celebrado por utilizar táticas inusitadas (ou fazer excelente uso de táticas regulares): ataques noturnos, emboscadas e ataques surpresa, muralhas falsas (sobrepostas sobre os muros verdadeiros, prestes a cair sobre inimigos que as tentavam escalar), uso de água fervente contra inimigos que escalavam muralhas, seu falso suicídio, roubo de provisões inimigas, infiltração de homens seus acompanhando destacamentos de abastecimento de fortalezas inimigas, uso de táticas de guerrilha e assédio, uso de dissimulação

---

124Taiheiki, p. 92.

125Taiheiki, p. 92.

126Taiheiki, p. 153-154. O templo era antigamente conhecido como Shitennōji, um dos mais antigos templos budistas do Japão.

127Taiheiki, p. 86.

(como fingir ter um número muito maior de homens ao ordenar que se acendessem muito mais fogueiras à noite em torno dos acampamentos), o uso de canos em leitos e córregos montanhosos para abastecer fortalezas, dentre muitos outros exemplos<sup>128</sup>. Além disso, não é só o *Taiheiki* que retrata Masashige como um comandante brilhante, e dado a estratagemas imprevisíveis. O *Baishōron* também contém passagens similares a seu respeito, como em um momento posterior em que Takauji vê aproximarem-se embarcações com o emblema dos Ashikaga e cogita ser um estratagema de Masashige, então seu inimigo, para só depois descobrir que de fato tratavam-se de seus aliados, os Hosokawa<sup>129</sup>. Segundo Ishii Susumu, Masashige usava táticas similares às dos *akutō*, como lançar pedras e galhos morro abaixo contra inimigos, quando defendendo a fortaleza montanhosa de Chihaya<sup>130</sup>.

Com o estabelecimento de Masashige no Tennōji, Rokuhara responde rapidamente, e apenas 3 dias mais tarde, em 20-5-1332, reúne uma força expedicionária formada por guerreiros da capital e da região de Kinai, provavelmente mobilizados em caráter emergencial, caso as ordens de mobilização já não tivessem sido remetidas durante o período de consolidação de Masashige nas províncias de Izumi e Kawachi. Tal força é posta sob o comando de Suda e Takahashi, e segundo o *Taiheiki*, composta por 5 mil homens, contra os 2 mil homens de Masashige. Tais números, desta vez, não parecem de um todo incríveis ou improváveis, e é provável que o exagero de escala seja menor neste caso. Num brilhante jogo de gato e rato, Masashige força as tropas inimigas a persegui-lo e esconde o grosso de suas forças, atacando no momento e local oportuno, e obtendo uma estrondosa vitória em 21-5-1332, com Suda, Takahashi e suas tropas batendo em retirada desordenadamente e virando alvos de chacota<sup>131</sup>. No começo do sétimo mês, Utsunomiya Jibu-no-tayū, um poderoso *tozama*, parte sozinho com seus homens para bater-se com Masashige em nome do *bakufu*. É de se esperar que no intervalo de dois meses da vitória sobre Suda e Takahashi até a partida de Utsunomiya, Masashige tenha concentrado-se em recuperar seus homens e consolidar ainda mais sua posição.

Utsunomiya foi outro dos grandes personagens da época, guerreiro do leste de reputação temível e respeitável. Seus *miuchi*, os Ki e Kiyowara, inspiravam os mesmos sentimentos, ao ponto de o próprio Masashige declarar que caso se enfrentassem, nenhum dos homens de Utsunomiya pretendia voltar com vida. A força de Utsunomiya é retratada como composta por 700 homens, e ainda assim, Kusunoki Masashige evita o confronto. De fato, os dois ficam com

---

128Taiheiki, p. 86-90, 153, 159, 172, 183.

129Baishōron, p. 96-97.

130ISHII, 1990, p. 173-174.

131Taiheiki, p. 154-156.

seus exércitos à distância de batalha por dias, Kusunoki utilizando-se de estratégias para fazer suas forças parecerem maiores, até que por fim, pela noite de 27-7-1332, Utsunomiya e os Ki e Kiyowara deixam o Tennōji e retornam para a capital<sup>132</sup>. Ao contrário de Utsunomiya, no entanto, que massacrava camponeses e os forçou a servi-lo por onde passava<sup>133</sup>, Masashige proibia que seus homens abusassem das populações locais, de modo que sua força parece ter inflado mais e mais, tamanha sua popularidade (o *Taiheiki* chega a dizer que líderes de diversas regiões distantes viajaram com seus homens para colocar-se a seu serviço)<sup>134</sup>. Eis a criação de um herói popular, bem diante de nossos olhos.

Enquanto isso, Akamatsu Enshin, um *tozama* da província de Harima, recebe uma convocação do Príncipe Morinaga para lutar em nome de Go-Daigo. Seu filho, Akamatsu Sokuyū, era próximo do príncipe, e lutava ao seu lado desde o começo das hostilidades, de modo que serviu de intermediário entre Morinaga e seu pai. Enshin estabelece uma fortificação no Monte Kokenawa, e começa a arregimentar em torno de si os guerreiros de Harima, estabelecendo barreiras em Sugisaka e Yama-no-sato, de modo que bloqueia as duas principais estradas — a de San'indō e San'yōdō — que ligavam a região oeste de Honshu à capital<sup>135</sup>, efetivamente impedindo que reforços de Chūgoku viessem por terra em socorro a Rokuhara e ao *bakufu*.

No começo do oitavo mês, Masashige faz oferendas de gratidão por sua vitória em Sumiyoshi e Tennōji, e durante o inverno de 1332 se estabelece no Monte Kongō, em Kawachi, tido como uma excelente fortificação natural, onde erege o castelo de Chihaya<sup>136</sup>. Morinaga, que desde a Batalha de Karasaki tinha separado-se de seu irmão Munenaga, vinha causando agitações anti-*bakufu* ao longo de 1332, trazendo para sua causa monges guerreiros de Tōnomine e Yoshino (ao sul da capital), e sempre escapando às autoridades<sup>137</sup>.

Com todas estas ofensivas, Rokuhara viu-se forçada a recorrer à ajuda do *bakufu* em Kamakura, enviando mensageiros a Kantō. O *bakufu* responde enviando uma força expedicionária em 20-9-1332, desta vez composta por guerreiros do leste. Este exército é reforçado por guerreiros do oeste que, para transpor o bloqueio de Akamatsu Enshin, viajaram a Kinai por mar. O *Taiheiki* também menciona reforços vindos de Shikoku. Segundo tal crônica, o total destas forças ultrapassava 300 mil homens<sup>138</sup>. Documentos contemporâneos, no entanto,

---

132Taiheiki, p. 157-160.

133Taiheiki, p. 157, 160.

134Taiheiki, p. 160.

135Taiheiki, p. 163.

136Baishōron, p. 44.

137Baishōron, p. 44.

138Taiheiki, p. 163-164.



revelam que as forças que o *bakufu* enviou contra Morinaga e Masashige não eram compostas por mais que alguns milhares de homens, conforme mostram os estudos de Thomas Conlan. Segundo ele, outro fator esteve por trás da incapacidade do *bakufu* de vencer a insurreição: enquanto em 1331, o *bakufu* tivesse disposto de seus mecanismos de mobilização militar geral, nos anos de 1332-1333 o *bakufu* mobilizou guerreiros por outro mecanismo, usando métodos análogos à mobilização para serviço de guarda na capital, e dependendo muito mais de guerreiros da região de Kinai, onde tais batalhas foram travadas, do que dos guerreiros de Kantō<sup>139</sup>. No entanto, mais a frente, Conlan afirma que este exército era possivelmente o maior exército do século XIV, e não parece disputar de um todo números posteriores dados no *Taiheiki*, que colocam sua força na casa dos 50 mil homens<sup>140</sup>. Talvez não seja portanto de se duvidar que tal força era, de fato, composta por não milhares, mas umas poucas dezenas de milhares de homens, sendo formada por guerreiros locais junto de forças de Kantō, uma vez que dentre os comandantes estava o já citado e temido Utsunomiya e seus homens, Nagasaki Akushirō (por vezes referido apenas por Nagasaki Jirō), irmão do mandante real do *bakufu*, Nagasaki Takasuke, e, como comandante-geral, Aso Harutoki<sup>141</sup>, membro de um ramo colateral dos Hōjō<sup>142</sup>, todos *tozama* ou oficiais do *bakufu* cuja base ficava em Kantō.

Tais forças começaram a chegar na capital por volta de 8-10-1332, e pelo começo do primeiro mês de 1333, depois de dois meses se organizando, dividiram-se em três partes para atacar Akasaka, Yoshino (onde o Príncipe Morinaga tinha erigido fortificações), e Chihaya<sup>143</sup>. Yoshino e Akasaka são rapidamente derrubados, com o Príncipe Morinaga fugindo para Chihaya, para onde todas as forças inimigas convergem<sup>144</sup>. Já na tomada de Akasaka, as forças do *bakufu* também passam uma mensagem violenta: após tentar, sem sucesso, atacar Akasaka do dia 2 ao 13 do segundo mês, sofrendo perdas dia após dia, Aso Harutoki ordena que se cerque o perímetro e espere. O suprimento de água do castelo é cortado<sup>145</sup>. Doze dias mais tarde, Por volta de 25-2-1333, Hirano Shōgen, comandante deixado por Kusunoki Masashige para defender Akasaka, sugere aos homens que se rendam. A resposta de Aso Harutoki é ordenar a execução de todos em Rokujō Kawara, na capital, embora o *Taiheiki* diga que o mesmo tinha prometido a

139CONLAN, 2003, p. 8-10.

140Ibidem, p. 10-11.

141O *Baishōron* fala que as forças do *bakufu* enviadas contra Chihaya estavam na casa de dezenas de milhares de homens. No auge destas forças, o *Taiheiki* reporta o absurdo de cerca de 800 mil de homens. Cf. *Baishōron*, p. 44, e *Taiheiki*, p. 164.

142*Taiheiki*, p. 163-165; CONLAN, op. cit., 8-10.

143*Taiheiki*, p. 164.

144CONLAN, op. cit., p. 8-10. Para a passagem do *Taiheiki* sobre as batalhas de Akasaka e Yoshino, cf. *Taiheiki*, p. 166-174 (Akasaka), e p. 175-181 (Yoshino).

145*Taiheiki*, p. 172.



Hirano que ele poderia manter suas terras e seus homens seriam recompensados por Rokuhara<sup>146</sup>. O efeito que isto gera é uma resistência ainda mais aguerrida em Yoshino, e principalmente, Chihaya, onde render-se deixou de ser uma opção.

Em Chihaya, onde um destacamento já montava o cerco, convergem, como já dito, as forças vitoriosas de Akasaka e Yoshino. Ali, a resistência de Kusunoki Masashige beira ao heroico. Com números muito menores, ele ainda assim força o inimigo a desistir da luta, e da mesma forma que em Akasaka, apenas manter o cerco, esperando por uma rendição<sup>147</sup>. A situação torna-se tão estagnada que os sitiados passam as semanas jogando *go* e *suguroku*, e competindo em *renga* e disputas de apreciação de chá, dado o tédio de tal empresa<sup>148</sup>. Sentindo e temendo a perda do moral de seus próprios homens, Masashige tenta ardis contra os adversários. Do lado inimigo, disputas internas começam a eclodir, de modo que tenta-se retomar a ofensiva mais algumas vezes. A cada nova investida, no entanto, Masashige os repele<sup>149</sup>. Cabe aqui a breve passagem do *Baishōron* sobre o cerco de Chihaya:

No inverno daquele ano, Genkō 2 [1332], sob comando de Go-Daigo, um grande guerreiro chamado Kusunoki Masashige fortificou Chihaya, um impressionante forte natural no Monte Kongō, em Kawachi, levantando o estandarte imperial ali. Os guerreiros do leste que tinham ido ao Monte Kasagi no ano anterior, portanto, retornaram à capital. Na primavera seguinte [1333], seu grande exército rumou direto para Yoshino, por Nara, e derrotou Ōtō-no-Miya. Eles mataram Murakami Hikoshirō Yoshiteru, e seguiram imediatamente para o Monte Kongō, onde montaram sítio, cercado o forte. O exército do *bakufu*, com dezenas de milhares de homens, tentou cada estratégia possível, mas muitos arqueiros com arcos fortes, escolhidos individualmente, defenderam aquele excelente baluarte, e incontáveis milhares ou dezenas de milhares dos atacantes foram feridos ou mortos.<sup>150</sup>

Os suprimentos dos sitiados vão diminuindo, e é de se imaginar que esta grande força, formada por contingentes diversos, passe a presenciar divisões surgirem aos poucos, cada *tozama* com suas próprias prioridades, de modo que alguns começam a abandonar o campo, fugindo ou inventando desculpas, só para serem emboscados por forças de *nobushi* — guerreiros utilizando-se de táticas de guerrilha — ocultas nas montanhas sob o comando do Príncipe Morinaga, que também cumpriam a função de bloquear as estradas e impedir a chegada de novos suprimentos aos sitiados<sup>151</sup>. Tais forças eram compostas, presumo, por *akutō* de diversas origens, que no texto são referidos por *nobushi* (野武士) e *yojin* (余人), isto é, “outros”, “outras pessoas,”

---

146Taiheiki, p. 173-174.

147Taiheiki, p. 184.

148Taiheiki, p. 184-185.

149Taiheiki, p. 185-187.

150Baishōron, p. 44.

151Taiheiki, p. 187-188.

não explicitamente guerreiros.

Enquanto, sobretudo do primeiro ao terceiro mês de 1333, ocorriam estas encarniçadas lutas em torno dos castelos de Akasaka, Yoshino, e especialmente Chihaya, uma nova ameaça avultava-se sobre a capital. De fato, a incapacidade de Rokuhara de responder apropriadamente a esta ameaça pode muito bem ter se dado pela sua necessidade de manter um grande contingente de homens e recursos destinados ao cerco de Chihaya<sup>152</sup>.

Esta nova ameaça dava-se pela figura de Akamatsu Enshin. Ele e seus homens conseguiram com sucesso impedir reforços das províncias a oeste da capital, capturando líderes inimigos e inclusive convencendo alguns a passarem para seu lado, como foi o caso de Itō Yamato no Jirō. O *Taiheiki* nos conta que Itō protegeu a retaguarda dos Akamatsu a oeste, permitindo que estes se preparassem para atacar a própria capital, erigindo antes um baluarte em Maya, na província de Hyōgo, a cerca de 100km de distância de Kyōto<sup>153</sup>. O *Taiheiki* diz que sua popularidade cresceu rapidamente, e ele conseguiu montar uma força de 7 mil homens, sem dúvidas um grande exagero. Um décimo disso seria um tanto mais crível, e ainda assim, uma força bastante poderosa para apenas um *tozama*.

Temendo, com razão, um ataque dos Akamatsu, os oficiais do Rokuhara *tandai*, que não podiam contar com o apoio da principal força do *bakufu*, — posto que a mesma estava mantendo o cerco em Chihaya — tentam apelar aos guerreiros de Shikoku, só para descobrirem que já no primeiro mês, dois *tozama* locais, Doi Jirō e Tokunō Yasaburō, haviam não só conquistado Shikoku em prol da causa de Go-Daigo, como também vencido forças de duas das províncias do oeste de Honshu, Nagato e Suō, e que ao que tudo indicava, pretendiam montar uma frota para atacar a capital<sup>154</sup>.

O que ocorre com Akamatsu Enshin e os guerreiros do Rokuhara *tandai* segue mais ou menos o seguinte padrão: os homens de Rokuhara tentam atacar as posições de Akamatsu, e sempre são derrotados, enquanto Enshin lança diversos ataques à capital, sem que consiga tomá-la e desalojar o inimigo. As vitórias de Rokuhara na capital são atribuídas sobretudo a dois guerreiros pouco conhecidos até ali, Kōno Kurō Saemon-no-jō e Suyama Jirō, que chegam a ser recompensados diretamente por Kōgon *tennō*<sup>155</sup>.

Reviravolta após reviravolta, no entanto, parecia que o *bakufu* estava perdendo fôlego no confronto. Uma destas reviravoltas, decisiva para a derrubada do regime dos Hōjō em

152CONLAN, 2003, p. 8-10.

153Taiheiki, p. 190-191.

154Taiheiki, p. 192.

155Taiheiki, p. 200-217 tratam desta parte da campanha de Akamatsu Enshin contra Kyōto; para a recompensa de Kōno e Suyama, ver p. 213-214.

Kamakura, deu-se quando por volta de 23-3-1333, com ajuda de um tal Chigusa Tadaaki, Go-Daigo escapa de seu exílio em Oki, aportando na província de Hōki e trazendo para sua causa um *tozama* local, Nawa Nagatoshi. Em 29-3-1333, Nawa Nagatoshi e uma força de 150 homens derrotam uma força numericamente superior liderada por Sasaki Kiyotaka, guardião de Go-Daigo no exílio, na Batalha de Funano<sup>156</sup>. Dois dos comandantes ajudando-o eram Sasaki Danjō Saemon-no-jō, que é morto por uma flecha inimiga, e Sasaki Dōyo, que após a morte de Danjō Saemon-no-jō, decide entregar-se sem lutar. Derrotado, Sasaki Kiyotaka foge sozinho num pequeno barco, e segundo a crônica, comete *seppuku* um tempo depois, num templo em Ōmi<sup>157</sup>.

O Príncipe Morinaga, aparentemente sempre ciente dos acontecimentos gerais da guerra, embora continuasse promovendo sua campanha em socorro a Masashige, consegue convencer os monges do Enryakuji – dos quais, vale lembrar, foi abade – a atacar a capital em socorro a Akamatsu Enshin, pois temia que o mesmo fosse aniquilado, dados seus últimos embates com as forças da capital. Assim, no dia 26-3-1333, em grande assembleia, os monges decidem partir contra a capital, e convocam para isso tanto monges de templos subsidiários como guerreiros das proximidades<sup>158</sup>, provavelmente *bushi* que serviam em capacidades administrativas em *shōen* do Enryakuji. Eles partem no dia 28, a vanguarda instalando-se no Hosshōji.

Aqui cabem algumas notas que ajudam a entender a derrota dos monges, que aparentemente estavam com grande vantagem numérica. A primeira delas diz respeito à sua impulsividade e falta de organização. Isto é compreensível, dadas as divisões internas que sempre fizeram parte do Enryakuji, e o fato de que uma vez que a turba de monges armados fosse mobilizada, ela agia movida mais por paixões que por qualquer princípio estratégico. Com seus grandes números, eles julgavam-se capazes de esmagar qualquer resistência que encontrassem na capital, e aí o *Taiheiki* nota, com muita importância, uma desvantagem de grande peso: os monges, em sua maioria, lutavam a pé, enquanto os guerreiros ao lado de Rokuhara lutavam majoritariamente a cavalo, com arco e flecha<sup>159</sup>. Isto não só os marca como não sendo parte do estamento guerreiro por excelência, algo que deve ficar mais claro ao longo dos próximos dois capítulos, como faz parte da razão pela qual foram derrotados. Os monges não tentam nenhuma articulação conjunta com Akamatsu Enshin (ele estava a oeste da capital, enquanto o Enryakuji ficava a nordeste), e o *Taiheiki* não mede palavras para criticar sua impulsividade, e também sua ganância, dizendo que grupos de monges partiam à frente, ciosos

---

<sup>156</sup>Taiheiki, p. 194-200.

<sup>157</sup>Taiheiki, p. 199-200.

<sup>158</sup>Taiheiki, p. 218.

<sup>159</sup>Taiheiki, p. 218-220.

de serem os primeiros a pôr as mãos em “coisas e valor”<sup>160</sup>. Enquanto isso, Rokuhara reúne uma força que, segundo o *Taiheiki*, era composta por 7 mil homens, atacando por três direções. Ela se bate com os primeiros monges a chegarem, instalados no Hosshōji, e os vence estrondosamente<sup>161</sup>. O total das forças do Enryakuji nunca chega, embora segundo consta, pretendiam atacar a capital uma vez mais, até serem comprados com recompensas de vulto:

Além disso, os monges do Portal da Montanha voltaram-se contra os Hōjō, e homens disseram que eles acenderam faróis no Grande Pico, reunindo forças em Sakamoto para rumar contra Rokuhara uma segunda vez. Mas os militares buscaram vencer o coração dos monges, presenteando o Portal da Montanha [Enryakuji] com treze grandes *shōen*, enquanto deram a cada um dos principais soldados monásticos um ou dois pedaços de boas terras, dizendo, “Estas são para preces.” E logo em seguida, os conselhos do Portal da Montanha foram rasgados ao meio, e muitos monges tornaram-se amigáveis para com os militares.<sup>162</sup>

A passagem acima serve como prenúncio de uma nova ordem social que já começava a instalar-se, mas que seria decisiva nas posteriores Guerras Nambokuchō: o fato de que, para conquistar a simpatia dos *tozama* e outros grupos poderosos e autônomos, era preciso pagar pelos seus serviços.

Em 3-4-1333, Akamatsu Enshin tenta mais uma investida contra a capital, que após um dia inteiro de luta encarniçada, resulta uma vez mais em derrota — segundo o *Taiheiki*, pela intercessão heroica de Kōno e Suyama. Dentre as forças defensoras de Rokuhara, figuram as famílias Shimazu e Kobayakawa, além de homens de diversas localidades. Dentre as forças de Akamatsu, não citam-se grandes famílias, mas os guerreiros são listados por suas localidades de origem, ou como parte do Kanke-tō, “bando de Kanke”<sup>163</sup>. Por fim, por mais que as notícias da fuga e vitória de Go-Daigo em Funanoe, e da firme resistência de seus partidários em Chihaya, sem dúvida tivessem causado efeito nos indecisos, e prejudicado o moral inimigo, tudo aparentava que tomar Kyōto não seria fácil, e após vencer três tentativas de tomada da capital, o moral dos homens de Rokuhara estava em alta, pondo em todas as três o inimigo em franca retirada. Talvez o mote de que “Kyōto fosse uma cidade fácil de tomar, e difícil de manter” dissesse respeito a outros tempos. Certamente não é o que o *Taiheiki* deixa a entender neste momento.

Sabendo de derrotas anteriores de Enshin em Kyōto, Go-Daigo envia a seu socorro Chigusa Tadaaki, promovido a arquivista-chefe e *taishō* (comandante), em partes pelo seu heroico resgate do *temnō*. Isso, no entanto, não sem que antes Go-Daigo realize ritos religiosos

<sup>160</sup>Taiheiki, p. 219.

<sup>161</sup>Taiheiki, p. 219-220.

<sup>162</sup>Taiheiki, p. 222.

<sup>163</sup>Taiheiki, p. 221-228 para a batalha de 3-4-1333; para a composição das forças de cada lado, ver p. 222-223.

em 27-3-1333, em Funanoe, onde segundo o *Taiheiki* teria recebido graças divinas, mais uma vez mostrando a importância que a espiritualidade e a busca de favores divinos tinham na guerra<sup>164</sup>. Tadaaki partiu com forças reduzidas, mas tinha como missão convocar guerreiros por San'indō e San'yōdō, a caminho da capital, e assim o fez, tendo aumentado sua força substancialmente ao aproximar-se dos arredores da capital (o *Taiheiki* nos dá o absurdo número de 207 mil homens). O *shugo* de Tajima, Ōta Saburō, que tinha consigo um príncipe imperial capturado, aproveita a oportunidade para mudar de lado e juntar-se a Tadaaki (uma vez que do contrário, tais forças cruzariam seu caminho e o esmagariam), colocando o príncipe-refém nominalmente no comando das forças<sup>165</sup>. Segundo o *Taiheiki*, as forças de Tadaaki deixam Shinamura, na província de Tanba, em 2-3-1333, e rumam para Kyōto, acampando também a oeste da capital, nos Templos Mine-no-dō e Tani-no-dō. Estas forças devem ter chegado depois do ataque de 3-4-1333 conduzido por Enshin, pois o *Taiheiki* nota que agora os inimigos de Rokuhara acampavam em Yamazaki (Akamatsu Enshin), Yawata (Tono Ryōchū, subordinado de Enshin), e Tani-no-dō e arredores (Chigusa Tadaaki), cercando o oeste da capital, e planejando um ataque conjunto. Ainda assim, Tadaaki decide atacar sozinho, talvez confiando em seu grande número de homens e querendo provar valor ímpar perante o soberano, de modo que parte ao ataque sem avisar seus novos aliados em 8-4-1333. A capital estava confiante e preparada, tendo erigido defesas, mas a luta ainda é difícil, especialmente quando homens de Tajima e Tanba começam a iniciar incêndios pela cidade. Rokuhara, que tinha grandes comandantes na reserva, envia-os para reforçar as posições: Sasaki Tokinobu, Suda, Takahashi, Kōno, Suyama, os Kobayakawa, dentre outros. A fortuna de Ōta Saburō dura pouco, pois ele perece na luta. Tadaaki é derrotado, e foge com o príncipe para Yawata, abandonando um subordinado seu que decide acampar na ponte Shichijō. Os guerreiros de Rokuhara, em retaliação, invadem os locais onde Tadaaki tinha acampado, pondo fogo a templos, santuários e casas em Mine-no-dō, Tani-no-dō, Kinugasa, Hamuro, Matsunoo, e outras localidades<sup>166</sup>.

Por mais que o movimento anti-*bakufu* iniciado por Go-Daigo crescesse a cada dia, a vitória ainda parecia distante. Em Kyōto, vez após vez, os oficiais do Rokuhara *tandai* foram capazes de repelir ataques inimigos. As forças de Shikoku, nominalmente ao lado de Go-Daigo, pareciam nunca chegar. Chihaya continuava em cerco. E enquanto isso, a sede do *bakufu*, em Kantō, não corria risco algum. Seria a traição de dois grandes comandantes do *bakufu*, Ashikaga Takauji e Nitta Yoshisada, que realmente poria fim ao regime dos Hōjō.

---

164 *Taiheiki*, p. 228-229.

165 *Taiheiki*, p. 229.

166 *Taiheiki*, p. 229-235.

### 1.3. Conclusão

Ashikaga Takauji e Nitta Yoshisada, dois *gokenin* de enorme poder, ajudaram a terminar o que o Príncipe Morinaga, Kusunoki Masashige, Akamatsu Enshin, e tantos outros tinham começado. Takauji tinha sido enviado a Kyōto pelo *bakufu*, justamente para combater as forças dos Akamatsu e de Chigusa Tadaaki. No entanto, já tendo comunicado-se com Go-Daigo, ele muda de lado ao chegar à capital, derrubando o Rokuhara *tandai*. Nitta Yoshisada, por sua vez, tinha feito parte das forças de ataque a Chihaya, mas deixara o cerco alegando doença. Com a virada da guerra em favor de Go-Daigo, Yoshisada decapitou o regime, atacando Kamakura. A maioria dos Hōjō pereceu em combate ou pela própria lâmina.

Go-Daigo voltaria ao trono, inaugurando seu novo regime, Kenmu. No entanto, a capital provou-se um espaço muito pequeno para conter simultaneamente ele e Takauji. Uma nova guerra começaria em 1335, com Takauji rebelando-se, e pelos próximos anos, esta guerra teria muito fôlego, e incontáveis idas e vindas: Takauji expulsou Go-Daigo da capital, só para ser desalojado logo em seguida, e ter que fugir para Kyūshū, onde fez novos aliados. Eventualmente, ele desalojaria Go-Daigo de uma vez por todas. Em 1338, muitas das grandes figuras pereceram: Kusunoki Masashige, Nitta Yoshisada, Kitabatake Akiie (filho de Chikafusa), para citar as mais relevantes. A partir daí, no entanto, a guerra continuaria, mas com intensidade muito menor.

Ao ser desalojado da capital, Go-Daigo fundou um regime paralelo nas montanhas de Yoshino, que ficou conhecido como a Corte do Sul. Enquanto isso, em Kyōto, os Ashikaga organizavam seu novo *bakufu*, legitimado pela autoridade de soberanos da linha Jimyōin. O regime de Kyōto ficou conhecido por Corte do Norte. A guerra civil duraria até 1392, quando já nenhum de seus participantes originais restara vivo.

A este período caótico damos o nome de Nanbokuchō (南北朝) — Período [das Cortes] do Sul e do Norte. Ao longo desta guerra prolongada, a tessitura social do Japão passaria por mudanças profundas, e poder e autoridade organizar-se-iam em novas linhas.

## CAPÍTULO 2: EM BUSCA DE UM ESTAMENTO GUERREIRO

*“Ninguém conhecido como um arqueiro poderoso atira uma flecha com menos de quinze palmos de comprimento. E da mesma forma, o arco — um homem forte atira com um arco que requer cinco ou seis homens para acordoar. A flecha de tal arqueiro pode penetrar uma camada dupla ou tripla de armadura. E o menor de seus senhores locais lidera pelo menos quinhentos guerreiros montados. Uma vez na sela, estes homens nunca caem, tampouco deixam que seus cavalos caiam, galopando pelos mais árduos terrenos. Se um pai ou filho for morto em batalha, eles seguem cavalgando, passando por cima do corpo e continuando a lutar.”*

*(Heike monogatari, Livro V)<sup>1</sup>*

### 2.1. Introdução

O trecho acima, extraído do clássico *Heike monogatari*, pinta a imagem — embora exagerada — do guerreiro quintessencial de Kantō: não só um arqueiro montado, mas uma figura de grande força e bravura, líder de bandos enormes de homens, todos de seu porte, e que, ao contrário dos guerreiros do oeste (segundo a obra), não paravam para chorar sequer a morte de um pai ou filho: continuavam a lutar. Hoje sabemos que muito das diferenciações entre os guerreiros de Kantō e de outras regiões do Japão são mais mito que realidade, embora seja verdade que a região de Kantō tenha um papel especial na formação dos guerreiros.

Este estudo busca descobrir se podemos, de fato, categorizar os guerreiros como um grupo à parte na sociedade japonesa, mais especificamente no enquadramento estamental. Os japoneses da época sem dúvida viam estas diferenças — ponto observado ao longo deste capítulo, mas também do próximo. Antes que possamos adentrar nas especificidades de um suposto “modo de ser guerreiro”, no entanto, ou que possamos analisar o que chamo aqui de casos limítrofes da existência guerreira, é necessário erigirmos uma base. A proposta deste capítulo é justamente esta, delimitar um *mínimo denominador comum* da existência guerreira. Isto é: traçar, a partir de fontes e estudos, aqueles que a sociedade *inegavelmente* via como guerreiros. Fazê-lo implica retroceder até meados do período Heian, por volta do século X, quando as bases de um novo modo de organização e mobilização para o serviço em armas foram formadas. Também implica, mesmo que tangencialmente, estudar questões próprias a estes grupos que a sociedade chamou de “guerreiros” (os termos aqui são inúmeros). Ou seja, analisar suas rivalidades, suas relações com o poder central, sua ligação com a terra, e depois, as

---

<sup>1</sup> Heike Monogatari, p. 290.



consequências do surgimento e consolidação do primeiro *bakufu* sobre estes agentes históricos.

Inúmeros estudos serão mobilizados para estes fins, mas em maioria, tais estudos partem de outras perguntas, de modo que é preciso reorientá-los, tanto quanto possível, ao que este capítulo propõe. Esta busca por um *mínimo denominador comum*, no entanto, é somente isso, estando longe de ser exaustiva. Mesmo assim, espero com ela já responder uma série de perguntas, e construir as bases argumentativas necessárias para análises mais profundas, tanto no capítulo 3 quanto em estudos vindouros.

## **2.2. Em busca dos guerreiros japoneses**

Quem, de acordo com os japoneses da época, eram os ditos guerreiros que o presente estudo propõe-se a analisar? Eis a pergunta que abre o presente capítulo. Uma palavra de cautela: muito do que será dito abaixo já foi dito por outros estudiosos, em estudos muito mais ambiciosos e completos, de modo que à primeira vista, parte do que será visto pode parecer pouco mais que uma síntese e revisão bibliográfica sobre os temas abordados.

No entanto, ressalto aqui a importância de dizê-lo mesmo assim, embora que majoritariamente pela palavra de outros, pelas seguintes razões: em primeiro lugar, o público brasileiro não tem, no geral, contato com tal bibliografia; em segundo, para avaliar meu objeto de forma apropriada, isto é, identificar a existência ou inexistência de um estamento guerreiro japonês no século XIV, é preciso recapitular a história daqueles que não só lutaram, mas dominaram os campos de batalha no Japão pelos séculos precedentes, especialmente de modo a mostrar a continuidade existente dentre os grupos dedicados à guerra como um ofício (sem ignorar, é claro, as eventuais rupturas e ingressos de novos agentes).

Por fim, esta busca justifica-se ainda por uma terceira, e mais importante razão: independente de fazer uso das palavras de terceiros (prática que é inclusive inevitável ao historiador), o que importa aqui é como tais textos serão mobilizados em prol do objeto de pesquisa do presente estudo, bem como dos problemas que dele ramificam-se.

Após este breve aviso, julgo que um ponto natural para dar sequência ao que foi exposto é uma síntese muito breve dos termos originais mobilizados para referir-se a estes guerreiros.

### **2.2.1. Os termos presentes nas fontes**

Conhecidos por todos hoje em dia como samurais, os guerreiros japoneses em verdade eram mencionados por uma multiplicidade de termos. Tratar de cada um deles à exaustão é não só desnecessário aqui, como criaria uma leitura enfadonha. Basta dizer que dentre os muitos



termos pelos quais estes guerreiros são referenciados nas crônicas, especialmente as mais antigas, destacam-se *tsuwamono* (兵), *musha* (武者), e, é claro, os dois mais importantes nos dias de hoje, *bushi* e *samurai*.

A palavra *samurai* origina-se do verbo arcaico *saburau*, “servir”, e não designava, a princípio, necessariamente guerreiros. Na muito esclarecedora tradução para português do clássico nipônico *Makura no Sōshi*, aqui *O Livro do Travesseiro*, consta no rico glossário das tradutoras: “servidor: *saburai*, 侍, a maior parte era do Quinto e Sexto Grau [de Corte], prestavam vários afazeres domésticos e acompanhavam seus senhores.”<sup>2</sup> Ou seja, a princípio, tratava-se de uma designação genérica para servidor ou membro de comitiva.

Já os termos *bushi* (武士, guerreiro) e *buke* (武家, casa guerreira; autoridade guerreira/militar) são um tanto mais específicos. Designam, desde o princípio, aquele que serve em armas, que pratica as artes da guerra, ou no caso de *buke*, viria a designar as casas, clãs, cujos membros dedicavam-se a tais artes. Isto é, famílias de uma elite guerreira por excelência. Este significado de *buke*, no entanto, tornou-se corrente somente a partir do século XIV. Durante o século XIII, *buke* representava a “autoridade guerreira” (o que chamamos de *bakufu*), em oposição à “autoridade aristocrática” (*kuge* 公家)<sup>3</sup>.

Para critérios de simplificação, no entanto, usarei majoritariamente o termo guerreiros quando estiver tratando do estamento guerreiro como um todo, ou de seus indivíduos, de modo genérico. Quando preciso, como no caso de citação de fontes, ou de explicações sobre as estratificações internas deste estamento guerreiro, outros termos serão utilizados.

### 2.2.2. Capital e Províncias: os *zuryō* e *zaichō kanjin* como guerreiros

Decido tomar o século X como ponto de partida para minha busca pelos guerreiros japoneses, muito embora pudesse, como fez William Wayne Farris, retrair tais origens a tempos ainda mais remotos<sup>4</sup>. No entanto, não é só por brevidade que escolho o século X como ponto inicial, mas também pelo fato de que foi nesta época que novos e importantes ajustes foram feitos com relação ao uso e condução de tropas no Japão, bem como demais assuntos militares. Segundo Karl Friday, este novo modelo militar seguiria em vigor, embora com ajustes, até

2 CORDARO, Madalena Hashimoto (org.). *O Livro do Travesseiro*. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 560 (glossário).

3 MASS, Jeffrey P. *Antiquity and Anachronism in Japanese History*. Stanford: Stanford University Press, 1992, p. 48-50.

4 Em *Heavenly Warriors*, Farris retrai o surgimento dos guerreiros e a evolução dos sistemas militares, bem como as demandas militares próprias de cada época, desde 500 EC, antes mesmo da consolidação total do reino de Yamato. Cf. FARRIS, 1995.

meados do século XIV<sup>5</sup>.

Em linhas muito breves, o Japão aboliu seu sistema militar baseado no recrutamento de camponeses para formação de grandes regimentos de infantaria em 792<sup>6</sup>, e após um século de experimentações (bem como violência endêmica), chegou ao modelo que apresentarei no tópico seguinte. O antigo sistema de conscrição conhecido por *gundan* (軍団) é fruto de uma época onde o Japão temia uma invasão de exércitos continentais, principalmente da China Tang. Passada a ameaça, tal sistema tornou-se oneroso demais para ser mantido, mas mais que isso, deixou de atender às necessidades de seu tempo, isto é, coibir revoltas, banditismo, e pirataria. As lentas unidades de infantaria viriam a ser trocadas por forças de alta mobilidade. Cabe por último ressaltar que o sistema *gundan* vinha há longa data sendo abusado por oficiais provinciais, que inclusive mobilizavam conscritos para cultivar seus próprios campos<sup>7</sup>.

Nesse sentido, Farris aprofunda-se mais nos problemas sociais da época. Ao citar inúmeras revoltas e incidentes de desordem e violência nas províncias (Mino-Owari, 866; Iwami, 884; Shinano, Kai, Musashi e Kōzuke, 895-900; Echizen e Suruga, 901; Hida, 905; Kōzuke, 915; Musashi, 919; na região de Kantō como um todo após a revolta de Mononobe Ujinaga, 889 em diante), ele nos apresenta alguns pontos importantes: (1) há uma clara correlação entre a piora nas condições de vida locais, e sobretudo crises de fome ocasionadas por más colheitas, com os atos de violência descritos; (2) os atos de violência relatados incluem disputas fronteiriças entre províncias, roubo de reservas provinciais de grãos (muitas vezes seguidos de incêndios), ataques às sedes dos governos provinciais, e revoltas e rebeliões ocasionadas direta e imediatamente após crises de fome; (3) estes atos de violência eram em grande parte cometidos por oficiais governamentais de nível distrital ou provincial, incluindo os próprios governadores provinciais, que podiam até mesmo utilizar de suas prerrogativas para levantar tropas (como na disputa de fronteiras entre Mino e Owari em 866, que culminou na Batalha do Rio Hirono); (4) muitos dos incidentes registrados ocorreram na região de Kantō<sup>8</sup>.

Sobre Kantō, em especial, resalto o seguinte trecho:

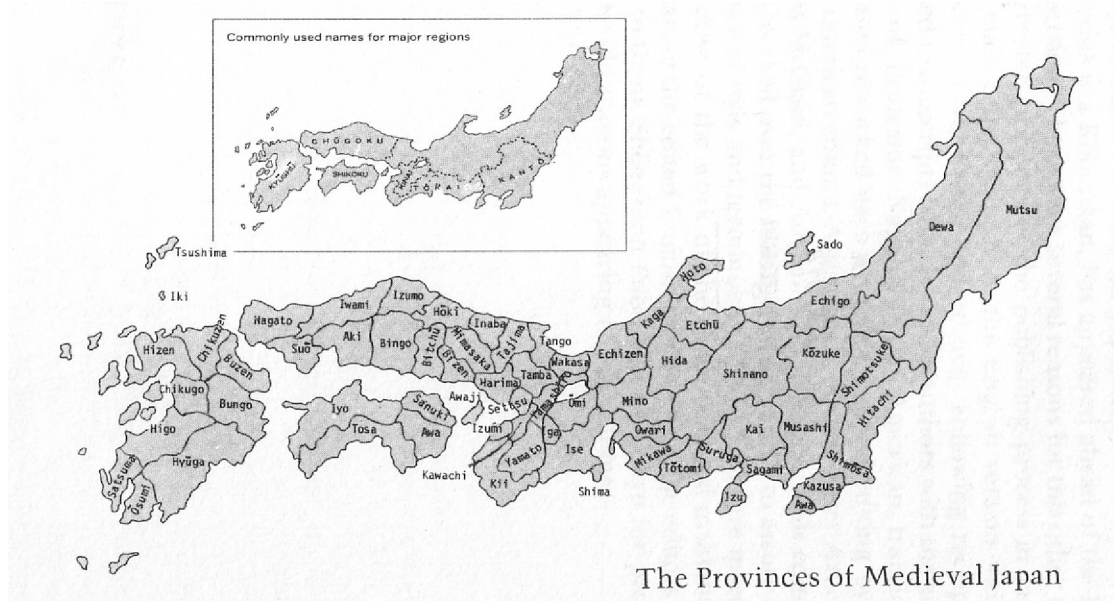
5 FRIDAY, 2004, p. 36. Particularmente, discordo da aplicação deste modelo para o século XIV, especialmente a partir de 1352.

6 É necessário ressaltar, entretanto, que esta abolição não foi total. Os regimentos foram mantidos em umas poucas regiões estratégicas (ao norte de Kyūshū e oeste de Chūgoku, para guarda contra ameaças estrangeiras, e ao norte do Japão, para conter insurreições dos *emishi*). Estas guarnições de fronteira eram conhecidas como *chinpei* (no norte) e *sakimori* (em Kyūshū). Cf. FRIDAY, Karl. *Hired Swords: The Rise of Private Warrior Power in Japan*. Stanford: Stanford University Press, 1992, p. 20-21, 44, 47.

7 FRIDAY, 2004, p. 35; Idem, 1992, p. 44-45 para os abusos dos governadores para com os regimentos provinciais.

8 FARRIS, 1995, p. 122-128.

A área era separada da Corte e vizinhanças por altas montanhas, proporcionando uma sensação de isolamento geográfico. A partir do fim do século VI, a região de Kantō vinha sendo uma das bases militares da Corte, o que significava que armas eram fáceis de se obter; durante o século VIII, um sistema de estradas unificou Kantō, possibilitando que criminosos se movessem livremente. As guerras no nordeste do Japão militarizaram a região ainda mais, e causaram agitações sociais. Kantō também tinha a reputação de ser o último refúgio para criminosos e rebeldes. Em 889, a revolta de Mononobe Ujinaga levou Kantō a um quarto de século de rebeliões.<sup>9</sup>



**Figura 2.1:** Mapa das províncias e principais regiões do Japão Medieval

Retirado de: HALL, John Whitney; NAGAHARA, Keiji; KOZO, Yamamura. *Japan Before Tokugawa: Political Consolidation and Economic Growth, 1500 to 1650*. Princeton: Princeton University Press, 1981, p. 2.

Kantō tinha sido palco de enormes e encarniçadas campanhas de conquista no século anterior, principalmente contra os *emishi*<sup>10</sup>, e sempre foi uma área de grande importância para a história dos guerreiros, sendo o berço tanto do primeiro quanto do terceiro *bakufu* (bem como região de origem dos Ashikaga, que fundaram o segundo *bakufu*).

O vazio institucional deixado pela abolição do sistema *gundan* em 792 levou a experimentações diversas durante o século IX, que finalmente culminariam no sistema que conhecemos a partir do século X. Suas principais características eram: delegação das funções militares a forças privadas; dependência das elites provinciais e da baixa e média aristocracia da

<sup>9</sup> FARRIS, 1995, p. 127.

<sup>10</sup> Debate-se se os *emishi* são equivalentes completos dos atuais ainus, ou, segundo estudos arqueológicos mais recentes, se seriam em boa parte etnicamente idênticos aos japoneses (sem, contanto, excluir os ainus), mas membros de várias tribos marginalizadas. Cf. IKEGAMI, Eiko. *The Taming of the Samurai: Honorific Individualism and the Making of Modern Japan*. Cambridge: Harvard University Press, 1997, p. 59. Sobre as sangrentas campanhas contra os *emishi* relatadas acima, cf. FRIDAY, Karl. Pushing beyond the Pale: The Yamato Conquest of the *Emishi* and Northern Japan. *Journal Of Japanese Studies*, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-24, 1997.

capital para a condução de funções militares; retenção do monopólio do uso legítimo da violência pelo Estado<sup>11</sup> por meio da concessão de comissões militares. Ainda no tempo em que vigorou o sistema *gundan*, o oficialato era formado por membros das elites provinciais e dos escalões menos exaltados da aristocracia da capital. O principal critério para escolha de oficiais, segundo Friday, era aptidão militar, de modo que com a abolição deste sistema, “o papel de elites treinadas e equipadas por meios privados foi expandido.”<sup>12</sup>

Antes de esboçar tal sistema, no entanto, falarei de seus atores, começando pelas elites provinciais. Pelo século X, elas eram compostas por uma mistura dos antigos *kuni no miyatsuko* (国造)<sup>13</sup>, — famílias que antes da unificação do Japão pelo reino de Yamato<sup>14</sup> exerciam liderança em suas regiões, mas que após a consolidação do território japonês, foram deixadas de lado em prol das famílias mais próximas (física e politicamente) do reino de Yamato — junto de outras famílias que, ao longo dos séculos, conseguiram enriquecer e ascender socialmente, como os *zōshikinjin* (雑色任), oficiais de baixo nível nos governos provinciais ao longo dos sécs. VIII e IX, bem como descendentes de governadores provinciais que continuaram residindo nas províncias. Eram estes homens, em maioria, que ocupavam os cargos a nível distrital, bem como cargos auxiliares a nível provincial<sup>15</sup>. Enraizados há longa data em suas terras de origem, eles viam seus postos como hereditários por direito, e dado seu isolamento diante do mundo da capital, seus privilégios estavam relativamente seguros da interferência de Kyōto. Pela segunda metade do século XI, começam a tornar-se proprietários de terras. Num ritmo crescente, ocupavam também cargos administrativos tais quais o de *gesu* (下司) nos *shōen*, enclaves privados de aristocratas e instituições religiosas dentro das terras provinciais que, como veremos posteriormente, foram ganhando ares de extraterritorialidade. Coletivamente, este grupo é conhecido como *zaichō kanjin* (在庁官人), “oficiais residentes”<sup>16</sup>. Desde os tempos do regime *gundan*, os eminentes

11 Por “Estado”, refiro-me aqui ao poder central (a oligarquia formada pela família imperial, alta aristocracia, e grandes templos), e ao complexo maquinário administrativo formulado pelos séculos VII e VIII. Esta é a mesma concepção de Estado que vemos no Estado Corporativista Complexo, exposto na Introdução.

12 FRIDAY, 2004, p. 35.

13 Bruce Batten, no entanto, atenta-nos para o fato de que os *kuni no miyatsuko* formavam uma minoria dentre os *zaichō kanjin*. Cf. BATTEN, Bruce L. Provincial Administration in Early Japan: From Ritsuryō kokka to Ochō kokka. *Harvard Journal Of Asiatic Studies*, [s.l.], v. 53, n. 1, p. 103-134, jun. 1993, p. 127.

14 O reino de Yamato é, de modo simplificado, uma das muitas pequenas entidades políticas da pré-história e antiguidade japonesa, que eventualmente viria a unificar o arquipélago japonês e formar as bases do que conhecemos por Japão.

15 Pelo século X, o Japão era dividido em 66 províncias (e 2 ilhas que administrativamente contavam como províncias). As divisões geográfico-administrativas eram província (*kuni*), distrito (*kōri*), e “aldeias” (*gō* e *ho*). *Gō* e *ho* não dizem respeito a comunidades orgânicas, mas a unidades administrativas de acordo com o número de casas. Acima das províncias ainda ficavam os circuitos (*dō*), geralmente seguindo as grandes avenidas que ligavam as diversas regiões do Japão à capital (os sete circuitos são Tōkaidō, Tōsandō, Hokurikudō, San'indō, San'yōdō, Nankaidō e Saikaidō).

16 KILEY, 1999, p. 242-243; BATTEN, 1993, p. 127; PIGGOTT, Joan R.. Defining "Ancient" and "Classical". In: FRIDAY, Karl F. (ed.). *Japan Emerging: premodern history to 1850*. Boulder: Westview Press, 2012, p. 27;

locais compunham destacamentos de cavalaria armada com arco<sup>17</sup>. Apesar das origens diversas, os *zaichō kanjin* e outros residentes provinciais com prestígio e riqueza casavam-se entre si, de modo que julgo que pelo século X, podemos tratá-los como um estrato bastante homogêneo dos “poderosos locais”. Eram estes homens que, do século X em diante, formavam o grosso dos guerreiros.

Após uma longa evolução nas práticas tributárias<sup>18</sup>, e profundas mudanças no sistema de distribuições de terras<sup>19</sup>, pelo século X os governadores provinciais passaram a ser reconhecidos largamente pelo termo *zuryō* (受領)<sup>20</sup>. Os postos de governador provincial eram todos ocupados por membros da média aristocracia<sup>21</sup>, ou seja, indivíduos vindos da capital, na qual seu prestígio não era alto o suficiente para integrarem os altos cargos do governo central. Os novos arranjos tributários que formaram-se pelo século X desligaram, em grande parte, os assuntos da administração provincial da política da capital: cotas tributárias foram estabelecidas para cada província, e a principal função do governador provincial tornou-se coletar estes tributos e encaminhá-los à capital<sup>22</sup>. As oportunidades para enriquecimento pessoal eram potencialmente enormes, e com o passar do tempo, muitos destes indivíduos perceberam que podiam utilizar-se de suas conexões com a capital e das prerrogativas de seus cargos para estabelecer bases territoriais nas províncias que governavam, mesmo depois do fim de seus mandatos<sup>23</sup>.

Mesmo quando estabelecendo bases provinciais, eles ainda assim continuavam a manter laços com a capital, buscando proteção de aristocratas de maior prestígio. Estas bases territoriais que passaram a formar nas províncias tornavam-nos muitas vezes em competidores diretos dos governadores subsequentes, assim como dos próprios *zaichō kanjin*<sup>24</sup>. Por outro lado, alguns descendentes de *zuryō*, com o passar das gerações foram misturando-se com os *zaichō kanjin*<sup>25</sup>, muitas vezes por meio de casamentos<sup>26</sup>.

---

FARRIS, 1995, p. 124, fala da ascensão “dos ricos” (*fugō no tomogara*) nas províncias entre os séculos VIII e IX, mas está, essencialmente, falando de parte dos homens que viriam a compor os *zaichō kanjin*.

17 FRIDAY, 1992, p. 37.

18 Para um detalhado tratamento das diversas etapas na mudança do sistema tributário japonês durante o período Heian, cf. MORRIS, Dana. Land and society. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: Heian Japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 199-215.

19 Ibidem, p. 215-224.

20 Trata-se de um termo não-oficial, embora largamente utilizado. O termo oficial para governador provincial era *kokushi*, mas também *kami* (por exemplo, “Echigo no kami”, “governador de Echigo”).

21 VON VERSCHUER, Charlotte. The Provinces and Public Economy, 700-1100. In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Japan Emerging: Premodern History to 1850**. Boulder: Westview Press, 2012, p. 159. Por média aristocracia, grosso modo, referimo-nos aos ocupantes do quarto e quinto graus de corte.

22 BATTEN, 1993, p. 131-132.

23 O assentamento dos *zuryō* nas províncias é tratado em FARRIS, op. cit., p. 126. A duração média do mandato de um governador provincial era de quatro anos.

24 VON VERSCHUER, op. cit., p. 150-151.

25 KILEY, 1999, p. 242-243.

26 FRIDAY, 2004, p. 9-10; FARRIS, op. cit., p. 159. É por esta razão que sobrenomes comuns à capital, como

Pelo fim do século X, tinha tornado-se comum incluir em suas comitivas guerreiros para acompanhá-los até as províncias. Estes seguidores armados eram conhecidos por nomes diversos, tais quais *rōtō*, *jūsha* e *rōjū*, sendo muitas vezes recrutados na capital, e tendo origens diversas: de membros da família do *zuryō* a seguidores que viam nestes postos um primeiro passo em carreiras no governo, e a outros cuja própria carreira era servir em armas. Os próprios *zuryō* passaram, muitas vezes, a dedicar-se ao estudo das artes militares. Uma petição do governo de Suruga no século X requisita permissão para que os oficiais provinciais e distritais possam se armar, por conta do assassinato de um representante do governador dois anos antes. O documento cita que pedidos similares foram feitos pelas províncias de Kai, Shinano, e outras uma década atrás. Friday lembra bem que habilidades marciais ajudavam estas figuras a ganhar o respeito dos guerreiros locais, ou mesmo a intimidá-los. Por fim, o domínio de armas servia para acelerar suas promoções na Corte, pois podia tanto abrir caminho para o oficialato numa das Guardas Imperiais ou outros órgãos similares, como abrir portas para o serviço privado de figuras eminentes<sup>27</sup>, “de modo que cada vez mais, o serviço militar na Corte e o serviço como oficial provincial tornavam-se carreiras paralelas e que complementavam-se mutuamente para certos nobres Heian.”<sup>28</sup> Estas figuras seriam apelidadas pelos historiadores de *miyako no musha* (京の武者), ou seja, “guerreiros da capital”, embora caiba lembrar que nem todos os *zuryō* — provavelmente apenas uma minoria deles — eram guerreiros.

As relações entre estes diferentes grupos eram complexas. Por um lado, havia um inegável antagonismo entre os *zaichō kanjin* e *zuryō*. Por outro, havia, ao menos até certo grau, uma inegável interdependência entre ambos. Embora em teoria os *zaichō kanjin* fossem subordinados aos *zuryō*, na prática havia diferenças marcantes: sendo famílias de longa data em suas regiões natais, eles detinham monopólio sobre boa parte dos cargos distritais e provinciais, e sua presença permanente nas províncias tornava-os essenciais para o gerenciamento provincial<sup>29</sup>. Ainda assim, era justamente os fatores que contavam a seu favor que muitas vezes impulsionavam as tensões com os *zuryō*. Seu entrincheiramento nas províncias é um exemplo claro: as principais reservas de grãos estavam distribuídas justamente nos distritos sobre os quais os *zaichō kanjin* detinham enorme poder, e como uma parte importante das receitas tanto dos *zuryō* quanto dos *zaichō kanjin* vinha de “empréstimos de arroz” feitos aos cultivadores (cobrados posteriormente com juros), isso os colocava em competição por uma mesma fonte de

---

Fujiwara, Taira, e Minamoto, espalham-se rapidamente nas províncias durante o período Heian.

27 FRIDAY, 1992, p. 83-86.

28 Ibidem, p. 87.

29 VON VERSCHUER, 2012, p. 160.

recursos. As tensões entre ambos os grupos levaram ao assassinato de alguns governadores provinciais, e via de regra, quão mais distante a província ficava da capital, mais perigoso era o posto de governador<sup>30</sup>.

Especialmente a partir do século XI, com a proliferação e consolidação dos *shōen*, surgiram ainda outras fontes de tensão. Quanto um *shōen* era estabelecido, os campos que o compunham saíam do registro de terras provinciais (*kokugaryō*), de modo que os governadores não podiam mais tributá-las. Suas receitas passavam a ser encaminhadas diretamente aos proprietários, em geral membros da alta aristocracia da capital e grandes instituições religiosas. Como estas figuras não residiam nas províncias (e em maior parte sequer visitavam-nas), a administração dos *shōen* era conduzida em grande parte por magnatas locais, geralmente oriundos dos *zaichō kanjin*. Quanto mais campos tornavam-se *shōen*, menor era a área disponível para tributação pelos *zuryō*. Todavia, a questão era ainda mais complexa, pois os proprietários dos *shōen* eram muitas vezes as mesmas figuras da aristocracia que, na capital, patrocinavam a carreira dos *zuryō*.

Os *zuryō*, por sua vez, tentavam espremer o máximo que podiam dos proprietários locais, e a saída destes era muitas vezes doar suas terras para um patrono na capital, buscando estabelecer um *shōen* (recebendo, em troca, privilégios administrativos). Contudo, algumas vezes os *zuryō* e *zaichō kanjin* optavam por aliar-se, fazendo acordos que beneficiassem ambas as partes: o provincial comprometia-se a manter sua terra dentro do rol de terras públicas, em troca de o governador garantir uma cota tributária fixa sobre a propriedade, em geral menor que as cotas recolhidas pelos proprietários dos *shōen*, e também menor que as taxas normalmente cobradas sobre as demais terras provinciais<sup>31</sup>. Além do quê, o próprio caráter hierárquico da sociedade japonesa da época acabava, até certo ponto, contribuindo para algum nível de solidariedade. O trecho a seguir é essencial para compreender esta dinâmica:

Uma característica fundamental da atividade política em todos os níveis do regime Heian é o que Cornelius Kiley intitulou “consociação entre pessoas de *status* dispares.” A sociedade Heian era rigidamente estratificada. Vãos funcionalmente intransponíveis entre posições separavam a camada superior dos aristocratas da Corte (*kugyō*), os nobres de baixo e médio nível da capital, e a elite rural. Para cada estrato nesta hierarquia reservavam-se certos direitos de acesso a tipos específicos de cargos de governo, direitos sobre a terra, ou formas de renda. Os direitos e privilégios de cada estrato eram vedados tanto por baixo, quanto por cima. Ou seja, representantes das mais altas famílias da Corte eram tão efetivamente impedidos de assumir cargos no governo distrital e local quanto as elites provinciais eram impedidas de tornar-se parte do alto oficialato da Corte. Isto formou a base para a cooperação vertical entre membros de

30 KILEY, 1999, p. 239.

31 Ibidem, p. 240; SEGAL, Ethan. The *Shōen* System. In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Japan Emerging: premodern history to 1850**. Boulder: Westview Press, 2012, p. 173-174.



estratos diferentes, pois nenhum dos grupos podia efetivamente desafiar as prerrogativas dos outros. Posto de outra maneira, a disparidade social contribuiu para a solidariedade de facções verticais, pois cada membro na aliança podia ajudar os outros a obter recompensas para as quais ele próprio era inelegível.<sup>32</sup>

Obviamente, é preciso tomar cuidado ao aplicar esta fórmula ao extremo. Como vimos, os *zaichō kanjin* e *zuryō* disputavam muitas vezes pelas mesmas fontes de recursos, mesmo que através de prerrogativas diferentes. Ainda assim, a formação de tais alianças verticais, o que Mary Elizabeth Berry chama de “corporações<sup>33</sup>”, é uma característica muito importante no desenvolvimento histórico do Japão, bem como dos guerreiros. Como nota final, cabe deixar claro que estas corporações verticais formavam novas bases para rivalidades, pois os clientes de um patrono podiam entrar em conflito com os clientes de outro, ou os patronos podiam competir entre si, arrastando consigo seus dependentes e seguidores.

Tendo esclarecido de quais grupos sociais originavam-se os guerreiros, e explorado brevemente as tensões e cooperações possíveis entre estes grupos, é hora de finalmente analisarmos o sistema militar que passa a vigorar a partir do século X.

### 2.2.3. O sistema militar do século X

A partir daqui pretendo examinar o sistema de comissões militares que vigorou nas províncias pelo século X em diante, mas antes disso, uma ressalva. Determinados órgãos centrais, como as Seis Guardas Imperiais (*hyōefu* da esquerda e direita, *emonfu* da esquerda e direita, e *kon'efu* da esquerda e direita), e o *kebiishi-chō* (檢非違使庁, comumente traduzido para “escritório da polícia imperial”) — órgãos, inclusive, de grande longevidade — terão que ser deixados de lado. O *kebiishi-chō* da capital chegou a dar origem a versões provinciais, que pelo meio do século X eram ocupadas por *zaichō kanjin*, enquanto na capital, muitos dos oficiais do *kebiishi-chō* eram *miyako no musha*, guerreiros com fortes laços entre a capital e as províncias<sup>34</sup>. Deixo de lado o desenvolvimento destes órgãos por questão de brevidade, e por terem um impacto muito menor nas províncias (os próprios cargos de *kebiishi* provinciais passaram a ser menos interessantes aos *zaichō kanjin* que as comissões que veremos a seguir), não afetando o presente estudo. Quanto às guardas imperiais, líderes guerreiros de grande porte (figuras como os *zuryō*) muitas vezes recebiam nomeações que, com o passar do tempo, foram ganhando conotação de honorárias. De todo modo, optei por mencionar ao menos a existência de tais órgãos,

32 FRIDAY, 2004, p. 40-41.

33 BERRY, 1997, p. xxix-xxxi.

34 O mínimo que posso fazer para corrigir esta falha é deixar boas referências sobre tais órgãos. Cf. FRIDAY, 1992, p. 56-69 (para as Seis Guardas Imperiais), 128-136 (para o *kebiishi-chō* da capital), 136-140 (para as versões provinciais dos *kebiishi*).



para não pecar por omissão.

Enquanto isso, nas províncias vemos o surgimento dos cargos de *ōryōshi* (押領使) e *tsuibushi* (追捕使). O cargo de *ōryōshi*, ao que tudo indica, remonta ao fim do século VIII, mas é pelo século X que ganha os contornos que nos interessam, tornando-se uma comissão militar permanente, através da qual guerreiros provinciais (isto é, membros dos *zaichō kanjin*) mobilizavam forças militares através de redes privadas para agir em nome do Estado. Sua jurisdição era sempre sobre uma província. Com a eclosão de conflitos de larga escala, como a rebelião de Taira Masakado e as incursões piratas de Fujiwara Sumitomo, tornou-se necessário criar uma comissão militar que transpusesse as fronteiras provinciais. Este era o papel dos *tsuibushi*, comissão temporária e com jurisdição sobre um ou mais circuitos (*dō* 道), com duração necessária para o cumprimento de uma missão específica. Por conta desta jurisdição ampliada, os *tsuibushi* eram recrutados dentre os membros da média aristocracia que serviam nas guardas imperiais (geralmente do mesmo estrato social que os *zuryō*)<sup>35</sup>. Friday indica que provinciais não podiam ocupar tal comissão por questão de *status* e precedente<sup>36</sup>, mas julgo que outro impeditivo para isto era o próprio fato de a autoridade e esfera de influência de guerreiros provinciais nesta época não permitir que arregimentassem tropas grandes o suficiente para lidar com crises maiores, até porque seu poder era eminentemente local, pois como vimos, os *zaichō kanjin* estavam entranhados nos corpos de oficiais das províncias e distritos. Pela metade do século X, no entanto, o cargo de *tsuibushi* toma um caráter totalmente diferente, tornando-se, para todos os propósitos, indistinto do cargo de *ōryōshi*: uma comissão permanente, com jurisdição sobre uma província, e ocupada por *zaichō kanjin*.

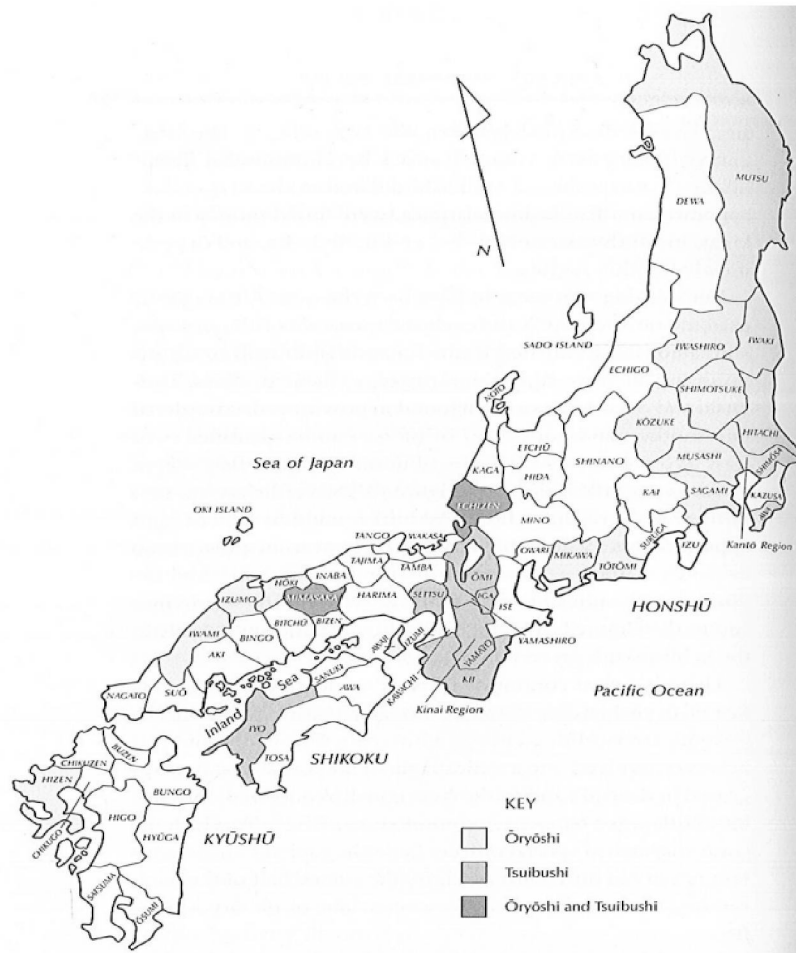
A diferença é que algumas províncias possuíam *ōryōshi* (no geral, em Kantō e nas províncias de Mutsu e Dewa), enquanto outras possuíam *tsuibushi* (majoritariamente concentrados na região de Kinai). Há ao menos duas províncias confirmadas onde ambas as comissões existiam. Fora isto, Friday aponta que a comissão de *ōryōshi* podia ser ocupada concomitantemente ao posto de governador provincial ou vice-governador, e os *ōryōshi* respondiam apenas ao governo provincial e ao Daijōkan (太政官), o “Grande Conselho de Estado”. O posto de *tsuibushi*, por sua vez, não podia ser ocupado por governadores, e algumas vezes respondia também ao *kebiishi-chō* da província<sup>37</sup>. Fora isto, estes dois postos provinciais eram responsáveis por “todos os aspectos da manutenção da paz nas províncias, de investigações

35 FRIDAY, 2004, p. 37; FARRIS, 1995, p. 157-158.

36 Ibidem, p. 37.

37 Idem, 1992, p. 156-159.

a capturas, e mesmo punições.”<sup>38</sup> Igualmente importante: em algum momento durante a segunda metade do período Heian, estas e outras comissões militares ganharam seus equivalentes dentro dos *shōen*<sup>39</sup>.



**Figura 2.2:** Distribuição dos postos de *ōryōshi* e *tsuibushi*

Retirado de: FRIDAY, Karl. *Hired Swords: The Rise of Private Warrior Power in Japan*. Stanford: Stanford University Press, 1992, p. 158.

Dadas estas inesperadas transformações, é mais que natural perguntar: mas e quanto a rebeliões, revoltas, ou banditismo em larga escala, para além da jurisdição de uma província, o que fazer? Afinal de contas, as atribuições originais dos *tsuibushi* eram justamente estas, mas cerca de duas décadas após seu surgimento, o posto transformou-se de modo tal, que dado o que foi exposto acima, tornou-se na verdade mais fraco que o posto de *ōryōshi*. E por que uma

<sup>38</sup> FRIDAY, 2004, p. 37.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 42.

comissão mais prestigiosa tornou-se subitamente menos prestigiosa? Começo com a segunda pergunta, para a qual tenho uma hipótese: a concentração dos postos de *ōryōshi* dava-se majoritariamente em Kantō e Ōu, regiões de conflitos endêmicos e de larga escala<sup>40</sup>. Após sua transformação, a concentração dos postos de *tsuibushi* se dava principalmente na região de Kinai e a oeste (vide Figura 2.2, acima). Ou seja: provavelmente não era do interesse da capital permitir que membros do estrato dos *zuryō* encabeçassem grandes redes militares na vizinhança da Corte Imperial.

Sobre a primeira pergunta, a resposta é mais concreta. Para resolver tais casos, ainda outra comissão militar foi criada em 941: a de *tsuitōshi* (追討使). Muito similar às atribuições originais do cargo de *tsuibushi*, o cargo de *tsuitōshi* era uma comissão temporária, concedida para lidar com crises especiais, e reservada especialmente aos membros das famílias *zuryō* (muitas vezes sendo apontado para o cargo o governador em cuja província uma dada crise começou). Diferente dos *tsuibushi* originais, no entanto, a jurisdição dos *tsuitōshi* não tinha limitações territoriais. Era comum recompensar líderes guerreiros bem-sucedidos com nomeações subsequentes ao governo de outras províncias, ou mesmo graus de corte<sup>41</sup>.

Curiosamente, os maiores causadores de problemas nas províncias eram justamente os guerreiros, não sendo incomum que um líder guerreiro ora ocupasse uma comissão militar, juntando tropas a serviço do Estado, para posteriormente ser ele próprio o causador de banditismos e revoltas, ou mesmo abusar das prerrogativas de seu cargo para intimidar os habitantes provinciais e engrandecer-se<sup>42</sup>, algo que não fugia à atenção da Corte:

Ainda assim, o sistema, trabalhando em conjunto com outras forças centripedas sócio-políticas, fez um notável trabalho de pôr bandidos para caçar bandidos. Ao delegar poderes a poderosos líderes guerreiros, a Corte tornou-os interessados na sobrevivência do regime ao ligar o sucesso de ambos. Para tais fins, adicionaram-se recompensas nas formas de graus de corte, cargos, ou terras concedidas por performance meritória no cumprimento das tarefas designadas.<sup>43</sup>

40 Para deixar claro, Kantō não era uma região de conflitos endêmicos por ser “o berço dos samurais”, mas sim por ser uma região cuja consolidação territorial pelos poderes centrais foi bem mais gradual (e talvez incompleta até o início do período Kamakura). Talvez uma melhor forma de ver a questão seja invertê-la: a demora para “conquistar” Kantō permitiu que ela desse origem a grandes bandos de guerreiros de forma mais desenfreada, dadas as limitações do governo da capital em controlar a região. Vendo desta forma, sua lenta consolidação “fez de Kantō o berço dos samurais” (e não o oposto).

41 FRIDAY, 2004, p. 38; Idem, 1992, p. 160; após a derrota de Masakado, vários guerreiros foram ricamente recompensados, citando aqui Fujiwara Hidesato, que recebe o quarto grau de corte júnior inferior, e é nomeado governador de Shimotsuke, e Taira no Kimimasa, que recebe o quinto grau júnior superior, e o posto de governador de Musashi. Cf. FARRIS, 1995, p. 147-148.

42 FRIDAY, op. cit., p. 38.

43 Ibidem, p. 38; Um exemplo desta lógica de “bandidos para capturar bandidos” encontra-se em FARRIS, op. cit., p. 145: em 940 a Corte aponta 8 governadores para Kantō com a missão de caçar Taira Masakado, dentre eles estando Taira Kimimasa e Kimimasa, ambos com ordens de prisão sobre seus nomes. Fujiwara Hidesato é feito *ōryōshi* de Shimotsuke, mesmo tendo sido recentemente punido por uma contenda com um governador.

Esta, de fato, é uma das maiores contribuições de Friday: especialmente ao longo de *Hired Swords* ele nos mostra como a Corte Imperial foi capaz de manter o controle sobre os guerreiros, mesmo quando utilizava exércitos privados para a realização de funções públicas, pondo por terra noções historiográficas anteriores de que a Corte Heian teria perdido interesse por assuntos do governo, e por consequência, perdido o poder para os guerreiros. Cabe explicar melhor através de quais mecanismos a Corte foi capaz de manter-se à frente dos guerreiros.

A Corte Imperial partia do princípio que uma guerra só era considerada legítima se fosse previamente autorizada pelo poder central (todo o resto sendo tratado como banditismo ou revoltas, e portanto sujeito às sanções do Estado). As nomeações para os postos de *kebiishi*, *ōryōshi*, *tsuibushi*, e *tsuitōshi* vinham todas da capital (embora o processo envolvesse nomeação de candidatos pelos governadores provinciais, que como já visto, podiam requisitar determinados postos para si mesmos), num longo processo, que podia levar de 8 a 10 meses a até 3 anos. A mobilização de tropas com mais de 20 guerreiros também necessitava de aprovação do centro: uma solicitação era feita ao Daijōkan, onde os ministros da alta aristocracia deliberavam entre si, e caso houvesse consenso entre a classe governante, uma petição era feita ao *tenmō*, de modo que este emitisse um édito imperial. Em outras ocasiões, a iniciativa podia vir do centro.

De toda forma, o resultado final disso era a emissão de um *tsuibu kanpu* (追捕還付), documento que trazia consigo seis poderes básicos e fundamentais: (1) autorização para mobilização de tropas; (2) concessão de poder total ao comandante sobre as tropas, inclusive o poder de punir quem violasse ordens ou convocações; (3) autorização do uso de força pelo comandante ao ponto que este julgasse necessário para o cumprimento de sua missão, incluindo o uso de força letal; (4) cancelamento de imunidades de monges, aristocratas, e outros grupos e indivíduos privilegiados, se necessário; (5) autorização para o recolhimento de víveres pelas tropas, conforme a necessidade; (6) concessão ao comandante do poder de recompensar os guerreiros que tomassem parte na campanha<sup>44</sup>. Este alto nível de burocratização talvez possa, à primeira vista, parecer excessivo ou ineficiente, mas era a partir dele que a Corte Imperial conseguiu reter seus poderes sobre os guerreiros até meados do século XII, pois como esclarece Friday, “a aquisição, pelos *bushi*, do monopólio sobre os *meios* do uso da força armada, no entanto, não levou rápida ou diretamente à autonomia dos guerreiros sobre a *aplicação* da força.”<sup>45</sup>

Isto obviamente não significa que os guerreiros sempre seguissem tais injunções. O

44 FRIDAY, 2004, p. 22-25, 38; FARRIS, 1995, p. 130-131.

45 Ibidem, p. 23.

conflito armado entre lideranças guerreiras era comum nas províncias pelo século X em diante, e conforme os guerreiros aumentavam, o Estado acomodava estas ondas localizadas de violência, em parte expandindo o que considerava “batalhas legítimas, mesmo na ausência de legalidades formais”, em parte “tolerando ao menos atividades militares de pequena escala, conduzidas em prol do aumento ou preservação do poder pessoal, que cresciam rapidamente, só alguns passos atrás da dependência da Corte por guerreiros privados para manter a lei.”<sup>46</sup> O que não quer dizer que guerreiros não fossem ocasionalmente punidos por suas disputas privadas, como ocorreu em 988 com os rivais Taira Korehira e Taira Muneyori, bem como em 1049 com Minamoto Yorifusa e Minamoto Yorichika<sup>47</sup>, dentre inúmeros outros exemplos. Friday cita o caso de Minamoto Yoshiie em 1083, na “Guerra Posterior de Três Anos”, como um exemplo de leniência da Corte quando um guerreiro agia sem autorização, mas em benefício do interesse público<sup>48</sup>, mas é igualmente possível tomar tal exemplo como uma punição, posto que Yoshiie teve que recompensar os guerreiros “do próprio bolso”<sup>49</sup>.

Enquanto isso, os guerreiros provinciais começaram a formar bandos já pelo século IX. O poder central viu a vantagem da existência de tais redes, pois isto facilitava o recrutamento: um *ōryōshi* ou *tsuibushi*, por exemplo, podia recrutar os líderes destes bandos, e estes trariam consigo seus próprios guerreiros. Até porque com as mudanças do século X, a responsabilidade por recrutar guerreiros passou a recair sobre os governadores provinciais, muito embora não houvesse um sistema fixo e codificado para fazê-lo. Sobre isto, a maioria das organizações militares, fossem encabeçadas por guerreiros provinciais ou da capital, era um misto de forças de origens diversas, que incluíam familiares, mercenários, e dependentes, e mesmo os grandes líderes costumavam encabeçar bandos de meia dúzia a umas poucas dezenas de guerreiros montados, acompanhados por números maiores de combatentes a pé, algo que permaneceu constante entre os séculos X-XIII. Em campanhas maiores, guerreiros podiam levar camponeses dependentes para engrossar os números. Mais importante, no entanto, para quando tornava-se necessário montar exércitos na casa das centenas a poucos milhares, eram as alianças entre líderes de *status* sociais díspares<sup>50</sup>. Como nota Farris ao falar sobre as forças de Kantō na época da Revolta de Masakado, “diferente de dependentes, aliados eram relativamente livres, e tinham uma dependência apenas parcial sobre os papéis econômicos e sociais dos líderes”, e eram estes

---

46 FRIDAY, 2004, p. 29.

47 Ibidem, p. 29.

48 Ibidem, p. 29.

49 HALL, 1966, p. 139.

50 FRIDAY, op. cit., p. 38-40; FARRIS, 1995, p. 150-151.

“aliados que formavam o grosso das tropas de toda a região de Kantō”<sup>51</sup>. Farris os coloca dentre os que lutavam a pé e debandavam ao primeiro sinal de perigo, mas ele admite que muitos dos poderosos locais estavam inclusos neste grupo, de modo que acho difícil generalizá-los desta forma, mesmo que seu comentário aqui limite-se a Kantō no século X.

Sobre o período de 952-1050, Farris divide as forças militares em um sistema militar da capital e um sistema militar das províncias. O sistema militar da capital seria composto pelas guardas imperiais, pelo *kebiishi-chō*, por guerreiros que serviam a aristocratas, e por aristocratas de famílias guerreiras. Quanto ao sistema militar das províncias, este seria composto pelas tropas do governador provincial, e tropas de poderosos locais. Dentre as tropas do governador provincial, ele apresenta unidades sob comando direto do governador, subdivididas em vassalos pessoais e oficiais ligados às funções do governo provincial, e os soldados das províncias, *kuni no tsuwamonodomo* (国の兵ども)<sup>52</sup>. Nesta época, os *kuge* de renome possuíam comitivas de seguidores e clientes, muitos de famílias guerreiras e hábeis nas artes do combate<sup>53</sup>, e os guerreiros que os serviam passaram a causar inúmeros incidentes na capital, ajudando a elevar as tensões políticas. Sobre os guerreiros aristocratas, “aqueles alcançando o 6º, 5º, e algumas vezes o 4º grau de Corte e especializando-se em arquearia montada eram conhecidos como aristocratas militares”<sup>54</sup>. Embora traga muitos pontos importantes, sua sistematização apresenta alguns problemas. A verdade é que estes grupos eram muito mais misturados: os guerreiros que serviam aos *kuge* eram muitas vezes guerreiros provinciais (que podiam ser poderosos locais, líderes de pequenos bandos), ou guerreiros aristocratas, que por sua vez eram os mesmos que muitas vezes ocupavam os postos de governadores provinciais, em conjunto com postos nas guardas imperiais. Eis o que o próprio Farris nos diz sobre a necessidade do que ele chama de aristocratas militares de manter laços de clientela com os *kuge*:

Os guerreiros que não adquiriram tais laços não eram capazes de obter altos cargos, e todos os privilégios derivados destes. Sempre podia-se desenvolver uma base nas províncias, mas havia uma grande diferença entre aristocratas militares que eram ativos na política da capital, e os que não eram.<sup>55</sup>

Em suma, as províncias estavam inexoravelmente ligadas ao mundo da capital, e vice-versa, de modo que torna-se impossível sistematizar de modo claro e coeso algo que era muito mais turvo e misto. Era justamente esse complexo nexos de relações entre provinciais e

51 FARRIS, 1995, p. 151.

52 Ibidem, p. 164-192.

53 Ibidem, p. 169. Para seis exemplos de incidentes de diferentes diários, cf. Ibidem, p. 169-171.

54 Ibidem, p. 173.

55 Ibidem, p. 175.

aristocratas dos mais variados estratos que tornava todo o sistema operacional. Um exemplo disso é a instabilidade de alianças horizontais, a despeito de algumas exceções, como ligas guerreiras de Musashi<sup>56</sup>. Para a formação de alianças de grande magnitude, era necessário um líder de *status* indiscutivelmente maior, organizando uma cadeia vertical:

Mas o padrão organizacional predominante para a cooperação entre guerreiros era hierárquico, centrado em figuras cujo prestígio as possibilitava servir como pontos de convergência entre aliados de menor *pedigree*. Rivalidades entre pares podiam ser prontamente absorvidas e superadas em redes de guerreiros que tinham como foco homens de *status* transcendental. Pelo meio do século X, os mais poderosos líderes guerreiros provinciais exploravam este fenômeno para reunir exércitos na casa os milhares, sendo capazes de aterrorizar regiões inteiras.<sup>57</sup>

Isto permitia aos *miyako no musha*, guerreiros com fortes laços na capital, chamados por Mass de “figuras-ponte”<sup>58</sup>, a formação de grandes exércitos por efeito cascata, embora a manutenção de bandos de vassalos permanentes demoraria a chegar: boa parte destas organizações desfazia-se com a morte de seu líder<sup>59</sup>.

Embora não seja foco deste trabalho, é preciso ressaltar que não foram poucos os confrontos e revoltas de grande escala que podem legitimamente ser chamados de guerras durante o período Heian: a Revolta de Taira Masakado (939-940), a Revolta de Fujiwara Sumitomo (939-941), a Revolta de Taira Tadatsune (1028-1031), a Guerra Anterior de Nove Anos (1051-1062), a Guerra Posterior de Três Anos (1083-1089), o Incidente de Hōgen (1156), o Incidente de Heiji (1160), e por fim, a Guerra Genpei (1180-1185) são alguns dos grandes conflitos dentre os séculos X-XII, que fizeram com que a segunda metade do período Heian fosse reconhecida como o período de nascimento e ascensão dos samurais. Não posso fazer justiça a tais conflitos aqui, mas vejo-me, no mínimo, obrigado a mencioná-los.

### **2.3. O Bakufu de Kamakura: um panorama geral**

Avaliar sucessos ou falhas do primeiro *bakufu* é um trabalho árduo e de grande responsabilidade, e foge, em grande parte, do escopo do presente trabalho. Ainda assim, cabe dizer que o regime, que nasceu majoritariamente como uma forma de Yoritomo fundar um bando guerreiro privado e hereditário, o que implicava em um certo nível de burocracia, consolidado em partes com a autorização para que ele abrisse seu *mandokoro* (uma burocracia privada aos

56 FRIDAY, 2004, p. 41.

57 Ibidem, p. 41.

58 MASS, 1990, p. 49; no caso, eles eram uma ponte entre o mundo das províncias e o da capital.

59 FRIDAY, op. cit., p. 55.

moldes das dos grandes proprietários de *shōen*) cresceu para bem além disso.

Embora num primeiro momento sua influência, bem como preocupações, se limitassem quase que exclusivamente aos guerreiros de Kantō, ao longo do século XIII, o regime criado por ele mudaria por completo, e viraria um de dois polos de governo. Também ao longo do século XIII, a influência do *bakufu* estender-se-ia para bem além dos guerreiros de Kantō. Espero fazer justiça a tais desenvolvimentos nas páginas que seguem.

### 2.3.1. Mudanças após o primeiro *bakufu*

Muito poderia ser dito sobre a Guerra Genpei (1180-1185) e Minamoto Yoritomo, fundador do que hoje classificamos como primeiro *bakufu*. Todavia, para fazer justiça ao tópico, seria necessário um grande desvio da linha que venho construído<sup>60</sup>. Por ora, apresentarei uma das mais importantes “inovações” do regime, a criação da categoria *gokenin* (御家人), deixando claro que embora seu legado histórico seja enorme, interessa-nos saber como este legado evoluiu durante mais de um século de domínio dos Hōjō sobre as instituições do *bakufu*.

Após fazer as pazes com Go-Shirakawa e retornar Kantō à Corte, Yoritomo garantiu que ele seria o único líder militar relevante no Japão, passando, até o fim do século XII, a maioria das prerrogativas militares que antes eram exclusivas dos governadores provinciais e oficiais distritais, e que recaíam sobre todos os guerreiros, exclusivamente para seus vassallos, ao mesmo tempo que prevenia a criação de qualquer outra grande organização militar. Ele não só criou a primeira forma de “vassalagem” institucionalizada e permanente, os *gokenin*, como o primeiro *beneficium* tangível na história japonesa, na forma dos *jitō shiki*, e garantiu que ele e seus sucessores seriam os únicos intermediários entre as necessidades da Corte — convocações de tropas, recompensa aos guerreiros, questões disciplinares — e os guerreiros<sup>61</sup>. Seu regime diferenciava-se do sistema anterior, bem como de todas as tentativas de modificá-lo, por sua permanência e pelo número enorme de “vassallos” (a partir daqui, *gokenin*) que tal regime controlava. No século XIII, este mesmo regime teria jurisdição quase exclusiva sobre os assuntos militares<sup>62</sup>. Ainda assim, esta nova instituição que surgia conseguiu acomodar-se na Corte, “representando menos uma usurpação ou intrusão no sistema que uma adaptação ou evolução deste”, sendo, “militarmente, (...) em essência, nada mais que o líder corporativo de um bando guerreiro escrito em maiúsculas.”<sup>63</sup> Aqui cabe ressaltar: *líder corporativo*. Embora a liderança,

60 Sobre estes tópicos, cf. MASS, 1982, bem como MASS, Jeffrey P. **Yoritomo and the Founding of the First Bakufu: The Origins of Dual Government in Japan**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

61 FRIDAY, 2004, p. 44-47.

62 Ibidem, p. 44.

63 Ibidem, p. 44.



durante a vida de Yoritomo, fosse de caráter personalíssimo, isto mudaria no século XIII, conforme os Hōjō — mas não só eles — tomavam o controle de cargos importantes nos novos órgãos de Kamakura.

### 2.3.2. *Gokenin e higokenin*

Ao contrário do que se pensava, e do que fontes como o *Azuma kagami* deixam a entender, Yoritomo não surgiu da noite para o dia com um programa revolucionário de reformas. Da mesma forma, os *gokenin* não serviram de base para a escolha dos *jitō*, mas estes, parcialmente, serviram para a formação dos *gokenin*. Durante e imediatamente após a Guerra Genpei, para teoricamente ser um membro dos “Minamoto”, bastava declarar-se um, e dos milhares de homens que o fizeram, Yoritomo reconheceu, segundo Mass, provavelmente pouco mais de uma centena como seus *kenin* (家人), o que até então significava basicamente ser reconhecido por Yoritomo como “um dos seus”. Os próprios guerreiros não estavam primariamente buscando uma ligação permanente com Yoritomo na forma de algo que poderíamos considerar análogo à vassalagem: tornar-se reconhecido como um *kenin* era apenas um meio de conseguir recompensas pelos serviços prestados em armas.

Foi com a campanha contra os Ōshu Fujiwara, em 1189, que Yoritomo montou as bases para seus futuros *gokenin*, convocando guerreiros ao redor do Japão numa escala sem precedentes. Os expurgos que ele fazia contra guerreiros poderosos ao longo dos próximos anos serviriam para consolidar sua rede de vassalos. Para isto, ele nomeou oficiais a nível provincial (precursores dos *shugo*, oficiais provinciais também apontados pelo *bakufu*), responsáveis, dentre outras coisas, por montar listas dos guerreiros provinciais. Entre 1192 a 1199, os *kenin* ganharam o prefixo honorífico *go-*, tornando-se *gokenin*<sup>64</sup>. Com isso, Yoritomo conseguiu criar um grupo permanente e hereditário de apoiadores, ao mesmo tempo que fez-se intermediário exclusivo entre estes e a Corte: convocações, recompensas, ou punições precisavam passar por ele, e ao isolar a elite guerreira da Corte desta forma, ele impediu que os poderes tradicionais continuassem com a política de colocar guerreiros para caçar guerreiros<sup>65</sup>.

Apesar disso, ser *gokenin*, a princípio, não concedia grandes benefícios por si só. Ser reconhecido como *gokenin* colocava um dado guerreiro no rol de “vassalos de Kantō” (um dos nomes para o primeiro *bakufu*, em oposição a Kyōto)<sup>66</sup>, mas tratava-se não só de uma

64 MASS, 1999, p. 200; para Mass, a adoção do honorífico e a estabilização do rol de vassalos através das listas provinciais criou uma nova categoria social, a dos *gokenin*.

65 FRIDAY, 2004, p. 46-48; MASS, 1992, p. 78-79, 82; MASS, 1999, p. 141, 150-153; sobre a campanha contra os Ōshu Fujiwara e outros expurgos ao longo da década de 1190, cf. MASS, 1999, p. 134-155.

66 MASS, 1992, p. 58.

“vassalagem corporativa”, onde senhor e vassalo não tinham qualquer laço pessoal, e na absoluta maioria das vezes ao longo do século XIII, sequer se conheciam pessoalmente, como também de uma “vassalagem sem *beneficium*”<sup>67</sup>, já que a contraparte dessa “vassalagem”, isto é, confirmação de direitos sobre terras, cada vez mais sob a forma de *jitō shiki*, modelo preferido pelo *bakufu*, era prerrogativa de um número restrito de *gokenin*<sup>68</sup>. Sendo assim, cabe inclusive perguntar se vassalagem é, de fato, um termo apropriado para caracterizar tais relações, pondo novamente em xeque o paradigma feudal<sup>69</sup>, adotado por tão longo tempo nos estudos sobre o Japão pré-Meiji.

Os *gokenin*, portanto, dividem-se de imediato em dois grupos: os que detinham um *jitō shiki* e os que não o detinham. O posto de *jitō*, como veremos mais adiante, era um cargo administrativo que podia ser concedido sobre terras públicas ou *shōen*, com benefícios próprios, como direito a uma quantia estipulada de renda e terras. O grande problema, no entanto, é que a absoluta maioria dos documentos que chegam até nós dizem respeito a *gokenin* que *detinham* *jitō shiki*, apesar de a maioria dos vassalos fora de Kantō — especialmente no início do século XIII — não o possuírem<sup>70</sup>. Poucos documentos falam especificamente dos *gokenin* que não possuíam um *jitō shiki*. Ou seja: estudar esta camada menos privilegiada de *gokenin* torna-se uma tarefa mais complexa, que nos força a buscar na documentação regular (em maioria, a dos *jitō*) atribuições comuns a todos, independentes da posse de um *jitō shiki*. O próprio *Goseibai shikimoku*, código de leis de 1232, voltado em grande parte para assuntos relativos aos *gokenin*, tem pouco a dizer sobre os *gokenin* que não eram concomitantemente *jitō*.

A partir de listas elaboradas pelos *shugo* (ou, antes destes, seus equivalentes *ad hoc*), o *bakufu* decidia quem, no fim das contas, eram seus *gokenin*. Daí em diante, seria vedado aos demais *zaichō kanjin* o serviço rotativo nas guardas imperiais de Kyōto, algo que tornou-se a responsabilidade primária dos *gokenin*. Com isto fica claro que o *bakufu* não estava interessado em tornar-se senhor de todos os guerreiros do Japão. Talvez mais importante, no entanto, embora muito menos regular, foi a apropriação pelo *bakufu* das funções de policiamento contra crimes sérios e contra atos coletivos de violência (*muhon*), basicamente atos entendidos como rejeição

67 MASS, 1992, p. 86.

68 Ibidem, p. 85-86.

69 Um excelente resumo desta discussão encontra-se em FRIDAY, Karl. The Futile Paradigm: In Quest of Feudalism in Early Medieval Japan. *History Compass*, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 179-196, fev. 2010. Wiley.

Sobre a questão do uso do termo “vassalagem”, embora não o julgue ideal, acredito que o paradigma feudal exige muito mais que laços entre senhor-vassalo, de modo que a existência de vassalos por si só não me parece bastar para caracterizar um regime como feudal. Em inglês, mesmo os críticos mais ferrenhos do paradigma feudal usam *vassal* de forma intercambiável com *retainer* para referir-se a figuras como os *gokenin*, *miuchi*, *rōtō*, *wakatō*, etc.

70 Isto não significa que não possuíam outros *shiki* nos *shōen* nas terras públicas. Geralmente ocupavam cargos tradicionais, como o de *gesu*, o que os deixava à mercê do proprietário.

às autoridades tidas como legítimas, o que permitia a Kamakura declarar guerra contra seus próprios inimigos sem mais precisar de um mandato da Corte. A execução destas funções era repassada aos *gokenin* através dos *shugo*<sup>71</sup>.

Quanto às vantagens de ser um *gokenin* (e aqui refiro-me aos *gokenin* que não possuíam posto de *jitō*), a área é bastante nebulosa. De fato, Mass chega a afirmar que “vassalos que não ocupavam o posto de *jitō* — ou seja, a maioria dos vassalos do oeste — simplesmente não eram considerados críticos para a integridade do *bakufu*”<sup>72</sup>, e que tal “raciocínio fica claro pela falha da maior parte dos vassalos do oeste em receber o que quer que fosse de Kamakura — seja recompensa como *jitō*, proteção legal, ou mesmo um senso de pertencimento”<sup>73</sup>, o que levaria a problemas na Guerra Jōkyū. Isto fica claro quando vemos que a maioria dos que lutaram pelo *bakufu* eram vassalos de Kantō, e recipientes de *jitō shiki*<sup>74</sup>. Esta disparidade aparece mais uma vez por sabermos que alguns *gokenin* chegaram a viajar a Kamakura para pedir por uma confirmação como *jitō*, prática, por sinal, desencorajada pelo *bakufu*<sup>75</sup>. Ainda assim, havia vantagens em ser *gokenin*, embora Kamakura beneficiava-se mais neste pacto:

Evidentemente, esta distinção era considerada suficiente por agora, tal recém-adquirido *status* servindo como uma potencial alavanca de influência sobre vizinhos e parentes. E mesmo assim a vantagem aqui claramente voltava-se para Kamakura, que agora era capaz de proclamar uma presença nacional através de homens cujos serviços o regime, em grande parte, pôde comprar por preço módico.<sup>76</sup>

As vantagens eram pouco tangíveis, embora depois da Guerra Jōkyū e ao longo do século XIII, ser *gokenin* garantia algum grau de imunidade jurídica contra a Corte. Para abrir um litígio contra um *gokenin*, podia ser necessário recorrer aos órgãos judiciais do *bakufu*. Isto fica visível ao vermos não-*gokenin* tentarem se colocar a serviço de um *shugo* como forma de proteger-se dos governadores provinciais ou dos proprietários<sup>77</sup>, no caso de guerreiros que ocupavam posições tradicionais em *shōen*.

Em suma, ser um *gokenin* implicava em ter um laço com o *bakufu* ao ser registrado em listas provinciais, e estar sujeito ao serviço de guarda em Kyōto (para os *gokenin* de Kantō, o serviço era em Kamakura), bem como ao serviço de policiamento, quando convocado. Ou seja, o

71 MASS, 1992, p. 154; MASS, 1999, p. 199, 202, 211; quanto ao serviço de guarda, ele recaía rotativamente sobre as províncias, às vezes em intervalos de 20 anos ou mais, com um período de serviço de 3 a 6 meses. Cf. MASS, 1990, p. 81.

72 Ibidem, p. 86.

73 Ibidem, p. 82.

74 MASS, 1999, p. 154; Idem, 1992, p. 90.

75 Ibidem, p. 154.

76 Ibidem, p. 155.

77 Ibidem, p. 218.

caráter militar da categoria de *gokenin* fica claro: as funções que antes eram responsabilidade dos guerreiros como um todo agora recaíam apenas sobre aqueles que eram associados ao regime de Kamakura. No entanto, o *bakufu* não limitava-se a recompensar apenas guerreiros, nem mesmo quando tratava-se do *jitō shiki*: aristocratas da capital, bem como instituições religiosas, também gozavam da largueza do regime de Kantō<sup>78</sup>.

Veremos brevemente a questão dos aristocratas (embora no contexto do século XIV) no próximo capítulo. Por ora, é preciso ressaltar que independente de todos os *gokenin* serem guerreiros ou não, nem todos os guerreiros eram *gokenin*. Os excluídos pelo regime são chamados de *higokenin* (非御家人), “não-*gokenin*”. Segundo estimativas de William Wayne Farris para o início do século XIII, o número total de guerreiros, *gokenin* e *higokenin*, entre 5 a 6 mil, colocando o número de *gokenin* em torno de 3500, e de *higokenin* em torno de 2000<sup>79</sup>, embora exclua deste número casos limítrofes como os *miuchi*, aqueles que os membros das elites provinciais levavam consigo em batalha — isto é, os membros de seus bandos.

Os *higokenin* faziam parte da camada social dos *hyakushō* (百姓). Embora com o tempo esta camada tenha ganhado conotações de “campesinato” e “agricultores”, no século XIII os *hyakushō* constituíam a elite do campo, e muitos deles detinham cargos nos *shōen* ou eram parte dos *zaichō kanjin*. No entanto, ser um *hyakushō* significava agir em consonância com seus pares, algo que já não era mais esperado daqueles que tornavam-se *gokenin*. Além disso, os cultivadores, na busca de melhorias em seu *status*, passaram a referir-se por *sakunin hyakushō* (作人百姓). De modo a diferenciar-se do campesinato, e mesmo de outros *hyakushō*, guerreiros sem afiliação com o *bakufu* passaram a buscar reconhecimento como *myōshu* (名主)<sup>80</sup>, designação autogênica que será vista em maiores detalhes adiante. Ainda sobre os *higokenin*, é importante ressaltar que para alguns, não servir ao *bakufu* era uma escolha consciente, e estes, em vez disso, “serviam, de modo independente, como clientes da aristocracia civil e das instituições religiosas.”<sup>81</sup>

Curiosamente, ao longo do século XIII, uma nova prática surgiu: Kamakura perdeu o controle sobre quem era ou não *gokenin*, e ser *gokenin* tornou-se sinônimo de possuir qualquer documento emitido pelo *bakufu*, por mais irrelevante que fosse, levando guerreiros a guardarem tais documentos como tesouros familiares<sup>82</sup>. Foi desta forma, por exemplo, que os Tannowa

78 MASS, 1999, p. 227.

79 FARRIS, 1995, p. 336-343, 353.

80 CONLAN, 2003, p. 112-117.

81 FARRIS, William Wayne. **Japan to 1600: A Social and Economic History**. Honolulu: Hawai'i University Press, 2009, p. 109.

82 CONLAN, op. cit., p. 110.

foram capazes de tornar-se *gokenin* ao consertar um dique no rio Kamo por ordens do *bakufu* em 1324<sup>83</sup>.

Neste sentido, as Invasões Mongóis foram um divisor de águas: de modo a defender o Japão da ameaça estrangeira, o *bakufu* arrogou para si o direito de convocar *higokenin* para o serviço em armas. Tendo em mãos documentos dos serviços prestados, estes guerreiros tornavam-se, para todos os propósitos, *gokenin*. Os *myōshu*, da mesma forma, também passaram a ser considerados *gokenin*, ou ao menos a terem *status* similar a estes em 1284 (embora tal reconhecimento jurídico tenha sido abandonado no ano seguinte). Com o empobrecimento de muitos *gokenin*, a venda de documentos do *bakufu* também tornou-se comum e alastrou-se rapidamente<sup>84</sup>. Uma nova realidade estava tomando forma, onde a “elegibilidade com base em feitos distantes agora parecia menos persuasiva que a história mais recente”<sup>85</sup>. Posto de outra forma, a hereditariedade passava a valer menos que a real capacidade de prestar serviços, *aqui e agora*. O seguinte trecho resume muito bem as transformações da categoria *gokenin* pelo último quarto do século XIII em diante:

De fato, o *status* de *gokenin* estava se tornando mais integral à identidade dos guerreiros que se eles eram ou não *jitō* parciais num minúsculo pedaço de terra. Os dois termos, sempre separados, agora fundidos num só, com a ênfase em *jitō gokenin* começando a favorecer o segundo. Além disso, enquanto a posse do cargo de *jitō* continuava a presumir obrigações aos proprietários dos *shōen*, o *status* de *gokenin* era agora interpretado como uma licença para o uso da força. Portanto, se quando um *gokenin* transgredisse as leis um século atrás, ele teria buscado apresentar-se como *jitō*, agora os *jitō* que faziam o mesmo intitulavam-se *gokenin*. Por sua vez, Kamakura estava distribuindo postos de *jitō* em número muito mais reduzido, e documentos de nomeação, outrora tão comuns, eram agora inegavelmente raros. O *bakufu* recompensava homens de todo o país ao reconhecê-los como agora residindo dentro de sua própria órbita.<sup>86</sup>

Curiosamente, quando a guerra que derrubaria o primeiro *bakufu* estourou, Kamakura perdeu o monopólio sobre o título de *gokenin*, e em vez de cair em desuso após a queda do *bakufu*, *gokenin* passou a ser reivindicado por todas as partes, independente das afiliações políticas.

Até aqui concentrei-me em retratar a origem dos guerreiros, e depois da fundação do primeiro *bakufu*, explorar a categoria de *gokenin*, tendo mencionado figuras como os *jitō* e *myōshu*, sem que no entanto tenha dado a elas a devida importância. Para fazê-lo, é necessário entender a complexa matriz de relações que regia as terras no medievo japonês, o que

83 Documentos Tannowa, doc. 3.4.

84 MASS, 1989, p. 97-98; CONLAN, 2003, p. 116.

85 MASS, 1997, p. 29.

86 Ibidem, p. 29.

conhecemos como sistema *shōen-kokugaryō* (荘園—国衙領), ou *shōen-kōryō* (荘園—公領). É para a análise deste sistema, e depois disso, da relação dos guerreiros com a terra, que volto-me agora.

## 2.4. Os guerreiros e a terra no séc. XIII

A ligação dos guerreiros com a terra, seja através de cargos públicos nas burocracias provinciais, seja através de nomeações para cargos dentro dos *shōen*, é algo de longa data. Tão longa data, que torna-se inseparável da própria administração provincial (e posteriormente, dos *shōen*), afinal, em maioria, os guerreiros compunham as elites provinciais que mantinham a “ordem” nas províncias (ou pelo menos, os interesses de seus patronos aristocráticos). Separar guerreiros e terras provinciais é, para todos os propósitos, infactível: os guerreiros eram guerreiros por fazerem parte de uma elite capaz de se armar e prestar serviço militar, e estes recursos vinham de suas ligações com a terra. Da mesma forma, os guerreiros lutavam para avançar suas carreiras, bem como consolidar e expandir suas posses e autoridade. Trata-se de um sistema retroalimentar, de completa interdependência entre as duas partes. Entender, mesmo que de forma abreviada, o tortuoso regime de terras que começou — lentamente — a vigorar no Japão pelo fim do século X, atingindo certo grau de maturidade no século XII, é o primeiro passo para compreender como se davam as relações dos guerreiros com a terra num momento de intensa complexificação deste sistema — o século XIII — e de gradual declínio — o século XIV.

### 2.4.1. Os *Shōen*: conceito geral e breve história

Ao fim do século VIII, o peso imposto pelo sistema *ritsuryō* (律令制)<sup>87</sup> já se fazia sentir em diversas esferas, uma delas sendo o do regime de redistribuição contínua de terras, que exigia recenseamentos periódicos. Pelo meio do século IX, os recenseamentos foram abandonados, cessando também as redistribuições<sup>88</sup>. Ainda no século VIII, como experimento, mas especialmente a partir do século X, começaram a surgir vastos aglomerados de terras conhecidos por *shōen* (荘園). Traduzidos comumente, e talvez de modo acrítico, para *estates* em inglês, tais *shōen* eram fenômenos bem mais complexos. Começemos com uma definição básica, dada por Joan Piggott, a partir da qual poderei melhor explorar seus conceitos principais:

87 *Ritsuryō* diz respeito aos códigos de lei penal e administrativa dos séculos VII e VIII, mas quando falamos de sistema ou regime *ritsuryō*, estamos fazendo alusão a um complexo maquinário burocrático que regia o Japão, em maior ou menor grau, durante os períodos Nara e Heian. Todavia, muitas das características do *ritsuryō* foram abandonadas relativamente cedo, mas o consenso é de que medidas *ad hoc* mantiveram vivo o espírito deste sistema. Em outras palavras, medidas extra-codais foram tomadas para manter os princípios deste sistema operantes (por exemplo, a delegação de funções militares a entidades privadas como forma de assegurar a defesa e policiamento das províncias), frente a séculos de mudanças sociais, políticas, tecnológicas, e econômicas.

88 MORRIS, 1999, p. 217-219.

...o *shōen* [estate] era uma propriedade de terras de múltiplas camadas, onde cada camada constituía um oficialato (*shiki*) com responsabilidades, prerrogativas, e privilégios. Pelo fim do século XII, conforme a estrutura e sistema que ele criou alcançavam a maturidade, senhorios urbanos ausentes — nada menos que o topo da nobreza da Corte e as grandes instituições religiosas oficiais — tomaram o papel de sumos-proprietários (*honjo*, *honke*) e proprietários (*ryōshu*, *ryōke*), no ápice da hierarquia proprietária. Mais abaixo na cadeia de comando, nobres menores agiam como representantes, e as elites locais serviam como agentes, administradores, e coletores de tributos nos *shōen*. Na visão de Nagahara, durante os tempos medievais o *shōen* era a principal estrutura social, pois sua hierarquia de *shiki* servia como o sistema que ligava a capital e províncias, no que ele chamou de “regime baseado em *shiki*.”<sup>89</sup>

O primeiro conceito a explorar aqui é o de *shiki* (職). Traduzido acima como oficialato ou cargo, e tido por Nagahara Keiji como o elemento-chave que ligava a capital e as províncias, *shiki* é explicado por Jeffrey P. Mass como uma função ou cargo com benefícios vinculados, que podiam incidir em diferentes níveis sobre uma mesma unidade de terras<sup>90</sup>. Ou seja, sobre um mesmo pedaço de terras, diferentes pessoas poderiam possuir diferentes *shiki*, numa hierarquia de importância, cada *shiki* determinando quais direitos tal detentor tinha sobre a dita unidade de terra, e quais eram as responsabilidades (como, por exemplo, cultivo, coleta de impostos, poder de polícia, posse e direito a tributos, responsabilidade pela manutenção do *status* jurídico da propriedade, etc.). Por isso, muito acertadamente, Joan Piggott fala que os *shōen* eram propriedades de múltiplas camadas. A definição de *shōen* dada no Glossário de *The Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History* é mais simples, dizendo tratar-se de uma senhoria cujo proprietário era um senhorio ausente, não residente no local, e que tais propriedades formavam as unidades dominantes de administração local entre os séculos XI e XIV, mas que a história dos *shōen* as perpassava para antes e depois: do século VIII ao XVI<sup>91</sup>. Aqui temos mais duas características importantes: a figura do proprietário ausente, geralmente um aristocrata que residia na capital, ou, com ainda mais predominância, uma instituição religiosa; e a longa duração dessa instituição, que só pôde manter-se existente incorporando frequentes mudanças às quais era sujeita.

O caráter de tais propriedades era extramamente variado: elas podiam localizar-se em regiões montanhosas, litorais, ao longo de rios, em planícies, e além da produção agrícola, podiam voltar-se para a produção de sal, tinturas, cerâmica, extração de madeira, pesca, e uma

89 PIGGOTT, Joan R. Estates: Their History and Historiography. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the Estate System in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2018, p. 4.

90 MASS, Jeffrey P. **The Kamakura Bakufu: A Study in Documents**. Stanford: Stanford University Press, 1976, p. 208 (glossário).

91 Idem, 1982, p. 295 (glossário).

série de outras atividades. Diferenças regionais também se faziam presentes: enquanto em Kantō as elites locais tendiam a exercer grande poder em detrimento dos proprietários centrais, por exemplo, o mesmo não ocorria nas províncias no entorno de Kyōto, onde o poder da aristocracia e dos templos era mais facilmente exercido<sup>92</sup>. Os *shōen* de Kinai, embora mais sujeitos à autoridade dos proprietários, também tendiam a ser menores que suas contrapartes em Kantō e Kyūshū<sup>93</sup>.

Joan Piggott, no mais atual e completo estudo sobre os *shōen* disponível em língua inglesa, nos traz a cronologia esboçada por Nagahara Keiji quanto à história e desenvolvimento dos *shōen*, em 3 etapas: (1) dos séculos VIII ao XI, o desenvolvimento dos primeiros *shōen*, chamados por historiadores de *shoki shō*; (2) nos séculos XII e XIII, um estágio de maturidade dos *shōen*, onde cabem os modelos clássicos de *shōen*; (3) e por fim, dos séculos XIV ao XVI, o declínio deste sistema<sup>94</sup>. A esta cronologia ela apresenta a revisão feita pelo *Shōen History Research Group*, em 5 etapas: (1) nos séculos VIII e IX, a era dos *shoki shō* (os “*shōen* incipientes”); (2) nos séculos X e XI, no auge da Regência Fujiwara sobre a Corte, o período dos *shōen* aristocráticos, onde proprietários lutavam por isenções tributárias para terras e cultivadores; (3) no fim do século XI e durante o século XII, um período de massiva consolidação de *shōen*, onde a própria família imperial passa a acumular vastas propriedades de terras; (4) durante o século XIII e começo do século XIV, uma era de complexificação dos *shōen*, com crescentes tensões e remodelações; (5) um período de declínio dos *shōen* que começa a partir do Nambokuchō (1336-1392), e segue pelo século XV, conforme afirmam-se os poderes dos *shugo-daimyō*<sup>95</sup>.

Piggott está em consenso com os estudiosos dos *shōen* na atualidade quando afirma que tais terras não eram, nunca foram, privadas, ideia que correu indisputada por boa parte do século XX. Segundo ela, mesmo na era de apogeu da Corte, os *shōen* eram um modo pelo qual se abriam novas terras ao cultivo, e pelo qual eram mantidas as instituições religiosas<sup>96</sup>, além dos oficiais da alta aristocracia. Embora eu concorde com a tese de que os *shōen* eram uma nova forma de custear a manutenção de projetos e instituições religiosas, e da aristocracia central, dado o fato de que as bases originais do sistema *ritsuryō* (isto é, o pagamento de estipêndios que advinham das terras públicas cultivadas num sistema que exigia constante redistribuição, e

---

92 PIGGOTT, 2018, p. 5.

93 MORRIS, 1990, p. 234; SOUYRI, 2001, p. 85; COBBING, Andrew. **Kyushu**: Gateway to Japan - A Concise History. Folkestone: Global Oriental, 2009, p. 93.

94 PIGGOTT, op. cit., p. 5.

95 Ibidem, p. 20.

96 Ibidem, p. 28.



portanto, recontagem populacional) eram onerosas demais, eu discordo que tais terras não fossem privadas, em outro sentido: o da autonomia administrativa, que dava a estas propriedades um caráter quase extraterritorial. A meu ver, embora a função destas terras fosse, de fato, pública, a partir do momento que as mesmas tornam-se enclaves não só tributariamente isentos do poder central, mas isentos também em caráter administrativo, elas passam a constituir propriedades privadas no mais real dos sentidos, especialmente pelo fato de que os *shiki*, em sua maioria, foram rapidamente tendendo à hereditariedade.

Em resumo, fica claro agora que o propósito final dos *shōen* parece ter sido o de suprir as funções de alocação estipendiária do sistema *ritsuryō*, uma função pública, mas que constituiu propriedades “privadas”. Visto de outra forma, o sistema *shōen-kokugaryō* pode ser interpretado como uma “medida extra-codal” para a preservação da ordem *ritsuryō*: não diferente do que Friday, por exemplo, advoga sobre os guerreiros. Coincidentemente ou não, a privatização de recursos militares e a privatização de terras em prol da manutenção dos poderes tradicionais da Corte andavam lado a lado.

Desvios à parte, cabe esclarecer por quais meios estas propriedades se formavam, e como conquistaram imunidades tributárias, e posteriormente, administrativas. No entanto, não é possível aqui recapitular cada um dos estágios de formação e evolução dos *shōen* em detalhes, dada a enorme complexidade dessa história. Além disso, vale ressaltar que a diversidade dessas propriedades era enorme, e que o pouco que aqui será dito vem de generalizações *aceitas*, mas ainda assim, generalizações. Por exemplo, nem todo *shōen* conquistou o mesmo grau de imunidades, e o grau de poder de uma dada figura (como o *ryōke*, proprietário ausente, geralmente um aristocrata ou templo da capital ou proximidades) podia ser alto em uns casos, e eclipsado por outras figuras (como o *gesu*, administrador local, residente do *shōen* e parte das elites locais) em outros, mostrando desde muito cedo as permutações entre corporações verticais aludidas por Mary Elizabeth Berry quanto ao “Estado Corporativista Complexo”.

Um dos primeiros processos pelos quais foi possível deter terras em caráter privado foi a reclamação de terras, isto é, abertura de terras ao cultivo, incluindo reabertura de terras abandonadas, corrente já no século VIII, onde em 723 o governo promulgou éditos incentivando a reclamação de terras com a meta de tornar cultiváveis 1 milhão de *chō* (cerca de 3 milhões de acres), algo extremamente ambicioso. Àqueles que empreendessem a missão de abrir novas terras ao cultivo, cabia a posse das mesmas (isto é, sua não-relocação) até o fim de sua vida, e mais tarde, uma a duas gerações adiante, em 743, a retenção de terras abertas ao cultivo passava

a dar-se em perpetuidade<sup>97</sup>. Todavia, tais projetos eram extremamente onerosos, dada a infraestrutura necessária para tornar operante um arrozal, de modo que, muito embora pequenos agricultores abrissem cá ou lá pequenas parcelas de terras, quem realmente detinha os meios para isto eram as elites agrícolas provinciais, — e, principalmente — os aristocratas da capital e as grandes instituições religiosas. Estes grupos tinham poder econômico e maquinário administrativo para recrutar grandes números de trabalhadores em projetos de reclamação de terras<sup>98</sup>.

Com o fim das realocações de terra no século IX, cada agricultor passa a deter uma porção de terras em perpetuidade, no entanto, possuir terras, mesmo as abertas para o cultivo por eles próprios, não os isentava de pagar tributos sobre as mesmas. Mesmo as terras de aristocratas e grandes templos eram sujeitas à tributação (embora no caso de templos e santuários, desde muito cedo havia meios para obter isenções tributárias). O que ocorre, em especial do século X em diante, é um movimento gradual para a isenção tributária dos *shōen*, entendendo-se por *shōen* não qualquer terra detida privadamente, isto é, para uso próprio, mas sim as grandes propriedades de templos e aristocratas, que possuíam o poder de barganha necessário para adquirir isenções frente ao governo central. Eventualmente, a concessão de imunidades tributárias tornou-se tão corriqueira que podia ser emitida por meros governadores provinciais<sup>99</sup>.

Uma via bastante rotineira para o estabelecimento de *shōen* dava-se pela doação (*kishin* 寄進) de pequenas propriedades a um grande proprietário. Este proprietário, que já tinha imunidades tributárias consolidadas, conferia ao doador um *shiki* apropriado, como o direito ao cultivo, ou em casos de doações maiores, cargos administrativos no *shōen*, em troca de um “aluguel” (para todos os propósitos, um tributo). Ou seja: um agricultor que antes pagava tributos ao governo provincial, e cujas terras designadas eram parte do domínio público provincial, encontrava um patrono ao qual doava suas terras, trocando um mestre pelo outro: deixava de pagar tributos ao governador provincial para fazê-lo ao proprietário do *shōen*. Uma das razões para que isto ocorresse era fugir das arbitrariedades de determinados governadores provinciais, que podiam revogar-lhes direitos a terras ou cobrar impostos abusivos, muito embora, ao que parece, a quantia paga ao governo provincial, em média, costumava ser similar à quantia paga aos *ryōke* (領家) — a classe de proprietários ausentes composta por instituições religiosas e aristocratas. Em contrapartida, esperava-se que estes proprietários protegessem tais

97 HALL, 1966, p. 104.

98 Ibidem, p. 104-105; PIGGOTT, 2018, p. 28.

99 Ibidem, p. 106; KILEY, Cornelius J. Provincial administration and land tenure in early Heian. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: Heian Japan**. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 245.

terras (assim como seus cultivadores) contra interferências dos governadores provinciais e de comunidades vizinhas<sup>100</sup>. Com o crescimento de tais propriedades, não tardou para que a classe proprietária precisasse montar estruturas burocráticas privadas inteiras para lidar com suas posses, que começava debaixo, com o *shōen* sendo dividido em unidades tributáveis de terra denominadas *myō*, cada qual encabeçada por um *myōshu*, responsável por garantir o cultivo e pagamento de tributos de seu *myō*, e geralmente encabeçando uma família estendida e numerosos dependentes<sup>101</sup>.

Após obter imunidades tributárias, o próximo passo para estes grandes senhorios foi lutar pela obtenção de imunidades administrativas. Com esta etapa, consolidada por ações oficiais, chega-se ao que historiadores japoneses chamam de “*shōen* completo” (*ichien-chigyō*), onde o grau de imunidades ia ao ponto de impedir-se a entrada de oficiais provinciais nas terras que constituíam o *shōen*, embora o mesmo tivesse que recorrer à Corte de Kyōto para a resolução de quaisquer tipos de disputa. No entanto, para demais propósitos, os *shōen* tornaram-se, desta forma, propriedades independentes da interferência estatal, ao ponto de manterem sua própria justiça para disputas internas, baseada nas leis imperiais<sup>102</sup> (muito embora, com o passar do tempo, precedentes locais fossem regendo as disputas muito mais que qualquer lei oficial).

Isto obviamente não ocorreu sem fricção. Por vezes, oficiais responsáveis por cuidar de determinadas cerimônias estatais viam-se obrigados a tentar negociar com os proprietários, muitas vezes seus superiores em cargo e prestígio<sup>103</sup>. Leis foram promulgadas para fiscalizar a legalidade dos *shōen* e coibir sua proliferação no século XI, sendo fundado, em 1069, o *kirokujo*, um escritório imperial cuja função era a de conferir a validade destas propriedades por meio de exames documentais. Tal escritório, estabelecido pelo Go-Sanjō *temmō*, podia revogar até mesmo terras dos mais poderosos templos<sup>104</sup>.

No entanto, de nada adiantava nadar contra a corrente. No século seguinte, vendo-se cada vez mais carente de terras públicas, a própria família imperial passa a instituir um vasto número de *shōen*. Pelo século XII, os *shōen* tinham tornado-se a principal fonte de renda do clã Fujiwara, que há séculos monopolizava a posição de regentes imperiais<sup>105</sup>. Segundo Nagahara Keiji, de 1120 a 1150, durante o reinado de Toba-in, grande proponente de *shōen* imperiais, 60% das

100HALL, 1966, p. 107; PIGOTT, 2018, p. 6.

101PIGOTT, 2018, p. 9-10.

102HALL, op. cit., p. 106-107, p. 115.

103PIGOTT, op. cit., p. 24.

104Ibidem, p. 22-23.

105Ibidem, p. 24. No caso, monopolizavam as posições de *sesshō* (摂政) e *kanpaku* (関白). A primeira tratava-se realmente da posição de regente, governando em nome de um *temmō* criança. *Kanpaku*, algo mais próximo de “sumo-conselheiro”, é comumente traduzido como regente, mas para *temmō* adultos.

terras cultivadas no Japão eram administradas como *shōen*, restando 40% para serem administradas como domínios públicos, sobre os quais incidiam impostos regulares<sup>106</sup>.

O domínio dos *shōen* continuaria até o século XIV (enquanto os *shōen* em si sobreviveriam por ainda mais dois séculos, embora numa forma cada vez reduzida). Contudo, o século XIII veria mudanças profundas, em especial com a introdução do *jitō*, um vassalo do *bakufu* que como recompensa ganhava um *jitō shiki*: direitos administrativos variados (incluindo uma parcela dos tributos) sobre o *shōen* de terceiros. Ao contrário dos *gesu*, administradores apontados pelos proprietários, e portanto, passíveis de exoneração por estes, quaisquer disputas com os *jitō* precisavam ser resolvidas nas cortes do *bakufu*. Estas questões, no entanto, serão tratadas com maiores detalhes adiante.

#### **2.4.2. *Shōen-kokugaryō*: o regime de terras do Japão medieval**

Se tomarmos como verdadeiros os números de Nagahara Keiji apresentados acima, pela primeira metade do século XII, apenas 40% do território do Estado Japonês de então estava no rol de terras consideradas *kokugaryō*, isto é, parte do “domínio público”, terras estatais, sujeitas à tributação regular e administradas integralmente pelo Estado, que para elas designava governadores. No entanto, mesmo estas terras passariam por mudanças drásticas, influenciadas pelo modelo administrativo que vigorava nos *shōen*.

Primeiramente, já pelo século IX, muitos aristocratas eram designados governadores provinciais para propósitos meramente estipendiários. Estes governadores raramente pisavam nas províncias que supostamente deveriam administrar, e isto era parte do sistema que estava instaurando-se legitimamente na Corte. Em seu lugar, enviavam suplentes sob o título de *mokudai*, escolhidos por eles. Pelo fim do século X, as sedes administrativas das províncias eram sem pudor referidas por *rusudokoro* (留守所), “escritório do ausente”. Enquanto isso, quem de fato administrava as províncias eram os membros das elites regionais, ou membros da média e baixa aristocracia da capital, muitos dos quais acabaram criando bases e assentando-se nas províncias para as quais eram mandados por seus patronos na Corte. Como já visto, eram estes homens que compunham as incipientes lideranças guerreiras.

Além disso, o modelo administrativo dos *shōen*, baseado no conceito de *shiki*, passou a servir de base também para a administração pública:

Para Nagahara, um ponto notável é que oficiais locais no domínio público estavam recebendo nomeações como detentores de *shiki*, da mesma forma que aqueles na

hierarquia dos *shōen* [estates], indicando que tais hierarquias estavam moldando as relações sociais tanto dentro dos *shōen*, como no domínio público que os cercava. O resultado é o que os historiadores chamam de “sistema de *shōen* e terras públicas” (*shōen-kōryōsei*).<sup>107</sup>

A grande reviravolta, no entanto, veio no século XII. Como já visto, durante o século XI a Corte Imperial tentou coibir a proliferação de *shōen*, abrindo o *kirokujo* para fiscalizar a regularidade destas terras. Da mesma forma, também já foi dito que durante o século XII a própria família imperial mudou de estratégia, decidindo, por sua vez, tentar ser uma das principais acumuladoras de *shōen* no território japonês. Nesta senda, surge o conceito de *chigyōkoku*, ou “província proprietária”, onde uma província era dada por um período temporário a um templo ou aristocrata, que ficava responsável por indicar um governador, e recebia, no lugar do Estado, os proventos desta província<sup>108</sup>. Não à toa, quando fala-se de *kokugaryō*, *ryō* (領) diz respeito à propriedade. O seguinte trecho traduz com perfeição a situação:

De fato, o desenvolvimento do sistema *chigyōkoku* era parte de uma transformação bem mais ampla, na qual o regime do ex-soberano reduzia seus esforços em preservar o domínio público, e em vez disso lutava para consolidar a posição da família imperial como uma [...] grande detentora de *shōen*.<sup>109</sup>

Peter Arnesen, por exemplo, em seu capítulo na obra *Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History*, dedica-se a explicar como durante boa parte do período Kamakura, a província de Suō foi propriedade do Tōdaiji, um dos mais poderosos templos budistas do Japão. Ele reconta a passagem da província de mãos em mãos nos séculos XII e XIII<sup>110</sup>. O Tōdaiji já tinha possuído a província por alguns anos durante o século XII, posto que o templo foi incendiado pelos Taira durante a Guerra Genpei (1180-1185), e a Corte Imperial decidiu dar-lhe temporariamente a província de Suō para custear sua reconstrução<sup>111</sup>. Porém a partir de 1231 o Tōdaiji consegue custódia perpétua da província<sup>112</sup>. Tal estudo de caso como o feito por Arnesen é interessante por diversas razões, no entanto, não é possível saber o número de províncias que tornaram-se propriedades perpétuas de seus proprietários designados. Ainda assim, seria um tanto ingênuo achar que das 66 províncias que compunham o Japão, Suō era a única que foi

107PIGOTT, 2018, p. 8.

108HALL, 1966, p. 123-124; ARNESEN, Peter J. Suō Province in the Age of Kamakura. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). *Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History*. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 93-94.

109ARNESEN, op. cit., p. 97, nota 7.

110Ibidem, p. 98-101, *passim*.

111Ibidem, p. 101-103.

112Ibidem, p. 93-94.

monopolizada por mais de um século por um mesmo proprietário.

A despeito disso, o que precisa ficar claro é que o cenário às vésperas do período Kamakura, bem como em seu decorrer, era totalmente diferente do que os estadistas dos séculos VII e VIII haviam planejado. O seguinte trecho reforça o caráter estipendiário que até as terras públicas tinham tomado, e nos põe de frente ao cenário em que os guerreiros, pela primeira vez, começam a de fato despontar como um poder a parte:

Em todo caso, o fato é que de 1231 em diante o Tōdaiji *reteve* a custódia permanente do domínio público de Suō, e são as implicações deste desenvolvimento que temos que ter em mente. Lembremos primeiramente que a propriedade de uma província trazia consigo tanto direitos administrativos sobre o governo civil quanto direitos de exploração sobre o domínio público. Destes, o segundo era de muito maior interesse ao proprietário provincial que as prerrogativas de governo. De fato, pelo fim do século XII praticamente todos os aspectos do governo da província foram passados aos “oficiais residentes” hereditários, os tais *zaichō kanjin*. De modo geral, o interesse dos proprietários provinciais nestas figuras limitava-se a assegurar que eles mantivessem um fluxo de receitas razoável correndo em sua direção. Assim, por mais recomendável que fosse ao proprietário enviar um agente, ou *mokudai*, para assumir um papel de supervisão no escritório provincial, tal agente geralmente contentava-se a deixar a maioria das atividades de governo inteiramente a cargo dos *zaichō kanjin*.<sup>113</sup>

Dito tudo isto, retorno para o século XIII, onde pretendo recapitular brevemente a relação dos guerreiros com a terra num período de complexificação do sistema *shōen-kokugaryō* — complexificação, em grande medida, dada pelo surgimento do *bakufu*, e por uma de suas mais marcantes inovações: o posto de *jitō*.

### 2.4.3. Os *jitō*: histórico e definição

O termo *jitō* não era novo quando passou a ser adotado por Yoritomo e seu regime. Suas origens são antigas, e o debate sobre seu significado original e suas mudanças ao longo do tempo é volumoso<sup>114</sup>. No começo de sua revolta, em 1180, Yoritomo estava preocupado em confirmar títulos de seus partidários, fossem qual fossem, sem nenhuma sistematização. Esta sistematização em torno do *jitō shiki* veio somente após sua reconciliação com a Corte em 1183, e após o fim da Guerra Genpei, em 1185. De fato, ao longo da Guerra Genpei guerreiros estavam se auto-declarando *jitō* — fenômeno completamente autogênico e condenado pelas autoridades — muitas vezes ao mesmo tempo que declaravam-se parte dos “Minamoto”. Dando ordem ao caos, Yoritomo apropriou-se da designação de *jitō*, com as primeiras nomeações em 1185 e 1186, dando ao cargo as conotações pelas quais ele ficou historicamente conhecido. Assim, para as

<sup>113</sup>ARNESEN, 1982, p. 108.

<sup>114</sup>Para uma recapitulação de tal debate e para usos do termo *jitō* antes da formulação do primeiro *bakufu*, cf MASS, 1999, p. 109-118.

terras confiscadas na Guerra Genpei como “pertencentes aos Taira”, Yoritomo agora apontava um dos seus, recompensando-o sob o título de *jitō*. Conforme Mass deixa claro, era comum que os derrotados fossem substituídos pelos vencedores, mas até então, a Corte era responsável por esta mediação. O que vemos a partir daqui é Yoritomo agindo em próprio nome<sup>115</sup>. Após Go-Shirakawa colocar seu irmão, Yoshitsune, e seu tio, Yukiie, como *jitō* de grandes regiões, — respectivamente, Kyūshū e Shikoku — numa clara tentativa de pôr Yoritomo em xeque, este enviou seu sogro, Hōjō Tokimasa, até a capital para intimidar o ex-*tennō*, levando-o a revogar as benesses concedidas aos rivais<sup>116</sup>. O regime de Yoritomo finalmente ganhava contornos de permanência:

Logo no começo de 1186, nomeações de *jitō* começaram a emanar de Kamakura em grandes números, uma data que é confirmada por inúmeras referências posteriores. O *status* público do cargo de *jitō* estava agora formalmente vinculado a Kamakura, o que significava que o regime de Yoritomo não teria que desmontar sua tenda e debandar. Pelo contrário, com isso a vida de Kamakura tinha sido legalmente estendida, com consequências que mal se podia imaginar.<sup>117</sup>

É preciso ressaltar, no entanto, que um dos objetivos de Yoritomo era a manutenção do *status quo*, incluindo o sistema tradicional de *shiki* sobre os quais a Corte e os proprietários dos *shōen* detinham poder<sup>118</sup>. Nas palavras de Mass, “a aristocracia tradicional permaneceu como o único grupo de grandes proprietários, enquanto os provinciais, como antes, administravam suas terras.”<sup>119</sup> Outro ponto interessante diz respeito à distribuição dos postos de *jitō vis-à-vis* dos de autoridade provincial (que formariam as bases para o posto de *shugo* no séc. XIII). Segundo Mass (muito embora os postos de *shugo* enquanto tais ainda estavam por vir):

Na maioria dos estudos a impressão que fica é que Yoritomo nomeou seus maiores vassallos a títulos provinciais, e seus vassallos menores ao cargo de *jitō*, ou administrador de terras. Nunca houve qualquer prova quanto a esta suposição — somente a mera dicotomia entre os dois maiores tipos de oficialato do *bakufu*. Os *shugo* eram nomeados para cargos provinciais, e portanto, mais exaltados que os *jitō*, que eram apontados aos *shōen*. Na prática, no entanto, a política de promoções de Yoritomo era com frequência inversa. Diversas pessoas de origens obscuras foram feitas *shugo*, enquanto os mais poderosos invariavelmente recebiam títulos de *jitō*. Esta distinção deriva das concepções de Yoritomo sobre ambos os cargos. Nomeações de *jitō* eram vistas como concessões, enquanto investiduras de *shugo* eram vistas como extensões do poder pessoal de Yoritomo. Era uma questão de lógica que o *bakufu* devesse ser representado ao redor do Japão por guerreiros que fossem dependentes pessoais do chefe. Desta forma, não foi por acaso que a responsabilidade primária de instalar e

115MASS, 1999, p. 118-128, 130; Idem, 1990, p. 60-61.

116Ibidem, p. 128.

117Ibidem, p. 129.

118Ibidem, p. 128.

119Ibidem, p. 129.

supervisionar o sistema de *gokenin* foi delegada aos *shugo*.<sup>120</sup>

Cabe uma breve análise: os *shugo* não eram grandes senhores (ou melhor dizendo, administradores) de terras. Seu posto não lhes dava poder econômico direto, nem permitia a formação de enclaves provinciais, como seria o caso com os *shugo* do século XIV, durante o segundo *bakufu*. Arrisco dizer que o próprio prestígio do posto variava bastante (o próprio Mass, dois anos antes, tinha colocado-os como menos significantes que os *jitō*)<sup>121</sup>. A concessão de um *jitō shiki*, no entanto, trazia benefícios tangíveis e imediatos, especialmente — mas não só — a nível econômico. Mas, afinal, no que constituía o cargo de *jitō*?

Grosso modo, um *jitō* era um *gokenin* a serviço do *bakufu* encarregado por administrar uma parcela de terras, como, por exemplo, um *shōen* ou uma parcela de terras públicas<sup>122</sup>. Neste sentido, ele devia serviços tanto ao *bakufu* quanto ao proprietário do *shōen* em questão (ou, fora dos *shōen*, à autoridade responsável). No entanto, sua escolha não era feita pelo proprietário, tampouco podia o proprietário exonerá-lo sem recorrer ao *bakufu*<sup>123</sup>. Em outras palavras: o *bakufu* recompensou seus *gokenin* mais importantes com um novo *shiki* administrativo, sob o qual exerceu controle exclusivo, mas em terras de terceiros. Ao arrogar para si o monopólio sobre o *jitō shiki*, Yoritomo também livrava-se de confirmar os *shiki* tradicionais, tais quais o de *gesu* (com funções equivalentes às de *jitō*), devolvendo esta autoridade para a Corte. Assim, Yoritomo conseguiu auxiliar a estabilização da sociedade no pós-guerra (revogando inúmeros *jitō shiki* de *gokenin* intransigentes), sem que com isso tivesse que arbitrar em nome de todos os guerreiros e proprietários<sup>124</sup>.

Durante a vida de Yoritomo, o posto de *jitō* era *renovável*, mas não *hereditário*: podia ser petitionado por um filho após a morte do pai, sob confirmação do *bakufu*, mas não transmitido em testamento<sup>125</sup>. Todavia, poucos anos após sua morte, por volta de 1205, o posto tinha tornado-se hereditário, transmitido pelo pai através de um *yuzurijō*, e apenas confirmado por Kamakura<sup>126</sup>. Se de início Yoritomo tinha controle total sobre a distribuição dos *jitō shiki*, podendo modelar desbalanços conforme julgasse apropriado, uma vez que o *shiki* tornou-se hereditário, este controle fugiu por completo das mãos do *bakufu*:

120MASS, 1992, p. 81.

121Idem, 1990, p. 80.

122O posto de *jitō* podia, inclusive, não incidir sobre terra alguma, mas sobre fontes de renda menos tangíveis. Cf. *Ibidem*, p. 83.

123Ibidem, p. 60.

124Ibidem, p. 61-62.

125Idem, 1992, p. 44.

126Idem, 1989, p. 42-43, 45-47.



O *bakufu* estava aprendendo que a liberdade dos vassallos para escrever seus testamentos despontava na liberdade deles de abusar destas disposições, ou alegar seu abuso. Simultaneamente, a hereditariedade dos títulos de *jitō* indicava que a disputa por eles, sendo recursos valiosos, podia apenas aumentar. Na época de Yoritomo, o chefe determinou os contornos do que era essencialmente o seu bando de *jitō*. Agora, em claro contraste, o *bakufu* lidou com questões sobre uma rede cuja forma era cada vez mais ditada pelos próprios *jitō*.<sup>127</sup>

As heranças sendo partilhadas, cabia ao pai designar qual ou quais filhos ocupariam seus *shiki*, o que não só levava o *bakufu* a não ter mais poder sobre a escolha dos *jitō*, mas a ter que arbitrar uma infinidade de disputas familiares.

Como já dito, o *bakufu* negligenciou os *gokenin* do oeste, privilegiando os de Kantō. Os *jitō shiki* iam quase exclusivamente para eles, mesmo quando tratavam-se de terras fora de Kantō, como terras no oeste do Japão. Neste sentido, a herança partilhada permitiu a criação de ramos cadetes, instalando-se por vezes em terras distantes, indo para onde suas heranças os levavam. Isto intensificou-se ainda mais após a Guerra Jōkyū, posto que boa parte dos partidários do *bakufu* eram *gokenin* de Kantō (e posto que as terras redistribuídas ficavam majoritariamente no oeste)<sup>128</sup>. Em suma, um número seletivo de famílias tornou-se extremamente rico. Obviamente, não é difícil imaginar que estes “novos poderosos” no oeste encontrariam resistência das elites originárias das províncias para as quais migraram. De toda forma, ainda haveria outra onda de migração massiva para o oeste, desta vez por ocorrência das Invasões Mongóis:

Desde o começo da era Kamakura, vassallos do leste vinham recebendo recompensas generosas de terras para além de Kantō, embora somente uma minoria dos líderes familiares emigraram. Com o passar do tempo, e conforme as condições internas de algumas famílias vieram a requerer isto, um número crescente de vassallos começou a mudar suas bases para oeste, mesmo quando retinham suas terras ancestrais no leste. A mudança dos Kobayakawa e Kumagai para Aki, bem como dos Yamanouchi para Bingo, são dois casos bem conhecidos do meio do período Kamakura. Entretanto, tais decisões — continuar a depender de representantes, ou realocar-se — permaneceram discrecionárias dentre os vassallos até 1271. A nova estratégia de defesa do *bakufu* introduziu um elemento de coerção no processo, com resultados que podiam ser imprevisíveis.<sup>129</sup>

Esta coerção, por meio de decretos do *bakufu*, não foi fiscalizada com grande escrutínio, mas ainda assim levou muitos a migrarem<sup>130</sup>.

---

127MASS, 1989, p. 53.

128Ibidem, p. 51, 56-57.

129Ibidem, p. 96.

130Ibidem, p. 95.

#### 2.4.4. Os *jitō*: prerrogativas e limites

Detenhamo-nos, no entanto, uns instantes mais na figura dos *jitō*. A definição apresentada acima é válida, mas demasiadamente simplificada. Quais exatamente eram seus poderes (e limitações)? E, dado seu legado histórico de figuras litigiosas, com quem e por quais razões disputavam?

Para entender melhor a questão, revisemos rapidamente a estrutura tributária do século XIII (válida, de modo geral, tanto para os *shōen* quanto para o *kokugaryō*). Grosso modo, havia três tipos principais de tributos: um tributo sobre arrozais (*nengu*), um tributo em produtos locais (*kuji*), e um tributo em forma de corveia (*buyaku*)<sup>131</sup>.

Mass chama a atenção para a falta de uniformidade nas obrigações e na autoridade do *jitō*, que geralmente seguia precedentes deixados por seu predecessor, fosse um *jitō*, fosse outro funcionário do *shōen*, tal qual um *gesu*. Era igualmente comum que tal autoridade fosse parcial, seguindo algum tipo de fórmula local, com o *jitō* dividindo poderes com oficiais do proprietário<sup>131</sup>. Farris aponta que após a vitória na Guerra Jōkyū, a renda dos *jitō* derivava de quatro fontes: 1/11 das terras do *shōen* que administrava; uma sobretaxa (*kachō*) de 5 *shō* por *tan* de terra (1,2 litros para cada 0,12 hectares); uma parte de produtos das montanhas ou bosques, bem como de cultivo de seda ou cânhamo, quando aplicável (dividida igualmente com o proprietário); 1/3 das posses confiscadas de criminosos<sup>132</sup>.

No entanto, como o próprio Farris mostra, estas medidas não eram necessariamente seguidas. Pelo meio do século XIII, Nuta-no-shō, um *shōen* em Aki — propriedade de Saionji Kintsune, um dos mais eminentes e ricos aristocratas de seu tempo — foi dividido em duas partes. A nova parte era composta por 211,5 *chō* de terras (1 *chō* = 11900m<sup>2</sup>), e a parte antiga, 250,3 *chō*. O *jitō*, Kobawakawa Shigehira, recebeu 4,9 *chō* na nova seção, e cerca de 12 *chō* na seção antiga, longe dos 1/11 das terras. No fim do século XIII, Tachibana Kanetaka, *jitō* de Ōta-no-shō (propriedade do Kōyasan na província de Bingo), por exemplo, recebia um terço (e não metade) da produção de seda e cânhamo, e seu *kachō* era provavelmente de 3 *shō* por *tan*, e não 5<sup>133</sup>.

Em compensação, Farris apresenta um exemplo para Kantō na província de Hitachi, em Shida-no-shō, um *shōen* de 826 *chō*. O *shōen* pagava tributos à neta de Takakura *tennō*, na forma de medidas de seda (*hiki*). Documentos de 1223 e 1276 mostram que foram pagos 300 e 330 *hiki*

131FARRIS, 1995, p. 345.

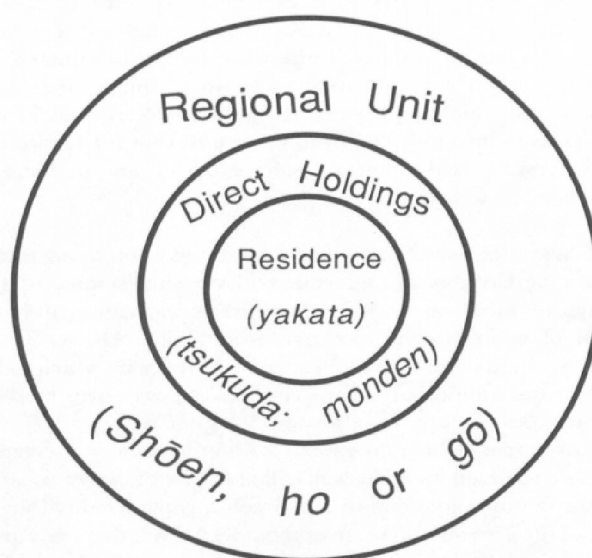
131MASS, 1990, p. 83-84.

132FARRIS, op. cit., p. 344.

133Ibidem, p. 345-346; para mais exemplos, cf. p. 346-347.

de seda, respectivamente. Segundo estimativas de apresentadas por Farris, os percentuais de seda pagos à capital eram, respectivamente, 24% e 27% da produção total, quantia que ele indica como baixa. O mais importante, porém, é que neste caso o pagamento em seda substituía o pagamento em arroz, e o *shōen* não pagava *kuji* ou *buyaku* para a capital<sup>134</sup>.

A esfera de influência dos *jitō* (bem como de guerreiros com outros *shiki*, tal qual o de *gesu*) pode ser exemplificada em três círculos concêntricos. A camada mais profunda, *doi* ou *hori no uchi* constituía a residência do *jitō*, geralmente murada, na qual vivia sua família e seus vassallos mais próximos. A próxima camada, *tsukuda*, equivalia às terras sobre seu controle direto, os supostos 1/11 *chō* de terras, segundo as estipulações de 1223. Por fim, a camada externa equivalia à área sobre a qual ele tinha jurisdição (por exemplo, um *shōen*). Desta camada derivava seu *kachō*, e nestas terras ficavam não só arrozais, como bosques, rios, mares e afins<sup>135</sup>. Este esquema, reproduzido na Figura 2.2, provavelmente não dizia respeito à real disposição das terras (isto é, dificilmente elas estariam dispostas ordenadamente em áreas concêntricas, posto que os documentos relativos aos *shōen* mostram uma distribuição muito mais caótica), mas serve bem como modo de ilustrar a gradação do poder dos oficiais em cada uma das camadas.



**Figura 2.2:** Esferas de influência dos *jitō*

Retirado de FARRIS, William Wayne. **Heavenly Warriors: The Evolution of Japan's Military, 500-1300.** Cambridge: Harvard University Press, 1995, p. 350

Fica claro, com o exposto acima, que os *jitō* estavam longe de deter o grau de riqueza e

<sup>134</sup>FARRIS, 1995, p. 347-348.

<sup>135</sup>Ibidem, p. 349.

poder de aristocratas como os Fujiwara ou de grandes instituições religiosas. Ainda assim, podemos sair com a impressão de que os *jitō* eram figuras de pouco poder ou relevância, se basearmos-nos apenas no que foi exposto acima. É preciso corrigir tais distorções.

Os *jitō* podiam ter enorme poder de barganha, especialmente onde residiam (ainda mais se originários daquela região). Não era incomum que abusassem de suas prerrogativas, como em Kunitomi-no-shō, onde mesmo após ordens prévias do *bakufu*, o *jitō* em questão continuou aterrorizando o *shōen*, com uma lista de onze itens de seus abusos<sup>136</sup>. Quanto à quantia de 5 *shō* por *tan* para o *kachō*, muitas vezes ignorada pelo proprietário, um caso de 1232 mostra que os *jitō* não aceitavam estas circunstâncias passivamente: o *jitō* em questão tinha direitos sobre uma porção do *kokugaryō* em Yoda Ho, e estava querendo aumentar sua renda, ainda que os precedentes locais ditassem que seu *kachō* era de 3 *shō* por *tan*<sup>137</sup>. Novamente, o *bakufu* já tinha enviado algum documento intervindo, mas no documento que temos, é o governador provincial que emite um édito a seus funcionários, com injunções para que não deixem que o *jitō* continue com tais abusos. Um ponto importante a ressaltar aqui é a debilidade — do *bakufu* e de outras autoridades — em punir adequadamente estas figuras. Embora nos primeiros anos do *bakufu* haja muitos documentos revogando *jitō shiki*, no correr do século XIII, mais e mais vemos ordens para que “o *jitō* cesse as violações”, muitas vezes repetidamente, conforme os confiscos tornam-se mais raros<sup>138</sup>.

Igualmente comum eram as disputas entre os *jitō* e os demais oficiais locais, seja do *kokugaryō* ou do *shōen*. Por exemplo, o *jitō* Shimotsuke Tadanaga, de Isaku-no-shō, em Satsuma, estava há anos disputando vários *shiki* com o *zasshō*, recebendo *myōshu shiki* sobre três *myō*, *kamon shiki* e *tadokoro shiki*, posto de sacerdote (*kannushi*, possivelmente o controle de apontar o sacerdote), dentre outros benefícios, em 1293<sup>139</sup>. Em outros casos, no entanto, o *jitō* coexistia pacificamente com os demais oficiais, ou mesmo com os proprietários, chegando até mesmo a tomar decisões conjuntas, como o veredicto dado conjuntamente pelo *ryōke* e *jitō* sobre a disputa entre dois oficiais em 1248<sup>140</sup>, ou a nomeação conjunta do *jitō* e do *bettō* para o *shiki* sacerdotal de *gon no dai-kannushi*, em 1293<sup>141</sup>. Algumas vezes, o *jitō* podia inclusive ser recompensado pelo proprietário, mesmo às custas de seus próprios oficiais. É o que ocorre em Akanabe-no-shō, onde após expor as dificuldades do *azukaridokoro* em pagar a tributação

136KB, doc. 93, p. 116-118.

137KB, doc. 107, p. 133-134.

138Segundo Mass, as advertências eram muito mais comuns que punições, reservadas a casos extremos. Cf. MASS, 1990, p. 84.

139KB, doc. 78, p. 99-100.

140KB, doc. 76, p. 98-99.

141KB, doc. 77, p. 99.

estipulada (100 rolos de tecido e 1000 *ryō* em dinheiro, mostrando uma tendência à monetização que explodiria no século XIV), o proprietário deixa todos os assuntos do *shōen* ao encargo do *jitō* (sob o acordo de ele pagar as quantias estipuladas)<sup>142</sup>. Este acordo, que data de 1223, formou um *wayo*, conforme será visto adiante, entre o *jitō* e o proprietário.

Outro exemplo interessante de cooperação ocorre em Matsuura-no-shō, onde o *jitō* solicita ao proprietário o direito de abrir novas terras para o cultivo. O proprietário concede a permissão em um documento de 1229, onde estipula isenção das novas terras por um ano, com aumento gradual dos tributos ao longo de três anos, mas ainda assim abaixo da tributação estipulada para o resto do *shōen*. O acordo, no entanto, vem com uma cláusula: o *jitō* não deve deixar à revelia os demais campos<sup>143</sup>. Porém, para cada exemplo de cooperação, temos alguns de litígio. Além do mais, é importante lembrar que direitos, uma vez concedidos, são difíceis de revogar.

Uma das grandes áreas de disputa dos *jitō* com proprietários e demais oficiais dizia respeito ao *kendan*, poder de policiamento. Era este mesmo poder de policiamento que dava direito, teoricamente, a um terço dos bens confiscados de criminosos. Em 1243, por exemplo, o *bakufu* delibera a favor do *jitō* de Ushigahara-no-shō. Segundo o *zasshō*, os precedentes locais ditavam a proporção de 2/3 do *kendan* para o proprietário. A defesa é feita pelo *jitōdai* Shinnen, que alega ter consultado um especialista nos precedentes locais, Jūen, mas tal testemunha fora assassinada (mostrando que não era só do lado dos *jitō* que a violência era usada). O caso é resolvido com o testemunho de um *ex-jitō*, Tosa Hiroyoshi, alegando que os precedentes locais ditavam que o *kendan* era integralmente do *jitō*<sup>144</sup>.

O mesmo não ocorre em Tara-no-shō, poucos anos depois, em 1247: Jōen, *zasshō*, e Wakasa Tadakiyo, *jitō*, clamam ambos ter os precedentes ao seu lado. Um camponês é chamado para testemunhar, mas a situação continua sem ser esclarecida. Neste caso, o *bakufu* opta por dividir o *kendan* meio-a-meio<sup>145</sup>. Noutro caso, de 1229, é o *azukaridokoro* que ordena que os precedentes voltem a ser cumpridos: o *jitō* tinha apropriado-se por completo do *kendan*, antes dividido entre ele, o proprietário, e o *tadokoro*<sup>146</sup>. Como exemplo de um uso corriqueiro destes poderes, em 1197 o *jitō* de Ōya-no-shō tinha proibido os cultivadores de caçarem ou extraírem madeira dos bosques, sob ameaça de multa aos transgressores<sup>147</sup>.

---

142KB, doc. 121, p. 144.

143KB, doc. 79, p. 100-101.

144KB, doc. 88, p. 107-109.

145KB, doc. 89, p. 110-111.

146KB, doc. 90, p. 111.

147KB, doc. 86, p. 106.

Entretanto, os *jitō* com frequência não cuidavam diretamente dos assuntos do *shōen*. Para aqueles com múltiplos *shiki*, eles muitas vezes sequer visitavam a maioria das terras. Para isto, apontavam representantes seus, os *jitōdai* (地頭代), que curiosamente respondiam apenas ao *jitō*, apesar de o apontamento do *jitōdai* precisar ser reconhecido por Kamakura<sup>148</sup>. Alguns *jitōdai* tornavam-se figuras de enorme poder, e parece ter havido algum grau de hereditariedade no posto, como é o caso da viúva do *jitōdai* Soga Daijirō, na aldeia de Iwatate, em Mutsu, que é confirmada no posto do falecido esposo em 1264<sup>149</sup>.

Por agora já deve ter ficado claro que os *jitō* eram bem mais poderosos que a exposição preliminar possa ter deixado a entender. Se no início do período Kamakura a proporção de terras do proprietário *vis-à-vis* *jitō* era de onze para um, ao longo do século XIII ela foi aumentando em favor do *jitō*, aproximando-se da metade<sup>150</sup>. Mais e mais, os proprietários, tentando manter um mínimo de integridade em seus domínios, entravam em acordos com os *jitō*, formando compactos que conhecemos por *wayo*. O *bakufu* não só ratificava boa parte destes acordos, como também os incentivava.

Um exemplo de 1263 ilustra bem este quadro: o *jitō* de Uga Gō, em Izumo, entrou em uma disputa com os monges do Gakuenji por questões diversas. O acordo ratificado pelo *bakufu* estipulou que o *jitō* deveria abdicar de qualquer interferência em Yamaguchi, outra localidade. Em troca, uma pessoa de cada *zaike* (grosso modo, uma residência) de Uma Gō deveria servir o *jitō* durante 25 dias por ano, embora em épocas de plantio e colheita, 15 pessoas por dia (3 por casa) deveriam cultivar as terras do *jitō*, em turnos rotativos de três dias<sup>151</sup>. Dois tipos muito comuns de *wayo*, o *shitaji chūbun* e *ukesho*, são relevantes o suficiente para merecer maior detalhamento.

O *shitaji chūbun* consistia na divisão das terras entre o *jitō* e o proprietário: o *jitō* tornava-se, portanto, proprietário de parte do *shōen*. O *ukesho*, por sua vez, consistia geralmente em estabelecer uma quota fixa de tributos devidos ao proprietário, deixando a administração do *shōen* completamente sob controle do *jitō*. Começemos pelo primeiro.

O exemplo de *shitaji chūbun* que examinaremos vem de 1296 e diz respeito a Urunuma Gō, terra do Santuário de Hie, em Izumo. Por discordâncias administrativas, o *zasshō* entra em litígio com Jibe Akimune, *ippō jitō* (*jitō* “parcial”), mas antes de irem para a corte, chegam a um acordo: um *chō* de cada campo vai primeiramente para o *jitō*, com o restante das terras dividido

148Um exemplo rotineiro encontra-se em KB, doc. 108, p. 135; um exemplo mais interessante, o de um *jitōdai* apontado por mérito em batalha contra os Miura, em 1247, encontra-se em KB, doc. 109, p. 136.

149KB, doc. 110, p. 136.

150HALL, 1966, p. 184-185.

151KB, doc. 117, p. 141-142.

igualmente entre as partes. O *bakufu* ratifica o acordo<sup>152</sup>. Como podemos ver, tratou-se de um acordo favorável ao *jitō*.

Talvez seja natural para nós, no século XXI, pensarmos que o *shitaji chūbun* fosse mais interessante ao *jitō* que o *ukesho*, afinal, por meio do *shitaji chūbun*, ele tornava-se proprietário de parte das terras, isento de remeter qualquer tributo ao proprietário. Na verdade, no entanto, o *ukesho* era geralmente bem mais vantajoso ao *jitō*. Os dois casos seguintes ilustram bem este ponto.

O primeiro envolve um caso de 1287 em Ōyama-no-shō, propriedade do Tōji. Os envolvidos são o *zasshō*, e Nakazawa Motokazu, o *jitō*, junto de seus irmãos, Nobumoto e Motomura. O *zasshō* alega falsamente ter administrado o *shōen* até 1265, quando um *ukesho* foi realizado com o pai de Motokazu, o então *jitō* Shōren. O *zasshō* tenta revogar tanto o *ukesho* quanto o *jitō shiki* em si, mas caso não consiga, argumenta por uma divisão da propriedade — ou seja, transformar um *ukesho* em um *shitaji chūbun*. A defesa apresenta documentos originais do acordo, provando que o *ukesho* tinha sido firmado em 1241, e que as alegações do *zasshō* eram falsas. O *bakufu* mantém o *ukesho*<sup>153</sup>.

O outro caso vai em direção oposta: em 1237, Ōeda Gō, terra do Santuário de Kashima, tinha sido dividida por um *shitaji chūbun*. Aqui, no entanto, é o *jitō*, Nomoto Shirō, que mais de sessenta anos depois do ocorrido, em 1298, tenta reverter a situação, alegando que o *jitō* da época não era suficientemente informado quando tomou tal decisão. O *bakufu* obviamente não desfaz o acordo original<sup>154</sup>. Nos dois exemplos, tentam transformar um *ukesho* em *shitaji chūbun*. Ao examinarmos alguns casos de *ukesho*, espero que fique mais clara a razão de serem o tipo de acordo mais favorável ao *jitō*.

Já vimos um *ukesho* acima, no documento 121, de 1223, em condições bastante atípicas (por vontade, ou ao menos iniciativa, do proprietário). Vejamos mais alguns exemplos. Outro caso se deu em Tsunemasa Myō, parte de Kumagai Gō, terras do Santuário de Tsurugaoka Hachiman. Novamente, uma cota fixa de tributos é estabelecida, e o *jitō* também deve encarregar-se dos serviços religiosos regulares e extraordinários devidos ao santuário, segundo precedentes (provavelmente, cuidar de seu custeio por meio de tributos extras, prática corriqueira em terras destinadas a estes fins). Em troca, os oficiais do santuário ficam proibidos de entrar em Tsunemasa Myō. Neste caso, cujo documento é de 1232, o comando vem do sacerdote-chefe<sup>155</sup>.

---

152KB, doc. 128, p. 150-151.

153KB, doc. 127, p. 148-150.

154KB, doc. 129, p. 151.

155KB, doc. 118, p. 142-143.

Um caso bastante ilustrativo vem da província de Etchū: após frequentes queixas em três aldeias de Horie-no-shō sobre as depredações do *jitō*, o proprietário decide cortar as perdas, chegando a um acordo e dividindo as propriedades. O *bakufu* ratifica o acordo em 1256<sup>156</sup>. Este é um claro exemplo de que violência e infração das prerrogativas e precedentes como forma de pressionar as autoridades a um *wayo* era uma estratégia válida, e que dava resultados.

Em um caso de 1244, Moritō, o *zasshō* de Okuyama-no-shō, Echigo, alega que no *wayo* tinha sido estipulado o direito de inspeção periódica das terras (*kenchū*), mas não apresenta provas. Tokishige, o *jitō*, defende-se com provas do acordo original, e como resultado, o *bakufu* proíbe as inspeções<sup>157</sup>. A razão destas inspeções era verificar se novas terras tinham sido abertas ao cultivo, ou se terras abandonadas tinham sido revitalizadas, de modo a tentar renegociar o acordo. O *jitō* poderia muito bem estar expandindo e revitalizando a propriedade, e embolsando a renda para si.

Por fim, talvez o exemplo mais marcante seja referente a um *ukesho* realizado em 1211 em Tomita-no-shō, Owari, onde o *jitō* deixou de pagar as quantias devidas por mais de um século. Em vez de ser removido, um novo acordo foi firmado: no 11º mês de cada ano, ele deveria pagar 110 *kanmon* ao proprietário (ou seja, um pagamento em dinheiro), independente do resultado das colheitas. Em troca, outros coletores do proprietário deveriam cessar suas intromissões, e a *tsukuda* do *jitō* não deveria ser questionada<sup>158</sup> (provavelmente fazendo referência a outro litígio). O documento, de 1327, mostra que a esta altura os *jitō* já estavam suficientemente entrincheirados em suas terras para inviabilizar qualquer outra saída que não novos acordos.

Espero que com o exposto acima, quaisquer distorções de ótica tenham sido resolvidas. Entretanto, é preciso ter cuidado para não criar a impressão oposta: de que tudo ia bem dentre os guerreiros, e de que os *gokenin* viam um aumento de prosperidade sem fim. Um espaço desmedido deste capítulo foi reservado aos *jitō*, pois eles foram os grandes agentes de mudança no Japão do século XIII. No caso, nas províncias, eram os mais bem munidos com as ferramentas necessárias para ocasionar mudanças sociais em larga escala ao longo do século. Ainda assim, pelo fim do século XIII, o cenário que vemos é de crise. Já vimos a crise do *bakufu* no capítulo 1. No restante deste capítulo, veremos as crises enfrentadas pelos guerreiros, bem como pelo resto da sociedade japonesa.

---

156KB, doc. 126, p. 148.

157KB, doc. 124, p. 145-147.

158KB, doc. 125, p. 147-148.



## 2.5. Os *gokenin* em crise

Dentre os vários exemplos do tópico anterior, vimos como os *jitō* tornaram-se figuras de enorme poder local no século XIII. Todavia, se nos determos por alguns instantes, muitos dos casos diziam respeito ao *jitō* de tal Gō, ou mesmo Myō, e até mesmo, ao *ippō jitō*. Ocorre que, se de um lado as riquezas aumentavam, de outro, elas diminuía: os custos que muitos arcaram pela defesa do Japão durante as Invasões Mongóis (junto da paucidade das recompensas) e o endividamento por uma má adaptação a uma economia crescentemente monetizada<sup>159</sup> causaram problemas sociais profundos dentre os *gokenin*. No entanto, talvez o golpe mais deletério tenha vindo de uma prática corriqueira, a da divisão de bens dentre filhos e filhas. Geração após geração, o patrimônio diluía-se, ao ponto de que os próprios *shiki* tornaram-se divisíveis e alienáveis<sup>160</sup>. É claro, alguns tinham acumulado tanto ao longo do século XIII que suas famílias ainda continuavam extremamente poderosas, mas esta parece ser a exceção, e não a regra. O *bakufu*, por sua vez, respondia à crise de modo contraditório, ora emitindo medidas que beneficiavam determinados grupos, como os *gokenin*, só para revogá-las em seguida. A grande tentativa de socorro, os Éditos *Tokusei* de 1297, provou-se insuficiente para resolver a questão<sup>161</sup>. Enquanto isso, no campo, as tensões cresciam.

### 2.5.1. A militarização do campo e o fenômeno dos *akutō*

E assim temos a explosão dos *akutō* (悪党), “bandos maus”. Aparentemente, de cerca de 1250 até por volta de 1340, bandos armados devastaram as províncias centrais, pilhando *shōen* por onde passavam, e deixando um rastro de violência e terror. Ou ao menos, esta é a forma como a historiografia tradicionalmente tratava a questão. A historiografia sobre este tópico, no entanto, mudou muito nas últimas décadas, e já adianto que qualquer esforço em fazer justiça a esta produção torna-se infactível aqui. Dito isto, algumas notas fazem-se necessárias.

Os estudos sobre os *akutō* nunca tiveram no Ocidente a atenção que receberam no Japão, mas ainda assim temos pelo menos três nomes dignos de nota. No estudo de Lorraine Harrington, ela vê os *akutō* pela ótica do controle social, e os representa — reconhecendo suas origens diversas — como elementos disruptivos a nível local, e agentes de uma tendência em direção à descentralização, competindo por poder a nível local ao mesmo tempo que buscam livrar-se das amarras centrais e experimentar novas configurações sociais, bem como novos tipos

159FARRIS, 2009, p. 136; BROWN, Delmer M.. The Japanese Tokusei of 1297. **Harvard Journal Of Asiatic Studies**, [s.l.], v. 12, n. 1/2, p. 188-206, jun. 1949, 189-190.

160MASS, 1997, p. 19; idem, 1989, p. 98, 108.

161BROWN, op. cit., p. 205.

de controle local. Para ela, o fenômeno revelava a debilidade dos Hōjō, especialmente no oeste, bem como ambiguidades próprias da política *kōbu* que teriam deixado elementos locais acumularem mais poder que o desejado<sup>162</sup>. Seu estudo, diga-se de passagem, bastante refinado, leva em considerações o contexto social e econômico do fenômeno, num emaranhado extremamente complexo de relações sociais. Ela apresenta, por exemplo, o aumento da produção agrícola e a crescente monetização da economia no século XIII, bem como a comodificação das terras e *shiki* (estes agora divisíveis, assim como os *myō*), possibilitando o acúmulo de requizas e terras a nível local<sup>163</sup>. Sobre questões regionais, lembrando que boa parte dos casos de *akutō* concentravam-se no oeste, ela faz apontamentos interessantes:

Dois padrões importantes em casos de *akutō* envolvem o tempo dos incidentes e sua distribuição geográfica. Não é acidental, por exemplo, que todos os incidentes de *akutō* no período Kamakura ocorreram após a Guerra Jōkyū, e que a maioria ocorreu nas províncias centrais ou do oeste (especialmente Kinai, as regiões em seu entorno, e Kyūshū). Afinal, foi no período pós-Guerra Jōkyū que o *bakufu* estendeu seu poder a oeste de forma notável. Ele ampliou a distribuição de sua rede de *jitō* e estabeleceu uma sede administrativa em Kyōto. Para além de sua investida territorial, o *bakufu* ampliou o escopo dos assuntos governamentais nos quais se afirmaria como o sumo órgão de policiamento do país, e, cada vez mais, sua mais respeitada autoridade judicial. Mas conforme o *bakufu* expandia sua autoridade, ele também encontrava novos problemas. Estes incluíam dificuldades sérias em lidar com o vasto número de guerreiros provinciais no oeste.

Tempo e geografia, portanto, sugerem uma conexão entre os *akutō* e o tema maior do controle do *bakufu* no oeste. Os mesmos padrões também vinculam o surgimento dos *akutō* a diferenças em desenvolvimento econômico regional, bem como sistemas de controle dos *shōen*.<sup>164</sup>

Ou seja: o tratamento diferencial dado aos *gokenin* do oeste, e pior ainda, o movimento de magnatas de Kantō para estas regiões, desalojando guerreiros locais, estava pagando seus dividendos. Ainda assim, ela reconhece que muitos dos incidentes envolvendo o termo *akutō* eram “expressões simples de violência sem foco, rivalidades locais, ou disputas fronteiriças”<sup>165</sup>. Antes de darmos prosseguimento às suas contribuições, cabe trazer outro autor ao debate.

Seguindo uma linha iniciada na década de 1970 por Yamakage Kazuo, Dan Sherer vê o fenômeno dos *akutō* não como fenômeno social, mas como fenômeno jurídico: *akutō*, portanto, não é indicativo de grupo social ou ocupação, mas de uma categoria jurídica específica que, ao invocada, podia compelir o *bakufu* a agir e tomar partido em disputas locais<sup>166</sup>. Sherer, que

162HARRINGTON, Lorraine F. Social Control and the Significance of Akutō. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan**: Essays in Kamakura History. Stanford: Stanford University Press, 1982, p. 221-222, 233, 249-250.

163Ibidem, p. 227-228.

164Ibidem, p. 226-227.

165Ibidem, p. 236.

166SHERER, Dan. The Akutō on Ōbe Estate: Lawsuits, Evidence, and Participation in the Late Kamakura Legal

estudou os *akutō* em Ōbe-no-shō, enfatizando as relações entre o sistema jurídico e a estrutura dos *shōen*, os vê como um fenômeno integralmente ligado ao regime de terras, e busca mostrar como os residentes dos *shōen* também eram parte ativa nos processos jurídicos do Kamakura tardio<sup>167</sup>, algo que ele examina com certa riqueza de detalhes. Em verdade, Harrington não deixa de levar em consideração o elemento jurídico-retórico da questão:

Uma prática comum em estudos mais recentes tem sido a de classificar grupos referidos como *akutō* em categorias, diferenciando-os com base em antecedentes, atividades específicas, a composição de classes do núcleo do grupo, ou seu lugar na progressão de estágios predeterminados da história japonesa. Parece importante lembrar que o termo *akutō* era, afinal, uma designação, uma acusação de tomar parte em atividades inaceitáveis. Conquanto grupos particulares ou indivíduos tomassem parte em atos ilegais ou disruptivos, eles eram parte de uma crescente onda de desordens no período Kamakura tardio.<sup>168</sup>

Apesar de ser crítica à historiografia que busca classificar os *akutō* como membros de grupos específicos, ela vê um elemento de coesão no fenômeno: os atos disruptivos. Ciente da origem diversa destes atores, ela ainda assim insiste que mesmo “*akutō* que eram meramente bandidos ou grupos de “desordeiros” antissociais ainda assim encaixam-se no processo de desintegração do sistema social”<sup>169</sup>.

Outra grande contribuição de Dan Sherer é fazer uma recapitulação das principais tendências e autores no que diz respeito à historiografia dos *akutō*. Embora a abordagem utilizada neste estudo não concorde com as abordagens tradicionais apresentadas, julgo apropriado apresentá-las em resumo, até mesmo para tornar mais claras as minhas escolhas sobre como interpretar o fenômeno. Assim, os historiadores do pós-guerra buscaram exaustivamente por onde, exatamente, encaixar os *akutō*. Kuroda Toshio os via como pequenos a médios senhorios locais, endividados pela monetização e vício em jogo, que uma vez tendo perdido suas terras, optaram pelo banditismo. Amino Yoshihiko os liga aos *hinin*, comunidades desligadas da agricultura e párias sociais. Nagahara Keiji — partindo do paradigma feudal — os vê como homens que buscavam tornar-se senhores feudais, representando um estágio importante na transição entre diferentes estágios do feudalismo<sup>170</sup>.

Morten Oxenboell não deixa de reconhecer — inclusive dá grande atenção — para os

---

System. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the Estate System in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2018, p. 405-406.

167Ibidem, p. 404.

168HARRINGTON, 1982, p. 226.

169Ibidem, p. 222.

170SHERER, op. cit., p. 405.

usos retóricos do termo *akutō*<sup>171</sup>. Ele inclusive é citado por Dan Sherer dentre um dos que subscreviam à corrente de Yamakage Kazuo<sup>172</sup>. Em seu mais recente e completo estudo sobre a questão, no entanto, ele vai bem além de analisar os *akutō* enquanto etiqueta jurídica em petições de proprietários de *shōen* para que o *bakufu* lide com seus problemas. Em linhas gerais, os *akutō* não podem ser vistos somente como fenômeno social, mas da mesma forma, não podem ser reduzidos meramente a uma categoria jurídica<sup>173</sup>.

Enquanto categoria jurídica usada pelo *bakufu*, o termo *akutō* dizia respeito a pessoas que cometiam certas categorias de crimes sob responsabilidade de Kamakura. Quando usado por terceiros, em petições e apelos à Corte e ao *bakufu*, era usado como ferramenta retórica contra seus inimigos. Desta forma, os proprietários que faziam tais petições, ao fazerem uso do termo *akutō*, tornavam seus adversários locais em inimigos públicos, que ameaçavam a ordem social<sup>174</sup>. Boa parte das petições vinha de templos, que utilizavam-se de outras formas de pressão, como demonstrações religiosas até a capital para atingir seus objetivos<sup>175</sup>.

No entanto, levar ao extremo a hipótese dos *akutō* como ferramenta retórica nos impede de ver como os documentos relativos a eles são pertinentes ao estudo de estruturas sociais e processos de conflito no século XIII, por mais que seja necessário avaliar tais documentos com extrema cautela, posto que são repletos de calúnias, floreios, e invenções por parte dos acusadores, dado o caráter formulaico das acusações. Sendo assim, os *akutō* também não podem ser vistos como uma categoria social estável: o campesinato, por exemplo, por vezes era vítima de suas depredações, enquanto em outros casos, comunidades inteiras colaboravam com os *akutō*, inclusive numa mesma região. Isto não impedia os proprietários, em suas petições, de explorar o sofrimento dos camponeses (real ou imaginado), como forma de conquistar simpatia para sua causa, ou como o autor nos fala, como “lubrificante do argumento”<sup>176</sup>.

Seu estudo busca mostrar as motivações por trás dos atos dos *akutō*, enxergando o fenômeno como parte de uma disputa permanente e poder entre atores locais com níveis variados de capital político. Para isto, é preciso fazer o que ele chama de “relegar o centro à periferia” no exame dos conflitos e do ativismo camponês. Desta forma, a violência dos *akutō* passa a ser entendida como meio de forçar a abertura de novas vias de negociação, bem como estabelecer redes sociopolíticas alternativas. Isto nos força a revisar determinadas concepções próprias do

---

171Sobre este tópico, ver especialmente o capítulo 3 de OXENBOELL, Morten. **Akuto and Rural Conflict in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2018.

172SHERER, 2018, p. 406.

173OXENBOELL, op. cit. , p. 96.

174Ibidem, p. 96-97.

175Ibidem, p. 1.

176Ibidem, p. 10, 97-98.

período Kamakura: embora um período de relativa paz no centro, o uso da violência era corriqueiro no campo, especialmente a partir de 1250, quando movimentos de base tornam-se cada vez mais comuns<sup>177</sup>.

Harrington tem seu quê de razão ao afirmar que cada vez mais, durante o Kamakura tardio, ficava claro que direitos formais sobre a terra não asseguravam controle sobre ela, tampouco receitas. Ela vê os casos de *akutō* que examina sob a ótica do enfraquecimento da autoridade dos proprietários<sup>178</sup>. Seu problema, além do fato de em boa medida ignorar a agência destas comunidades, reside em não compreender as nuances que envolviam as relações entre os proprietários ausentes e os residentes provinciais.

Oxenboell, por sua vez, reavalia e complexifica o papel dos proprietários: conforme o século ia passando, estes perdiam cada vez mais poder e rendas para figuras como os *jitō*. É comum que aceitemos isso passivamente, sem perguntarmo-nos sobre como os aristocratas e grandes templos lidaram com a situação. A verdade é que na segunda metade do século XIII as classes proprietárias estavam em polvorosa, procurando por novas estratégias para assumir controle, estratégias que inclusive já vimos quando discutimos a figura dos *jitō* e seus embates, como o envio de funcionários do centro, os *zasshō* e *azukaridokoro*, para as periferias, e a tentativa de atualizar os registros de terra por meio dos *kenchū*<sup>179</sup>.

As elites locais, que há gerações coletavam impostos para os proprietários sob *shiki* diversos como o de *gesu* e *kumon*, são assim passadas para trás por administradores enviados do centro (ou ao menos percebem-se nesta situação). Isto leva a uma erosão entre seus laços com os cultivadores. Muitos *shōen* na época mudaram de mãos, especialmente terras dos grandes portfólios imperiais, e estas mudanças de proprietários também levavam a novos atritos, mas é importante ressaltar que, em última instância, o que levava aos conflitos armados não era a mera mudança de proprietários, mas a imposição — do centro — de novas estruturas organizacionais, que passavam por cima de privilégios e direitos locais<sup>180</sup>. O uso da “retórica dos *akutō*” era mais uma das estratégias nas mãos de proprietários ciosos de restabelecer seu controle.

Nesta mesma senda, Oxenboell relê os conflitos rurais do século XIII sob uma nova ótica, a das “negociações violentas”. Para entender estas negociações violentas, é preciso apreciar também a participação dos não-guerreiros, ou seja, o restante da população dos *shōen*. Ele lembra que um cultivador pegando em armas podia não ser visto como guerreiro pelas elites da

177OXENBOELL, 2018, p. 1-6, 10-11, 14, 98.

178HARRINGTON, 1982, p. 235.

179OXENBOELL, op. cit., p. 7, 16.

180Ibidem, p. 7, 16, 100-101.

capital e do *bakufu*, mas não deixava de ser importante para a segurança de sua comunidade e para negociações de poder a nível local<sup>181</sup>. As “negociações violentas” são nada mais nada menos que um uso medido e proposital da violência para atingir um ponto de equilíbrio contra desbalanços advindos de fatores internos ou externos, como, por exemplo, a troca do proprietário de um *shōen* e imposição de novas políticas administrativas<sup>182</sup>. No fim das contas, como o autor nos lembra, o sistema de dependência mútua que existia nos *shōen* beneficiava a todos (embora, obviamente, em diferentes graus): a busca por cooperação, portanto, oferecia muito mais que o enfrentamento prolongado<sup>183</sup>.

Assim, reavaliemos o proprietário e seu papel:

De modo a estabelecer posse e controle verdadeiros e duradouros sobre um *shōen*, o proprietário precisava, portanto, mostrar-se disposto a prestar assistência aos residentes com representação legal, proteção contra inimigos externos, auxílio contra desastres naturais, e um senso de legitimidade em momentos de disputas locais.<sup>184</sup>

Eis a segunda fonte de conflitos: quando o proprietário não protegia os interesses dos residentes, ou quando estes sentiam-se desamparados, sua legitimidade era questionada e negada. Os grupos e indivíduos com problemas de maior urgência — ou com maiores ambições — eram os primeiros a se manifestar. Quando o proprietário não era mais visto como o ponto natural de convergência de lealdades e de mobilização local, os residentes escolhiam seus próprios representantes, e é aí que vimos as elites locais, sejam membros dos *shōkan*, sejam *hyakushō* e *myōshu*, assumirem a liderança<sup>185</sup>. Tratam-se, portanto, de guerreiros, e Oxenboell admite que “podem ser considerados guerreiros”, mas parece tentar descategorizá-los neste papel ao afirmar que não aparecem, nestes casos, como representantes do *bakufu* ou de outro senhor. Neste sentido, trata-se de uma leitura simplista, pois como vimos, ser guerreiro não é condicionado a ser *gokenin*, e mais que isso, ser *gokenin* não implicava em obedecer ao *bakufu* ou ter seus interesses alinhados ao regime de Kamakura.

Oxenboell critica o que ele caracteriza como uma separação artificial entre guerreiros e o restante da sociedade local, mas o faz especialmente porque a seu ver, trata-se de um resquício do discurso feudal, que “dá destaque em relações formais de senhor-vassalo, e relega as sociedades rurais a um papel secundário.”<sup>186</sup> Embora haja mérito em sua crítica, pois ainda há

---

181OXENBOELL, 2018, p. 98-99.

182Ibidem, p. 110.

183Ibidem, p. 110.

184Ibidem, p. 110.

185Ibidem, p. 16, 99, 110-111, 114.

186OXENBOELL, 2018, p. 98.

quem reproduza estes discursos ultrapassados, os estudos sobre os guerreiros japoneses já avançaram para bem além disso, e o próprio autor faz uso de tais estudos ao longo de sua obra<sup>187</sup>.

Quando atacadas, as comunidades mobilizavam-se por inteiro para a defesa, geralmente sob a liderança de guerreiros que formavam as elites locais. Se por um lado os cultivadores sofriam limitações no combate, por falta de equipamento adequado (que era extremamente caro), cabe notar que quando uma comunidade era saqueada por outra, armas, armaduras, e cavalos eram alguns dos bens mais procurados. A defesa contra bandos invasores podia, por sinal, se dar por iniciativa local, sem aguardar por ordens dos representantes do proprietário. Há diversos paralelos interessantes aqui: era comum que o proprietário recompensasse quem participasse da defesa da comunidade de forma similar ao modo como líderes militares recompensavam guerreiros por serviços prestados. Alguns camponeses podiam ver-se catapultados em *status* e riqueza. Guerreiros, obviamente, também podiam ser recompensados, mas aos eminentes locais era necessário agir com uma certa cautela, de modo a não parecer uma ameaça ao proprietário, ou corria-se o risco de acabarem eles próprios recebendo a apelação de *akutō*<sup>188</sup>.

Sem entrar aqui em análises de casos (tanto Sherer e Harrington quanto Oxenboell realizam extensivas análises — em grande parte — dos mesmos casos), os conflitos locais podiam ser entre comunidades vizinhas (seja por questões de fronteiras ou uso de recursos comuns, sendo o uso da água razão de muitos conflitos)<sup>189</sup>, podiam ser rebeliões internas por um número limitado de agentes (alguns guerreiros acabavam pilhando os *shōen* nos quais residiam como forma de demonstrar insatisfação com o proprietário)<sup>190</sup>, ou podiam mobilizar toda a comunidade contra o proprietário<sup>191</sup>. Obviamente, casos de puro banditismo também existiam, mas o ponto aqui é que o fenômeno dos *akutō* é algo muito mais complexo que mero banditismo generalizado. Boa parte dos conflitos tinham motivações políticas e estratégias muito bem

187Vide seu comentário abaixo da citação em *Ibidem*, p. 102, dentre muitos outros exemplos.

188Ibidem, p. 99-102, 120. Shōyo, que organizou a defesa de Yugeshima-no-shō contra forças de Sanuki, foi ricamente recompensado com uma posição administrativa no *shōen*, enquanto Fujiwara Ieyasu, que organizou a defesa de Ōyama-no-shō contra o *akutō* Gensō, perdeu seu *status* de *satanin*. Cf. OXENBOELL, 2018, p. 103-104.

189Vide exemplo do conflito entre Mionoya-mura e Nade-no-shō, em boa parte ligado ao acesso à água, cf. *Ibidem*, p. 105-109.

190O caso de Shōsei, em Miyada-no-shō, que em 1301 organiza tropas para pilhar as terras onde vivia após sentir que toda a comunidade foi desamparada pelo proprietário é extremamente interessante. Nos documentos de acusação, ele é pintado como *akutō*, e acusado de pilhar e matar residentes, e atear fogo às suas casas. Na verdade, seus ataques foram dirigidos ao *mandokoro*, a sede da administração local, e às residências dos *gesu* e seus *miuchi* (ou seja, forças potencialmente à disposição do proprietário). Cf. *Ibidem*, p. 111-114. Um outro exemplo mostra um *ex-gesu* mobilizando o *azukaridokoro* e outros *shōkan* contra o *jitō*. Cf. HARRINGTON, 1982, p. 224-225.

191Como quando os habitantes de Hiradono-no-shō, desamparados pelo proprietário, recusaram-se a pagar o *nengu*, ou quando os residentes de Kuroda-no-shō saquearam o *nengu* que estava sendo transportado do *shōen* para o proprietário (neste caso, o Tōdaiji). Cf. OXENBOELL, op. cit., p. 114-117.



delimitadas.

Quando, por exemplo, havia algum tipo de disputa de fronteiras e uma força invadia a outra comunidade, era comum levar consigo grande número de mulheres e crianças. Estas populações de não-combatentes que acompanhavam as forças tinham um duplo propósito: assentar a população de modo a enfatizar a legitimidade de sua causa, provando “administração *de facto*” (*tōchigyō*), bem como ter um maior número de mãos para pilhar o local. Em disputas entre Ikadachi-no-shō e Kuzukawa-no-shō, entre 1269-1283, por exemplo, os residentes de Ikadachi-no-shō invadiram as terras disputadas, levando mulheres, crianças, gado, e cavalos, e chegando a erigir casas no local<sup>192</sup>. Em alguns casos, chegamos também a ver a formação de redes de comunidades aliadas<sup>193</sup>.

A recusa a pagar o *nengu* ao proprietário também tinha usos estratégicos: servia como forma de ressarcimento por perdas e danos causadas aos residentes durante conflitos; demonstração da seriedade da comunidade em sua petição ao proprietário; podia demonstrar seriedade também diante de poderosos locais, atraindo-os para a causa da comunidade; e por fim, tinha um valor simbólico de desafio, afronta, e recusa ao proprietário<sup>194</sup>.

Curiosamente, Harrington e Oxenboell chegaram a algumas conclusões similares, apesar dos pontos de divergência. Harrington talvez peque por excesso ao ver o fenômeno dos *akutō* como eminentemente anti-Hōjō, mas ela reconhece a formação de alianças regionais e o surgimento de novas relações de poder sobre a terra<sup>195</sup>. No fim, ela adianta-se um pouco. Seria durante as guerras do século XIV que veríamos os resultados de quase um século de conflitos rurais: os sistemas de mobilização locais que se formaram no século XIII serviram de base para milícias campesinas no século XIV. Durante as Guerras Nanbokuchō, conforme o combate afetava comunidades rurais, elas fortaleceram suas estruturas organizacionais, muitas vezes ao redor de membros das elites locais, que agora sim tinham suplantado os proprietários como centros naturais de mobilização e liderança. Muitos dos líderes “*akutō*” do início do século XIV tornaram-se vassalos dos novos *shugo* durante a guerra das duas Cortes, apoiando o novo *bakufu* dos Ashikaga. Outros lutaram pela Corte do Sul. Independente do lado, alguns formaram alianças horizontais entre guerreiros de uma mesma região<sup>196</sup>. Quanto às populações locais, novas configurações sociais se abriam, e com isso, novas maneiras de negociar poderes e direitos sobre a terra. Em vez de cortar os laços com os proprietários, as relações tomaram outro caráter

---

192OXENBOELL, 2018, p. 106.

193Ibidem, p. 108-109.

194Ibidem, p. 117-118.

195HARRINGTON, 1982, p. 240, 250.

196OXENBOELL, op. cit., p. 133-136.



no século XIV<sup>197</sup>.

Em termos de conclusão sobre o fenômeno dos *akutō*, um fato inegável é a explosiva tendência da militarização do campo da segunda metade do século XIII em diante. Os líderes destas alianças locais, seja aqueles que por retórica ou mérito tenham ganhado a designação de *akutō*, seja os que meramente cuidaram da defesa das comunidades nas quais residiam (ou nas quais residiam suas receitas e interesses) eram, em maioria, funcionários dos *shōen* (coletivamente, os *shōkan*), ou *gokenin*. Quase que invariavelmente guerreiros. Mas seus bandos armados incluíam membros de *status* social muito mais baixo, e durante conflitos armados, eles contavam com o apoio militar das populações locais, e as recompensavam da mesma forma que recompensava-se a guerreiros. Às vésperas das guerras do século XIV, muitos destes líderes surgiam como atores regionais independentes, cuja autoridade derivava mais de seu poder coercitivo que de formas tradicionais de legitimidade, que vinham de cima<sup>198</sup>.

É preciso deixar claro que estas não eram as únicas razões para a militarização do campo e para o que julgo ser uma explosão no número de guerreiros. A isto somam-se outros fenômenos: a multiplicação de famílias de *gokenin* pela prática da partilha de bens, por exemplo, e a própria comodificação do *status* de *gokenin*, bem como de vários *shiki*. Hall já tinha notado estas tendências na província de Bizen em seu estudo: a presença dos *jitō* na província aumentou consideravelmente após a Guerra Jōkyū (por conta de migrações), mas continuou aumentando ao longo do século XIII. Ele também nota uma militarização dos oficiais dos *shōen* e *kokugaryō* neste período<sup>199</sup>, embora, como vimos, estas posições eram tradicionalmente ocupadas por guerreiros. Ainda assim, ele menciona que *jitō* começaram a usar suas prerrogativas sobre as terras para consolidar lealdade hereditária de subordinados, alistando *myōshu* para seus bandos e alianças<sup>200</sup>.

Minha hipótese sobre o fenômeno dos *akutō* é que ele ramifica-se em duas vias no século XIV: por um lado, alguns guerreiros foram capazes de capitalizar sua autoridade e prestígio, tornando-se lideranças autônomas que designamos por *tozama*. Por outro lado, as comunidades campesinas fortaleceram os laços de solidariedade no século XIV, dando origem ao fenômeno das *sō-mura*. É com estas grandes lideranças autônomas que início o próximo capítulo.

---

197OXENBOELL, 2018, p. 138.

198Ibidem, p. 131-132, 139.

199HALL, 1966, p. 187-189.

200Ibidem, p. 188-190.

## 2.6. Conclusão

Retraçamos ao longo deste capítulo a origem do estamento guerreiro que comumente conhecemos por samurais, um grupo de homens de origens relativamente diversas que, do século X em diante, foram os principais responsáveis por prestar o serviço em armas, incluindo organizar a convocação de guerreiros e demais combatentes por meio de redes privadas.

Vimos que há uma continuidade nestas figuras: a maioria delas era parte, desde antes do século X, das elites provinciais, sendo os mesmos homens que ocupavam cargos de administração provincial e distrital, bem como, posteriormente, da administração dos *shōen*. Com o surgimento do *bakufu*, muitos tornaram-se *gokenin*, embora com uma diferenciação clara no tratamento de *gokenin* de Kantō diante de *gokenin* de outras regiões do Japão. Poucos eram os *gokenin* de fora de Kantō que recebiam os tão cobiçados *jitō shiki*.

Ainda assim, mesmo durante a vigência do primeiro *bakufu*, ser guerreiro não limitava-se a ser *jitō*, tampouco *gokenin*. Guerreiros excluídos ou pouco valorizados pelo regime buscavam outros patronos, como grandes proprietários. Com a crescente monetização e os vários problemas políticos pelo último quarto do século XIII, tanto em Kyōto quanto em Kamakura, novos atores, como compradores de terras, entraram para o rol das elites provinciais, e eventualmente viriam a ser convocados para servir em armas. Enquanto camponeses buscavam melhorar seu *status*, adotando termos como *sakunin hyakushō*, os guerreiros buscaram distanciar-se, largando cada vez mais a apelação de *hyakushō* em favor de termos como *myōshu*, na mesma medida que tentavam deixar para trás a necessidade de agir em consonância com seus pares — o que levaria à formação de líderes guerreiros autônomos, os *tozama*, cobiçados por todos os lados nas guerras do século XIV.

Cabe rapidamente enunciar as características que constituem o mínimo denominador comum dos guerreiros: em termos simples, podemos considerar guerreiros aqueles que eram chamados para servir em armas em nome de poderes públicos ou privados, em caráter considerado legítimo, mas por meio de recursos e redes privadas. É o que vemos com os antigos *ōryōshi*, *tsuibushi*, e *tsuitōshi*, assim como com os *gokenin*, e posteriormente, com os *tozama*, embora cada etapa deste longo desenvolvimento tenha características próprias.

Tão importante quanto servir em armas do modo descrito acima era estar dentre os homens aptos a cumprir tal papel, e reconhecidos como tais, mostrando uma continuidade familiar de tradições marciais privadas. Estes homens podiam nunca servir em armas, mas o seu “potencial de serviço” os punha junto dos demais guerreiros.

Tendo dito isso, resta-nos analisar o desenvolvimento dos guerreiros ao longo do século

XIV, dando enfoque aos laços sociais, seja entre familiares, entre pares, ou entre dependentes e senhores. Por fim, sabe-se que aristocratas tomaram parte ativa nas guerras do século XIV, cabendo responder, portanto, se podemos considerá-los igualmente como membros de um estamento guerreiro ou não.

### CAPÍTULO 3: OS GUERREIROS E A GUERRA NO SÉCULO XIV

*“Não só monges, mas um grande número de homens mesmo dentre os mais eminentes, nobres da corte e cortesãos experientes, são afeiçoados às artes militares. O fato, no entanto, é que você pode lutar cem batalhas e vencer cada uma delas, mas isto ainda não há de assegurar sua fama enquanto guerreiro. Qualquer um pode se passar por guerreiro quando a sorte permite que ele subjogue seu oponente. É somente quando você esgotou todas as suas armas, atirou sua última flecha, e aceitou a morte sem se render que você realmente merece tal nome. Enquanto você ainda vive, você não tem razão para vangloriar-se de seu poder. O caminho do guerreiro está mais próximo do comportamento das bestas que dos homens virtuosos; sua cultura é inútil, a menos que você tenha nascido com sangue guerreiro.”*

*(Tsuresuregusa, Seção 80)<sup>1</sup>*

#### 3.1. Introdução

As palavras acima, diretamente da pena do célebre Yoshida Kenkō, monge oriundo da média aristocracia, personagem com grandes conexões, e sobretudo, observador muito astuto, revelam que havia um vão que separava os guerreiros, *bushi* — e as casas guerreiras, *buke* — do restante da sociedade, não obstante o fato de muitos monges ou aristocratas tomarem para si o caminho das armas, e inclusive tornarem-se comandantes responsáveis por vitórias heroicas e feitos de grande bravura.

Mais que isso, o trecho revela até com um certo misticismo um Outro desconhecido e temido — um Outro, o guerreiro, que só encontra sua verdadeira razão de ser perseguindo a morte a todo custo. É verdade que os guerreiros cultivavam uma cultura de honra que prezava acima de tudo pela bravura e honra — e por honra entende-se aqui o que fosse necessário para evitar a vergonha e proteger sua reputação enquanto guerreiros. É também verdade que para muitos que não haviam nascido nas famílias guerreiras, este modo de viver e ver a vida era mais que incompreensível: era praticamente alienígena, ou como diz o próprio Kenkō, mais próximo do comportamento de bestas que de homens.

Cabem, entretanto, duas perguntas. A primeira delas diz respeito à separação dos guerreiros para com o resto da sociedade. Quão realmente distintos eles eram? Qual o grau de permeabilidade social no mundo dos guerreiros? Além do cultivo das artes militares, havia algo mais que os tornasse diferentes? Ou até mesmo: o cultivo das artes militares por si só era capaz

---

<sup>1</sup> Tsuresuregusa, p. 60.

de torná-los diferentes? Quais posições eles ocupavam na sociedade?

Como já antecipado na Introdução deste trabalho, o que propus era analisar os guerreiros sobre a ótica estamental. Ao longo do segundo capítulo, retracei um mínimo denominador comum dos membros deste estamento. O que farei aqui, portanto, é analisar certas nuances e casos limítrofes que fugiram ao escopo do segundo capítulo.

Como nota, a obra de Kenkō a qual faço referência acima, *Tsurezuregusa*, foi redigida provavelmente entre os anos de 1330-1332. Os guerreiros que ele conheceu estavam muito mais próximos de seus antecessores do fim do século XIII do que de seus sucessores ao fim do século XIV. Parte destas mudanças será vista aqui, e alguns comentários ficarão para a Conclusão. O panorama completo destas mudanças, no entanto, infelizmente terá que ser relegado a estudos futuros. Arrisco-me a dizer que junto do século XVI, o século XIV foi o século que viu as mudanças mais radicais no estamento guerreiro em seus mais variados âmbitos.

Dito tudo isto, os guerreiros do medievo japonês — especialmente os membros da elite estamental — estavam tornando-se senhores de terras por excelência, e a expansão e manutenção de suas propriedades e privilégios tendiam a ser os motivadores primários para que lutassem. De fato, em tempos de paz, ocupavam-se muito mais com a administração de suas propriedades que com atividades militares propriamente ditas. Se no capítulo 2 vimos sua ligação com a terra, aqui veremos quão indissociáveis as questões de patrimônio eram das questões familiares.

Começo, no entanto, com uma breve recapitulação, levando-nos diretamente para as guerras do século XIV, fio condutor de boa parte do que segue.

### **3.2. As guerras do Século XIV como veículo para mobilidade social**

Go-Daigo malogrou em sua primeira tentativa de rebelião contra o *bakufu*, perdendo dois importantes apoiadores, Hino Suketomo e Hino Toshimoto, no processo. Ele próprio só escapou do exílio ao alegar desconhecimento e inocência. No entanto, mesmo com as tensões cada vez mais elevadas, ele não parou de conspirar, buscando apoio dos grandes templos de Kyōto e Nara, detentores, eles próprios, de formidáveis números de combatentes. Da mesma forma, buscou apoio de guerreiros. Como sabemos, em 1331 o *tennō* acabou exilado em Oki, enquanto o *bakufu* instalava um *tennō* da linha Jimyōin em seu lugar, Kōgon. Ainda assim, ao contrário do esperado, sua causa não morreu com ele (afinal, o que seria o exílio, senão uma morte simbólica no âmbito da política?).

Pouco mais de um século antes, Go-Toba já tinha tentado o mesmo, e malograra. Seu lugar de exílio, como sabemos, foi a ilha de Oki. Dupla morte para Go-Daigo: teve que sofrer a

indignidade de ter como destino de seu desterro a mesma ilha para onde foi mandado o último — o único — *tennō* a rebelar-se contra o regime de Kantō. Mas as condições eram outras que nos tempos de Go-Toba. Curiosamente, a Guerra Jōkyū foi um marco formativo no *bakufu*, de modo que podemos dizer que ele fortaleceu-se após a derrota de Go-Toba. Seria ingenuidade pensar que estivesse enfraquecido nos tempos de Go-Daigo. Da mesma forma, o controle dos Hōjō sobre o *bakufu* raramente foi tão forte. Sem dúvidas estavam muito mais bem posicionados que um século e dez anos atrás.

Como, então, foi possível derrubar tal órgão? Embora tenha explorado estes acontecimentos no capítulo 1, não dei — não fui nem seria capaz de dar — razões definitivas. Como vimos no capítulo anterior, ao arrogar para si o direito de chamar *higokenin* ao serviço (em armas ou não), o *bakufu*, como resultado, foi rapidamente perdendo o controle sobre esta categoria social. Fato também já visto era a insatisfação de muitos *gokenin* com o regime, o que sem dúvidas agiu em favor de Go-Daigo. As províncias estavam inquietas: a violência substituía mais e mais as cortes judiciais de Kamakura na busca de solução para disputas locais, bem como para disputas entre centro e periferia. Ainda assim, curiosamente, talvez, o regime de Kantō nunca teve um número tão grande de *gokenin*. Torno a perguntar: como tal regime pôde ser derrubado?

O *bakufu* podia estar em plenos poderes, mas o descontentamento dos *gokenin* não era um fenômeno recente, sobretudo dos *gokenin* do oeste do Japão. Ainda assim, há um quê de heroísmo na insistência de algumas figuras que não pode ser negado: os esforços de Kusunoki Masashige, e logo depois, de Akamatsu Enshin, talvez tenham aberto os olhos de outros guerreiros, mostrando que outras realidades eram possíveis. O mesmo vale para o Príncipe Morinaga, que durante o exílio do pai continuou não só guerreando, como emitindo convocações por todas as partes. A insistência desses atores deu legitimidade à causa de Go-Daigo mesmo depois de seu exílio, ajudando a criar, bem como manter, um novo polo de lealdades para os descontentes.

E claro, as “traições” de dois grandes generais, Ashikaga Takauji e Nitta Yoshisada, sem dúvida aceleraram o processo. Teria o *bakufu* perdurado se estes dois atores se mantivessem ao seu lado? Talvez, mas desconfio que não.

No fim das contas, foi o despontar de uma nova categoria social, a dos *tozama*, que garantiu a vitória de Go-Daigo. Ironicamente, esta mesma categoria social seria crucial para o estabelecimento do segundo *bakufu* sob Ashikaga Takauji e para a expulsão de Go-Daigo da capital: se o primeiro *bakufu* não foi capaz de compreender os mecanismos pelos quais esta nova

categoria social operava, o mesmo, em grande medida, aplica-se a Go-Daigo.

Antigas concepções de lealdade e dever morriam antes mesmo que o vento terminasse de espalhar as cinzas de Kamakura: era sobre uma nova lógica que estas lideranças guerreiras, os *tozama*, operavam. Ou talvez, não tão nova assim, afinal, quando Takauji entrou em guerra aberta com Go-Daigo em 1336, três anos após a derrubada do primeiro *bakufu*, ele não tardou a buscar legitimidade para sua causa com os Jimyōin.

Firmavam-se as Cortes do Norte — encabeçada pelos Jimyōin (e pelos Ashikaga) em Kyōto — e do Sul — liderada pelos Daikakuji e situada nas montanhas de Yoshino. Ocorre que no grande “*alea iacta est*” que caracterizou sobretudo a década de 1330, esta divisão da autoridade legítima em dois polos distintos constituía solo fértil para os *tozama*: era tudo que careciam para prosperar. Se uma nova lógica político-militar começava a despontar na Guerra Genkō, de Go-Daigo contra o regime de Kamakura, esta mesma lógica parece ter colaborado para fomentar a dissensão que daria a ela um novo impulso, e a manteria dominante por boa parte do século XIV. Eis, então, seus atores.

### 3.2.1. O advento dos *tozama*: velhos guerreiros, novas possibilidades

*Tozama* (外様) era sinônimo de autonomia, de alteridade. Dizia respeito a alguém “de fora.” Não é espantoso, portanto, que aqueles em maior consonância com as demandas de seu tempo entendessem que não se podia esperar lealdade de “alguém de fora”: a lealdade dos *tozama* era condicionada a recompensas adequadas. Um *tozama*, desta forma, não era “convocado” a lutar, mas convidado<sup>2</sup>. É verdade que a documentação da época raramente tinha tom de convite, mas mesmo quando tinha elementos de intimação, tratava-se de um compromisso entre as partes. Vejamos alguns exemplos:

Estamos mobilizando tropas para punir o Príncipe Moriyoshi e Kusunoki *saemon no jō* Masashige. Enviamos tropas ano passado, mas ainda assim, precisamos partir uma vez mais.

Você deve demonstrar serviço exemplar, liderando seus colaterais e parentes. Tal é nosso comando.

Nono dia, décimo segundo mês, Shōkyō 1 [1332]

Uma-no-gon-no-kami (monograma) [Hōjō Shigetoki]

Governador da Província de Sagami (monograma) [Hōjō Moritoki]

Taira no Moritoki, Governador da Província de Sagami<sup>3</sup>

O documento acima, emitido pelo *bakufu* de Kamakura, convocava Mikita Sukeie a

2 CONLAN, 2003, p. 130-131, 135-136.

3 Documentos Mikita, doc. 1: *kantō migyōshō*.

prestar serviço militar contra o Príncipe Morinaga (seu nome pode ser igualmente lido como Morinaga ou Moriyoshi) e Kusunoki Masashige. Trata-se de um documento emitido na época crucial em que Go-Daigo estava exilado em Oki, e estas duas figuras eram os baluartes de sua causa<sup>4</sup>. Já no documento a seguir, monogramado por Ashikaga Takauji, convoca-se Tannowa Suketarō a prestar serviço em armas contra Nitta Yoshisada e seus partidários. Trata-se de um documento da “Corte do Norte”, mas quem convocava os guerreiros eram os Ashikaga e seus representantes, e não a Corte Imperial.

Puna Nitta Yoshisada e seus rebeldes. Venha de imediato, com rapidez, e preste serviço militar. Assim [ordenado].  
Sétimo mês, décimo nono dia, Kenmu 3 [1336]  
(Monograma [Ashikaga Takauji])  
Para Tannowa Suketarō-dono<sup>5</sup>

Takauji, no entanto, já estava convocando guerreiros mesmo antes da queda do *bakufu* de Kamakura, quando teoricamente ele era “só mais um *tozama*,” logo após ter passado para o lado de Go-Daigo. Trata-se de outra convocação para os Tannowa. O documento é marcado como recebido:

Tannowa *uemon* Gorō *nyūdō* Shōen, *gokenin* da província de Izumi, deve vir rapidamente e prestar serviço de batalha. Tome conhecimento desta ordem.  
Respeitosamente,  
Décimo primeiro dia, quinto mês, Genkō 3 [1333]  
*Shami* Shōen  
Respeitosamente encaminhado ao *bugyōsho*  
Recebido. (Monograma [Ashikaga Takauji])<sup>6</sup>

Outras vezes, no entanto, as promessas de recompensa vinham no próprio documento de convocação:

Esta ordem diz respeito à punição dos inimigos da Corte, Takauji e Tadayoshi e seus seguidores, sendo tempo de enviar as tropas legítimas.  
Reúna sua família e venha rápido para o nosso lado.  
Se você prestar serviço militar, recompensas serão calculadas.  
Portanto, tal ordem.  
Décimo dia, segundo mês, Engen 3 [1338]  
*Sakon no shōgen* (Monograma)  
Para o *kumon-dono* de Tannowa<sup>7</sup>

4 Para um documento da exata mesma data, remetentes, e objetivos, mas adereçados a Kumagai Hikoshirō, *cf.* Documentos Kumagai, doc. 1: *kantō migyōshō*.

5 Documentos Tannowa, doc. 3.1.

6 Documentos Tannowa, doc. 3.5.

7 Documentos Tannowa, doc. 3.9.



Como nota, no documento acima os Tannowa lutavam pelos Ashikaga. Isto não impedia que a Corte do Sul tentasse convencê-los a mudar de lado com promessas de recompensas, como inclusive fizeram em outros documentos<sup>8</sup>. Eventualmente, parte dos Tannowa cederiam. Cabe mencionar que por “sua família”, o texto original apresenta *ichizoku nado* (一族等), com a conotação de “seus familiares e afins” (indicando a possibilidade de *miuchi*).

Por um lado, intimava-se o guerreiro a lutar. Convocavam-no com linguagem assertiva. Definiam-se os inimigos a serem punidos. Por outro, exprimiam-se as promessas de recompensa, ora específicas, ora vagas e gerais. Eis a fórmula dos novos tempos, resumida no conceito de *chūsetsu*, uma “lealdade prática”, demonstrada do modo mais pragmático possível: por serviços prestados. Conlan decifrou tal fórmula com maestria: o erro das gerações anteriores de historiadores, segundo ele, foi traduzir *chūsetsu* simplesmente como lealdade, entendendo-se por lealdade aquilo que nós entendemos como tal: abstrata, absoluta, incondicional<sup>9</sup>. Trata-se de um infeliz anacronismo, a sobreposição de nossos valores e expectativas sobre outra cultura, noutro momento. Cerca de seis décadas de guerra civil, com dois polos de autoridade legítima (quando não mais) fizeram deste um momento de extrema fluidez e maleabilidade.

Os *tozama* em si são frutos dos tempos conturbados que marcaram as últimas décadas do regime de Kamakura, onde cada vez mais o *status* prescritivo, aquele vindo de cima por meio de nomeações e documentos, só tinha validade para aqueles que pudessem defender suas prerrogativas pelo uso da força. Conlan chama o *status* dos *tozama* de performático<sup>10</sup>. Poderíamos igualmente chamá-lo de prático. Obviamente, documentos continuavam tendo valor, posto que davam legitimidade ao *status* do *tozama*<sup>11</sup>, fosse um *status* herdado há gerações, fosse um *status* conquistado à força e legitimado *a posteriori*. O ponto central, no entanto, é que o *status* meramente atestado por documentos estava perdendo seu valor diante de rivais capazes de impor sua vontade por meio da força (o que não significa que tais rivais também não tivessem *os seus* documentos). O trecho a seguir ilustra bem a questão:

No lugar da legitimidade por escrito, o controle prático sobre recursos econômicos e militares assumiu a maior das importâncias. A habilidade de extrair rendas e mobilizar homens das propriedades de terras, e de obter lucros dos mercados que floresciam nelas, provaram-se essenciais para afirmar ou manter o poder de *tozama*. As autoridades não podiam mais criar *status* com um pedaço de papel; em vez disso, *status* tinha que ser impulsionado por riqueza e poder. O controle de terras e riquezas tornou-se o

8 Documentos Tannowa, docs. 3.8 e 4.1. Posteriormente, após parte dos Tannowa terem mudado de lado para a Corte do Sul, Kusunoki Masanori muda para a Corte do Norte e tenta trazê-los para seu lado nos docs. 2.3 e 2.4.

9 CONLAN, 2003, p. 141-144.

10 Ibidem, p. 107-108, 110-111.

11 Ibidem, p. 110-111, 134-135.

determinante final do *status* de *tozama*.<sup>12</sup>

Com a eclosão das guerras do século XIV — primeiro a Guerra Genkō, e logo depois, as Guerras Nanbokuchō — o caráter prático deste *status* só aumentou: estes guerreiros autônomos passaram a ter a autonomia reconhecida e legitimada pelos documentos de convocação, pelas promessas de recompensas *se* prestassem serviços, e sobretudo, pelo entendimento que mudar de lado não era traição<sup>13</sup>, mas parte de uma nova lógica político-militar.

Guerreiros mudavam de lado pelas mais variadas razões. Um regime oferecia recompensas insuficientes? O outro não tardava a adoçar a oferta. Neste sentido, a Corte do Sul e o novo *bakufu* foram cúmplices desta nova lógica, pois recompensavam quem mudava de lado, inclusive quem o fazia com frequência. Mas havia outras razões para estas mudanças. Disputas com rivais locais talvez fossem a razão mais comum, ao menos num panorama mais longo<sup>14</sup>. Muitas vezes, tais rivais eram parentes, como no caso dos Tannowa<sup>15</sup>. Mas a mudança de lados também podia ser um estratagema político (Ashikaga Tadayoshi, irmão e braço-direito de Takauji, muda temporariamente para a Corte do Sul em 1350 durante os chamados Distúrbios da Era Kannō, por exemplo)<sup>16</sup>, uma questão de honra pessoal e oposição aos inimigos (os Kikuchi passaram boa parte do século XIV lutando contra as outras grandes famílias de Kyūshū por questões pessoais)<sup>17</sup>, ou mesmo uma forma de protesto contra seus mestres, como foi o caso de Kusunoki Masanori, que mudou para a Corte do Norte em 1373: o *kanrei* Hosokawa Yoriyuki, então mandante do *bakufu* até a maioria de Yoshimitsu, estava há tempos em contato com Masanori, tentando uma reconciliação pacífica entre as Cortes. A Corte do Sul dividia-se em elementos pró-reconciliação (e reunificação), e elementos contrários. Os elementos contrários

12 CONLAN, 2003, p. 111.

13 *Ibidem*, p. 163.

14 *Ibidem*, p. 215-221 traz ótimos exemplos disso, ao mesmo tempo que traça uma investigação sobre a normalização da violência no século XIV. Segundo Conlan, embora num primeiro momento tenha-se utilizado a guerra civil como pretexto para violência privada (tornando-a pública), quaisquer necessidades de justificativa nem por volta de 1350-55, onde, de acordo com o autor, o “Estado perde o monopólio da violência”. Nas últimas páginas do capítulo ele esboça de forma muito breve a sangrenta retomada deste monopólio pelos *shugo*.

15 Sobre este caso, cf. OTÁVIO, Kauê. **Os Samurais em Esboço**: uma análise dos documentos tannowa nos séculos XIII e XIV. 2021. 152 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/224795>. Acesso em: 08 fev. 2024, p. 120-124.

16 Trata-se de um episódio extremamente complexo, praticamente uma micro-guerra civil no *bakufu* em 1350, ocasionada, ao que tudo indica, por uma rivalidade entre Tadayoshi (responsável por vários assuntos administrativos do *bakufu*) e os irmãos Kō no Moronao e Kō no Moroyasu, vassalos dos Ashikaga, mas que nesta época tornaram-se extremamente influentes. Takauji trava várias batalhas contra o irmão, sendo derrotado na maioria delas. Por fim, há uma reconciliação entre os irmãos, e os Kō são destruídos, embora Tadayoshi morra em 1352, conforme muitas fontes tendo sido envenenado pelo irmão. Cf. Tokushi Yoron, p. 203-207.

17 Sobre o caso dos Kikuchi, cf. SENO, Seiichirō. The Kikuchi and Their Enemies in the 1330s. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **The Origins of Japan's Medieval World**: courtiers, clerics, warriors, and peasants in the fourteenth century. Stanford: Stanford University Press, 1997. p. 65-77.

reuniam-se em volta do então *tennō*, Chōkei (r. 1368-1382), levando Masanori a mudar de lado, após inúmeras frustrações.

Tão logo Go-Kameyama *tennō* (r. 1383-1392) sobe ao trono, no entanto, Kusunoki Masanori retorna à Corte do Sul<sup>18</sup>. Porém, mais elementar que saber o que levava guerreiros a mudarem de lado é saber o que os compelia a combater. “A maioria lutava de modo a preservar ou expandir propriedades que acreditavam ser deles por direito. Guerreiros tinham pouco interesse pessoal na sobrevivência de algum regime em particular, contanto que pudessem preservar seus direitos sobre a terra.”<sup>19</sup>

Eis as velhas prioridades manifestando-se uma vez mais. Mais que isso, se até o século XIV os guerreiros já estavam intimamente ligados à terra, é durante este século que começam o processo de tornar-se seus verdadeiros proprietários, embora o presente estudo não pretenda cobrir este processo<sup>20</sup>. Tais prioridades influenciavam outras escolhas: num exemplo de extrema solidariedade e consciência familiar, os Amano fizeram um juramento coletivo de dividir-se, de modo a lutar por ambos os lados. Assim, mesmo que alguns morressem, sua linhagem e posses seguiriam<sup>21</sup>. Os Mikita, que antes vimos convocados a servir ao *bakufu* na caça ao Príncipe Morinaga e Kusunoki Masashige, foram igualmente convocados por Morinaga: o patriarca, Sukeie, alegou doença a Morinaga, enviando alguns filhos para lutarem a seu lado (como Mikita Sukeyasu), enquanto ele e outro filho, Sukehide, continuaram lutando pelo *bakufu*<sup>22</sup>. O *tozama* Akamatsu Enshin, famoso pelas campanhas contra o Rokuhara *tandai*, ao sentir-se pouco valorizado diante das recompensas recebidas por Go-Daigo, juntou-se a Ashikaga Takauji quando este rebelara-se<sup>23</sup>.

Um ponto curioso em todos estes múltiplos desenvolvimentos é que, em vez de dissolver-se com a queda do *bakufu* de Kamakura, o título de *gokenin* se multiplicou. Cada *tozama*

18 VARLEY, 1967, p. 62-63, e nota 23. Kusunoki Masanori, assim como Ashikaga Tadayoshi no exemplo anterior, não eram *tozama*, estando bem acima na hierarquia social, mas os exemplos são por demais ilustrativos para deixá-los de fora. Além do quê, a mudança de lado por figuras deste porte ocasionava uma série de outras mudanças de lealdades.

19 CONLAN, 2003, p. 6.

20 Tal processo é uma parte diminuta da problemática de minha futura tese de doutorado, onde pretendo estudar a formação das senhorias regionais, dos *shugo* do meio do século XIV em diante aos *daimyō* do século XVI.

21 O juramento é reproduzido em CONLAN, op. cit., p. 6; curiosamente — reforçando o argumento deste estudo de que havia uma consciência estamental dentre os guerreiros — o juramento abre dizendo que deixar que o nome de uma família guerreira seja extinto violaria os desejos de seus ancestrais. Por família guerreira, o termo original é *yumiya no ie* 弓矢の家, literalmente “família de arco e flecha.” *Yumiya* como sinônimo de guerreiros é utilizado em outros documentos, e *yumiyatori* 弓矢取 (“portador de arco e flecha”) é um termo recorrente no *Taiheiki* como sinônimo para guerreiro. *Yumiya no na* 弓矢の名, onde *na* é literalmente nome, é usado para referir-se à honra de guerreiros.

22 PRINCETON UNIVERSITY (Estados Unidos). **The Better Part of Valor: Documents (komonjo) of the Mikita.** Disponível em: <https://komonjo.princeton.edu/migita/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

23 CONLAN, op. cit., p. 152-153.

convocado por qualquer polo legítimo clamava para si o título de *gokenin*, tornando ambas as apelações praticamente sinônimos:

Kamakura perdeu seu monopólio sobre a certificação de *status* durante os tumultuosos anos de 1331-33. A eclosão da guerra levou à proliferação de documentos, conforme cada entidade política envolvida na competição emitia ordens de mobilização para todos os provinciais de nota, independente de seu nível. Todos os homens que receberam tais documentos tornaram-se *gokenin*. Em outras palavras, a guerra civil garantiu que o *status* não fosse mais expressamente ligado ao *bakufu* de Kamakura, ou, para todos os propósitos, a qualquer outro único regime, mas sim baseado na capacidade de guerrear.<sup>24</sup>

*Gokenin* de quem, cabe perguntar, pois não havia uma expectativa de lealdade (e se houvesse, os depositários destas expectativas ficariam muito desapontados). Se, no entanto, voltarmos ao período Kamakura, o mesmo não se aplica. Havia, da parte do regime, a expectativa de lealdade por parte dos *gokenin*. Sem esta expectativa de lealdade e obediência, o *bakufu* de Kamakura jamais poderia ter organizado a defesa do Japão contra os mongóis em 1274 e 1281. O que exatamente aconteceu? Em qual ponto esta expectativa perdeu a validade, e por qual razão? Estas são perguntas que continuam sem respostas simples, embora eu arrisco que o *quando* foi justamente na Guerra Genkō. O descosimento da tessitura social que vislumbramos com o advento dos *tozama*, afinal, é um fenômeno típico de tempos incertos, e com o prolongamento da guerra, esta vira mais que uma “mãe das incertezas”, alguns arriscando a dizer que ela passa a ditar uma ordem social própria<sup>25</sup>:

A batalha forneceu a alguns homens a oportunidade de mudar seu *status*. Isto podia ser alcançado por meios diversos. Um deles era *miuchi* usurparem as prerrogativas dos *tozama* após acumularem poder militar. Outro era membros das baixas camadas (*genin*) — homens que careciam de nome e eram inelegíveis para recompensas, muito embora fossem obrigados a lutar — receberem um nome e serem catapultados para o nível dos *miuchi*. No caminho contrário, alguns *tozama*, enfraquecidos após a derrota, podiam optar tornar-se vassalos de um senhor. E, finalmente, havia aqueles que podiam aproveitar-se das oportunidades que a guerra fornecia para adotar uma nova identidade social.<sup>26</sup>

Talvez a frouxidão dos laços com o regime, que carecia de qualquer ligação direta entre os *gokenin* e seus superiores, e que não dispunha de nenhum mecanismo de renovação de votos de lealdade, mesmo que simbólico, tenha ajudado a minar o prestígio do próprio *bakufu*. Talvez, nesta nova ordem das coisas, ele é que deveria adaptar-se às novas circunstâncias, e provar-se capaz de manter sua integridade durante a guerra, de modo a merecer o serviço dos *tozama*.

---

24 CONLAN, 2003, p. 110.

25 Ibidem, p. 1.

26 Ibidem, p. 110-111.



De todo modo, é preciso deixar claro que a autonomia não era prerrogativa de qualquer um. No geral, os *tozama* eram líderes, e quando convocados a prestar serviço, esperava-se que levassem seus homens. Alguns sequer parecem ter prestado serviço militar pessoalmente: enviavam parentes ou *miuchi*, mas para todos os propósitos, tratava-se do *seu* serviço. Eles é que eram recompensados e reconhecidos pelas instâncias superiores. O caso abaixo é um exemplo clássico:

Tannowa Suketarō Shigeuji, da província de Izumi, declara:  
 No sexto dia do ido nono mês, quando o grande general [Hatakeyama Kunikiyo] partiu para Izumi, meu representante e irmão mais novo, Taifubō, foi a Kinoshima – *chakutō[jō]* emitido. No sétimo dia ele avançou sobre o castelo Yagi, e no oitavo dia – chuvoso – ele prestou serviço militar. A seguir, meu *wakatō*, Hikojirō, estava no Castelo de Miyao em Sobura. No segundo dia deste mês, em Busshōji, Shindachi-no-shō, ele uniu forças a Kashii Hikogorō *nyūdō* e [relatou sua] chegada. Ele então partiu e prestou diversos serviços militares em várias localidades. Além disso, no oitavo dia, em Koshima, na mesma província, nós capturamos o fugitivo Hikohachi. Além disso, nós prestamos amplo serviço militar durante a batalha no castelo de Ōki. Para concluir, desejamos que este documento seja monogramado, de modo que sirva no futuro como prova [de nosso serviço]. Assim humildemente declaro...<sup>27</sup>

Seu irmão, Taifubō, é tratado por *daikan* (代官), representante, e presta vários serviços em armas. Hikojirō, é tratado por *wakatō* (若党), um dos muitos termos para “vassalo” ou “seguidor”, e também presta serviços militares diversos. Quanto à menção do 8º dia do 9º mês, em Koshima, o “nós” da tradução serve como elemento de coesão textual: não há menção a “nós”, no original (tampouco condiz com a linguagem empregada). Obviamente, o exemplo oposto também é amplamente encontrado: *tozama* que servem acompanhados de um ou dois homens, ou mesmo sozinhos<sup>28</sup>. Uma prova clara (dentre muitas possíveis) de que os *tozama* colocavam-se em perigo encontra-se no seguinte documento:

Você foi o primeiro a juntar-se a nós quando partimos no quarto dia deste mês. Conforme rumávamos para o castelo Tsuchimaru, você sofreu um ferimento por um golpe. Isto é muito valoroso. No que diz respeito a recompensas, mencionarei seus feitos em seu favor.  
 Sétimo dia, quinto mês, Kannō 3 [1352]  
 Minamoto Take-ichimaru (Monograma)  
 Para Tannowa Magogorō-dono<sup>29</sup>

Por razões organizacionais, bem como de consolidação política e militar, os dois lados das Guerras Nanbokuchō tentaram fazer com que os *tozama* lutassem sob oficiais designados,

27 Documentos Tannowa, doc. 3.6.

28 Cf. Documentos Tannowa, doc. 3.7, 3.11, 3.12. No doc. 3.7, quem presta serviço militar é Tannowa Shigeuji, o mesmo recompensado pelo serviço do irmão e de seu *wakatō* no doc. 3.6.

29 Documentos Tannowa, doc. 3.14.

seja comandantes em campo (muitos sob o título de *taishō* 大将), seja, a nível provincial, sob os *shugo*. O grande problema é que muitos destes oficiais eram, eles próprios, *tozama*<sup>30</sup>. Os regimes elevaram-nos um pouco ao reconhecê-los como *taishō* ou *shugo*, mas não o bastante: eles careciam tanto das ferramentas para compelir outras lideranças a lutarem sob sua autoridade, quanto da própria autoridade em si, que estava condicionada ou a serem capazes de punir os desobedientes, ou a recompensar os merecedores. Força, ou largueza. A primeira, dada a volatilidade de tais tempos, era perigosa, mesmo para quem viesse a possuí-la. Foi o que Imagawa Ryōshun descobriu em Kyūshū, em 1375, ao assassinar o *tozama* Shōni Fuyusuke em um banquete por considerá-lo desleal: os Shōni, junto dos Shimazu e Ōtomo, estavam dentre as maiores famílias de Kyūshū, e este assassinato criou fissuras irreparáveis entre Imagawa Ryōshun, enviado do *bakufu* para cuidar da campanha em Kyūshū, e seus aliados dentre os Shimazu e Ōtomo<sup>31</sup>.

A segunda por um bom tempo seria uma via mais certa para conquistar a lealdade dos *tozama*, pois como diz Conlan, “de modo a governar o reino, primeiro era preciso dá-lo a terceiros”<sup>32</sup>. Assim, pelo lado do novo *bakufu*, de um grande número de famílias que receberam o posto de *shugo* no começo do regime, só os Sasaki, Akamatsu, Toki, Ōuchi, e Togashi constavam dentre os grandes *shugo* ao fim do século XIV sem laços consaguíneos com os Ashikaga. As outras famílias poderosas eram todas ramos colaterais dos Ashikaga: os Hosokawa, Shiba, Hatakeyama, Isshiki, Yamana, e Imagawa<sup>33</sup>. Os *tozama* do início do regime preferiam servir a colaterais dos Ashikaga, ou ao menos a vassallos poderosos deles, como os Kō, tendo estas figuras o posto de *shugo* ou *taishō* ou não. Na Corte do Sul, da mesma forma, os *tozama* preferiam servir a príncipes imperiais e membros bem posicionados, como os Nitta, Kusunoki, e Kitabatake. As conexões importavam mais que o posto, pois a proximidade destas figuras com os líderes dos regimes garantia acesso certo à sua largueza<sup>34</sup>.

É preciso que fique claro, no entanto, que apesar da categoria autogênica de *tozama* parecer um grande equalizador social para aqueles com um módico de poder econômico e militar, esta designação, na verdade, esconde grandes abismos sociais. Pelos documentos aos

30 CONLAN, 2003, p. 145-147.

31 O caso é explorado em maiores detalhes em Ibidem, p. 141-142.

32 Ibidem, p. 110.

33 VARLEY, Paul. **The Onin War: History of Its Origins and Background With a Selective Translation of The Chronicle of Onin**. New York: Columbia University Press, 1967, p. 32; cabe deixar claro que estas onze famílias são as famílias que ocupavam postos de *shugo* nas regiões sobre as quais o *bakufu* dos Ashikaga tinha poderes efetivos. Isto exclui tanto Kantō e Ōu, onde o controle do *bakufu* era disputado com o *kantō kubō*, uma espécie de vice-*shōgun* para Kantō, também da família Ashikaga, como Kyūshū, onde apesar de contar com aliados fortes, o controle do *bakufu* nunca foi profundo. Se trazermos tais regiões para o cálculo total, devemos incluir outras famílias, como os poderosos Uesugi de Kantō, e os formidáveis Shimazu e Ōtomo de Kyūshū.

34 CONLAN, op. cit., p. 146-147.

quais tive acesso, a maioria menciona um punhado de homens, muitas vezes um ou dois além do próprio *tozama*: uma figura bem diferente que os exagerados retratos do *Taiheiki*, com líderes a frente de dezenas a centenas de seguidores.

No fim das contas, o que pôs fim à era dos *tozama* foi o alto custo da guerra. Mobilizar homens para a guerra sempre era um empreendimento de alto custo, embora no caso de campanhas curtas e com batalhas frequentes, onde as chances de conseguir boas recompensas eram altas, tratava-se de um investimento válido. O problema é que depois de 1338, a guerra continua, mas arrefece. Ela tem momentos de reaquecimento, mas no geral, segue arrastando-se até 1392<sup>35</sup>. Podemos muito bem imaginar figuras que nasceram e morreram durante este intervalo, sem ter conhecido outra realidade que não a do permanente estado de guerra. Eventualmente, mesmo os mais abastados dos *tozama* enfrentaram o espectro da insolvência:

O *status* de *tozama* era caracterizado pela autonomia na guerra, e a guerra estava tornando-se uma empreitada proibitivamente cara. Conforme o século XIV avançava, poucos controlavam recursos suficientes para agir com autonomia. O custo da guerra era tão grande que descendentes de *tozama*, mesmo que não tivessem sofrido nenhum revés devastador, não podiam mais dar-se ao luxo de manter poder militar o suficiente para preservar sua autonomia.<sup>36</sup>

As penúrias de Yamanouchi Tsuneyuki, que chega a pegar um cavalo emprestado de um companheiro de batalha, bem como um elmo<sup>37</sup>, mostram a situação precária em que muitos guerreiros encontravam-se tão logo deixavam suas terras (especialmente quando a ausência tornava-se prolongada).

Mais e mais destes homens foram abdicando de sua autonomia e servindo sob um senhor, seja outro *tozama*, seja um *shugo*. Com a mudança dos tempos, mudava o vocabulário. Muitos dos avassalados eram reconhecidos pelo termo *samurai*, e as elites provinciais, das quais faziam parte os “antigos” *tozama*, mais e mais eram referidas por *kokujin*, ou *kokujin ryōshu*.

### **3.2.2. *Ichizoku*: família, parentela, e laços familiares dentre os guerreiros**

*Ichizoku* (一族), eis o termo que definia o todo da parentela sob liderança titular de um líder. Novamente, expectativa e realidade muitas vezes desencontravam-se na metade do caminho. A consolidação da liderança sobre os próprios parentes foi alcançada por muitos durante o século XIV. Outros muitos não a alcançaram. Para entender estas circunstâncias,

<sup>35</sup> Em CONLAN, 2003, cap. 2, o autor dedica-se a fazer um estudo estatístico da guerra, dividindo-a em quatro períodos distintos: (1) 1333-38; (2) 1339-49; (3) 1350-55; (4) 1356-94. Ao longo do capítulo, ele desenvolve sua análise sobre cada uma destas fases, apresentando estatísticas dos participantes, feridos, e mortos.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>37</sup> SWC, doc. VI.5.20, p. 163.

precisamos recapitular as dinâmicas familiares do século anterior.

Muitas das práticas familiares vigentes no século XIII eram herança do período Heian. Ainda assim, ao longo do período Kamakura, mesmo que em incrementos pequenos, a organização das famílias guerreiras passou por grandes mudanças. Estas mudanças, por sinal, não afetavam só os guerreiros, mas outros membros das elites locais, bem como a aristocracia: a tendência progressiva à unigenitura, que veremos aqui, é um dos exemplos de fenômeno que afetou a todos, em maior ou menor grau. Ainda assim, outras mudanças seriam próprias dos *buke* — entendidos aqui, finalmente, no sentido de Casas Guerreiras.

Inicialmente, o líder familiar era reconhecido pelo título de *katoku*, muitas vezes sinônimo de *chakushi*, termo usado para designar o filho mais velho. Após a morte de Yoritomo, mais e mais passa-se a ver o uso do título que daria nome ao sistema familiar dentre os provinciais no período Kamakura: *sōryō*. *Chakushi*, por sinal, vai ganhando conotação de herdeiro principal, posição que muitas vezes não recaía sobre o filho mais velho<sup>38</sup>.

As principais características das famílias guerreiras no século XIII eram o extremo autoritarismo paterno, a competição fraterna, a herança partilhada, e o desalojamento gradual das filhas dentre as heranças. Podia-se herdar pelo lado da mãe tanto quanto pelo lado do pai<sup>39</sup>. Mulheres podiam não só legar propriedade a herdeiros (embora a prática fosse diminuindo ao longo do século XIII), como possuir e ocupar *shiki*. Os problemas da alta mortalidade infantil eram resolvidos de modo bastante distinto do Ocidente:

Como já notado, os líderes familiares, seus planos para a próxima geração aparentemente resolvidos, frequentemente tinham que lidar com a morte inesperada de filhos. No outro lado do espectro, esposas inférteis não tornavam-se alvo de condenação pública, em partes porque o divórcio não requeria razão alguma, e em partes porque esposas secundárias eram uma característica comum nas famílias guerreiras medievais. Por consequência, não havia nenhuma definição legal nítida entre filhos legítimos e ilegítimos.<sup>40</sup>

Outra característica marcante, que de certo modo ajuda a entender as inúmeras contradições surgidas deste sistema, era a política de não-interferência do *bakufu* em assuntos de organização familiar. E, finalmente, temos a figura e o papel dos *sōryō*, bem como a importância dos *honryō*.

Começemos com o autoritarismo paterno. Pais, ou quando a longevidade permitia, avôs, tinham plenos poderes na escolha do herdeiro principal, bem em como dispor de seus bens. A

38 MASS, 1989, p. 59-66.

39 Ibidem, p. 77

40 Ibidem, p. 72.



partilha dos bens entre os filhos, desta forma, provavelmente devia-se mais à tradição e afeições que a qualquer forma de planejamento familiar. Por boa parte do século XIII, o planejamento dos patriarcas limitava-se à escolha do herdeiro principal, e a distribuições favoráveis a ele, bem como a possíveis exclusões de herdeiros considerados não-filiais, ou carentes de habilidade<sup>41</sup>. Foi assim, por exemplo, que em 1186 Fujiwara Yukifusa optou pelo quarto filho, Fujiwara Yukiakira, como herdeiro principal (com a assinatura do filho mais velho no documento)<sup>42</sup>, e que uma geração mais tarde, em 1200, Yukiakira excluiu seu próprio filho mais velho, Yukitomo, de sua herança, em favor de seu terceiro filho, Matsukuma<sup>43</sup>. Yukitomo, que posteriormente entraria em uma longa disputa por conta de sua exclusão, também foi cossignatário do documento que o excluía (mostrando assim o poder de coerção dos pais).

Esposos podiam deixar heranças às suas esposas, deixando-as vez ou outra numa posição de liderança temporária. Noutros casos, quando o pai morria sem deixar testamento, os poderes da mãe podiam tornar-se enormes da noite para o dia<sup>44</sup>. Para complicar ainda mais a situação, testadores emitiam vários testamentos (*yuzurijō*) durante a vida, conforme mudavam suas disposições. O *bakufu* emitia um documento em retorno, geralmente um *kudashibumi*, reconhecendo a validade do testamento, e o testamento mais recente sempre revogava os anteriores<sup>45</sup>. Isto, no entanto, não facilitava o trabalho das cortes judiciais de Kamakura, que lidavam com um gigantesco número de litígios familiares<sup>46</sup>.

Todo este panorama criava um ambiente propício a ferrenhas disputas entre irmãos pelo favor paterno. Uma medida paterna para tentar assegurar a harmonia entre irmãos — já apresentada acima — era a prática de forçar os irmãos a assinarem os *yuzurijō* uns dos outros, declarando ciência das presentes disposições<sup>47</sup>.

Como sabemos, os vassalos de Kantō ganharam inúmeros *shiki* nas regiões a oeste do Japão. Por conta do hábito das heranças partilhadas, muitas vezes diferentes filhos recebiam *shiki* dispersos, e ao mudar-se para províncias distantes das suas terras de origem, era comum que fundassem ramos cadetes. Teoricamente sob autoridade do *sōryō*, tais ramos tornavam-se mais independentes a cada geração. Esta, inclusive, é a razão para a explosão de novos sobrenomes durante o século XIII: era comum que se tomasse como sobrenome, por exemplo, as

---

41 MASS, 1989, p. 47, 58, 71, 73-74, 90.

42 LAI, doc. 9, p. 131.

43 LAI, doc. 10, p. 131.

44 MASS, op. cit., p. 76-77.

45 Ibidem, p. 73.

46 Ibidem, p. 47.

47 Ibidem, p. 20-21, 47, 75, 79.

terras nas quais um guerreiro se estabelecia<sup>48</sup>. Além disso, tomar para si o sobrenome da região onde residia ajudava a clamá-la como *honryō*, e fortalecer sua ligação com o local, de modo que futuramente tornar-se-ia quase impossível revogar estas terras<sup>49</sup>.

Apesar da inquestionabilidade dos desejos paternos com relação à disposição dos bens familiares, não era incomum que após a morte dos pais, irmãos fizessem incursões às propriedades e prerrogativas uns dos outros. O fato de uma mesma figura poder escrever inúmeros testamentos durante a vida não ajudava na resolução de disputas, pois era preciso que os tribunais investigassem qual documento era mais recente. Uma verdadeira tradição de falsificação documental surgiu no século XIII, seguida, por sua vez, de uma tradição de exames documentais para identificar tais falsificações<sup>50</sup>.

A princípio, filhas podiam ser nomeadas não só *jitō*, mas até mesmo *sōryō*<sup>51</sup> (embora no caso do segundo posto, pareça ser algo extremamente incomum). A partilha dos bens causou, quando não o empobrecimento, ao menos uma significativa perda de poderes dentre muitas famílias ao longo do século XIII. Não à toa, pelo fim do período Kamakura, a prática da transmissão por unigenitura para o herdeiro principal difundia-se com relativa rapidez, embora como logo veremos, havia outras razões para a adoção da unigenitura, que não o empobrecimento.

As primeiras a verem quaisquer restrições sobre suas heranças foram as filhas. Já pelos tempos da Guerra Jōkyū algumas filhas herdavam “durante sua vida”, *ichigo*: podiam usufruir de sua herança, mas não podiam aliená-la ou legá-la a ninguém, pois após sua morte, estas porções retornariam ao herdeiro principal<sup>52</sup>. Com o tempo, esta prática foi estendida a todos os herdeiros secundários, independente do sexo<sup>53</sup>.

A verdadeira unigenitura, no entanto, se dava quando o herdeiro principal ficava responsável por cuidar de seus co-herdeiros através de estipêndios<sup>54</sup>. Cabe examinar dois exemplos claros desta prática. O primeiro exemplo, um trecho de um documento de 1301, emitido por Nakatomi Tomochika, destaca-se pela dureza da linguagem utilizada:

A referida Tachibana Gō, uma terra [originalmente] doada pela casa do *utaishō*, é propriedade hereditária de Tomochika há gerações. Ainda assim, de acordo com a advertência de Masachika, o proprietário original, a presente transmissão não reparte

48 MASS, 1989, p. 39, 41, 44, 87.

49 CONLAN, 2003, p. 206-207.

50 MASS, op. cit., p. 53.

51 Ibidem, p. 77 cita o exemplo de uma filha que, em 1239, tornou-se *sōryō* e *gokenin* por escolha da mãe.

52 Ibidem, p. 49-50, 54, 76, 104-105.

53 Ibidem, p. 102.

54 Ibidem, p. 102-103, 107.

*tan* nem *bu*. A transmissão exclusiva e permanente é feita aqui a meu herdeiro principal, Yoshichika, junto da sequência completa dos registros documentais. No que tange às posses deste santuário, de agora em diante não deixe que nenhuma transmissão — seja de um mero *tan* ou *bu* — seja feita a um filho mais novo, uma filha, uma viúva, ou a qualquer pessoas de sobrenome diferente. Obrigações devidas ao santuário devem ser conduzidas segundo os precedentes. Assim, como prova para o futuro, eis a nossa transmissão.<sup>55</sup>

Segundo Tomochika, ele estava seguindo a vontade do pai, Masachika. Seu filho, e legatário do documento, Yoshichika, daria continuidade à prática em 1326, admoestando seu herdeiro a fazer o mesmo<sup>56</sup>.

Yamanouchi Michisuke também lega as posses familiares todas a um mesmo herdeiro, Michitoki, alegando que porções a outros herdeiros seriam pequenas demais, devendo ser ignoradas de modo a evitar quaisquer inconveniências — sem dúvidas uma estratégia que visava não só preservar o poder familiar pela integridade de suas posses, como também assegurar poderes reais ao herdeiro principal. O que chama a atenção aqui, no entanto, é a quantidade de posses e *shiki* legadas a Michitoki:

Bens transmitidos: propriedades de terras.

No total:

Uma localidade: o *jitō shiki* de Hon Gō, no *shōen* de Jibi, província de Bingo — menos os campos da residência Takayama, etc.

Uma localidade: o *jitō shiki* parcial da aldeia de Taga, mesmo *shōen*.

Uma localidade: o *jitō shiki* do *shōen* de Tomishima, província de Settsu.

Uma localidade: camponeses, arrozais e campos secos, casas de serviço, e o complexo residencial em Ittoku *myō*, *shōen* de Hayakawa, província de Sagami.

Uma localidade: terras dentro do distrito Amanawa, em Kamakura.

Os lugares supracitados são posses hereditárias de Chōkai — nome leigo, Michisuke; nome de infância, Chōjumarū. Sendo assim, eles são transmitidos a meu herdeiro principal, Hikosaburō Michitoki, junto da sucessão de registros documentais. Embora porções devessem ser alocadas a meus outros filhos, estas seriam de tamanho demasiadamente reduzido, portanto transmito-as apenas a Michitoki, de modo a evitar uma crise envolvendo aporcionamentos. Embora o futuro seja interminável, as posses de Chōkai devem ser sucedidas por uma pessoa dentre seus descendentes [em cada geração].<sup>57</sup>

Este documento data de 1330. É preciso deixar claro, ainda assim, que a unigenitura trata-se de uma prática tardia, e nunca totalmente difundida. De fato, o que vemos aqui são tendências, pois mesmo ao longo do século XIV ainda continuamos a ver mulheres recebendo heranças plenas (com direito de legar e alienar bens e propriedades), da mesma forma que vemos heranças sendo partilhadas entre todos os filhos<sup>58</sup>.

55 LAI, doc. 132, p. 267-268.

56 MASS, 1989, p. 268, nota 8.

57 LAI, doc. 150, p. 290-292.

58 MASS, op. cit., p. 103.

Dito isso, apresentarei agora dois conceitos fundamentais para a compreensão das dinâmicas familiares das ditas casas guerreiras: a primeira delas é o *sōryō*, líder familiar, e a segunda, o *honryō* (本領, “terra ancestral”, ou “posse original”).

Para entender certos desenvolvimentos históricos no que diz respeito à organização familiar e disposição de propriedade, é preciso lembrar que o nível de riqueza que as famílias *gokenin* adquiriram após a Guerra Genpei, e principalmente ao longo do século XIII era algo nunca antes experienciado por provinciais. Não só havia um desejo de fragmentação por parte dos ramos subservientes que vinha desde os tempos de Yoritomo (e que foi, se não incentivado, ao menos autorizado por ele), como a própria riqueza de muitos *gokenin* tornou-se tão grande, que não só a partilha de bens parecia inofensiva, como estas famílias tiveram que criar novas estratégias para administrar propriedades distantes. Para o *bakufu*, isto aumentava a importância de fortalecer o poder dos líderes familiares (que em breve conheceríamos por *sōryō*). Tais líderes obviamente também buscavam meios de aumentar sua autoridade sobre o *ichizoku*. Para fortalecer a posição destes líderes, o *bakufu* exigia que os serviços e tributos dos *gokenin* — *gokenin'yaku* e *onkuji* — fossem supervisionados por eles<sup>59</sup>, de modo que “o líder, ou seja, o herdeiro principal, receberia de Kamakura as ordens de coleta, informando seus irmãos sobre o quanto deviam, e coordenando tanto a coleta quanto o pagamento.”<sup>60</sup> Aí começam as contradições:

Em todo caso, a integridade das famílias fortalecia-se, mesmo enquanto o potencial para as heranças dos filhos aumentava. De fato, Kamakura estava apoiando a independência de hereiros secundários, mas dependendo dos herdeiros principais para seus serviços. Deste ponto em diante, *chakushi*, *shoshi*, *onkuji* e *gokenin'yaku* tornar-se-iam características comuns e indissociáveis do sistema de vassalos de Kamakura.<sup>61</sup>

Apesar de o consenso indicar que o poder dos *sōryō* era fraco no início do século XIII, mas foi tornando-se verdadeiramente forte às vésperas do século XIV, o *sōryō* carecia de um poder fundamental (independente do que os testamentos dissessem a este respeito, como quis Ōtomo Yoshinao em 1223): o de, em caso de desobediência, confiscar as terras dos irmãos. Embora o herdeiro principal costumeiramente recebesse uma porção mais significativa das propriedades familiares, outra inovação surgiu na década de 1220, na tentativa de fortalecer os *sōryō* diante de seus co-herdeiros: o *sōryōbun*, ou “porção do *sōryō*”<sup>62</sup>. Por esta época, o sistema

<sup>59</sup> MASS, 1989, p. 38, 51-52

<sup>60</sup> Ibidem, p. 52

<sup>61</sup> Ibidem, p. 52

<sup>62</sup> Este, no entanto, bem como o *honryō*, podiam ser divididos entre o futuro *sōryō* e os demais herdeiros, em casos onde a largueza familiar deixava a desejar. Cf. Ibidem, p. 87.

*sōryō* estava completo<sup>63</sup>. É importante, no entanto, examinar suas inerentes contradições:

Por trás destes desenvolvimentos estavam transmissões de direitos a terras cada vez mais difusas, o desejo dos vassalos de manter a coesão de sua família durante a próxima geração, e a necessidade do *bakufu* de garantir o pagamento dos tributos por parte dos vassalos. Era este triângulo de práticas por vezes contraditórias, criando tensões entre liderança unitária e heranças múltiplas, que formava a essência do sistema *sōryō*. (...) Líderes familiares deviam ser obedecidos, mas apenas dentro dos parâmetros limitados da autoridade que recebiam do *bakufu*. Grupos de irmãos, portanto, tinham um tronco e múltiplos membros; cada membro era em si mesmo um tronco em potencial, com seus próprios membros menores. Com o passar dos anos, a hierarquia de sistemas *sōryō* (ou seja, os membros) evoluiu, tornando a articulação entre sistemas mais antigos e mais recentes cada vez mais remota.<sup>64</sup>

Em suma, tratava-se de um triângulo subordinado à ação concomitante de forças centrípedas e centrífugas. Além disso, as forças centrífugas, isto é, a busca dos “membros” em fazer-se “troncos”, levava por si só à repetição local da mesma tensão de forças, pois uma vez que fosse um tronco com membros menores, o processo tendia a repetir-se *ad nauseam*.

Havia ainda outros problemas: o pai designava um herdeiro principal que viria a ser o *sōryō*, mas ele só ocupava a posição após a morte de seu genitor. Tendo visto uma mostra dos caprichos paternos da época, como a emissão de diversos testamentos com disposições contraditórias ao longo da vida, bem como da intensa competição entre irmãos, é de se imaginar que estes futuros *sōryō* já eram nomeados sem grande segurança. Para contornar este problema, o pai costumava torná-lo seu representante nas mais diversas funções, como no cumprimento das obrigações de *gokenin* e em questões de representação jurídica<sup>65</sup>.

Depois de designado como tal, era esperado que em algum momento o herdeiro principal recebesse o rol de documentos familiares, incluindo testamentos, confirmações, decisões judiciais, genealogias familiares, bem como as “flâmulas, armadura, e armas hereditárias”, que “também seriam transferidas como símbolos adicionais de liderança familiar”<sup>66</sup>. Ele também podia esperar receber a principal residência paterna, a área que constituía o *honryō* familiar, e os principais *shiki* de seu pai. Outros poderes do *sōryō* podiam incluir — em algum grau — autoridade religiosa, comando militar, poder de policiamento e de supervisão agrícola, e tutela sobre as mulheres da família<sup>67</sup>.

Ainda assim, mesmo na mais básica de suas funções, a coleta do *onkuji*, o *sōryō* tinha poderes limitados: em partes por disposições paternas, mas em partes também pelo *bakufu*, pois

63 MASS, 1989, p. 60-61, 65-68.

64 Ibidem, p. 68.

65 Ibidem, p. 80.

66 Ibidem, p. 81.

67 Ibidem, p. 81, 85.

*sōryō* muito proativos nesta área corriam o risco de ver seus irmãos obtendo do *bakufu* o direito de pagar o *onkuji* sem seu intermédio. Obviamente, alguns *sōryō* perdiam este poder de intermédio por abusar de suas prerrogativas<sup>68</sup>, embora caiba perguntar o que restava de seus poderes quando isto ocorria. Uma solução crescente (bastante presente no século XIV) era a convocação do *yoriai* (“conselho familiar”), algo encorajado pelos pais — embora pudesse igualmente servir para que outros apresentassem queixas contra o *sōryō*. Todavia, a forma mais prática e segura de garantir um módico de prestígio e autoridade ao *sōryō* era simplesmente nomear o filho mais velho: tais nomeações não precisavam de justificativa. Quando, no entanto, ele era passado para trás, vemos a necessidade dos pais de justificar-se em seus testamentos. Independente disto, a realidade é que o *sōryō* tinha plenos poderes sobre seus herdeiros, mas continuava com poderes frágeis sobre seus coerdeiros<sup>69</sup>. Eis a raiz do problema:

Numa era de heranças partilhadas, os números simplesmente estavam contra a maioria dos líderes familiares. De suas heranças reduzia-se o total das alocações a seus irmãos. Ao quantificar os bens pelos quais media-se riqueza e prestígio (arrozais, campos secos, residências, casas de serviço, etc.), e então classificá-los em padrões de qualidade (localidade, produtividade, grau de servitude, etc.), donatários podiam alcançar o balanço que desejavam. O problema para a maioria dos *sōryō* é que só a bruta desigualdade realmente servia a seus interesses. Em muitas das distribuições de propriedades da época, havia uma tendência maior à igualdade que à desigualdade.<sup>70</sup>

Nos tempos da partilha de bens, o *sōryō* que quisesse ser bem-sucedido não tinha muitas outras saídas que não a ação predatória contra o resto da família (incluindo até mesmo o roubo de testamentos, especialmente de suas irmãs). Curiosamente, havia um outro canal através do qual sua posição podia ser fortalecida, e as razões para esta estratégia dar melhores resultados residiam justamente no fato de tratar-se de uma via externa à família: os *sōryō* podiam encontrar nos proprietários poderosos aliados, capazes de conferir-lhes diversos benefícios para além das benesses familiares<sup>71</sup>.

No entanto, com o avançar das décadas, e a tendência crescente à unigenitura, as condições foram mudando. Em 1271, Kamakura adotou um sistema dual de confirmações no qual os herdeiros secundários eram confirmados por um *gechijō*, e os herdeiros principais, por um *kudashibumi*: mais outra forma, mesmo que largamente simbólica, de aumentar o prestígio do *sōryō*, e criar um distanciamento entre ele e os demais herdeiros<sup>72</sup>. Já com o aumento da violência e o advento das guerras do século XIV, as prioridades paternas na escolha do *sōryō*

68 MASS, 1989, p. 83.

69 Ibidem, p. 84, 88

70 Ibidem, p. 89

71 Ibidem, p. 88-89, 105.

72 Ibidem, p. 95; tratam-se de tipos documentais diferentes.

tornam-se outras: em vez de habilidades administrativas, aptidão militar. Diante da guerra, a tendência à unigenitura ganha um impulso ainda maior: mais valia a consolidação das posses familiares que o favorecimento de todos os filhos. O *sōryō* passa por uma transformação radical: ele torna-se um líder militar<sup>73</sup>.

O *sōryō shiki* era um *shiki* desligado das propriedades legadas ao *sōryō*, dizendo respeito ao seu poder de comando. Os coerdeiros já não eram mais quase iguais ao herdeiro principal: agora tinham que jurar-lhe lealdade, conforme fortaleciam-se os laços familiares por meio do serviço militar<sup>74</sup>. Enquanto morria o sistema *sōryō* — predicado na partilha dos bens, mas unidade (titular) da família — o *sōryō* enquanto figura de real poder começava finalmente a despontar. Pela segunda metade do século XIV, e cada vez mais daí em diante, as sucessões familiares viram arena política ampla, reunindo não só os candidatos e parentes mas as famílias mais poderosas dentre seus samurais. Nem a Casa do *shōgun* estaria livre de faccionalismos<sup>75</sup>.

A nomeação do *sōryō*, sobretudo, sai das mãos dos líderes familiares, ao menos parcialmente. Ela agora dependia da confirmação do *shōgun*:

Pela metade do século XIV, os poderes senhoriais, fosse do *bakufu*, fosse dos *sōryō*, sofreram enorme aumento. Por exemplo, o *shōgun* agora reivindicava uma autoridade totalmente sem precedentes — o direito de escolher o *sōryō*, bem como, se necessário, exonerá-lo. Sob os Ashikaga, a posição de líder familiar tornou-se, até certa medida, uma nomeação. As condições que levaram a tais mudanças são dignas de menção — a necessidade, por parte do *shōgun*, de grandes homens, junto dos riscos de dá-los autonomia excessiva. A preocupação com relação a estes riscos foi o principal motivador para as intrusões pelas autoridades superiores em questões familiares. Pode-se considerar que as técnicas de controle dos futuros *daimyō*, e em última instância, os confiscos de terras pelos Tokugawa, tiveram sua gênese aqui.<sup>76</sup>

Em suma, ao longo o século XIV, a tão desejada unidade familiar chegou, inclusive com a absorção, por parte das famílias, de ramos cadetes recentes. Os ramos cuja autonomia já vinha de longa data, no entanto, dificilmente eram trazidos de volta para o jugo da autoridade do *sōryō*. O custo disso tudo, em última medida, foi uma mudança não só nas práticas testamentárias, mas uma participação maior dos herdeiros secundários, por meio das *yoriai*, e sobretudo, a intromissão nos assuntos sucessórios tanto de cima — pelo *bakufu* — quanto de baixo — pelos vassallos.

Parte da dificuldade em subordinar ramos secundários residia na questão dos *honryō*. Em

73 Já vimos acima a tendência dos *tozama* de enviarem irmãos ao campo de batalha em seu lugar, ou servindo sob eles.

74 MASS, 1989, p. 113-114. Lembremos, ainda assim, que alguns irmãos continuavam autônomos. A emissão de documentos próprios, marca que distingue os *tozama* dos *miuchi*, é também o que mostra se um dado irmão estava subordinado à autoridade do *sōryō*, ou se era reconhecido como *tozama*.

75 Ibidem, p. 119.

76 Ibidem, p. 116.

termos muito gerais, e também enganosos, *honryō* eram terras cujos ancestrais de uma dada família tinham aberto ao cultivo em tempos imemoriais. Em alguns casos, de fato tais terras foram primeiramente cultivadas pelos referidos antepassados, mas mais comum que isto era designar como *honryō* uma porção de terras ocupada e administrada há longa data, e com um caráter simbólico especial para a identidade familiar. A ligação dos *honryō* com os sobrenomes é uma mostra disso. Mesmo os mais eminentes muitas vezes traçavam suas origens a uma porção específica de terras. Antes de fundar o segundo *bakufu* e ascenderem aos mais altos escalões do poder, os Ashikaga tinham como *honryō* Ashikaga-no-shō. A importância dessas terras era tal que ela era respeitada mesmo no turbulento século XIV: se o *honryō* de um inimigo tivesse sido confiscado e dado como recompensa a um guerreiro de forças aliadas, mas este inimigo mudasse de lado, era costumeiro que o *honryō* fosse devolvido a ele, e o guerreiro que o recebera em recompensa recebesse outras terras em seu lugar<sup>77</sup>.

Mas não cabe terminar este trecho numa tônica tão severa. Apesar de tudo que foi dito, os laços familiares, como era de se esperar, eram também comumente afetivos. Assim, no *Taiheiki*, dentre os muitos episódios de piedade filial, vemos um garoto de não mais que quinze anos tentar vingar o pai na Batalha da Praia de Karasaki: Kaitō Shōgen, um dos líderes da força enviada por Rokuhara, é morto em um duelo épico por Kaijitsu de Harima, um monge<sup>78</sup>. O episódio todo é carnavalesco na descrição das proezas de Kaijitsu. Logo após a morte do pai, não tarda para que chegue o filho, Kōwakamaru (um nome de criança). O monge desvia habilmente, não querendo matá-lo por ver tratar-se de uma criança, “mas naquele mesmo momento, os homens de Hiei-tsuji vieram por um caminho cruzando os arrozais, e um deles subitamente atirou uma flecha, trespassando pelo lado o peitoral da armadura do garoto, e este caiu morto.”<sup>79</sup> Só então os combatentes descobrem tratar-se do filho mais velho de Kaitō, lutando para vingar o pai, e todos comovem-se. O trecho termina dizendo “Vendo seu pai morto, ele morreu no mesmo campo de batalha de modo a deixar seu nome. Embora Kōwaka[maru] fosse jovem, ele vinha de uma casa guerreira.”<sup>80</sup>.

E claro, não podemos falar de afeições familiares sem tocar na grande tragédia do período. Takauji e Tadayoshi guerrearam um com o outro, e Tadayoshi morreu em 1352, como já dito. Antes disso, no entanto, Takauji confiara ao irmão enormes poderes no novo *bakufu*, e desde a fundação do órgão até seu desentendimento, ambos agiram em conjunto<sup>81</sup>. São inúmeras

77 CONLAN, 2003, p. 205-212.

78 *Taiheiki*, p. 59-60.

79 *Taiheiki*, p. 60.

80 *Taiheiki*, p. 60. Casa guerreira, no original, consta como 武士の家 (*bushi no ie*).

81 GROSSBERG, Kenneth Alan. **Japan's Renaissance: The Politics of the Muromachi Bakufu**. Ithaca: The



as passagens do *Baishōron* e *Taiheiki* em que os irmãos lutam juntos ou salvam um ao outro. Pela tônica destas obras, fica claro que tentavam retratar verdadeiro amor fraterno. Apesar disso, creio que não há documento mais claro com relação aos dois que uma prece de Takauji redigida no Kiyomizudera em 17.8.1336:

Este mundo não é nada além de um sonho. Eu, Takauji, sinto-me compelido a entrar para as ordens religiosas. Rogo que deixem minhas encarnações futuras alcançar a iluminação. Agora, segundo meu desejo em tomar a tonsura, rogo que me deixem ter paz de espírito para fazê-lo. Quanto ao karma deste mundo, rogo que o transfiram para encarnações vindouras. Quanto ao karma de minha vida, rogo que transfiram-no a [meu irmão,] Tadayoshi. Protejam-no de todos os males.<sup>82</sup>

Alguns exemplos tocantes encontram-se nas cartas de Yamanouchi Tsuneyuki<sup>83</sup> a seu filho e esposa, escritas em 1339. Depois de uma longa espera em Kamakura, ele parte em campanha para Hitachi, sob liderança de Kō no Morofuyu. Antes da partida, numa carta, diz à esposa: “Finalmente parece que logo deveremos partir. Todos os dias, aconteça o que acontecer, eu a escreverei.”<sup>84</sup> Outra carta, aparentemente a caminho de Hitachi, nos diz:

Deleita-me receber sua carta... Nós esperamos chegar em Shimokōbe-no-shō pelo dia doze. Amanhã eles decidirão exatamente quando deveremos chegar. Não se preocupe quanto à batalha. Já que muitos estão reunidos, podemos partir pelo meio-dia de amanhã. Do contrário — mesmo que com atrasos — nós definitivamente partiremos amanhã. Estou aguardando por nossa partida. Já sinto tanto sua falta!<sup>85</sup>

As palavras ao filho, Matakaesa (com quem correspondia-se com frequência, posto que este estava administrando as terras familiares na ausência do pai) também são relevantes. Em uma carta de 16.10.1339, onde pede que o filho arranje um cavalo, termina com “Em todas as coisas, consulte sua mãe. Você já não é tão novo, então por favor, planeje as coisas”<sup>86</sup>. Por várias outras cartas, fica claro que ele confiava diversos assuntos ao filho, mas que preocupava-se em enviar vassallos para ajudá-lo. Tudo indica que apesar de já estar em “idade adulta”, Matakaesa provavelmente era bastante jovem. Ainda assim, as expectativas do pai eram altas. Quando parte de seus *miuchi* fugiram, logo após a primeira batalha, Tsuneyuki ordenou que o filho lhes garantisse o retorno ao campo de batalha, dizendo “Se você não fizer isto, eu não o considerarei mais como meu filho.”<sup>87</sup> Este tratamento duro, no entanto, escondia afeição e preocupação:

Cornell East Asia Series, 2000, p. 21-24.

82 SWC, doc. V.7, p. 144.

83 Não foi possível precisar se era parente de Yamanouchi Michisuke ou Michitoki, citados acima.

84 SWC, doc. VI.5.9, p. 158.

85 SWC, doc. VI.5.14, p. 160.

86 SWC, doc. VI.5.16, p. 160-161.

87 SWC, doc. VI.5.17, p. 161.

Li sua última carta com muita atenção. Como você disse, as coisas [em casa] andam difíceis, já que não há ninguém aí para ajudá-lo. Entretanto, eu deixei tudo explicado, e como recentemente você parece estar em bons ânimos, não me resta nada mais a dizer. Por sinal, o governador de Mikawa (Kō no Morofuyu) está bastante contente com minhas ações nesta batalha... Mesmo que eu acabe morrendo, contanto que o general ou membros desta unidade (*ikki*) sobrevivam, eu fico tranquilo [sabendo que ajudarão a cuidar de você].<sup>88</sup>

Ou então, noutra carta:

Eu vi a carta de Yasunobu. Como ele diz, palavra alguma pode descrever as agruras daqui. Ainda assim, estou em paz com as coisas. Por outro lado, preocupa-me muito que ninguém esteja aí para protegê-lo. Como um adulto responsável, você deve consultar sua mãe em todos os assuntos.<sup>89</sup>

Adultos não precisam ser lembrados de que são adultos, reforçando minha hipótese de que Matakesa provavelmente era bastante jovem. As palavras do pai ao filho têm sempre um tom mais severo, mas sua preocupação é inegável. Além disso, ele estava criando um guerreiro: palavras duras podiam muito bem ser parte do trato paterno, mas não significavam falta de afeição<sup>90</sup>. Em uma carta anterior, do décimo primeiro mês, este caráter instrutivo fica claro:

A guerra chegou aqui [no castelo de Koma]. Eu ainda não sofri qualquer ferimento, mas muitos foram mortos ou feridos. Você deve imaginar como são as batalhas. Não pense que trata-se de algo trivial. Quanto a esta batalha, diversas pessoas importantes foram feridas... ou mortas...<sup>91</sup>

Numa rara oportunidade, podemos ver o que Matakesa tem a dizer. A carta não é adereçada ao pai, mas ao monge Arai, referido em outras cartas de Tsuneyuki (ou sendo o destinatário delas). A admiração pelo pai é evidente: “Meu pai lutou em muitas batalhas, mas não foi morto. Isto me causa grande alegria. Recebemos um documento... [reconhecendo seu mérito], enviado pelo *taishō* [Morofuyu]<sup>92</sup>.”

Tsuneyuki e seu ramo dos Yamanouchi desaparecem dos registros logo em seguida. Tsuneyuki pereceu nesta campanha, pelas estimativas de Thomas Conlan, por volta de 1340<sup>93</sup>.

88 SWC, doc. VI.5.23, p. 164.

89 SWC, doc. VI.5.26, p. 165.

90 Ótimos exemplos disto encontram-se na Carta Gokurakuji e Carta Imagawa, dois exemplares de *buke kakun* que embora analisados para este trabalho, acabaram ficando majoritariamente de fora da versão final. Para suas referências completas, vide Bibliografia.

91 SWC, doc. VI.5.20, p. 163.

92 SWC, doc. VI.5.24, p. 164.

93 CONLAN, Thomas. *Samurai and the Warrior Culture of Japan, 471-1877: A Sourcebook*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2022, p. 154.

Nas últimas cartas enviadas ao filho e à esposa, fica claro que ele tinha aceitado que morreria ali: “Eu não creio que serei capaz de sobreviver a esta batalha, e minha maior preocupação é não ter quem cuide de você”<sup>94</sup>, diz ao filho. “...Com respeito a tudo, confio estes assunto ao Honorável Arai. Fale com ele sobre o que quer que seja, ele a ouvirá. (...) Quanto a mim, não é nada de mais. Pessoas vêm ao mundo, e o deixam...”<sup>95</sup>

### 3.2.3. Dependentes e seguidores

Àqueles sem os meios necessários para o serviço autônomo, restava servir a um senhor. Como visto no capítulo 2, bandos de guerreiros começaram a formar-se já no século IX. No século XIV, os *tozama* eram acompanhados no campo de batalha por seus *miuchi*. Trata-se, portanto, de uma outra categoria de “guerreiros que não podiam, por si só, determinar o lado pelo qual lutavam.”<sup>96</sup>

Os *miuchi* viviam sob outras regras: se um *tozama* podia prestar serviço à Corte do Sul numa batalha, e mudar de lado e servir ao *bakufu* em outra, sem que com isso fosse considerado traidor, o mesmo não valia para um *miuchi*. O *miuchi* que traísse seu senhor podia esperar não só punição severa, como reprovação social, e *era reconhecido como traidor*. Isso tinha uma razão de ser: os *miuchi* prestavam juramentos pessoais de lealdade para com seus senhores<sup>97</sup>. Obviamente, nem todos os que lutavam, mesmo sob liderança de guerreiros, eram guerreiros. Por exemplo, os *genin* que serviam em batalha não eram guerreiros: careciam até de sobrenomes, e não recebiam recompensa alguma de seu senhor, embora obrigados a lutar. No entanto, nem todos os que serviam a um senhor eram *miuchi*, este claramente não sendo o caso dos *genin*. Os próprios *genin*, por exemplo, podiam ser promovidos a *miuchi*, o que mudava completamente as expectativas depositadas sobre eles, bem como o tratamento que podiam esperar. Uma vez promovidos a *miuchi*, os *genin* tornavam-se guerreiros<sup>98</sup>.

Temos que lembrar, além disso, que durante o período Kamakura, a maioria dos *jitō* empregavam *jitōdai*, que podiam muito bem ser parentes, mas da mesma forma, podiam ser *miuchi*. Em vários trechos do *Taiheiki*, são dados números totais para a soma de parentes e vassallos, geralmente sob fórmulas tais quais “余人の一族若黨” (*yōjin no ichizoku wakatō*), mostrando quase que uma indiferenciação entre ambas as categorias<sup>99</sup>. Estes *miuchi* exerciam

94 SWC, doc. VI.5.28, p. 166.

95 SWC, doc. VI.5.29, p. 166-167.

96 CONLAN, 2003, p. 131.

97 Ibidem, p. 131-132.

98 Ibidem, p. 122.

99 Este exemplo é tirado de *Taiheiki*, p. 76, onde Suyama Yoshitaka e Komiyama Jirō, junto de parentes e *miuchi*, montam um ataque surpresa a Kasagi. A busca da versão original foi feita através do JHTI.

praticamente todos os poderes de seus senhores, afinal, serviam justamente como representantes. No campo de batalha, os *miuchi* diferenciavam-se pouco de parentes que não conseguiram autonomia<sup>100</sup>. Se é seguro afirmar que o irmão ou primo de um *tozama* — ou mesmo o filho — que servia sob sua autoridade era um guerreiro, o mesmo vale para os *miuchi*. A diferença, obviamente, era que um filho (e em casos muito extremos, outros parentes) podia herdar, e o *miuchi* não (embora pudesse, como veremos adiante, herdar da própria família, bem como legar propriedade, com reconhecimento de seu senhor).

Não diferentes dos *jitōdai* do século XIII, os *miuchi* de *tozama* poderosos podiam tornar-se responsáveis pela guarda ou administração de valiosos recursos, e com o tempo, alguns deles inclusive tornaram-se *tozama*<sup>101</sup>. As condições da época, na verdade, eram demasiadamente fluidas e imprevisíveis:

Antes do despontar da guerra prolongada na década de 1330, não existia nenhum método estável de poderes senhoriais em caráter regional. O único modelo restante de poderes senhoriais, aquele de um guerreiro autônomo proprietário de terras (*tozama*) e seus seguidores hereditários (*miuchi*), tornou-se inerentemente instável conforme o poder do *tozama* crescia, e seus *miuchi* também tornavam-se proprietários. Não havia mecanismo algum para incorporar *miuchi*, ou mesmo *tozama*, com bases de terras em um sistema institucionalizado de controle regional ou organização militar.<sup>102</sup>

Obviamente, havia uma grande gradação de *status* dentre os guerreiros, e os *miuchi* estavam na base desta pirâmide. Ainda assim, seus senhores também não estavam no topo: mesmo que ignoremos as diferenças que separavam um *tozama* de outro, continuavam abaixo dos *taishō*, *shugo*, e assim por diante. Embora *miuchi* pudessem eventualmente ascender a *tozama*, era mais comum que mesmo mudando de senhor, continuassem *miuchi*, como ilustra o exemplo a seguir:

De fato, a maioria dos *miuchi* continuou como *miuchi*, mesmo que seu senhor, ou foco de lealdade, pudesse mudar. Quando Hosokawa Kiyouji foi destruído pelas forças do *bakufu* Ashikaga, por exemplo, muitos de seus *miuchi* transferiram suas lealdades, e tornaram-se seguidores de Hosokawa Yoriyuki.<sup>103</sup>

A lealdade dos *miuchi*, por sua vez, tendia a ser proporcional ao nível de dependência econômica que tinham para com seus senhores. Além do que, se alguns *tozama* podiam sofrer uma queda em suas fortunas e tornar-se *miuchi*, os *miuchi*, embora guerreiros, estavam

<sup>100</sup>De fato, Hōjō Shigetoki já reconhecia o problema do *sōryō* tratar seus parentes como *miuchi* no meio do séc. XIII. Cf. Carta Gokurakuji, item 54, p. 22.

<sup>101</sup>CONLAN, 2003, p. 132-133.

<sup>102</sup>Ibidem, p. 144.

<sup>103</sup>Ibidem, p. 132.

obviamente numa posição mais frágil. Um infortúnio ou dois podiam legar sua linhagem ao esquecimento. Neste cálculo entravam suas ambições: um *miuchi* cioso de tornar-se autônomo, mas carente dos meios ou cautela para tal podia causar a exclusão ou extinção de sua linhagem<sup>104</sup>.

O melhor caso em defesa dos *miuchi* enquanto guerreiros são os *miuchi* dos Hōjō, durante o período Kamakura. Comumente referidos por *miuchibito*, *não eram gokenin*, mas vassalos diretos dos Hōjō. Isto não impediu muitos deles de acumularem postos de *jitō* ou *jitōdai*, bem como vários cargos nos órgãos do *bakufu*. Não esqueçamos, no fim do período Kamakura, os verdadeiros mandantes do *bakufu* eram os Nagasaki, especialmente Nagasaki Enki e seu filho, Nagasaki Takasuke. Nagasaki Akushirō era um dos líderes do exército enviado contra Chihaya, tido por Conlan como a maior força expedicionária do século XIV<sup>105</sup>. Os Nagasaki, por sua vez, eram parentes de Taira Yoritsuna, *miuchibito* que alcançou domínio quase completo sobre o *bakufu* por cerca de dez anos.

Os Ashikaga também vinham montando sua base de poder ao longo do período Kamakura, e — prática incomum — arrogavam para si, tais quais os Hōjō (com quem eram fortemente ligados por matrimônios) o direito de confirmar testamentos de vassalos seus:

(monograma de Ashikaga Sadauji)

Destinatário: Kuramochi *saemon* Saburō Morotada.

Que ele possua daqui em diante uma área residencial, além de um *chō* de arrozais, dentro de Kido Gō, em Ashikaga-no-shō.

De acordo com a transmissão do terceiro ano de Tokuji [1308], oitavo mês, oitavo dia, pelo seu irmão mais velho, Kuramochi *saemon* Jirō Morotsune, esta posse é confirmada. Tal é nosso comando.

Décimo sexto dia do sexto mês, Enkei 2 [1309]<sup>106</sup>

O documento acima é de Ashikaga Sadauji, pai de Takauji e Tadayoshi, e trata-se de uma pequena área cedida a um vassalo dentro de Ashikaga-no-shō, na Província de Shimotsuke, *honryō* dos Ashikaga desde o Heian tardio. Morotsune, o testador deste documento, tinha recebido a confirmação desta e de outras terras pelos Ashikaga em 1292 e 1300, por seu avô e seu pai, respectivamente. No documento abaixo, o mesmo testador lega agora não ao irmão, mas ao filho:

Destinatário: Kuramochi Otsuwakamaru.

Que ele possua daqui em diante Numabukuro-naka Gō, no distrito de Kami, além de

104CONLAN, 2003, p. 131-132.

105Ibidem, p. 11.

106LAI, doc. 137, p. 275.

terras residenciais em Kamakura; a área residencial e arrozais de Kozutsumi, em Katsuma Gō, distrito de Shisai, província de Kazusa (no entanto, não até o fim da vida de sua avó); e a área residencial e campos dados como recompensa do templo Shō, no distrito de Nukata, província de Mikawa — mesmas condições que acima.

De acordo com a transferência deste último ano — o terceiro de Tokuji [1308] — oitavo mês, oitavo dia, pelo seu pai adotivo, Kuramochi *saemon* Jirō Morotsune, estas posses são confirmadas. Tal é nosso comando.

Décimo sexto dia do sexto mês, Enkei 2 [1309]<sup>107</sup>

Trata-se aqui de uma porção bem maior de terras (espalhadas em 4 províncias; Numabukuro-naka Gō ficava em Mutsu, e a área residencial em Kamakura ficava em Sagami, além das posses citadas em Mikawa e Kazusa). A tratar apenas destes dois documentos, confirma-se que os Ashikaga tinham interesses em pelo menos cinco províncias: Shimotsuke, Mutsu, Sagami, Kazusa e Mikawa. Mais importante aqui, no entanto, é notar que um *miuchi* Ashikaga, ainda durante o regime de Kamakura, dispunha de posses em 5 províncias diferentes. Tais casos mostram que algumas linhagens de *miuchi* eram *miuchi* há gerações, e isto não necessariamente era sinônimo de desprestígio ou impotência.

A subordinação, por sinal, não era sinônimo de tratamento indigno. Podemos imaginar que os espíritos belicosos destes homens não responderiam bem a indignidades. Dois exemplos diferentes de *buke kakun*, um gênero de cartas instrutivas entre famílias guerreiras, dão conselho sobre como tratar os vassalos. A Carta Gokurakuji, escrita entre 1256 e 1261 por Hōjō Shigetoki, filho de Yoshitoki e irmão mais novo de Yasutoki, aconselha a nunca punir um servo enquanto estiver com raiva<sup>108</sup>, levando a crer que, no mínimo, o mesmo aplicava-se aos *miuchi*, enquanto a Carta Imagawa, escrita por Imagawa Ryōshun pelo começo do séc. XIV aconselha a ser justo em punições e recompensas para com seus *miuchi* (não deixando-se levar por favoritismos ou bajulações), manter os *miuchi* bem equipados, e tratar sua própria conduta com o mesmo escrutínio que trata a de seus *miuchi*<sup>109</sup>.

Por fim, se o que separava os *miuchi* dos *tozama* era a dependência, a autonomia estava com os dias contados: da segunda metade do século XIV em diante, as redes de dependência engoliram quase que por completo os agentes autônomos. Pelo fim do século XIV, quase todos os guerreiros eram dependentes de uma instância superior. Isto não quer dizer que as famílias locais tornaram-se necessariamente fracas. Conforme os *shugo* se transformaram em grandes senhores, e conforme a nomeação ao posto de *sōryō* saiu das mãos das famílias, começamos a ver partidos se formarem em torno de candidatos a *sōryō*, com poderosas famílias vassalas defendendo um ou outro candidato, e tentando influenciar a escolha da liderança familiar. No

107LAI, doc. 138, p. 275.

108Carta Gokurakuji, item 26, p. 15.

109Carta Imagawa, itens VIII, XIII, XIX, XXIII, p. 302-303, 305.

século XV, isto seria levado ao extremo nas disputas sucessórias dos Shiba e Hatakeyama, bem como dos próprios Ashikaga<sup>110</sup>.

### 3.3. As Relações Horizontais

O mundo dos guerreiros era marcado predominantemente pela verticalidade das relações, seja a verticalidade dentro da família, entre *sōryō* e parentes, seja a verticalidade entre *tozama* e *miuchi*, entre os *kuge* e suas forças privadas, entre os *jitō* e *gesu* e os proprietários dos *shōen*. Os maiores autores do tema sempre nos lembram da fragilidade das relações horizontais, e o próprio constructo do Estado Corporativista Complexo depende da existência de corporações, que definem-se justamente pela verticalidade de suas relações.

Ainda assim, laços horizontais existiam. É claro que a competição entre irmãos, por exemplo, por si só já marca a existência de um laço horizontal, o que não significa que ele tivesse caráter positivo. Mas para além disso, havia relações horizontais positivas e voluntárias. Cabe explorá-las brevemente.

Dentre aqueles que partilhavam o campo de batalha, criou-se um senso de camaradagem, talvez próprio das tribulações da guerra e de experiências compartilhadas de medo e violência. Estes tratavam uns aos outros como *bōhai*, cortesia que não limitava-se a guerreiros, mas era estendida a aristocratas que pegavam em armas, por exemplo. Mulheres no campo de batalha também não estavam excluídas de tal tratamento. *Bōhai* testemunhavam os feitos uns dos outros — parte importante na elaboração de relatórios de batalha, que serviam para posteriores petições de recompensa ou registros de mérito. Os *bōhai* também podiam emprestar equipamento militar: durante as batalhas, armas quebravam, armaduras eram danificadas, e cavalos eram mortos. Isto quando o inimigo não pilhava estes caríssimos bens. Esta cortesia, no entanto — a de tratar-se como iguais — era reservada, dentre os guerreiros, aos *tozama* e outras figuras de grande porte<sup>111</sup>.

Enquanto *bōhai* era uma forma de tratamento, talvez com traços de uma categoria social, os *bōhai* não parecem ter formado entre si nenhum tipo de organização. O mesmo não se aplica às *ikki* e *tō*, organizações formadas por juramentos coletivos, muitas vezes com estipulações bastante detalhadas. Por serem organizações de cooperação horizontal, é de se esperar que atraíssem mais guerreiros de médio e baixo *status*: a autonomia que caracterizava os *tozama* era totalmente contrária às injunções de tomada coletiva de decisões própria das *ikki* e *tō*. Estas organizações, por sinal, não eram restritas a guerreiros: camponeses formavam *ikki* entre si, e no

<sup>110</sup>VARLEY, 1967, p. 76-101.

<sup>111</sup>CONLAN, 2003, p. 124-130.

século XV, camponeses e guerreiros formaram conjuntamente *ikki* temporárias em gigantescos e violentos protestos contra credores. No século XVI, vemos em algumas regiões a formação de *ikki* entre os guerreiros locais e o restante da população, tendo a auto-determinação como objetivo. Algumas destas *ikki* duraram por décadas, só sendo destruídas com a ascensão de Oda Nobunaga, e posteriormente, Toyotomi Hideyoshi.

Voltando para o século XIV e seus guerreiros, no entanto, estas organizações serviam a propósitos diversos. Um dos casos eram as *tō* de *miuchi*. Guerreiros de baixíssimo *status* e pouquíssimas posses, desta forma, juntavam-se e prestavam seu serviço de forma coletiva, de modo que também conhecemo-nos por *miuchi* corporativos. Estes guerreiros deviam lealdade a seu senhor, bem como à sua *tō*, e não deviam tomar decisões de forma independente, mas em acordo com os pares<sup>112</sup>.

Em outros casos, guerreiros de uma mesma região formavam *ikki* para fazer oposição a uma figura de grande poder, como um *shugo*. Isso não só permitia negociarem melhores condições, ou rejeitarem ordens que julgassem detrimamentais (de uma forma que não poderiam fazer sozinhos), mas também era uma ferramenta ocasionalmente utilizada para passar o *shugo* para trás, e negociar diretamente com o *bakufu*. Desta forma, os guerreiros que compunham algumas destas *ikki* conseguiram — coletivamente — tornar-se vassalos diretos do *shōgun*, ajudando o *bakufu* a formar um exército próprio, independente dos *shugo*, pelo último quarto do século XIV. Embora seja difícil precisar as diferenças entre *ikki* e *tō*, sabe-se que as *ikki* podiam ter caráter duradouro, ou ter caráter temporário, formadas para um fim específico.

Ao contrário de muitas das tendências tratadas até aqui, as *ikki* não veriam seu fim conforme terminava o século XIV: como já visto, seriam parte integral da história japonesa nos séculos XV e XVI, e inclusive ao longo do período Tokugawa.

### **3.4. Às margens do mundo guerreiro: os aristocratas nas guerras do século XIV**

Resta uma questão perniciosa a ser resolvida. As Guerras do século XIV mobilizaram toda a sociedade. Pela primeira vez em muitos séculos, vimos aristocratas dos mais altos graus e cargos comandando exércitos e tomando parte em ofensivas militares. Além disso, vemos a participação frequente de monges, com os grandes poderes tentando trazer para seu lado este ou aquele templo, tal qual o belicoso — e muito disputado — Enryakuji, no Monte Hiei. Esta parte não nos espanta: o mesmo ocorreu na Guerra Genpei, e o histórico da militância monástica é um tanto mais longo. Sobre o ativismo monástico e o papel dos monges na guerra, hei de limitar-me

---

<sup>112</sup>CONLAN, 2003, p. 133-134.



a recomendar a excelente obra de Mikael Adolphson sobre o tópico, que desfaz o mito dos *sōhei*, os supostos monges-guerreiros<sup>113</sup>. De resto, concluirei o capítulo falando do papel dos aristocratas.

Primeiro, no entanto, cabe definir o que chamo aqui por aristocrata. Mais que isto, é necessário deixar claras as distinções que tenho feito de forma tão liberal entre alta, média, e baixa aristocracia ao longo de todo o trabalho. Por aristocracia, refiro-me a um grupo seletivo de famílias, majoritariamente sediadas na capital, recipientes dos chamados graus de corte, bem como de cargos de governo, desde os cargos de *sesshō* e *kanpaku*, monopolizados do meio do período Heian em diante por um limitado número de ramos do clã Fujiwara conhecidos por *sekkanke*<sup>114</sup>, até os cargos de governador provincial, ou na capital, uma série de cargos burocráticos, da administração geral de muitos dos órgãos do Daijōkan (ou o que restara desta estrutura tradicional) a cargos de menor prestígio, geralmente altamente especializados e transmitidos de forma hereditária.

Antes de prosseguir, algumas coisas precisam ficar claras. Em primeiro lugar, a existência deste grupo, bem como de seus estratos, não está em questionamento aqui. Tratavam-se de grupos de formação sólida e longa história. Diferente dos guerreiros, identificar os membros de tais grupos, especialmente dos estratos mais altos, não era difícil, e as nuances eram muito pequenas. Em segundo lugar, não busco aqui explicar o funcionamento desta aristocracia, embora uma ou outra coisa a este respeito há de ser mencionada (ou mesmo já foi, como seu papel enquanto proprietários dos *shōen*), mas é preciso que fique claro que qualquer imagem mental que suscite o menor paralelo que seja com nobreza medieval europeia, por mais remoto que seja, deve ser apagada de imediato. Estes nobres não eram “senhores feudais”, não viviam em propriedades rurais, não habitavam castelos nem recebiam honrarias de ordens guerreiras, e assim por diante<sup>115</sup>.

Também temos que ter em mente que até o período Heian, pelo menos, a aristocracia não é a exceção, mas a regra, e digo isto no seguinte sentido: quando falamos de cultura neste período, a absoluta maioria dos estudos volta-se à cultura aristocrática. Os guerreiros são uma aberração provincial (e ainda temos sorte, estudos sobre o campesinato são muito mais raros).

113ADOLPHSON, Mikael S. **The Teeth and Claws of the Buddha**: Monastic Warriors and Sōhei in Japanese History. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2007.

114*Sekkanke* (摂関家), literalmente as casas que podiam ocupar os postos de *sesshō* e *kanpaku*.

115Em verdade, ao afastá-los desta forma chego a ficar com medo de *descaracterizar* a “nobreza europeia”, como se tal grupo, como um só por toda a Europa e toda a Idade Média existisse. Sei que não é o caso, e peço desculpas aos estudiosos dos muitos medievos europeus que puderem vir a ler este trabalho no futuro. Esta nota de acautelamento é propositalmente exagerada, e serve em especial para aqueles que ainda possuem uma imagem muito disforme de uma “Europa medieval”. No mais, reconheço que as problematizações aqui são infundáveis.

Embora este panorama tenha começado a mudar nas últimas décadas, com estudos recentes finalmente trazendo luz a outros aspectos da vida do Japão pré-moderno (inclusive para fora do mundo dos guerreiros, que passa a ser a regra no período Kamakura em diante), há ainda muito a ser feito neste sentido, bem como muito que *não pode* ser feito, pois há uma desproporção tremenda na produção de fontes históricas das elites e do povo<sup>116</sup>.

Neste sentido, uma fonte riquíssima para o estudo da aristocracia é não só as fontes desta cultura aristocrática, muitas das quais foram traduzidas para o inglês, mas as introduções e apêndices dos próprios tradutores ou tradutoras. O seguinte trecho no *Apêndice A* da tradução do *Eiga monogatari*, por Helen e William McCullough nos ajuda a enxergar melhor a dimensão que cargos e graus ocupavam na vida cotidiana destes aristocratas:

Uma referência no *Eiga monogatari* a um membro da nobreza geralmente inclui uma enumeração de todos os seus títulos oficiais, e em muitos casos tal indivíduo é identificado meramente como o Camareiro-Chefe Médio Capitão, ou o Conselheiro Sênior de Terceiro Grau, sem nenhuma menção a seu nome pessoal. Ao preparar a tradução, sentimos a necessidade tanto de inserir nomes, como, com alguma frequência, omitir títulos, seja parcial ou integralmente, sempre que pareceram atrapalhar a leitura.<sup>117</sup>

De fato, este apêndice, intitulado *Some Notes on Rank and Office* será o principal referencial para estudar os estratos da aristocracia e suas minúcias, posto que muitos estudos sobre a cultura e vida aristocrática tomam tais conhecimentos como dados, e raramente se dão ao trabalho de concentrar-se nestes detalhes. Sobre os graus de corte:

Para membros da aristocracia, o Código Yōrō criou um sistema de graus que permaneceu essencialmente intocado até a Restauração Meiji, no meio do século XIX. Havia nove designações maiores para súditos, indo em ordem decrescente de importância do Primeiro Grau Sênior até o Oitavo Grau Júnior de Baixa Patente e o Grau Inicial Menor de Baixa Patente. O Primeiro, Segundo, e Terceiro Graus tinham, cada um, duas subdivisões, Sênior e Júnior; do Quarto ao Oitavo Grau, cada um tinha quatro subdivisões, Sênior de Patente Superior, Sênior de Patente Inferior, Júnior de Patente Superior, Júnior de Patente Inferior. Os dois graus iniciais, Maior e Menor, também eram subdivididos em Alta e Baixa Patentes.<sup>118</sup>

Temos assim um total de 30 gradações no sistema de graus de corte. Pelo “meio do período Heian em diante, no entanto, as distinções operacionais eram entre três amplas

116Estas observações são válidas para estudos conduzidos no Ocidente. A longa tradição de historiografia marxista no Japão conta com incontáveis estudos e estudiosos de uma “história vista por baixo”. Infelizmente, dada a variedade de tópicos nos estudos mais recentes mencionados, e a não-pertinência aos temas tratados no presente estudo, não cabe aqui listá-los.

117MCCULLOUGH, William H.; MCCULLOUGH, Helen Craig. **A Tale of Flowering Fortunes**: annals of japanese aristocratic life in the heian period. Stanford: Stanford University Press, 1980. Volume II, p. 789.

118Ibidem, p. 790.

categorias de homens, conhecidas por *kugyō*, *tenjōbito*, e *jige*.<sup>119</sup> O que venho caracterizando por alta aristocracia era o grupo aqui chamado de *kugyō*, por vezes também chamado de *kuge* (lembramos das distinções entre *bushi* e *buke*, e de como *buke*, durante o século XIII, caracterizou o regime de Kamakura em oposição a *kuge*, o regime de Kyōto). Tratavam-se majoritariamente de ocupantes do primeiro ao terceiro grau, embora houvesse exceções para ocupantes de quarto grau sênior de patente inferior ou superior, a depender dos cargos ocupados. Pelos séculos X e XI, pelo menos, consistiam em cerca de 20 a 30 pessoas, o *crème de la crème* da Corte. Os *tenjōbito* eram cortesãos de quarto e quinto graus, acrescidos por um grupo específico de cortesãos de sexto grau (os que ocupavam o cargo de *rokui no kurōdo*), *autorizados* a entrar no Tenjō no Ma, uma sala específica dentro da residência imperial. Ou seja: havia alguns cortesãos de quarto grau, e muitos de quinto grau, que não eram considerados *tenjōbito*, pois não possuíam autorização para entrar no Tenjō no Ma. O número de *tenjōbito*, por fim, geralmente girava em torno de 100, mas podia ser tão restrito quanto 25 a 30. Por conta disso, não podemos equalizar *tenjōbito* com “média aristocracia”. Os demais eram *jige*, incluindo *kugyō* cujo acesso ao Tenjō no Ma tinha sido revogado (tornando-os *jige no kugyō*). Pelo meio do período Heian, os membros da Corte recebiam seu primeiro grau geralmente entre os 10 e 20 anos de idade, e este primeiro grau recebido estava ligado ao grau de seu pai ou avô, embora de forma indireta (o filho de alguém de primeiro grau por sua esposa principal, por exemplo, podia esperar iniciar sua carreira no quinto grau júnior de patente inferior). Por “média aristocracia” geralmente entende-se aqueles que, dentre outros cargos, ocupavam o posto de governadores provinciais. Grosso modo, tratava-se de membros de quarto e quinto graus<sup>120</sup>. O restante, portanto, constituía a “baixa aristocracia” (na verdade, meros burocratas, muitas vezes em condições de vida bastante precárias).

Estes números mudaram bastante pelos séculos XII e XIII, no entanto. Farris traz observações interessantes:

Conforme o Estado aos moldes chineses entrou em declínio, a burocracia passou por uma transformação. O governo não podia mais dar-se ao luxo de pagar oficiais de baixo nível; em todo caso, os que detinham os últimos 3 graus (Sétimo, Oitavo, e Nono Graus, ou as últimas 12 graduações) estavam tão distantes de tornar-se parte da elite que seus cargos e graus eventualmente desapareceram. Apenas oficiais com o Sexto Grau, que ainda tinham alguma chance de alcançar o Quinto Grau, e portanto, *status* aristocrático, restaram. Ao mesmo tempo, o número daqueles afortunados o suficiente a entrar para a verdadeira aristocracia, no Quinto Grau em diante, aumentou. Esta “inflação de graus” causou uma perda de valor para o Quinto Grau da nobreza (quase qualquer um podia ingressar), e os “verdadeiros aristocratas” passaram a buscar distinção ocupando o

119 MCCULLOUGH & MCCULLOUGH, 1980, p. 790.

120 Ibidem, p. 791, 823.

Primeiro e Segundo Graus, que em grande medida ficaram vagos no século VIII.<sup>121</sup>

Antes de prosseguir, mais um detalhe. Aqui inclusive temos talvez as origens da associação do termo *samurai* com os guerreiros (embora não possamos levar ao pé da letra o que Farris expõe, por razões que discutiremos em seguida):

Guerreiros também pertenciam à burocracia. De acordo com as leis do Heian Tardio e do período Kamakura, guerreiros normalmente detinham o Sexto Grau, e possuíam o título de *samurai*, “aqueles que servem.” Estes homens não estavam sozinhos no Sexto Grau; outros indivíduos com talentos especiais à serviço da elite, tais quais escribas e artesãos, também eram representados. Como detentores de graus de corte, os samurais obtinham certos privilégios vedados a camponeses (*bonge*), tais quais a imunidade de interrogatórios quando suspeitos de um crime, a prerrogativa de tornar-se vassalos do *bakufu*, e o direito de usar sobrenomes, bem como usar certas roupas. De um ponto de vista legal, apenas detentores de graus e cargos podiam ser samurais; isto excluía os seguidores de um guerreiro de serem reconhecidos como samurai, caso eles não possuíssem grau de corte e/ou cargo.<sup>122</sup>

Os problemas aqui são os seguintes: embora isto indique o início da associação entre o termo *samurai* e os guerreiros, nem todo *samurai* era guerreiro. O cargo tinha uma conotação ainda bastante genérica. Isto explicaria porque guerreiros preferiam referir-se por títulos de maior prestígio ou mais condizentes com suas realidades, como *gokenin*, *jitō*, *hyakushō*, ou *myōshu*. Farris traz um apontamento interessante sobre os vassalos destes *samurai*, dizendo que se não detivessem, eles próprios, grau ou cargo, não eram considerados *samurai*. Isto não significa que não eram considerados guerreiros, como já demonstrado. Para além disso, no entanto, há outro problema: nem todo *hyakushō* ou *myōshu* que era guerreiro necessariamente tinha o sexto grau de corte e título de *samurai*. Além disso, não encontrei em nenhum outro lugar, seja no *goseibai shikimoku* ou em parte da legislação suplementar do *bakufu*, seja em outras fontes históricas, ou em outros estudos, a necessidade de possuir sexto grau para tornar-se *gokenin*.

No entanto, ao fazer estes apontamentos, Farris toca num ponto importante. Os graus de corte estavam sendo cada vez mais banalizados, e no século XIII vemos inúmeros guerreiros provinciais possuindo cargos comuns a aristocratas e detentores de graus de corte. Eis um exemplo da comodificação destas honrarias: no século XIV, um dos Tannowa, uma família de guerreiros de Izumi, recebe pela Corte do Sul o quinto grau como reconhecimento por seus serviços<sup>123</sup>.

121FARRIS, 1992, p. 338.

122Ibidem, p. 339.

123Para maiores detalhes sobre este caso, conferir OTÁVIO, 2021, p. 109-114.

Dependendo de como se olha para a questão, isto nos permitiria dizer que a média aristocracia era parte do estamento guerreiro. Inclusive, poderíamos retroceder e analisar as ligações entre os *zuryō* e seus patronos dentre os *kugyō* para reforçar tal hipótese. Sem negar que guerreiros podiam possuir graus de corte, eu ainda assim considero esta equação problemática.

Tratemos primeiramente dos *zuryō*: apesar de sua posição muitas vezes marginal na aristocracia, não há como negar que tratavam-se de personagens de linhagens aristocráticas. Já vimos que o serviço militar era, para muitos destes, a porta de entrada em suas carreiras. Ainda assim, estas linhagens aristocráticas foram sendo vistas como separadas: é assim que Fujiwara Norimoto, membro de uma das guardas imperiais, é criticado no diário de um aristocrata por afeiçoar-se às artes militares (*bugei* 武芸), mesmo que ele não seja “de sangue guerreiro”<sup>124</sup>. Sobre isto, Farris acrescenta:

Pelo início do século XI, havia aqueles que praticavam as artes militares sem pertencer a casas hereditárias, mas eles o faziam sem aprovação social. Amadores como Norimoto podiam muito bem saber como usar armas, mas eles eram incapazes de compreender os costumes e honra dos guerreiros. Muitas das histórias contidas na coletânea *Konjaku monogatari shū*, do início do século XI, começavam com declarações de que o personagem principal do conto pertencia a uma casa guerreira hereditária (*tsuwamono no ie*). Tais linhagens normalmente especializavam-se na arte da arquearia montada.<sup>125</sup>

Esta é uma dentre várias menções de Farris às questões de linhagem e hereditariedade dentre guerreiros<sup>126</sup>, e embora eu discorde do nível de rigidez aplicado (creio que até aqui tenha demonstrado que havia um determinado grau de porosidade estamental dentro do estamento guerreiro, que variava de acordo com a época: por exemplo, mais rígido com o estabelecimento do primeiro *bakufu*, e depois, com a consolidação de poder pelo primeiro e segundo *bakufu*, e posteriormente pelos *shugo*, mais maleável, sobretudo a partir da segunda metade do século XIII, até por volta da primeira metade do século XIV), ainda assim eu não creio que tais fatores devam ser desconsiderados.

Os guerreiros provinciais com graus de corte ou cargos, no entanto, não devem ser considerados membros da aristocracia, pois estas premiações tinham caráter de honrarias e sinecuras. Não havia dentre eles uma expectativa de “avançar na carreira” dentro da aristocracia. Tampouco eles seriam reconhecidos como pares pelos verdadeiros aristocratas da capital.

A exceção reside nas figuras de renome nacional. Yoritomo buscou honrarias da Corte

124FARRIS, 1992, p. 173.

125Ibidem, p. 173.

126Referências e menções a linhagens militares encontram-se em diversos momentos da obra, por vezes extraídas de fontes das épocas tratadas, como é o caso de Norimoto. Cf. Ibidem, p. xvii, 31, 70, 100, 166, 168, 186, 187, 201, 204, 208, 221, 227, 241, 245, 298, 310, 337, 361, 376, 377.

para legitimar seu governo<sup>127</sup>, por exemplo, e o mesmo pode ser dito sobre o terceiro *shōgun* Ashikaga (sem excluir os demais), Ashikaga Yoshimitsu, que ocupou o “cargo” de *daijō daijin*<sup>128</sup>, de modo a criar um vão social intransponível entre ele e qualquer outra figura que não o *tennō* (que ainda assim fez uma procissão à sua mansão para dias de banquetes e festividades)<sup>129</sup>.

Dito isto, encerro o ponto de que a maioria dos guerreiros não eram aristocratas, e volto-me ao ponto que a meu ver, interessa mais: o de que mesmo no século XIV, com muitos membros da média e alguns da alta aristocracia tornando-se comandantes e partindo em campanha, isto não fazia deles guerreiros.

Conlan argumenta a favor de que as guerras do século XIV foram um grande equalizador. Em partes, concordo com seu argumento, mas sejamos um pouco mais precisos:

A influência da guerra não estava confinada a fornecer a alguns uma avenida para ascensão social; em vez disso, ela também permitia alguns nobres a “tornar-se” guerreiros. As guerras do século XIV amoleceram a matriz social e dissolveram as distinções entre nobre e guerreiro provincial, já que ambos alcançavam resultados similares na guerra.<sup>130</sup>

Com relação a isto, eu não vejo razão para um aristocrata querer “tornar-se” guerreiro, exceto, talvez, se ele não possuísse grandes prospectos na Corte. Temos exemplos de pelo menos duas famílias de Kyōto que serviram ao primeiro *bakufu* e geraram ramos guerreiros, os Ōe e Miyoshi. Tratavam-se, no entanto, famílias de tradição burocrática hereditária, e poucos prospectos para avanços. No mais, não fica muito claro o que ele quer dizer por “tornar-se” guerreiros (aspas inclusas). De todo modo, ele argumenta que mesmo os mais altos escalões da aristocracia comandaram tropas na época:

Os mais altos escalões da nobreza eram predispostos ao comando militar. Assim, Nijō Yoshitada, neto do *kanpaku* Nijō Yoshizane, liderou um exército em 1333, enquanto Tōin *saemon no kami*, sobrinho do *daijō daijin* Tōin Kinkata, também comandou um exército. Da mesma forma, príncipes imperiais comandaram exércitos. O Príncipe Moriyoshi, um filho de Go-Daigo, fomentou a dissensão que levou à destruição do *bakufu* de Kamakura, e ocupou brevemente o posto de *shōgun*. Dois outros príncipes desempenharam papéis similares no embate contra Kamakura em 1333.<sup>131</sup>

Curiosamente, estes casos não aparecem no *Taiheiki*, *Nantaiheiki*, *Baishōron*, *Jinnō*

127HURST, 1982, p. 11.

128GROSSBERG, 2000, p. 27-38.

129Este evento foi registrado em uma fonte que encontra-se traduzida para o inglês. Cf. STRAVOS, Matthew; KURIOKA, Norika. Imperial Progress to the Muromachi Palace, 1381: A Study and Annotated Translation of Sakayuku Hana. *Japan Review*, [S.L.], v. 1, n. 28, p. 3-46, 2015. A grande implicação aqui é de que o *tennō* era o convidado do *shōgun*, e não o oposto.

130CONLAN, 2003, p. 124.

131Ibidem, p. 124-125.

*Shōtōki*, ou *Tokushi Yoron* (exceto, obviamente, pelo Príncipe Morinaga), todos dos quais tratam de conflitos da época. As fontes usadas são *komonjo* (documentos). Com isso não quero dizer que nada disso ocorreu, mas de que trataram-se mais provavelmente de pequenos conflitos, e de papéis ocupados por um breve período.

Meus argumentos aqui são os seguintes: primeiramente, embora figuras aristocráticas lutassem, ocupavam majoritariamente papéis de liderança, de modo que não conheço (nem vejo apresentado em nenhuma das obras arroladas para este trabalho) nenhum documento de convocação ao serviço de armas tendo um aristocrata como destinatário. A própria natureza dos *tozama* prevê uma ligação com a terra e seus recursos, pois é preciso que estejam próximos dos homens, bem como dos suprimentos. Isto vai contra o modo de vida da aristocracia, que concentrava-se em Kyōto, ocupando o papel de proprietários ausentes. Tudo indica, portanto, que não havia *tozama* oriundos da aristocracia, a despeito de aristocratas — em seu papel de comandantes — convocarem guerreiros para lutar.

Meu segundo ponto: os aristocratas que tomaram parte ativa neste conflito configuravam uma minoria dentre membros da Corte, sendo majoritariamente partidários da Corte do Sul, e em grande parte, membros de famílias próximas a Go-Daigo, que ascenderam socialmente por seus laços com os Daikakuji, ou mais especificamente, com Go-Daigo. Go-Daigo escolheu seus principais conselheiros e ministros a dedo, com base em critérios pessoais que dispensavam hereditariedade. Um dos melhores exemplos destas práticas é a ascensão de Fujifusa, filho de um de seus conselheiros mais próximos, Madenokōji Nobufusa: entre 1319 e 1331, ele passou do quinto grau sênior de baixa patente para o segundo grau sênior<sup>132</sup>. Yoshida Sadafusa, ex-tutor de Go-Daigo, e de linhagem relativamente indistinta, foi elevado ao primeiro grau em 1330<sup>133</sup>.

Um dos comandantes aristocráticos que vemos no *Taiheiki* e em outras obras, Chigusa Tadaaki, ilustra bem a heterodoxia, por parte de Go-Daigo, na escolha de seus oficiais (embora neste caso parte deva-se à pura sorte):

Um caso notável é o de Chigusa Tadaaki, filho de um dos principais emissários do Príncipe Kuniyoshi a Kamakura em 1324 e 1325 (Chigusa Aritada). Tadaaki tinha sido deserdado pelo pai por seu vício em jogo, caráter excessivamente libidinoso, e amor à caça de cães (um esporte extremamente popular, mas um vício estereotípico nos olhos dos moralistas); mas ele tornou-se um membro tão próximo no círculo de Go-Daigo que foi também exilado a Oki. Ao retornar, ele foi recompensado com terras e postos de governos provinciais, e foi nomeado para a Corte de Apelações...<sup>134</sup>

132GOBLE, Andrew Edmund. **Kenmu**: Go-Daigo's Revolution. Cambridge: Harvard University Press – Council Of East Asian Studies, 1996, p. 26-32.

133Ibidem, p. 85.

134Ibidem, p. 181.

O próprio projeto de governo de Go-Daigo não visava tornar aristocratas em guerreiros, no sentido que venho tratando neste estudo, mas subordinar os guerreiros a comandantes aristocráticos. Eis a razão de ter apontado o Príncipe Morinaga como *sei-i taishōgun* por um período breve<sup>135</sup>. Go-Daigo podia muito bem querer aristocratas marcialmente aptos, mas não pretendia com isso substituir os guerreiros, e sim subordiná-los a estas novas figuras. Um exemplo desta nova lógica encontra-se em Kitabatake Akiie, filho de Chikafusa: “Kitabatake Akiie, um jovem talentoso tanto nas artes literárias quanto militares, era um modelo deste novo tipo de administrador, capaz de entender e empregar os múltiplos elementos requeridos para exercício do governo no Japão do século XIV.”<sup>136</sup>

Soma-se a isso o desprestígio, do ponto de vista aristocrático, de ser associado a guerreiros:

Alguns homens da capital criticavam tanto a fraternização entre nobres e guerreiros, quanto casos onde as fronteiras entre nobre e guerreiro permaneciam mal definidas. Evidências de um enrijecimento nas atitudes sociais durante o meio do século XIV podem ser extraídas de proclamações que homens que seguiam “o caminho do arco e flecha” (guerreiros) eram distintos dos que seguiam “o caminho da capital” (cortesãos). Um *ethos* nascente com relação ao “caminho do guerreiro” foi inicialmente manifestado como forma de ridicularizar o poder militar dos nobres.<sup>137</sup>

Este capítulo abriu-se justamente com a citação de um destes críticos, Yoshida Kenkō. Sobre isto, Conlan acrescenta:

Em resumo, Kenkō tentou divorciar o *status* de guerreiro da mera performance em batalha, e em vez disso ligá-lo a origens hereditárias. Esta criação de um “*ethos* guerreiro” reflete o enrijecimento gradual das fronteiras sociais, começando no centro e espalhando-se para as periferias durante o fim do século XIV e início do século XV.<sup>138</sup>

Uma das partes que infelizmente teve que ser cortada deste trabalho dizia respeito justamente ao *ethos* guerreiro. Minha hipótese é de que um *ethos* guerreiro já vinha se formando desde o século X, embora majoritariamente por tradição oral. Resquícios deste *ethos* podem ser encontrados em coletâneas como o *Konjaku monogatari*, e possivelmente, nos *gunkimonogatari* mais antigos, como o *Shōmonki* e *Mutsuwaki*. Sobre o século XIV, acredito que o que houve foi uma mudança radical do *ethos* guerreiro, conforme os poderes regionais consolidavam-se, e as concepções de autonomia em batalha davam lugar a concepções nascentes

135CONLAN, 2003, p. 124-125.

136GOBLE, 1996, p. 230.

137CONLAN, op. cit., p. 125.

138Ibidem, p. 126.



de lealdade de um modo mais amplo, e serviço a um senhor.

De todo modo, não é preciso comprovar a existência de um *ethos* guerreiro. Conlan parece argumentar contra a hereditariedade, mas como vimos, desde pelo menos o século X os guerreiros eram enxergados como parte de outra ordem. Mesmo aqueles que eram de origem aristocrática, os *miyako no misha* apresentados no capítulo 2, eram separados pelos próprios aristocratas como “membros de casas guerreiras”, conforme foi apresentado acima. Em suma, não só os guerreiros enxergavam-se como tais, usando apelações que os distinguissem principalmente das classes julgadas inferiores, como a aristocracia os via como um elemento social à parte.

### 3.5. Conclusão

Ao longo do século XIV, o estamento guerreiro passou por mudanças profundas. Começando ainda subordinados ao primeiro *bakufu*, com a eclosão das guerras, não foi mais possível segurar as tensões sociais que vinham crescendo desde pelo menos o último quarto do século XIII. Uma nova lógica político-militar, a do serviço autônomo dos *tozama*, foi alimentada pela fragmentação da autoridade legítima em dois regimes distintos.

Os imperativos da guerra trouxeram mudanças na estrutura familiar dos guerreiros, e possibilitaram a ascensão social tanto dos *miuchi*, quanto até mesmo dos *genin*. No entanto, estes mesmos imperativos possibilitariam também o declínio social de muitos *tozama*. O alto custo da guerra prolongada foi matando aos poucos a lógica do serviço autônomo. A largueza, da qual os *tozama* dependiam, continuou sendo um meio válido de mobilização para a guerra, mas junto dela, outra ferramenta foi ganhando preponderância: a consolidação dos poderes regionais por parte dos *shugo*, bem como do poder central por parte do *bakufu*, como logo veremos, substituiria autonomia por vassalagem.

A aristocracia, que teve seu papel nas guerras do século XIV, perderia lugar para novos poderes. Se durante o período Kamakura vemos uma diarquia entre a Corte Imperial e o *bakufu*, no fim do século XIV o cenário era totalmente distinto. As antiquíssimas autoridades tradicionais viram seu declínio aqui, e não como outrora pensara-se, no século anterior.

## CONCLUSÃO

“E os dois exércitos cessaram sua luta, fixando o olhar neste homem, cujo espírito guerreiro era de um homem com o valor para enfrentar mil.”

(*Taiheiki*, livro IX)<sup>1</sup>

Ao longo deste trabalho constatamos que os guerreiros formavam um grupo à parte na sociedade japonesa durante o século XIV, mas para além disso, vimos que tal diferenciação social era uma construção de longa data, remontando a pelo menos o século X. Neste contexto, aristocratas de médio porte e com fortes ligações às províncias, junto de elites provinciais de proveniências diversas, formaram as primeiras lideranças guerreiras. Com suas redes de alianças, tradições militares, e recursos privados, estes homens cumpriram o papel de preencher o vazio deixado pela abolição do antigo sistema de regimentos provinciais, os *gundan*.

As relações tornaram-se mais complexas no violento século XII, especialmente entre os ditos *miyako no misha* e seus patronos na alta aristocracia. Assim, os guerreiros foram trazidos à força à arena da grande política, que passou a utilizar-se da intimidação e violência como forma legítima para alcançar seus objetivos. Uma vez inseridos nesta arena, no entanto, os guerreiros não tornaram a deixá-la: com a fundação do primeiro *bakufu*, os mais eminentes (ou afortunados) dentre eles firmaram-se em Kamakura como um par legítimo da Corte Imperial. As dúvidas com relação a esta legitimidade foram resolvidas, uma vez mais, através da violência, na brevíssima Guerra Jōkyū de 1221. Daí em diante, não havia o que questionar. Diante do espectro da Invasão Mongol, foram os esforços de organização do *bakufu* de Kamakura que defenderam o Japão.

E ainda assim, as tensões cresciam em todos os âmbitos da sociedade. Em Kamakura, os *gokenin* sentiam-se desalojados pelos *miuchibito*. Em Kyōto, a família imperial dividia-se nos ramos Daikakuji e Jimyōin. No campo, os proprietários lutavam para retomar o controle de suas propriedades, e neste processo, enfrentavam a justa ira das comunidades campesinas. Uma nova ordem social despontava.

O *bakufu* não foi capaz de adaptar-se à nova lógica político-militar que, germinando ao longo das últimas décadas do século XIII, alastrou-se pelo Japão pela década de 1330, e assim, acabou sendo derrubado por Go-Daigo. O *tennō*, no entanto, não manteve-se muito tempo no poder, ao menos não de modo exclusivo. Com a fundação do segundo *bakufu* por Ashikaga Takauji, dois polos legítimos de autoridade negavam um ao outro, e serviam de combustível para

---

1 *Taiheiki*, p. 253.

a lógica militar do serviço predicado por recompensas, a lealdade condicional dos *tozama* que as fontes descrevem como *chūsetsu*.

Se a guerra entre as duas Cortes tivesse sido breve, quem sabe os *tozama* tivessem mantido sua tão cobiçada autonomia. No entanto, após seis décadas de guerra, a maioria teve que abdicar desta autonomia e servir a um senhor.

Uma nova lógica começava a despontar com a promulgação dos éditos *hanzei* em 1352. Os *shugo*, oficiais provinciais criados no século XIII para chefiar os *gokenin*, tiveram continuidade no segundo *bakufu*, mas enfrentaram os mesmos problemas que seus predecessores no século anterior: a incapacidade de estabelecer qualquer tipo de dominância sobre os *gokenin* de suas respectivas províncias. No século XIII, é provável que parte disso fosse proposital: o *bakufu*, afinal, justificava-se em partes por servir como único intermediário entre a Corte e os guerreiros. No entanto, com a guerra interminável, e sobretudo com uma ameaça de derrota não vista desde o surgimento do segundo *bakufu*, concessões precisavam ser feitas. Os Distúrbios da Era Kannō foram uma micro-guerra civil entre Ashikaga Takauji e seu irmão, Tadayoshi. Micro no sentido de duração, se comparada à guerra civil de mais de meio século. A Corte do Sul aproveitou-se desta oportunidade para atacar o *bakufu* e tentar retomar a capital.

Os éditos *hanzei* foram a saída que Takauji encontrou para fortalecer os *shugo*, e deste modo, manter a integridade de seu regime. O *hanzei* era um mecanismo jurídico que permitia que o *shugo* coletasse metade de todas as receitas de sua província. Alguns logo interpretaram isto de forma mais insidiosa, tomando metade das terras para si. Da noite para o dia, os *shugo* tinham uma ferramenta para subordinar os guerreiros provinciais, bem quando a insolvência ameaçava-lhes a própria existência. Foi desta forma que os *shugo* começaram um processo de consolidação regional de seus poderes, tornando-se senhores provinciais. Este processo continuaria pelo século XV.

Depois disso, o caráter do segundo *bakufu* tomou contornos totalmente distintos do regime que o precedeu. O *shōgun* virava cada vez mais um *primus inter pares*. Uma figura de extremo poder nascia na forma do *kanrei*, um representante do *shōgun* que mediava suas relações com os *shugo*. Ashikaga Yoshimitsu, terceiro *shōgun* o período, buscou minar os poderes dos *shugo* de diversas maneiras. Uma delas foi fazendo-os residir em Kyōto, sob sua constante vigilância. Outra, dentre muitas, foi a busca por prestígio aristocrático, alcançando patamares nunca antes vistos por uma liderança guerreira. Yoshimitsu foi autocrático quando cabia, mas manteve o equilíbrio, e é aqui que reside o apogeu do segundo *bakufu*. Em 1441, Ashikaga Yoshinari (*shōgun* 1419-1428), sexto *shōgun* do regime, e filho de Yoshimitsu, foi assassinado

na mansão de um vassalo, o *shugo* Akamatsu Mitsusuke, enquanto atendia a um banquete e apresentação de teatro *nō* a seu convite. O golpe veio de seu próprio anfitrião, dando um fim às políticas autocráticas que Yoshinari herdara de seu pai, sobretudo sua política de intervenção nas sucessões familiares.

Ainda assim, podemos retrazar a continuidade destes guerreiros desde o século X. Seja sob o governo dos regentes Fujiwara, o *insei*, o primeiro ou o segundo *bakufu*, estas figuras continuavam vindo dos mesmos estratos sociais, quando não das mesmas famílias. Obviamente, suas condições materiais mudaram de forma drástica no século XIII, e mudariam novamente no século XIV.

Mais que isso, quando Yoshimitsu trouxe os *shugo* à capital, novas sensibilidades culturais misturavam-se com elementos da cultura de Kyōto, e formas de arte novas ou tradicionais passaram a incorporar os valores e sensibilidades destes líderes guerreiros. Findada a lógica da autonomia em favor da lógica da vassalagem, o *ethos* guerreiro também passava por enormes transformações, mas muito havia de mudar para que tal *ethos* se assemelhasse ao modo de ser e agir dos samurais do Japão Tokugawa.

Enfim, conforme os laços de subordinação, modos de conscrição, e meios de condução da guerra mudavam, o “guerreiro com o valor de mil homens” dava lugar a mil homens enfileirados, cada qual com o valor de um.

O presente estudo, longe de completo, deixa lacunas que pretendo preencher em minhas investigações futuras, como o *ethos* guerreiro e suas transformações, e como as consolidações das senhorias regionais e suas transformações entre os séculos XIV e XV. Outras lacunas igualmente importantes permanecem em aberto: cita-se cá ou lá a participação de mulheres no campo de batalha, mas não há estudos sérios que deem conta do fenômeno; a Corte do Sul teve um caráter relativamente distinto da Corte do Norte, e embora a figura e política de Go-Daigo seja alvo de pelo menos um excelente estudo, faltam estudos que voltem-se para o funcionamento interno deste curto regime. Faltam também estudos que aprofundem-se nas consequências das guerras do século XIV sobre as comunidade campestres, bem como as respostas e estratégias destas comunidades, como o estudo de Morten Oxenboell sobre os *akutō*. Não vejamos isto como um ponto negativo, no entanto: os estudos de história da Ásia estão em sua infância no Brasil. Temos solo fértil para infindáveis pesquisas.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES

Tokushi Yoron:

ACKROYD, Joyce. **Lessons from History: the Tokushi Yoron** by Arai Hakuseki. London: University Of Queensland Press, 1982.

Gukanshō:

BROWN, Delmer M.; ISHIDA, Ichirō. **The Future and the Past: A Translation and Study of the Gukanshō, an Interpretative History of Japan Written in 1219**. Los Angeles: University Of California Press, 1979.

SWC:

CONLAN, Thomas. **Samurai and the Warrior Culture of Japan, 471-1877: A Sourcebook**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2022.

KB:

MASS, Jeffrey P. **The Kamakura Bakufu: A Study in Documents**. Stanford: Stanford University Press, 1976.

LAI:

\_\_\_\_\_. **Lordship and Inheritance in Early Medieval Japan: A Study of the Kamakura Sōryō System**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

Taiheiki:

MCCULLOUGH, Helen Craig. **The Taiheiki: A Chronicle of Medieval Japan**. North Clarenton: Tuttle Publishing, 1956.

Tsurezuregusa:

MCKINNEY, Meredith. **Essays in Idleness and Hojoki**. London: Penguin Classics, 2013.

Documentos Tannowa:

PRINCETON UNIVERSITY (Estados Unidos). **Tannowa Collection: The Kyoto-Princeton Project**. 2020. Disponível em: <https://komonjo.princeton.edu/tannowa/>. Acesso em: 07 fev. 2021.

Documentos Mikita:

PRINCETON UNIVERSITY (Estados Unidos). **The Better Part of Valor: Documents (komonjo) of the Mikita**. Disponível em: <https://komonjo.princeton.edu/migita/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Documentos Kumagai:

PRINCETON UNIVERSITY (Estados Unidos). **The Better Part of Valor: Documents (komonjo) of the Kumagai**. Disponível em: <https://komonjo.princeton.edu/kumagai/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Takemuki-ga-ki:

TYLER, Royall. **From the Bamboo-View Pavilion: Takemuki-ga-ki**. Charley's Forest: Blue-tongue Books, 2016. (Fourteenth-Century Voices I).

Baishōron:  
 \_\_\_\_\_; CONLAN, Thomas D.; UYENAKA, Shuzo. **From Baishōron to Nantaiheiki**. Charley's Forest: Blue-tongue Books, 2016. (Fourteenth-Century Voices II).

Analectos:  
 SINEDINO, Giorgio. **Os Analectos**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Carta Gokurakuji:  
 STEENSTRUP, Carl. The Gokurakuji Letter. Hojo Shigetoki's Compendium of Political and Religious Ideas of Thirteenth-Century Japan. **Monumenta Nipponica**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 1-34, 1977.

Carta Imagawa:  
 STEENSTRUP, Carl. The Imagawa Letter: a muromachi warrior's code of conduct which became a tokugawa schoolbook. **Monumenta Nipponica**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 295-316, 1973.

## BIBLIOGRAFIA

ADOLPHSON, Mikael S. **The Teeth and Claws of the Buddha**: Monastic Warriors and Sōhei in Japanese History. Honolulu: University Of Hawai'I Press, 2007.

ARNESEN, Peter J. Suō Province in the Age of Kamakura. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan**: Essays in Kamakura History. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 92-120.

BATTEN, Bruce L.. Provincial Administration in Early Japan: From Ritsuryō kokka to Ochō kokka. **Harvard Journal Of Asiatic Studies**, [s.l.], v. 53, n. 1, p. 103-134, jun. 1993.

BERRY, Mary Elizabeth. **The Culture of Civil War in Kyoto**. Berkeley: University Of California Press, 1997.

BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1**: Ancient Japan. New York: Cambridge University Press, 1993.

BROWN, Delmer M.. The Japanese Tokusei of 1297. **Harvard Journal Of Asiatic Studies**, [s.l.], v. 12, n. 1/2, p. 188-206, jun. 1949.

COBBING, Andrew. **Kyushu: Gateway to Japan - A Concise History**. Folkestone: Global Oriental, 2009.

CONLAN, Thomas Donald. **In Little Need of Divine Intervention**: Takezaki Suenaga's Scrolls of the Mongol Invasions of Japan. Ithaca: The Cornell East Asia Series, 2001.

\_\_\_\_\_. **Samurai and the Warrior Culture of Japan, 471-1877**: A Sourcebook. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2022.

\_\_\_\_\_. **State of War**: The Violent Order of Fourteenth-Century Japan. Ann Arbor: Center For Japanese Studies The University Of Michigan, 2003.

- CORDARO, Madalena Hashimoto (org.). **O Livro do Travesseiro**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- FARRIS, William Wayne. **Heavenly Warriors: The Evolution of Japan's Military, 500-1300**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- FARRIS, William Wayne. **Japan to 1600: A Social and Economic History**. Honolulu: Hawai'i University Press, 2009.
- FRIDAY, Karl. **Hired Swords: The Rise of Private Warrior Power in Japan**. Stanford: Stanford University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. (ed.). **Japan Emerging: premodern history to 1850**. Boulder: Westview Press, 2012.
- \_\_\_\_\_. Pushing beyond the Pale: The Yamato Conquest of the *Emishi* and Northern Japan. **Journal Of Japanese Studies**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-24, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Samurai, Warfare and the State in Early Medieval Japan**. New York: Routledge, 2004.
- \_\_\_\_\_. The Futile Paradigm: In Quest of Feudalism in Early Medieval Japan. **History Compass**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 179-196, fev. 2010. Wiley.
- GAY, Suzanne. The Kawashima: Warrior-Peasants of Medieval Japan. **Harvard Journal Of Asiatic Studies**, [s.l.], v. 46, n. 1, p.81-119, jun. 1986.
- GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (Org.). **Max Weber: Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ltc Editora, 1982.
- GOBLE, Andrew Edmund. **Kenmu: go-daigo's revolution**. Cambridge: Harvard University Press – Council Of East Asian Studies, 1996.
- GOMES, Júlia Westphal. **Hojo Masako: monja, mãe e shogun : gênero e poder no período Kamakura (1185-1333)**. Pelotas, 2023. TCC (Bacharelado em História) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, 2023. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/000107/0001077c.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.
- GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred: the Estate System in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawai'I Press, 2018.
- GROSSBERG, Kenneth Alan. **Japan's Renaissance: The Politics of the Muromachi Bakufu**. Ithaca: The Cornell East Asia Series, 2000.
- HALL, John Whitney. **Government and Local Power in Japan, 500 to 1700: A Study Based on Bizen Province**. Ann Harbor: Center For Japanese Studies University Of Michigan, 1966.
- HARRINGTON, Lorraine F. Social Control and the Significance of Akutō. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 221-250.

HURST, G. Cameron III. The Kōbu Polity: Court-Nakufu Relations in Kamakura Japan. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 3-28.

IKEGAMI, Eiko. **The Taming of the Samurai: Honorific Individualism and the Making of Modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

ISHII, Susumu. The decline of the Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990. p. 128-164.

KILEY, Cornelius J. Provincial administration and land tenure in early Heian. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: Heian Japan**. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 236-340.

\_\_\_\_\_. The Imperial Court as a Legal Authority in the Kamakura Age. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 29-44.

MASS, Jeffrey P. **Antiquity and Anachronism in Japanese History**. Stanford: Stanford University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. (ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982.

\_\_\_\_\_. Of Hierarchy and Authority at the End of Kamakura. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century**. Stanford: Stanford University Press, 1997. p. 17-38.

\_\_\_\_\_. **Lordship and Inheritance in Early Medieval Japan: A Study of the Kamakura Sōryō System**. Stanford: Stanford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. The Early Bakufu and Feudalism. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 123-142.

\_\_\_\_\_. The Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990. p. 46-88.

\_\_\_\_\_. **The Kamakura Bakufu: A Study in Documents**. Stanford: Stanford University Press, 1976.

\_\_\_\_\_. (ed.). **The Origins of Japan's Medieval World: Courtiers, Clerics, Warriors, and Peasants in the Fourteenth Century**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. **Yoritomo and the Founding of the First Bakufu: The Origins of Dual Government in Japan**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MCCULLOUGH, William H.; MCCULLOUGH, Helen Craig. **A Tale of Flowering Fortunes:**



annals of japanese aristocratic life in the heian period. Stanford: Stanford University Press, 1980. Volume II.

MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: Heian Japan**. New York: Cambridge University Press, 1999.

MITSUSADA, Inoue. The century of reform. In: BROWN, Delmer M. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: Ancient Japan**. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 163-220.

MORRIS, Dana. Land and society. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: Heian Japan**. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 183-235.

NAOKI, Kojiro. The Nara state. In: BROWN, Delmer (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 1: Ancient Japan**. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 221-267.

OTÁVIO, Kauê. **Os Samurais em Esboço**: uma análise dos documentos tannowa nos séculos xiii e xiv. 2021. 152 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/224795>. Acesso em: 08 fev. 2024.

OXENBOELL, Morten. **Akuto and Rural Conflict in Medieval Japan**. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2018.

PIGGOTT, Joan R. Defining "Ancient" and "Classical". In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Japan Emerging**: premodern history to 1850. Boulder: Westview Press, 2012. p. 21-31.

PIGGOTT, Joan R. Estates: Their History and Historiography. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred**: the Estate System in Medieval Japan. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2018. p. 3-36.

RIZŌ, Takeuchi. The rise of the warriors. In: SHIVELY, Donald H.; MCCULLOUGH, William H. (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 2: Heian Japan**. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 644-709.

SAMSON, George. **A History of Japan to 1334**. Charles E. Tuttle Company: Rutland, 1963.

SEGAL, Ethan. The *Shōen* System. In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Japan Emerging**: premodern history to 1850. Boulder: Westview Press, 2012. p. 167-177.

SENO, Seiichirō. The Kikuchi and Their Enemies in the 1330s. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **The Origins of Japan's Medieval World**: courtiers, clerics, warriors, and peasants in the fourteenth century. Stanford: Stanford University Press, 1997. p. 65-77.

SHERER, Dan. The Akutō on Ōbe Estate: Lawsuits, Evidence, and Participation in the Late Kamakura Legal System. In: GOODWIN, Janet R.; PIGGOTT, Joan R. (ed.). **Land, Power, and the Sacred**: the Estate System in Medieval Japan. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2018. p. 403-426.

SOUYRI, Pierre François. **The World Turned Upside Down: Medieval Japanese Society**. New York: Columbia University Press, 2001.

STRAVOS, Matthew; KURIOKA, Norika. Imperial Progress to the Muromachi Palace, 1381: a study and annotated translation of sakayuku hana. **Japan Review**, [S.L.], v. 1, n. 28, p. 3-46, 2015.

VARLEY, H. Paul. The Hōjō Family Succession to Power. In: MASS, Jeffrey P. (ed.). **Court and Bakufu in Japan: Essays in Kamakura History**. Stanford: Stanford University Press, 1982. p. 143-167.

VARLEY, Paul. **The Onin War: History of Its Origins and Background With a Selective Translation of The Chronicle of Onin**. New York: Columbia University Press, 1967.

VON VERSCHUER, Charlotte. The Provinces and Public Economy, 700-1100. In: FRIDAY, Karl F. (ed.). **Japan Emerging: premodern history to 1850**. Boulder: Westview Press, 2012. p. 157-166.

YAMAMURA, Kozo (ed.). **The Cambridge History of Japan Volume 3: Medieval Japan**. New York: Cambridge University Press, 1990.